

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
Campus de Presidente Prudente - SP**

Bruna Gonçalves Costa

**A NATUREZA ORIGINÁRIA NUMA GEOGRAFIA SOB PROTESTO:
UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS
NO BRASIL**

**Presidente Prudente
2024**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(Unesp)
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
Campus de Presidente Prudente – SP

Bruna Gonçalves Costa

A NATUREZA ORIGINÁRIA NUMA GEOGRAFIA SOB PROTESTO:
UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS
NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP –Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi e coorientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, como pré requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Presidente Prudente
2024

C837n Costa, Bruna Gonçalves
A natureza originária numa Geografia sob protesto : uma análise dos movimentos socioterritoriais indígenas no Brasil / Bruna Gonçalves Costa. -- , 2024
242 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente,
Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Coorientador: Bernardo Mançano Fernandes

1. Geografia. 2. Movimentos indígenas. 3. Movimentos socioterritoriais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "A natureza originária numa geografia sob protesto: uma análise dos movimentos socioterritoriais indígenas no Brasil"

AUTORA: BRUNA GONÇALVES COSTA

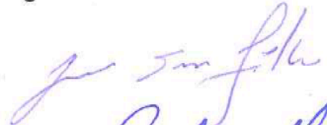
ORIENTADOR: EDUARDO PAULON GIRARDI

COORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade de Brasília (UnB)


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Presencial) 
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Presidente Prudente, 05 de março de 2024

DEDICATÓRIA

Para minha mãe, Lecy de Souza Gonçalves (*in memoriam*)
Para os povos indígenas

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão em uma extensão proporcional à importância do coletivo que tornou possível a realização desta dissertação. Desde o início da jornada acadêmica, encontrei suporte em diversos aspectos da vida, por meio de pessoas que me acolheram e incentivaram a prosseguir com compromisso político-social.

Agradeço profundamente ao Grafismo Indígena, em especial à Sol Terena, pela criação da capa e identidade visual desta dissertação, onde os grafismos representam a proteção e união dos povos indígenas, a força dos encantados e a coletividade como um bem maior.

Registro minha profunda gratidão ao professor Eduardo Paulon Girardi, meu orientador de mestrado, por sua acolhida desde a graduação e por sua humanidade ao me auxiliar em momentos difíceis durante a pós-graduação. Agradeço ao professor Bernardo Mançano Fernandes, meu coorientador, por nunca negar uma chance de avanço e por sempre me instigar a contribuir com novas perspectivas. Agradeço também ao professor José Sobreiro Filho (Nino), por seu apoio desde os primeiros passos da graduação em meu trabalho, e por continuar a oferecer oportunidades e parcerias de pesquisa mesmo após o término da orientação.

Agradeço imensamente à equipe do DATALUTA Floresta por fazer esse trabalho possível, onde estendo os créditos dos resultados aqui apresentados à José Sobreiro Filho, Paulo Vitor Luna Torres, Maria Luiza Araújo Lopes, Fábio Márcio Alkmin, Gustavo Mesquita de Souza, Bianca Marucci Silva, Pietra Cepero Rua Perez, Luciah Sampaio Guarany, Samuel da Trindade Venâncio, Júlia Sausmikat, Ian Alô do Vale, Julio de Pádua Lopes Menezes, Eduardo Theodoro Ottoni Soares, Isabelle Avon Carolino Vanderlei, Manuella de Faria Mendonça, Mirim JU.

Agradeço também ao Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT), expresse minha admiração e agradeço pela parceria construída, destacando novamente nomes como o professor José Sobreiro Filho, Maria Luiza (Malu), Paulo Vitor, Emilly, João, Isabelle (Belle), Eduardo (Edu), Luciah, Fred, Mirim Ju e Nelson. O apoio de vocês, especialmente durante minhas idas a Brasília para trabalhos de campo, foi fundamental para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao professor Wilder Robles, que supervisionou meu intercâmbio no Canadá, e a Bonnie, Paloma, Anita, Brice e Inti, por me acolherem durante essa experiência memorável. Mesmo longe de minha terra, a companhia de vocês foi um conforto constante. Ao Rural Development Institute, em especial ao professor Wayne, Nicole e Shirlyn, por todo o suporte durante minha estadia na Brandon University.

.Ao meu parente Porakê Munduruku, que desde o início muito me ensinou e contribuiu para minha retomada ancestral, expresse minha profunda gratidão. Agradeço também àqueles que me introduziram à medicina das florestas, em especial meu amigo xamã Ronialdo Nyomakã Pataxó e Ywyráhu Guajajara, assim como às aldeias Teko Haw e Kariri Xocó e ao Quilombo Kalunga, que gentilmente me receberam em suas terras ancestrais. À Sol Terena, Arlindo Baré e à União Plurinacional dos Estudantes Indígenas, agradeço pela acolhida durante o Acampamento contra o Marco Temporal.

Agradeço ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ao qual fui vinculada durante o período de mestrado, em especial ao suporte e parceria dos meus amigos Gerson, Michelly e Lara.

Por fim, agradeço aos outros movimentos que também contribuíram para minha formação, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) e ao Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA. Este trabalho é resultado do apoio e colaboração de cada um de vocês, e por isso, minha gratidão é imensa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"Os zumbis são mais aterrorizantes, acreditamos, do que os colonos"
(FANON, 1961, p. 51)

"A gente tem que ter medo é dos vivos, filha"
(Minha mãe)

A NATUREZA ORIGINÁRIA NUMA GEOGRAFIA SOB PROTESTO: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS NO BRASIL

Resumo

A pesquisa em questão se apoia em três pilares fundamentais: o DATALUTA Floresta, que fornece dados sobre ações coletivas, movimentos, povos e comunidades organizadas; as contribuições indígenas através de suas produções acadêmicas, literárias e entrevistas; e os trabalhos de campo em ações coletivas nacionais promovidas pelos povos indígenas. O período de estudo abrange de 2020 a 2023, incluindo a criação e desenvolvimento do banco de dados do DATALUTA Floresta e participação em mobilizações como o Acampamento Terra Livre, Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, Marcha das Mulheres Indígenas e manifestações contra o Marco Temporal. O objetivo principal da pesquisa é compreender a produção e disputa pelos territórios através da luta indígena coletivamente organizada, considerando a organização dos povos indígenas na luta por seus territórios possui elementos suficientes para caracterizá-lo como movimentos socioterritoriais e sendo o território uma das principais reivindicações originárias. Além disso, a dissertação marca um compromisso contínuo com a descolonização intelectual, iniciando-se com a valorização das vozes e perspectivas indígenas e incluindo uma análise crítica do cânone acadêmico dominante. A pesquisa busca evidenciar as interconexões entre diferentes formas de conhecimento, ampliando as perspectivas sobre questões geográficas e confrontando as estruturas coloniais presentes na academia e na sociedade em geral. Os capítulos da dissertação abordam desde o método de pesquisa adotado até a análise das ações coletivas dos povos indígenas entre 2020 e 2022, destacando os desafios enfrentados, as estratégias de resistência e a organicidade dos movimentos socioterritoriais. A hipótese central é que a organização dos povos indígenas na luta por seus territórios pode ser caracterizada como movimentos socioterritoriais, tanto constituídos quanto não-constituídos, ambos marcados pela defesa do território como elemento central de sua luta.

Palavras-chave: Povos indígenas; Movimentos indígenas; Movimentos socioterritoriais; Território

ORIGINAL NATURE IN A GEOGRAPHY UNDER PROTEST: AN ANALYSIS OF INDIGENOUS SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZIL

Abstract

The study is based on three main sources of information: DATALUTA Floresta, which provides data on collective actions, movements, peoples and organized communities; indigenous contributions through their academic and literary productions and interviews; and fieldwork on national collective actions promoted by indigenous peoples. The study period spans from 2020 to 2023 and includes the creation and growth of the DATALUTA Floresta database, as well as participation in various mobilizations such as the Free Land Camp, the National Meeting of Indigenous Students, the Indigenous Women's March, and demonstrations against the Temporary Framework. The research aims to understand the production and contestation of territories through the collectively organized indigenous struggle. The organization of indigenous peoples in the struggle for their territories has sufficient elements to characterize it as a socio-territorial movement, and territory is one of their primary demands. In addition, the dissertation represents a continuous effort towards intellectual decolonization, beginning with the recognition and appreciation of indigenous points of view and perspectives. It also involves a critical examination of the dominant academic canon, with the aim of highlighting the interconnectedness of different forms of knowledge and broadening perspectives on geographical issues. It also addresses the colonial structures that exist within academia and society at large. The chapters of the dissertation cover the research methodology used and analyze the collective actions of indigenous peoples from 2020 to 2022. The text highlights the challenges faced, strategies of resistance, and the organic nature of socio-territorial movements. The hypothesis is that indigenous peoples organize themselves into socio-territorial movements, both constituted and non-constituted, in order to defend their territories. The defense of territory is a central element of their struggle.

Keywords: Indigenous people; Indigenous movements; Socioterritorial movements; Territory.

Lista de siglas

AMIMSA	Associação das Mulheres Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes
AMIRMO	Associação de Mulheres Indígenas da Região de Oriximiná
AMIWA	Associação de Mulheres Indígenas Waiana e Aparai
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOIANP	Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e do Norte do Pará
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APP	Área de Preservação Permanente
ARPINSUDESTE	Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ATL	Acampamento Terra Livre
CGY	Comissão Guarani Yvyrupa
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
COICA	Coordinadora de Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazónica
COP	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
ENEI	Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEPIPA	Federação dos Povos Indígenas do Pará
FEPOINCE	Federação dos Povos Indígenas do Ceará
FEPOINMT	Federação dos Povos Indígenas do Mato Grosso
FILAC	Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e o Caribe
FOIRN	Federação das Organizações do Alto Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais
MOPIC	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
MPF	Ministério Público Federal
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MUPOIBA	Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia
NEADEC	Núcleo de Estudos e Projetos Agrários sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflito
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PGA	People's Global Action
RENIU	Rede Nacional dos Indígenas em Contexto Urbano
SPI	Serviço de Proteção do Índio
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Terras Indígenas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIVAJA	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
UPEI	União Plurinacional dos Estudantes indígenas
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Figuras

Figura 1- Acampamento Terra Livre - 2023.....	37
Figura 2 - Acampamento Terra Livre - 2023.....	37
Figura 3 - Acampamento Terra Livre - 2023.....	38
Figura 4 - Germinando um banco de dados	42
Figura 5 - Processo de registro dos dados - DATALUTA Floresta - 2022	51
Figura 6 - Principais pautas identificadas pelo DATALUTA Floresta - 2022	58
Figura 7 - Sobre a destruição de espaços sagrados	80
Figura 8 - Assédio do agronegócio.....	81
Figura 9 - Ataques do Agronegócio	81
Figura 10 - Governo incentiva a grilagem e agronegócio.....	82
Figura 11 - Avanço imobiliário sobre aldeias indígenas.....	82
Figura 12 - Organograma da tipologia de territórios no contexto brasileiro do debate indígena	99
Figura 13 - Notícias sobre o assassinato de rezadores indígenas	106
Figura 14 - Defumação no Acampamento Terra Livre	107
Figura 15 - Indígenas em vigília na frente do Congresso Nacional	108
Figura 16 - Indígenas tocando o maracá durante marcha pela Esplanada dos Ministérios	108
Figura 17 - Barraca de venda de brincos e colares indígenas no ATL	109
Figura 18 - Venda de artesanatos do povo Kuikuro no ATL.....	110
Figura 19 - Venda de peixe no ATL	110
Figura 20 - Associação Indígena Kisedje em marcha no ATL - 2023	129
Figura 21 - Associação Indígena Tapayuna em marcha no ATL - 2023	130
Figura 22 - Associação Terra Indígena do Xingu em marcha no ATL - 2023	131
Figura 23 - Tipologia dos movimentos socioterritoriais indígenas	132
Figura 24 - Movimento da Juventude Indígena de Rondônia - ATL - 2023	137
Figura 25 - Movimento de estudantes indígenas em marcha geral - ATL - 2023	140
Figura 26 - Movimento de estudantes indígenas em protesto no MEC - ATL - 2023	141
Figura 27 - Em movimento contra o genocídio - ATL - 2022	158
Figura 28 - Nuvem de palavras - Povos em movimentos - 2020	168
Figura 29 - Notícias sobre o último ancião do povo Juma	170
Figura 30 - Vanda Witoto relata ataques	172
Figura 31 - Nuvem de palavras - Povos em movimentos - 2021	176

Figura 32 - Nuvem de palavras - Povos em movimentos - 2022	182
Figura 33 - Infográfico da luta indígena em dados - Brasil – 2020 a 2022	190
Figura 34 - Assembleia no ATL - 2022	209
Figura 35 - Assembleia no ATL - 2022	210
Figura 36 - Assembleia no ATL - 2022	210
Figura 37 - Criança Munduruku em marcha no ATL - 2022.....	212
Figura 38 - Mãe Munduruku carregando criança em marcha no ATL - 2022	213
Figura 39 - Marcha do ATL - 2022	216
Figura 40 - COIAB em marcha no ATL - 2022	216
Figura 41 - Marcha do ATL - 2023	217
Figura 42 - Desfile indígena no ENEI - 2022.....	218
Figura 43 - Desfile Indígena no ENEI - 2022.....	219
Figura 44 - Mobilização contra o Marco Temporal - 2023	222
Figura 45 - Mobilização contra o Marco Temporal - 2023	223
Figura 46 - Marcha - Acampamento contra o Marco Temporal - 2023	224
Figura 47 - Marcha das mulheres indígenas - 2023	227
Figura 48 - Marcha das Mulheres Indígenas - 2023.....	228

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Quantidade de ações coletivas dos povos indígenas por mês - 2020-2022	57
Gráfico 2 - Tipos de ações dos movimentos indígenas - 2020	164
Gráfico 3 - Ações da matriz comunicativa - 2020.....	165
Gráfico 4 - Pautas dos movimentos indígenas - 2020	169
Gráfico 5 - Tipos de ações dos movimentos indígenas - 2021	173
Gráfico 6 - Ações da matriz comunicativa - 2021	174
Gráfico 7 - Pautas dos movimentos indígenas - 2021	177
Gráfico 8 - Tipos de ações dos movimentos indígenas - 2022	179
Gráfico 9 - Ações da matriz comunicativa - 2022.....	180
Gráfico 10 - Pautas dos movimentos indígenas - 2022.....	183
Gráfico 11 - Ações online dos povos indígenas - 2020 - 2022.....	185

Lista de mapas

Mapa 1 - Brasil - Quantidade de pessoas indígenas dentro e fora de Terras Indígenas - Censo Indígena - 2022	97
Mapa 2 - Brasil - Quantidade de ações dos movimentos socioterritoriais indígenas - DATALUTA Floresta - 2020	166
Mapa 3 - Brasil - Quantidade de ações dos movimentos socioterritoriais indígenas - DATALUTA Floresta - 2021	175
Mapa 4 - Brasil - Quantidade de ações dos movimentos socioterritoriais indígenas - DATALUTA Floresta - 2022	181

Lista de quadros

Quadro 1 – Palavras-chave do DATALUTA Floresta – 2020 a 2023.....	48
Quadro 2 - Tipologia de ações matrizes e derivadas - DATALUTA Floresta - 2020-2022....	55
Quadro 3 – Principais pautas dos movimentos socioterritoriais indígenas - DATALUTA Floresta – 2023.....	58
Quadro 4 - Pautas e conjuntura dos acampamentos terra livre por ano - 2004 a 2023.....	197

Lista de tabelas

Tabela 1 - Total de ações e participação indígena - DATALUTA Floresta - 2020 a 2022..... 159

SUMÁRIO

Introdução.....	22
CAPÍTULO 1 - PEABIRU E ICAMIABAS: ENTRE O CAMINHO E A CRÍTICA	26
1.1 - Entre páginas e protestos: a bibliografia como território de resistência.....	29
1.2 - Germinando um banco de dados: o estado da arte do DATALUTA Floresta.....	39
1.3.1 - O florescimento de um coletivo de pensamento.....	45
1.3.2 - O processo de sistematização dos dados.....	48
1.3.3 - O processo de categorização: ações matrizes, ações derivadas.....	52
1.4 - Sob as raízes dos gritos, uma floresta de protestos: ações coletivas como trabalhos de campo.....	61
1.4.1 - Procedimentos em movimento com os movimentos.....	68
CAPÍTULO 2 - ESPAÇO, TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS	71
2.1 - "Antes do Brasil da coroa existe o brasil do cocar": retomada teórica sobre espaço indígena.....	73
2.2 - Desconhecido, despercebido ou ignorado? Cosmologias indígenas e análise do espaço geográfico.....	83
2.3 - A tormenta da colonização e as raízes profundas da resistência: aportes sobre o conceito de território no contexto da causa indígena.....	91
2.3.1- A reivindicação ancestral dos territórios indígenas.....	111
2.4 - Movimentos socioterritoriais indígenas: aportes teóricos para a análise dos movimentos indígenas em perspectiva geográfica.....	120
2.4.1 - Tipologia do movimento socioterritorial indígena.....	131

CAPÍTULO 3 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS: UM PANORAMA A PARTIR DO DATALUTA FLORESTA	145
3.1 - Da colonização ao pós-fascismo territorial.....	147
3.2 - "O Brasil é terra indígena": mapeamento da luta indígena a partir dos dados do DATALUTA Floresta.....	158
3.2.1 - Resistência indígena em tempos de pandemia: movimentos socioterritoriais em 2020.....	161
3.2.2 - Territórios da resistência frente ao genocídio silencioso.....	169
3.2.3 – “Aldear a política”: rumo a uma nova disputa territorial.....	177
3.2.4 - Ações online e internacionalização da luta.....	183
3.2.5 – Entre tradições e transições: síntese das ações e reflexões sobre a luta indígena durante troca de governos.....	188
CAPÍTULO 4 – MOTIRÃO DAS RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	191
4.1. Os espaços de convergência e políticas contenciosas.....	192
4.2 – O ATL: o mega acampamento dos povos.....	196
4.2.1 - Os deslocamentos coletivos: a geografia por detrás das marchas.....	215
4.3 – O encontro nacional dos estudantes indígenas (ENEI).....	218
4.4 - Mobilizações contra o marco temporal: a luta indígena contra o genocídio legislado.....	220
4.5 - A Marcha das Mulheres Indígenas.....	224
4.7 - A institucionalização territorial da luta indígena.....	229
Considerações Finais.....	232
Referências Bibliográficas.....	233

PRÓLOGO

Sou de Tomé-açu, território ancestral do povo tembé. Minha família é natural de Cametá, território ancestral do povo Tupinambá. Eu cresci numa realidade em que o conflito pela terra foi normalizado. Lembro da minha mãe me dizendo que "quem se mete em briga por terra acaba morto". Eu nunca tinha entendido do que de fato se tratava, mas o medo estava sempre presente. Foi a Geografia que me ajudou a compreender melhor a minha realidade. E tal como aponta Fanon, que a decolonização é sempre um processo violento, se decolonizar, por vezes, também é um processo doloroso, porque tomamos consciência de todas as violências que historicamente sofremos.

Comecei a pesquisa em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Criada por mãe solo, me vi sem raízes quando ela se tornou mais uma das vítimas do COVID-19. Mas as pessoas que conheci na universidade me acolheram e logo depois, com o retorno das atividades presenciais, o movimento indígena também me acolheu. Foram as medicinas das florestas que me fortaleceram para enfrentar os desafios de uma pós-graduação.

No primeiro ATL que participei, em 2022, um cacique do Povo Kanela passou por mim, enquanto estava sentada no chão vendo um povo ensaiar sua dança de apresentação para o dia seguinte, ao lado do professor Nino. O cacique parou, nos olhou e perguntou se queríamos jantar com ele. Aceitamos. Foi a partir desse momento que uma página virou nas nossas vidas e nos apresentou outras formas de se relacionar com as pessoas. Chegamos em sua barraca e um grupo de pessoas já estava lá reunida em volta de uma fogueira. Alguns estavam aplicando rapé, outros cachimbando. Enquanto conversávamos com o cacique, rituais de cura estavam sendo realizados, cantos foram entoados e ouvíamos com muita precisão a força do maracá. E durante uma semana esse foi o nosso "cotidiano". Nunca tinha sido tão didático a mim o quanto o conhecimento ultrapassa as fronteiras da sala de aula.

As redes sociais se tornaram uma grande ferramenta de aproximação com a luta. Passei a acompanhar todos os dias as postagens que tinham desde denúncias, manifestações culturais, vídeos e textos educativos, chamados para os mais variados tipos de protestos. Decidi então que iria conversar com algumas pessoas, e mandei mensagem me apresentando e falando sobre a minha pesquisa. Muito do que aprendi foi através dessas conversas. Dentre as primeiras delas, dialoguei com Porakê Munduruku,

Sou muito grata por esse acolhimento. Porque cada pergunta que eu fazia, não se tratava mais somente de pesquisa acadêmica, mas de uma luta política e o resgate de uma história que me foi furtada. Nunca busquei um afastamento da minha história. O exercício de reflexão que

apresento no decorrer dos capítulos propõe o envolvimento com a luta e sem cair no esquecimento de que muitas páginas foram escritas durante a angústia de um dos contextos políticos mais difíceis do Brasil. Muitas vezes pensei que a universidade não fosse um espaço para pessoas como eu. A retirada de oportunidades foi e ainda é uma realidade de muitas pessoas que fazem parte da minha vida. Estudar é resistir.

Foram anos de dedicação e esforço para sistematizar e analisar as inúmeras ações coletivas dos povos indígenas, uma jornada marcada por persistência, na qual sistematizei e analisei mais de 1600 ações coletivas realizadas pelos povos indígenas no país. A cada notícia acompanhada em tempo quase real, fortaleci minha determinação em permanecer engajado na luta. Os desafios econômicos, sociais e as barreiras impostas pela classe, gênero, cor da pele e naturalidade foram apenas obstáculos, dos quais com muita dificuldade sim, sigo a cada dia superando. Esta jornada não foi fácil e ainda não é, mas cada período em que a vida avança, sigo fortalecendo cada vez mais meu vínculo com a causa indígena e reafirmou minha convicção de que é no que eu acredito que vale a pena lutar. Assim, encerro este prólogo com firmeza de que estou no caminho certo, pronta para enfrentar os desafios que ainda virão e continuar contribuindo, da melhor forma possível, para um mundo menos violento, com todas e todos nós.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se consolida a partir de três grandes pilares que a sustentam, sendo: 1) o DATALUTA Floresta e os dados sobre as ações coletivas, movimentos, povos e comunidades organizadas, incluindo suas respectivas pautas de lutas; 2) as contribuições indígenas que ecoam as vozes de seus povos, seja por meio de suas próprias produções acadêmicas ou literárias, mas também por meio de entrevistas concedidas; 3) os trabalhos de campo em ações coletivas de escala nacional realizadas pelos povos indígenas. O recorte temporal é de 2020 a 2023, que contempla a criação e desenvolvimento do banco de dados do DATALUTA Floresta, assim como a experiência nas principais mobilizações do movimento indígena no Brasil, como o Acampamento Terra Livre (ATL), Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), Marcha das Mulheres Indígenas e as mobilizações contra o Marco Temporal.

Por meio dessa pesquisa buscamos compreender a disputa pelos territórios através da luta indígena coletivamente organizada. Para isso, apresentamos possibilidades de abordagens sobre o território, em diálogo com o que é proposto academicamente mas também das próprias concepções indígenas enquanto uma reivindicação de direito originário, a exemplo de Luciano-Baniwa (2006, p. 33) ao explicar que "os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro".

Entretanto, tal como demonstraremos no decorrer dos capítulos, a Geografia possui um déficit no que diz respeito à causa e ao debate indígena. Embora seja uma das principais ciências a propor conceitos de territórios, ainda possui grandes limitações no diálogo com a diversidade de povos e cosmovisões, o que nos instiga a refletir sobre as consequências da colonização na academia.

Essa dissertação marca o início de um compromisso contínuo com um processo de descolonização intelectual, no qual buscamos nos engajar ao longo de nossas vidas. Como delineado no capítulo 1, optamos por iniciar nosso trabalho a partir das vozes e perspectivas de autores indígenas, reconhecendo suas importâncias e centralidades para entendermos a realidade geográfica do Brasil. No entanto, devido à necessidade de estabelecer diálogo com correntes acadêmicas mais amplamente aceitas e difundidas, decidimos também incorporar alguns clássicos em nossa pesquisa, para que possamos demonstrar possibilidades de análise diversas, que por vezes possam não ter sido realizadas pela única falta de interesse.

A decisão de incorporar clássicos na pesquisa é fundamentada na necessidade de confrontar e desconstruir as estruturas coloniais que permeiam tanto a academia quanto a

sociedade em geral. O uso de autores com perspectivas não-decoloniais não implica em endossar ou privilegiar sua visão de mundo, mas sim em utilizar suas teorias e conceitos como ferramentas para questionar e subverter a hegemonia do conhecimento ocidentalizado, assim como evidenciar suas lacunas e atualizar os debates.

Mas para além disso, buscamos evidenciar as interconexões entre as diferentes formas de conhecimento e ampliar as perspectivas sobre questões geográficas. Isso nos permite complexificar nossa análise, incorporando também o debate multidisciplinar, identificando contradições e possibilidades de transformação dentro da Geografia.

Portanto, o debate bibliográfico adotado no nosso trabalho não representa uma adesão acrítica ao cânone acadêmico dominante, mas sim uma estratégia consciente de ampliar o espectro de discussões e perspectivas, ao mesmo tempo em que mantemos o compromisso com uma abordagem popular, no qual reconhecemos enquanto principais contribuintes de toda a construção do trabalho as vozes dos povos indígenas.

Em vista disso, nosso primeiro capítulo, intitulado “Peabiru e Icamíabas: entre o caminho e a crítica”, buscamos introduzir o procedimento de pesquisa adotado nesta dissertação, destacando a preocupação em proporcionar aos leitores e leitoras um panorama da construção do pensamento e das escolhas feitas durante esse processo. Optamos por apresentar a dialética de compreensão das informações: por um lado envolveu a intensa leitura das notícias relacionadas aos povos indígenas, com uma estimativa de mais de 50 mil e-mails, contendo entre 1 a 10 notícias recebidas no DATALUTA Floresta, sendo cerca 75% relacionadas aos povos indígenas; e por outro lado (e indissociavelmente) a imersão junto aos movimentos, que direcionou grande parte das abordagens apresentadas. Ambas experiências são colocadas em diálogo às teorias geográficas, o que explicita a necessidade de avançar na atualização de conceitos e de procedimentos metodológicos, sendo a propositiva do capítulo refletir caminhos (Peabiru) possíveis para o debate dos movimentos socioterritoriais e da causa indígena.

No segundo capítulo, intitulado “Espaço, território e movimentos socioterritoriais indígenas”, apresentamos a discussão sobre cada um desses conceitos na geografia em diálogo com abordagens a partir das realidades indígenas desde evidências arqueológicas pré-coloniais sobre os espaços indígenas até os debates mais recentes realizados em torno dos conceitos discutidos. Isso porque compreendemos enquanto basilar reconhecer o contexto da luta indígena no Brasil e as consequências do processo de colonização atreladas às violências do capitalismo para com os povos originários. Estratégias de sobrevivência e resistência ao extermínio e genocídio ainda são elementos identificados na conjuntura mais recente das pautas dos movimentos indígenas. Nesse sentido, pontuamos fatos históricos que nos apresentam

importantes características a serem considerados na análise da produção do espaço e territórios indígenas, sendo reverberados na formação dos movimentos e na realização das ações coletivas.

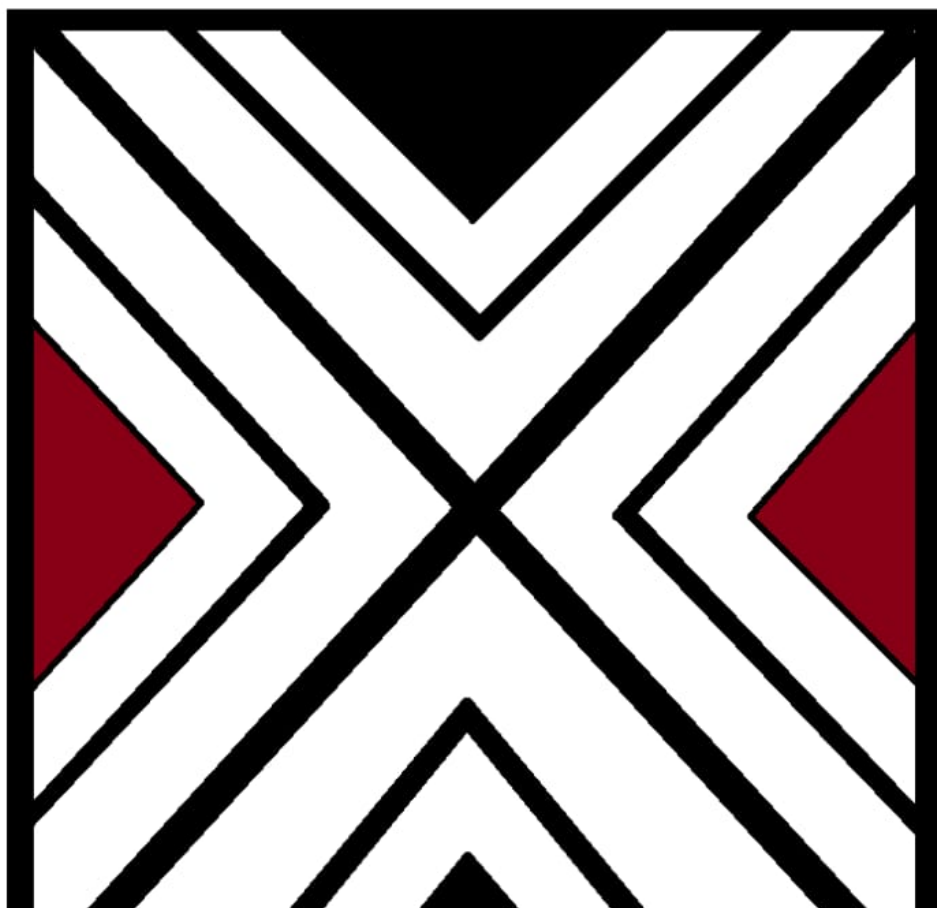
Nesse sentido, o capítulo dois ainda é dedicado ao exercício do debate dos movimentos indígenas sob os auspícios de um diálogo com a geografia em que os reconhecemos enquanto um dos principais exemplos do estamos chamando de movimentos socioterritoriais, conceito apresentado por Fernandes (2005). Considerando que é um conceito que nasce no bojo da geografia agrária, os movimentos socioterritoriais podem ser instrumentos teóricos que nos possibilitam evidenciar a indissociabilidade, na conjuntura apresentada, da luta organizada dos povos indígenas por seus territórios. Em vista disso, fazemos o exercício de trazer contribuições a partir de uma leitura geográfica sobre a organização e formas de ações coletivas do movimento indígenas.

No terceiro capítulo, sobre “Movimentos Socioterritoriais Indígenas: um panorama a partir do DATALUTA Floresta”, abordamos as ações coletivas dos povos indígenas no Brasil entre 2020 e 2022, tomando como ponto de partida a análise do contexto político. Embora não seja o foco principal, reconhecemos a necessidade de considerar os ataques aos territórios na luta pela sobrevivência desses grupos. Diversas são formas de violência enfrentadas historicamente pelos indígenas, como intolerância religiosa, apagamento cultural, assassinatos, ameaças e racismo, enquanto alguns dos identificamos e evidenciados no transcorrer da pesquisa. Nesse capítulo, iniciamos o debate com o conceito de pós-fascismo, terricídio e necropolítica, enquanto possibilidades de leitura e análise dos desafios enfrentados durante o início da pandemia em 2020; a organização e defesa dos territórios ainda em contexto pandêmico no ano de 2021 em meio à agenda anti-indígena do governo Bolsonaro; e o retorno das ações presenciais em 2022, ano de eleições presidenciais.

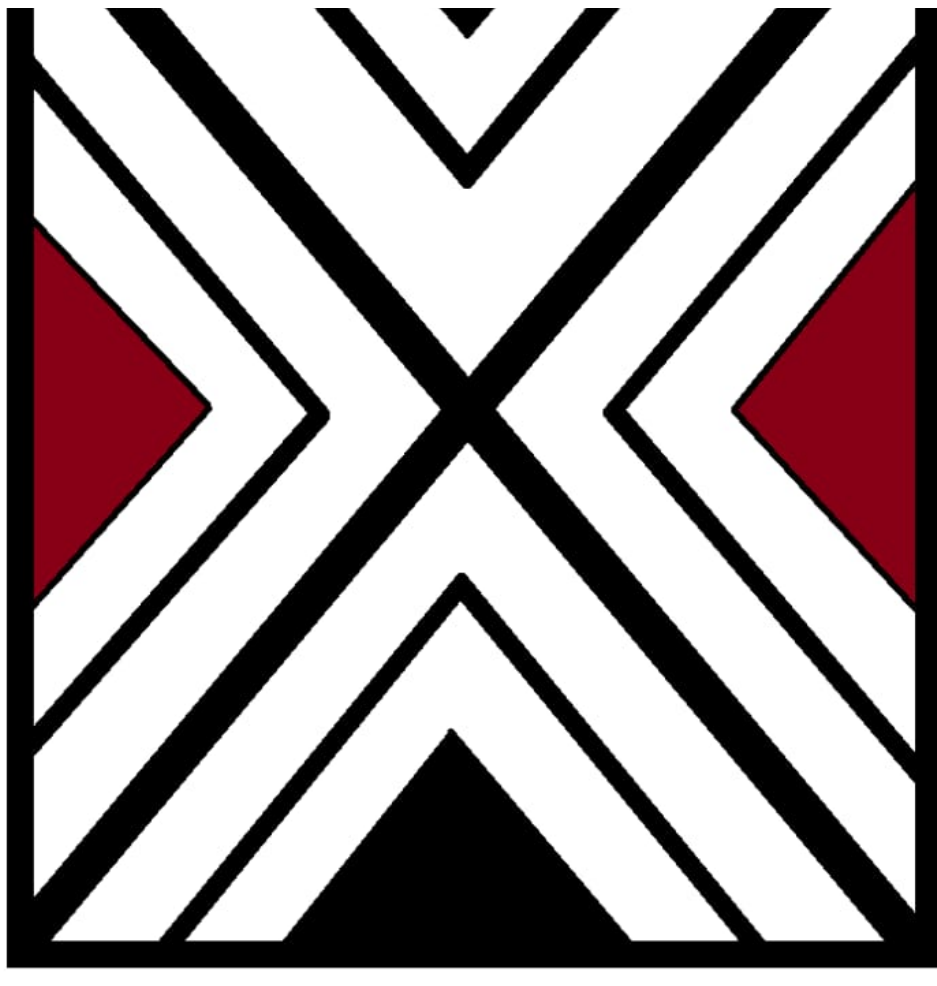
No quarto capítulo, intitulado “Motirô das resistências indígenas: espaços de convergência dos movimentos socioterritoriais”, apresentamos nossas experiências em trabalhos de campo enquanto espaços de luta ao qual nos somamos. As principais análises abrangem o Acampamento Terra Livre (ATL) nas edições de 2022 e 2023, o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI) em 2022, a Marcha das Mulheres Indígenas em 2023, e as mobilizações do Marco Temporal em 2023. O recorte temporal abrange o período pós-isolamento social da pandemia de Covid-19, coincidindo com o ano das eleições presidenciais e o início do governo Lula. Neste capítulo buscamos abordar a complexidade dessas mobilizações, destacando estratégias espaciais e temporais dos movimentos, utilizando conceitos como espaços de convergência (ROUTLEDGE, 2013), políticas contenciosas (TARROW, 2009) e mobilização coletiva (PEDON, 2013). O debate revela a organicidade dos

movimentos socioterritoriais indígenas, desde a seleção de espaços estratégicos até as articulações com outras instituições.

Partimos da hipótese de que a organização dos povos indígenas na luta por seus territórios possui elementos suficientes para caracterizá-lo como movimentos socioterritoriais, podendo ser constituído ou não-constituído. Movimentos socioterritoriais são aqueles que possuem como trunfo de sua luta o território (FERNANDES, 2005). Os movimentos constituídos são os caracterizados pela organicidade formal de um nome, sede, bandeira e demais estruturas coletivas que caracterizam um grupo com demandas em comum. Os movimentos não constituídos é um novo conceito para compreender os coletivos de luta que se formam a partir da realização recorrente de ações coletivas, caracterizados anteriormente por Fernandes (1999) como o processo de gestação de um movimento.



CAPÍTULO 1
PEABIRU E ICAMIABAS:
ENTRE O CAMINHO E A CRÍTICA



Trazer como ponto de partida um debate sobre o método desta pesquisa foi uma decisão preocupada em orientar as leitoras e os leitores deste texto a compreenderem a construção do pensamento e as escolhas adotadas sobre as abordagens aqui realizadas. Isso porque essa dissertação se consolida por um compilado de saberes adquiridos desde o desenvolvimento de um banco de dados até à experiência da realidade concreta junto aos movimentos indígenas na participação em ações coletivas tais como marchas, acampamentos, assembleias, plenárias, encontros, rituais, entre outras que serão discorridas ao longo do debate aqui proposto.

Esta foi uma pesquisa vivida cotidianamente desde o seu início. Numa dialética de aprender com os movimentos, aprender nas leituras e debates na universidade e voltar para refinar os aprendizados com os movimentos, nossos esforços são os de nos aproximar do que Bonilla et al. (1972) chamam de *investigación militante* (pesquisa militante). Segundo os autores, "O cientista que mergulha na realidade como pesquisador militante, ele tem um jeito de conceber a si mesmo e a sua própria arte, ou seja, baseia-se numa série de pressupostos teóricos que norteiam a sua atividade [...]" (BONILLA ET AL, 1972, p. 38, tradução nossa).

Incorporamos tais ideias às contribuições feitas por Fernandes e Sobreiro Filho (2023) sobre método, considerando que esta é uma etapa fundamental da consolidação do pensamento científico, que direciona nossas escolhas sobre a forma que vamos de interpretar a realidade:

O método é um pensamento pensante que dialoga com teorias, que são pensamentos pensados para analisar e interpretar realidades escolhidas, diversos espaços e territórios dos temas trabalhados. São as ações ou os atos de estar pensando que criam espaços cognitivos, onde buscamos em nossas memórias e histórias, nossas leituras que comparam tempos, espaços, movimentos, e territórios em suas realidades. (FERNANDES; SOBREIRO FILHO, 2023, p. 335-336)

Segundo os autores, o método é essencialmente um processo de pensamento que interage com teorias, que, por sua vez, são construções intelectuais desenvolvidas para analisar e interpretar realidades específicas, abrangendo diversos espaços e territórios relacionados aos temas em estudo. Fernandes e Sobreiro Filho (2023) ressaltam que as ações ou os atos de reflexão criam espaços cognitivos. Nesses espaços, os pesquisadores(as) exploram suas memórias, histórias pessoais e leituras relevantes. Durante esse processo, são comparados tempos, espaços, movimentos e territórios em suas realidades específicas.

Para Saquet (2023):

Por “método” referimo-nos à trajetória de pesquisa percorrida desde a definição do tema e objeto de estudo, seus objetivos, metas, orientação teórico-conceitual e técnicas de pesquisa. Portanto, é um processo temporal e relacional porque geralmente não pesquisamos sozinhos: aprendemos e ensinamos através de relações sociais com outras pessoas que estão direta e indiretamente envolvidos em cada movimento, mesmo em pesquisas individualizadas como mestrado e estudos de doutorado. Assim,

consideramos o método como uma questão relacional e de poder que envolve uma multidimensionalidade de aspectos políticos, ideológicos, culturais, questões econômicas e ambientais (SAQUET, 2023, p. 3, tradução nossa).

De acordo com o autor, o método se refere à trajetória seguida desde a definição do tema e objeto de estudo até a orientação teórico-conceitual e técnicas de pesquisa. O autor enfatiza que o método é um processo temporal e relacional, pois geralmente a pesquisa não é conduzida de forma isolada: frequentemente envolve interações sociais com outras pessoas que estão diretamente ou indiretamente envolvidas em cada etapa, mesmo em pesquisas individualizadas como mestrado e doutorado (SAQUET, 2023).

Além disso, o autor destaca que o método é uma questão relacional e de poder, envolvendo uma multiplicidade de aspectos políticos, ideológicos, culturais, econômicos e ambientais (SAQUET, 2023). Isso ressalta a complexidade do processo de pesquisa, destacando que as escolhas metodológicas não ocorrem em um vácuo, mas são influenciadas por diversas dinâmicas e relações presentes no ambiente acadêmico e na sociedade em geral.

Logo, as inquietações que tangenciam este trabalho estão diretamente relacionadas às reflexões de como exercitar um método que se consolida desde as bases, considerando a realidade brasileira em que os reflexos do colonialismo, dos interesses hegemônicos, do patriarcado e do racismo ainda são tão evidentes?

Segundo Grosfoguel (2016),

O racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo [...] Nas universidades ocidentalizadas, o conhecimento produzido por epistemologias, cosmologias e visões de mundo "outras", ou desde geopolíticas e corpos políticos do conhecimento de diferentes regiões do mundo considerados como não ocidentais com suas diversas dimensões espaço/temporais, reputados "inferiores" em relação ao conhecimento "superior" produzido por uns poucos homens ocidentalizados dos cinco países, conformam o cânone do pensamento nas humanidades e nas ciências sociais (GROSFOGUEL, 2016, p. 25-27).

Grosfoguel (2016) argumenta que o conhecimento produzido pelos ocidentais é amplamente privilegiado e considerado como a norma, enquanto os conhecimentos provenientes de outras culturas, regiões ou perspectivas são frequentemente desqualificados,

marginalizados ou subalternizados. Ainda segundo o autor, isso cria uma injustiça cognitiva, onde as vozes e conhecimentos de grupos não ocidentais são desconsiderados ou desvalorizados, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder baseadas em projetos imperialistas, coloniais e patriarcais (GROSFOGUEL, 2016).

No decorrer deste capítulo, buscamos contextualizar algumas dessas violências epistêmicas e de invisibilização que são sofridas pelos povos indígenas e seus movimentos, a fim de propor possibilidades outras de construção do conhecimento geográfico, que contemple e dialogue com os saberes populares. Do mesmo modo, pontuamos reflexões sobre a construção do nosso procedimento de pesquisa, considerando a interseccionalidade das lutas e as disputas pelos territórios, no qual o próprio pensamento exposto se caracteriza como um território imaterial (FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2009), na luta e defesa de outros territórios imateriais e materiais dos movimentos indígenas, junto a um coletivo de pensamento (FLECK, 2010; CAMPOS, 2012) constituído pelo DATALUTA Floresta.

Em vista disso, nosso enfoque neste primeiro momento será direcionado para as seguintes etapas do procedimento da pesquisa, que se correlacionam:

- 1) Levantamento e debate bibliográfico, sobre conceitos e categorias geográficas, bem como de conceitos multidisciplinares relacionados aos movimentos sociais e à causa indígena, com uma dedicação expressiva na leitura de autores indígenas, sejam por textos acadêmicos ou de notório saber. Esta etapa dialoga diretamente com as reflexões feitas a partir dos trabalhos de campo, realizados nas mobilizações de escala nacional e com as entrevistas realizadas durante ou após as ações coletivas.
- 2) O banco de dados do DATALUTA Floresta, o qual permite que possamos monitorar as ações coletivas realizadas pelos povos indígenas organizados em movimentos diariamente, e por vezes, em tempo quase real.
- 3) As ações coletivas como trabalhos de campo, parte imprescindível para a compreensão dos dados e para a realização da pesquisa militante, onde se consolidaram relações de troca de saberes junto aos movimentos e a intensificação de nosso envolvimento com a luta.

1.1 - ENTRE PÁGINAS E PROTESTOS: A BIBLIOGRAFIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Antigamente, nossos maiores não contavam nenhuma dessas coisas porque sabiam que os brancos não entendiam a sua língua. Por isso a minha fala será algo de novo, para aqueles que quiserem escutar. Mais tarde, eu disse a você "Se quiser pegar minhas

palavras, não as destrua. São palavras de *Omama* e dos xapiri. Desenhe-as primeiro em peles de imagens, depois olhe sempre para elas. Você vai pensar "Haixopê! É essa mesmo a história dos espíritos!". E, mais tarde, dirá a seus filhos: "Estas palavras escritas são as de um Yanomami, que há muito tempo ele me contou como ele virou espírito e de que modo aprendeu a falar para defender a sua floresta" [...] Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento. [...] Gostaria que, após tê-las compreendido, dissessem a si mesmos: "Os ³Yanomami são gente diferente de nós, e no entanto suas palavras são retas e claras. Agora entendemos o que eles pensam. São palavras verdadeiras! A floresta deles é bela e silenciosa. Eles ali foram criados e vivem sem preocupação desde o primeiro tempo. O pensamento deles segue caminhos outros que o da mercadoria. Eles querem viver como lhes apraz. Seu costume é diferente. Não têm peles de imagens, mas conhecem os espíritos xapiri e seus cantos. Querem defender sua terra porque desejam continuar vivendo nela como antigamente. Assim seja! Se eles não a protegerem, seus filhos não terão lugar para viver felizes. Vão pensar que a seus pais de fato faltava inteligência, já que só terão deixado para eles uma terra nua e queimada, impregnada de fumaças de epidemia e cortada por rios de águas sujas!" (KOPENAWA; BRUCE, 2016, p. 63-65)

Kopenawa, um líder Yanomami, destaca a diferença fundamental entre a perspectiva Yanomami e a dos brancos¹, especialmente em relação à preocupação com o futuro, pois, enquanto os não indígenas são, em geral, focados em preocupações imediatas, os Yanomami valorizam a preservação de sua terra para as gerações futuras. Assim, em um contexto de tantas violações, Davi Kopenawa menciona a resistência dos Yanomami em compartilhar certos conhecimentos com os brancos (não indígenas) no passado, pois acreditavam que os brancos não entendiam a língua e a sabedoria deles. Entretanto, o líder expressa a necessidade de transmitir as tradições Yanomami para aqueles dispostos a ouvir e pede que suas palavras sejam preservadas e desenhadas em peles de imagens (papel), para que possam ser lembradas e compreendidas ao longo do tempo (KOPENAWA; BRUCE, 2016).

Com este subcapítulo nos propomos a debater uma das principais intenções desta pesquisa: que seja um ecoar de vozes, que considere as vivências, que acompanhe as realidades e que haja o respeito de aprender e de somar com os diferentes saberes, a partir da construção de uma abordagem geográfica. Assim, nas análises que tangenciam os movimentos indígenas no Brasil, tomamos enquanto aportes iniciais um dos principais pilares de uma pesquisa científica: a escolha da bibliografia. Cada texto que contribuiu para a fundamentação desta dissertação foi escolhido com cautela, sob o intuito de reconhecer as intersecções² de luta nas ações coletivas que qualificam as disputas territoriais, bem como reconhecer o que já foi escrito pelos próprios sujeitos em movimentos.

¹ Denominação utilizada por alguns povos para se referir a pessoas não indígenas, independente da cor da pele ou raça.

² Para aprofundamento no debate das interseccionalidades, ver: AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

A abordagem adotada nesta dissertação se alinha com a reflexão de Fernandes (2008) sobre a complexidade dos territórios³, reconhecendo-os como não apenas espaços físicos, mas também como construções sociais atravessadas por relações sociais e pensamentos. A compreensão dos territórios materiais e imateriais fortalece a análise das intersecções de luta presentes nas disputas territoriais, destacando a interdependência e a indissociabilidade dessas dimensões na construção e disputa territorial:

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 280)

Nessa perspectiva, a seleção da bibliografia adotada nesta pesquisa não é apenas um exercício acadêmico, mas sim um ato de reconhecimento das múltiplas vozes e experiências que constituem esses territórios. Reconhecemos que as perspectivas enraizadas no pensamento europeu predominaram historicamente, porém, ao mesmo tempo, é essencial admitir que os povos originários sempre tiveram suas próprias formas de compreensão e interação com o mundo⁴.

Não podemos subestimar a contribuição da narrativa histórica para o entendimento do processo de construção do conhecimento científico, especialmente no âmbito da Geografia. Consoante às observações de Fanon (1961, p. 47), é notável que "o colono faz história e sabe que a faz [...] A história que escreve, não é, pois, a história do país que ele despeja, mas a história da sua nação onde ele rouba, viola e espalha a fome". Djamila Ribeiro (2019, p. 24), ao discorrer sobre posicionamentos antirracistas, destaca que "O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que numa sociedade as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram". Embora o enfoque da autora seja sobre a população negra, o epistemicídio promovido pela branquitude também atinge outros corpos-territórios, tais como as mulheres e indígenas, por vezes em lutas interseccionais.

Este pensamento ecoa em diálogo às reflexões de Paulo Freire sobre o poder da branquitude, quando relaciona a experiência africana à questão brasileira, especificamente no contexto dos povos indígenas e mestiços. Durante um diálogo com membros do Conselho

³ Conceito apresentado e aprofundado no capítulo 2

⁴ Um exemplo desse debate feito na geografia pode ser encontrado em Benites (2021) e em Ribeiro (2023).

Indigenista Missionário (CIMI), regional de Mato Grosso do Sul, preservado no acervo do Instituto Socioambiental, Paulo Freire explica sobre esse processo:

Primeira afirmação: vocês vêem que isso cientificamente, não merece nem consideração, não dá nem pra discutir uma barbárie desta, mas está viva, está expressa pela presença invasora do branco lá. O branco trouxe a História na mão, e a História é sua, e deu de presente porque quer bem ao desgraçado do negro, a História de branca. Na História dele vem a cultura do branco, vem a religião do branco, vem a compreensão do mundo branco também, a língua do branco é a única que é língua [...] A branquitude brasileira ao expropriar as terras, ao dominar a cultura, ao considerar os indígenas como de menor idade, incapazes, quistos de negatividade no Brasil e de inferioridade, manchas de impotência nacional. Ao fazer isso, pretendem, porém, sempre uma mão-de-obra nessa região toda do país. Uma mão-de-obra barata, explorada, vilipendiada. (CIMI - MT, 1982, p. 1-2)

Com muita didática, Paulo Freire destaca na assembleia que todo esse processo de opressão dos povos indígenas é uma constante dialética, na qual a própria violência do sistema resulta em processos subversivos, não esperados pela branquitude. Esses processos são pautados na resistência à dominação dos grupos privilegiados e na disputa pelos espaços, sendo exemplos as lutas indígenas por acesso a oportunidades educacionais e empregatícias, o alcance de cargos nos espaços de tomada de decisão e a reivindicação pela garantia do direito territorial.

Belfort [Kaingang] (2006) nos apresenta importantes ferramentas de análise ao debater sobre o contexto histórico do Brasil em relação às políticas indigenistas, que, segundo a autora, são sustentadas por três principais paradigmas: 1) paradigma do extermínio; 2) paradigma da assimilação e integração; 3) paradigma da interação. Ao abordar o período em que o paradigma de extermínio prevaleceu, as análises apresentadas pela autora oferecem instrumentos que permitem a compreensão de uma fase caracterizada por intensos conflitos territoriais, nos quais práticas violentas foram preponderantes, com o intuito de promover a limpeza étnica e genocídio, conforme descrito por Belfort [Kaingang] (2006). É exemplo disso o período de invasão europeia, da qual hoje somos testemunhas da sobrevivência de mais de 300 povos indígenas, por mais de 500 anos de resistência. Numa correlação desigual de forças, resistem às tentativas de massacre, de expropriação territorial, de apagamento cultural, de limpeza étnica.

Ao avaliarmos o período de predominância do segundo paradigma, trazemos como exemplo o debate sobre os impactos da ditadura militar no Brasil para os povos indígenas, que ainda não é tão difundido quanto deveria, considerando a expressividade das violências. Se não fosse pelo Relatório Figueiredo, encontrado em 2012 por Marcelo Zelic, não saberíamos de boa parte das denúncias que foram feitas sobre as torturas promovidas aos auspícios do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Indígenas que apanharam por falar seus idiomas, torturados enquanto

peessoas da elite ou seus representantes saqueavam as aldeias e vendiam seus artesanatos, abusavam das mulheres e sequestravam as crianças.

Entre os impactos avaliados, a extensão real do projeto genocida executado durante o período ainda permanece desconhecida. No entanto, é factível identificar certos aspectos do refinamento da crueldade por meio do Relatório Figueiredo:

Os espancamentos, independentes da idade ou sexo, participavam da rotina e só chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionaram a invalidez ou a morte [...] A crueldade contra o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso, nem todos incorreram nos delitos de maus tratos aos índios, mas raros escaparam dos casos de desvio e apropriação ou dilapidação do patrimônio indígena. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1968, p. 3, 4).

O Relatório Figueiredo também é um documento que testemunha a violência da disputa territorial. Este contexto já conta com os legados da manifestação de uma arrogância científica iniciada com relação ao Brasil no período da colonização, conforme destacado por Lévi-Strauss (1989). Segundo o autor, evidencia-se uma recusa em aceitar aquilo que não se alinhava com as próprias crenças ou compreensão europeia. Já refletia Narby (2018), ao imergir na realidade do povo Ashaninka, na Amazônia peruana, que tem coisas que não compreendemos porque não faz parte da nossa realidade, e por vezes, não concordamos porque não compreendemos. E isso não é o suficiente para colocarmos os outros saberes em níveis de inferioridade.

Linda Tuhiwai Smith, do povo Māori, em Aotearoa (termo Māori para se referir à Nova Zelândia), é socióloga e autora de uma das obras mais reconhecidas internacionalmente ao tratarmos das críticas referentes às pesquisas realizadas com povos indígenas. Em uma das suas principais obras, intitulada de "Descolonizando Metodologias", a autora destaca problemáticas enfrentadas por diversos povos indígenas durante o desenvolvimento e divulgação dos resultados de pesquisas, nos quais se destacam a apropriação dos conhecimentos e até mesmo uma histórica negação das reivindicações que são pautadas pelos povos indígenas, incluindo o direito aos seus territórios.

A palavra 'pesquisa', em si, é provavelmente uma das mais sujas do mundo vocabular indígena. Quando mencionada em diversos contextos provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança [...] Assustamos o fato de que o Ocidente possa desejar extrair e reivindicar posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo, rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram tais ideais, sobretudo negando-lhes oportunidades para serem criadoras de sua própria cultura e de sua própria nação. Enfurece-nos que práticas vinculadas ao último século, e a séculos anteriores a este, ainda sejam empregadas para negar a legitimidade das reivindicações dos povos indígenas pelo direito à existência, à terra e aos territórios, pelo direito de autodeterminação, pela sobrevivência de nossas línguas e formas de conhecimento

cultural, pelos nossos recursos naturais e pelos sistemas que adotamos para viver em nossos ambientes (SMITH, 2018, p. 11).

Quando Smith (2016) explica sobre a negação das legitimidades relacionadas aos direitos dos povos indígenas, estão incluídos os territórios. Isso dialoga com o que Gersem Luciano, do povo Baniwa, destaca em sua dissertação, a partir de sua própria realidade junto à Federação das Organizações do Alto Rio Negro (FOIRN). O autor evidencia contradições em pesquisas que vinham sendo realizadas em sua região, pautadas no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade, no entanto, efetivadas por correlações desiguais de forças e de metodologias, com a imposição de propostas artificiais aos reais problemas vivenciados pelas comunidades indígenas:

Uma dessas preocupações refere-se ao fato de que, se por um lado, há uma ressonância entre os discursos inovadores dos projetos orientados pelos princípios de sustentabilidade cultural e ambiental, por outro, há um descompasso conceitual e operativo nos processos de implementação das iniciativas, que impõe limites aos propósitos e estratégias definidos pelos projetos - como os de autonomia, autogestão e participação indígena (LUCIANO [BANIWA], 2006, p. 3)

As ponderações de Luciano [Baniwa] (2006) possuem relação direta com as diferenciações de saberes, nas quais os projetos científicos são implementados de forma impositiva, ou seja, que não são iniciados pela base das comunidades. Tais propostas apresentam déficit na empiria, e por vezes, são aceitos devido a um violento histórico colonial, atrelados às necessidades emergentes vivenciadas nos territórios, o que acarreta na execução de projetos excludentes e que reforçam a invisibilização das perspectivas indígenas (Luciano [Baniwa], 2006).

Na Geografia, Amparo (2013), Goetttert e Mota (2020), Santos (2019), Guerra e Aruzzo (2020) já apontaram críticas sobre a carência nas pesquisas geográficas que se relacionam aos debates da questão e causa indígena. Eles afirmam que áreas científicas distintas, como a antropologia e as ciências sociais, possuem uma experiência mais consolidada e um reconhecimento mais amplo sobre esse enfoque. Concordamos com esses autores ao enfatizar que as pesquisas que contemplam temas indígenas e as disputas territoriais que os envolvem estão em um momento de crescimento na Geografia, mesmo que ainda ocorram de forma dispersa entre as diferentes áreas dessa ciência, por vezes se concentrando nos recortes da geografia agrária.

Entretanto, a indagação que orientou nossas reflexões preliminares reside na abordagem geográfica e sistemática das informações sobre a dupla construção teórica-metodológica de 1)

pesquisa com movimentos socioterritoriais indígenas e 2) banco de dados do DATALUTA Floresta. Como promover um diálogo entre os procedimentos científicos da geografia e o reconhecimento dos saberes indígenas na construção desta pesquisa?

Recorremos à própria trajetória do pensamento geográfico para retomar algumas prepositivas. São inegáveis as contribuições dos clássicos da Geografia, como Alexander von Humboldt (alemão), Friedrich Ratzel (alemão), Carl Ritter (alemão), Vidal de La Blache (francês), Pierre George (francês), entre outros, são amplamente reconhecidas nos cursos de Geografia. Vale ressaltar que Yves Lacoste (1988) foi perspicaz ao criticar uma ciência inicialmente concebida para fins bélicos, mas que também foi instrumentalizada para diversas finalidades, exercendo papel tanto como ferramenta quanto como produtora de estratégias territoriais, configurando-se, portanto, como instrumento de poder:

[...] a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder (LACOSTE, 1988, p. 9)

O poder, abordado sob uma perspectiva multidimensional, revela-se como uma transmutação intrínseca, manifestando-se não apenas nas dinâmicas sociais, mas também nos saberes produzidos e na apropriação dos espaços (RAFFESTIN, 1993). De acordo com Saquet (2023, p. 7), estamos em um momento de "enfrentamento, diante do mascaramento e da reprodução da colonialidade em concepções hegemônicas de geografia, bem como diante da gravíssima situação de vida de bilhões de pessoas que precisam dos conhecimentos que nós produzimos nas universidades, especialmente nas públicas".

Os saberes geográficos, por sua vez, historicamente figuram como instrumentos de dominação territorial, notadamente evidenciados no contexto do que hoje designamos como Brasil, anteriormente reconhecido pelos povos originários como Pindorama. Sob a premissa da colonização, os "comissários inteligentes" enviados às terras do atual Brasil pelas monarquias ibéricas, com o propósito de explorar e demarcar os territórios para as coroas portuguesa e espanhola, instrumentalizam a cartografia e a análise territorial como estratégias primordiais de dominação (KETTLE, 2018).

Refletir sobre o poder e os saberes geográficos nos alerta sobre a necessidade de abordagens cuidadosas que considerem as violências históricas, enraizadas nos legados coloniais. Essas violências não apenas permeiam a produção científica brasileira e as narrativas sobre o Brasil, mas também estão intrinsecamente vinculadas às disputas territoriais nas quais

os povos indígenas resistem. Desde a invasão europeia em 1500, marcada pela ganância genocida e expropriação territorial, o Brasil contemporâneo se depara com a persistência de legados coloniais e violências alimentadas pela lógica do sistema capitalista. Nesse contexto, a natureza é tratada como mero recurso, sujeito à exploração de minérios, madeira e outras formas de predação desenfreada. Essa exploração ocorre em paralelo a uma política anti-indigenista, na qual a correlação desigual de forças relega os povos indígenas a condições precárias de humanidade, categorizando-os como "selvagens".

É relevante destacar que a negligência do sistema não se restringe apenas aos povos indígenas; ela se estende também às mulheres, às pessoas negras, aos habitantes da Amazônia na escala nacional, e aos sul-americanos na perspectiva da escala internacional, com interseções entre várias dessas identidades, por vezes. De igual importância e interligada às lutas interseccionais, comprometemo-nos ao diálogo com autoras que exploram as questões de gênero, assim como com aquelas e aqueles cujas críticas se direcionam aos legados coloniais, capitalistas, patriarcais, eurocêtricos e racistas, elementos estes que persistem em nosso contexto contemporâneo, inclusive ainda na academia.

Sob as influências e imposições da geografia eurocêntrica, notadamente das correntes francesa e anglo-saxã, a geografia brasileira se consolidou, por um longo período, sob a égide dos interesses e lógicas coloniais. No Brasil, é apenas em 1988 que os povos indígenas deixam de ser tutelados pelo governo. É apenas em 1991 que os povos indígenas passam a ser identificados nos censos demográficos (IBGE, 2023).

A assimilação de conceitos, teorias, métodos, metodologias e paradigmas, predominantemente estrangeiros, ignorou por muitos anos as características singulares do Brasil, tanto em sua localização geográfica quanto em sua formação socioespacial. Essa adesão às perspectivas estrangeiras, em detrimento da valorização das diferentes cosmovisões dos povos, reflete a predominância de uma visão geográfica que pouco considerou a diversidade e complexidade da realidade nacional.

Acreditamos que a geografia, enquanto uma das principais difusoras do conceito de território no meio acadêmico, tem muito a contribuir ao dialogar com os saberes indígenas, com seus movimentos, com seus autores acadêmicos e de notório saber. Apresentamos as seguintes fotografias tiradas em trabalho de campo, as quais se integram às reflexões que serão levantadas no decorrer de toda esta dissertação, com um direcionamento a pensarmos na didática que os povos indígenas explicam o que é o território, na própria materialização de suas próprias existências.

Figura 1- Acampamento Terra Livre - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
24 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 2 - Acampamento Terra Livre - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
24 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 3 - Acampamento Terra Livre - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Nossa análise territorial, sobre os conflitos, as disputas, os processos de resistência e a formação dos movimentos dialoga com outros autores indígenas na geografia, como exemplo indígena Eliel Benites (2021) e Beatriz Vera (2020), assim como os indigenistas como Gilberto Vieira dos Santos (2019) e Maíra Taquiguthi Ribeiro (2023). Isso também é demarcar um território. Um território científico da contestação e do reconhecimento. Nossa proposta geográfica parte das produções dos próprios sujeitos, que são corpos-territórios em movimentos que se dedicam a escrever trabalhos científicos e de notório saber, a partir de suas próprias experiências. Foi um aprendizado recebido pelos próprios trabalhos de campo, por meio de entrevistas, conversas, cerimônias e outros espaços de partilha de saberes. Um posicionamento que também é abraçado pelo Coletivo de Pensamento "Geografias Fora Eixo", sobre fazer ciência com práxis territoriais.

Este escrito se coloca no lugar de aproximação com a realidade dos povos indígenas, que em suas lutas não se dissociam das suas cosmovisões, que pela lógica eurocêntrica, europeia, capitalista, saqueadora e colonizadora, demonizam as diferentes formas de existir no mundo, de produzir os espaços, de reivindicar os territórios. Acreditamos que este também seja um exercício de se aproximar do conceito latino-americano de pesquisa militante (*investigación militante*), estando na condição de pesquisadora, mas também de participante das ações coletivas realizadas, considerando os saberes orgânicos, adepta às orientações feitas pelos

próprios movimentos no que diz respeito aos seus debates. A pesquisa militante também foi adotada pela Rede DATALUTA enquanto um conceito-chave para a construção da metodologia dos seus bancos de dados, a ser debatido no próximo tópico, sob o viés de implementação do DATALUTA Floresta.

1.2 - GERMINANDO UM BANCO DE DADOS: O ESTADO DA ARTE DO DATALUTA FLORESTA

O DATALUTA Floresta é um banco de dados que nasceu em 2019 no XIII Encontro Nacional da Rede DATALUTA. A proposta surgiu pela expansão do debate dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em um momento em que a rede de pesquisadores reconhece que a proposta teórica estava transbordando as fronteiras dos estudos agrários. São fundados assim os seguintes espaços de pesquisa: DATALUTA Floresta, DATALUTA Água, DATALUTA Urbano e DATALUTA Agrário.

Foram e ainda são imensos os desafios de apresentar resultados de metodologias tão complexas que contemplem diferentes espaços de análise. A nova roupagem do DATALUTA descortinou possibilidades comparativas da realidade sob a ótica geográfica, tanto no que concerne aos estudos teóricos dos movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais, quanto ao papel das instituições e das ações coletivas dos movimentos sistematizados no banco de dados e suas relações com as diferentes dimensões da sociedade. Cada espaço, com diferentes coordenações e equipes, nos últimos anos, vem se dedicando ao aprofundamento teórico e procedimental da construção metodológica. Por isso, nosso procedimento é uma constante construção, que se movimenta e se adapta à realidade.

O DATALUTA Floresta, nesse contexto, é originado em solo amazônico, um projeto elaborado, desenvolvido e financiado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), inserido no âmbito institucional do Núcleo de Estudos e Projetos Agrários sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflito (NEADEC), sob a supervisão e orientação do professor Dr. José Sobreiro Filho. A primeira fonte de financiamento para a elaboração do Banco de Dados do DATALUTA Floresta foi a bolsa de iniciação científica concedida à autora desta dissertação.

Dentre os primeiros desafios que nos foi colocado, encontra-se a complexa reflexão de identificar o que são os espaços e os territórios nas/das florestas, tendo em vista a variedade concepções com as quais nos deparamos para construir o banco de dados do DATALUTA Floresta. São múltiplas as conceituações feitas pelas ciências e instituições da sociedade. Ao considerarmos a esfera estatal, analisamos a abrangência do Código Florestal Brasileiro (Lei

12.651), por exemplo. São consideradas florestas as áreas em que predominam a vegetação nativa (sendo natural ou recuperada), as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal. Nesse sentido, o primeiro ponto a ser considerado diz respeito à transposição das florestas em espaços urbanos e agrários.

Em Furlan (2006), encontramos o conceito de florestas culturais, no qual a autora argumenta que

Entendemos por florestas culturais ou sociais as florestas manejadas pelas populações rurais, particularmente em áreas indígenas, comunidades ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, caíças entre outros. São espaços sobre os quais as comunidades tradicionais não têm documentos de propriedade privada da terra e a ocupam e usam seus recursos de forma compartilhada. Abrangem florestas de uso comum em terras públicas ou privadas, muitas vezes sobrepostas a áreas protegidas institucionalmente ou com vegetação protegida por lei ambiental (FURLAN, 2006, p.5)

Para além dessa concepção de floresta cultural enquanto uma floresta que é manejada por comunidades, encontramos em Pardini (2020) a floresta como sujeito. Nesse caso, a perspectiva considera as cosmovisões indígenas da Amazônia e contempla discussões sobre a floresta enquanto um sujeito vivo não-humano. Segundo o autor,

A esta Floresta-sujeito, sensível e inteligente, termo de uma relação profundamente ética e poética, contrapõe-se a visão ocidental da floresta como natureza, meio ambiente ou paisagem, isto é, 'objeto' do nosso olhar estético-cultural, das nossas representações artísticas, do nosso conhecimento científico e das nossas leis de proteção. A 'paisagem' depende do nosso olhar, enquanto a 'mãe-terra' ou 'terra-floresta' é o que sustenta a existência humana (PARDINI, 2020, p. 4-5)

Quando o autor problematiza o que se concebe como sujeito, também nos proporciona a seguinte reflexão: por um lado temos nas perspectivas ameríndias o próprio mundo é considerado um sujeito, em contrapartida, há a perspectiva eurocêntrica que se coloca no individualismo e sempre considera o outro como um diferente. Temos portanto a compreensão antropocêntrica (sujeito-objeto) e a cosmocêntrica (sujeito-sujeito), sendo esta última aquela que compreende o mundo enquanto sujeito passível de diálogo, contemplando os não humanos (PARDINI, 2020).

Esse atual território nacional que chamamos de Brasil é um reflexo dessas distintas possibilidades de compreender o mundo, sendo uma das principais violações cometidas ao território originário - o extrativismo predatório do colonizador - aquilo que resultou em seu nome: "A derrubada do pau-brasil é o grande símbolo do começo de nossa história. O desfalque e o ataque à natureza são nossos sinais de batismo" (GAMBINI, 2000, p. 22).

Então como pensar as florestas? Como reconhecer esse espaço e seus territórios em disputa? São tantos os desafios, que se recorremos a Krenak (2022), identificamos o quanto o

nosso imaginário luta contra uma constante tentativa de cooptação no que diz respeito às florestas, principalmente quando nos provoca a recordar que "Historicamente, a cidade se opõe a esse lugar que a gente chama de floresta, a ponto de todo o imaginário infantil usar um chapéu vermelho e ser ameaçado por um lobo, ou um lobisomem, uma peste, um bicho qualquer que vai pular de dentro da floresta para comer a gente" (KRENAK, 2022, p. 26). A menção ao imaginário infantil, com referência ao conto de Chapeuzinho Vermelho, sugere que desde a infância somos condicionados a associar a floresta a perigos e ameaças. Essa narrativa contribui para a construção de uma visão deturpada sobre as florestas como lugares habitados por seres perigosos e hostis. Krenak (2022) nos provoca a refletir sobre as dicotomias, principalmente sobre as que colocam a cidade geralmente associada à civilização, segurança e ordem, e a floresta, vista como um espaço selvagem, perigoso e desconhecido.

Em vista do que foi exposto, junto à experiência do banco de dados, compreendemos que as florestas estão em diferentes espaços: o campo, as águas, as cidades estão contidos nas florestas e vice-versa. Temos as florestas contempladas pelo Código Florestal, que podem estar localizadas em diversos contextos. Mas além das fronteiras das reservas, também temos as florestas enquanto parte da cosmovisão, da ancestralidade e da própria sobrevivência.

A floresta das quais tratamos no banco de dados contemplam a materialidade e imaterialidade da vivência dos povos que cotidianamente se relacionam com as florestas, abarcando diferentes ecossistemas (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampas) e diferentes formas nas quais se expressa a sua defesa. E tal como diversos movimentos ecoam, para uma floresta de pé é preciso que os povos que as defendem estejam vivos. Segundo relatório “Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques”, disponibilizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e o Caribe (FILAC),

Os povos indígenas ocupam 404 milhões de hectares na América Latina e no Caribe, cerca de um quinto da superfície total da região (Garnett et al., 2018). Isso inclui todas as áreas onde predominam populações que se autoidentificam como indígenas, não apenas florestas ou territórios geridos de forma coletiva. Dessas 404 milhões de hectares, 237 milhões (quase 60%) estão na Bacia Amazônica (RAISG, 2019). Esta área é maior do que a ocupada pela Alemanha, Espanha, França, Itália, Noruega e Reino Unido juntos. Mais de 80% da área ocupada por povos indígenas é composta por florestas (330 milhões de hectares), dos quais 173 milhões de hectares são classificados como "florestas intactas". Quase metade (45%) das florestas intactas na Bacia Amazônica estão em territórios indígenas. Os outros 153 milhões de hectares de floresta nessas áreas estão mais fragmentados e/ou impactados (FAO; FILAC, 2021, p. 32-34).

É nesse sentido que consideramos a luta pelas florestas também luta pelos povos indígenas, por suas sobrevivências, seus modos de vidas, suas ancestralidades, conhecimentos tradicionais, seus corpos-territórios. Assim como também reconhecemos o papel dos quilombolas, dos ambientalistas e todos os movimentos que em algum momento dedicam a construção de seus espaços e territórios de luta para a defesa das florestas.

A cada nova conjuntura política e tempo de experiência no trabalho do banco de dados, outras demandas são atribuídas e novas formas de proceder devem ser estabelecidas. É assim que o banco de dados é sempre germinado (Figura 4). A forma na qual os dados são sistematizados neste tempo histórico nos possibilita um leque de opções na análise dos mais variados movimentos socioespaciais/socioterritoriais e suas ações.

Figura 4 - Germinando um banco de dados



Organização: Bruna Gonçalves Costa

As raízes que sustentam este banco de dados são fortalecidas por elementos que complementam em um movimento dialético. Partimos, nos primeiros meses da execução da nova proposta metodológica, das orientações de base que seriam comuns a todos os espaços de pesquisa da REDE DATALUTA: a criação de um e-mail e o cadastramento de palavras-chave no *Google Alerts*⁵. O uso da internet e das suas ferramentas representa uma das principais

⁵ E reconhecemos aqui o brilhantismo do professor Bernardo Mançano Fernandes pela ideia de subversão de uma ferramenta do capital, que hoje nos serve para fortalecer a luta dos movimentos no Brasil e em mais 14 países da América Latina.

estratégias de pesquisa desse banco de dados, e vamos tratar desse procedimento enquanto uma prática subversiva, considerando a intencionalidade de sua criação. Assim como a geografia⁶, a internet também foi pensada para um contexto de guerras, com a intencionalidade estratégica de dominar os territórios alheios.

Assim, iniciamos o procedimento em janeiro de 2020. Cadastramos para o primeiro ano 44 palavras-chave, baseadas em nossos entendimentos preliminares sobre temas que poderiam tangenciar as disputas pelos espaços de florestas. Estas palavras chave podem ser divididas sob as categorias de sujeitos (ex: indígenas, extrativistas, quilombolas, atingidos por barragens, etc); espaços delimitados (ex: Unidades de conservação, reserva extrativista, Terras indígenas, quilombos, etc); Impactos socioambientais (ex: desmatamento); Conflitos (ex: ocupação, conflitos ambientais, etc); Modos de vida (ex: agroecologia, agrofloresta, fundo de pasto); Movimentos (ex: ambientalistas, Xingu Livre, Movimento feminista, Movimento negro, etc); Pauta (ex: demarcação de terras); e Sociedade Civil (Frente Parlamentar indígena).

Por meio de reuniões semanais para monitorar sistematicamente o desenvolvimento da pesquisa, a equipe se deparou, dois meses após o início do estudo, com a inesperada contingência ocasionada pela pandemia do COVID-19. Este inusitado contexto introduziu desafios inéditos, demandando uma abordagem ágil na sistematização dos dados. A equipe, em tempo real, teve que assimilar as novas modalidades de ações coletivas que emergiram em virtude da pandemia, abrangendo desde barreiras sanitárias até medidas emergenciais auto-organizadas da medicina tradicional, levantamento de dados, produção de relatórios e, notavelmente, o reconhecimento da expressividade das ações online.

Ao longo do processo investigativo, tornou-se patente que cada procedimento mantinha uma relação indissociável com as decisões políticas dos coletivos responsáveis pelos distintos espaços de pesquisa: floresta, água, urbano e agrário. A sistematização dos dados, portanto, considerou as peculiaridades de cada contexto contemplado pela Rede DATALUTA, sendo a caracterização dos sujeitos que se organizam coletivamente pela luta dos territórios em disputa, um dos principais pilares que direcionam nossas análises. Esta etapa constitui a compreensão de tipologia de movimentos, na qual o DATALUTA Floresta compreende as ações coletivas dos seguintes sujeitos:

- Movimentos indígenas
- Movimento indigenista

⁶São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado". (LACOSTE, 2001, p. 9-10)

- Movimentos quilombolas
- Movimentos extrativistas
- Movimentos de mulheres
- Movimentos LGBTQIA+
- Movimento Negro
- Movimento ambientalista
- Movimento religioso ou de base eclesiástica
- Movimento camponês
- Outros tipos de movimentos

Para os casos dos movimentos de mulheres, LGBTQIA+, negro, religioso ou de base eclesiástica e camponês, consideramos enquanto cabíveis de sistematização para o DATALUTA Floresta somente aqueles cujas pautas e ações coletivas estão diretamente relacionadas com o espaço de floresta. Para os demais movimentos, sustentamos a interpretação de que seus modos de vida, independentemente do contexto em que se manifestam, são inextricavelmente ligados à defesa das florestas, ponto a ser discutido no capítulo 2. Mas a questão central a ser debatida neste momento, é que na abordagem metodológica assumida pela equipe, inicialmente constituída por duas pessoas e mantida até a redação deste trabalho por uma equipe expandida para 17 membros, destaca-se a necessidade inerente de reconhecer, nas análises empreendidas, as distintas modalidades de construção do conhecimento e as diversas formas de organização dos movimentos.

Essa orientação dialética da metodologia implica não apenas a incorporação dos debates sobre conceitos e teorias geográficas, mas uma postura de análise que considera a participação da equipe nas ações coletivas, o engajamento no diálogo com as lideranças dos movimentos, retornando, posteriormente, para avaliar a consistência da sistematização, na análise das ações coletivas, nas pautas e das articulações feitas entre os diferentes movimentos e instituições. Neste ínterim, ressalta-se a centralidade desse movimento dialético adotado pela equipe, o qual não apenas moldou o procedimento metodológico do banco de dados, mas também configurou a elaboração desta dissertação. Como o próprio procedimento metodológico, vamos retornar às questões do banco de dados em todos os capítulos, o que também inclui as experiências nos trabalhos de campo, nos debates coletivos realizados em reuniões internas da equipe, mas também com membros e lideranças de movimentos que foram convidados a se somar conosco.

Retomando a proposta chave desta dissertação, reforçamos o propósito de analisar o recorte da tipologia dos movimentos indígenas e os desdobramentos de suas ações coletivas e

pautas no debate territorial. De 2020 até 2022, tivemos a participação de indígenas em 74,85% das ações coletivas registradas no nosso banco de dados. Ressaltamos que se trata de uma porcentagem de participação, nas quais muitas ações foram realizadas em parceria com outros movimentos, que também compõem o universo de dados do DATALUTA Floresta.

Entretanto, para que nossa intencionalidade fosse alcançada, era importante que soubéssemos fazer boas perguntas ao algoritmo, ou seja, sugestivamente a plataforma do Google Alerts pede a inserção de palavras chave, numa tentativa de compreender seus interesses, e em troca, o algoritmo encaminha, dentro de suas limitações de cliques, todas as principais notícias que ele consegue encontrar nas últimas vinte e quatro horas sobre o tema requerido.

1.3.1 – O FLORESCIMENTO DE UM COLETIVO DE PENSAMENTO

O processo de florescimento refere-se ao ciclo de desenvolvimento das plantas que culmina na produção de flores. Durante esse processo, a planta passa por uma série de etapas, desde o crescimento vegetativo até a formação e abertura das flores. O florescimento é um evento crucial na vida das plantas, pois é durante essa fase que ocorre a produção de sementes e a disseminação da descendência. Da mesma forma que as plantas dependem de diferentes fatores ambientais e internos para florescer, o pensamento humano é moldado por influências externas e internas que moldam seu desenvolvimento ao longo do tempo. Fleck argumenta que o pensamento não é um processo isolado, mas sim influenciado pela comunidade de pessoas que compartilham e trocam ideias. Cada indivíduo dentro desse coletivo de pensamento é um portador do desenvolvimento histórico e cultural, contribuindo com um estilo de pensamento específico.

Se definirmos o “coletivo de pensamento” como comunidade de pessoas que trocam pensamento ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico, uma área do conhecimento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo de pensamento específico de pensamento. Assim, o coletivo de pensamento representa o elo que faltava na relação que procuramos (FLECK, 2010, p. 82)

Ao destacar a importância do coletivo de pensamento, Fleck sugere que a interação e a troca de ideias entre os membros desse grupo são essenciais para o avanço do conhecimento e para a compreensão da realidade. Cada pessoa traz consigo uma perspectiva única baseada em sua experiência, formação e contexto cultural, e é por meio do diálogo e da colaboração que essas diferentes perspectivas podem se unir e se complementar.

Assim, o coletivo de pensamento representa um elo crucial na busca por uma compreensão mais completa e profunda do mundo ao nosso redor. Ele oferece um espaço para a troca de experiências, a confrontação de ideias e o desenvolvimento de novas percepções, contribuindo para a evolução do conhecimento e para a construção de uma visão mais abrangente da realidade.

Com base nas ideias apresentadas por Fleck, Vinha (2012) destaca que

O coletivo de pensamento definido por abranger pesquisadores que promovem a interação de pensamento ao compartilhar um determinado estilo de pensamentos forma disciplinada. O estilo de pensamento seleciona e direciona a percepção dentro de um estilo próprio, relacionando se e incorporando se à estrutura de um coletivo de pensamento (CAMPOS, 2012, p. 64).

De acordo com Campos (2012), um coletivo de pensamento é um grupo de pesquisadores ou indivíduos que compartilham um estilo de pensamento específico e disciplinado. Esses pesquisadores interagem entre si, promovendo uma troca contínua de ideias e contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento desse estilo de pensamento compartilhado.

O estilo de pensamento, conforme descrito, atua como uma lente através da qual os membros do coletivo percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Esse estilo pode ser moldado por diversas influências, como teorias, metodologias, abordagens epistemológicas e experiências compartilhadas pelos membros do grupo. Ele não apenas influencia a maneira como os pesquisadores enxergam os problemas e questões relevantes, mas também orienta suas investigações e análises.

Além disso, o estilo de pensamento seleciona e direciona a percepção dos membros do coletivo, ajudando-os a focar em aspectos específicos dos temas que estão sendo estudados. Essa seleção e direcionamento são fundamentais para estabelecer uma base comum de entendimento dentro do grupo, o que fortalece a coesão e a colaboração entre seus membros.

Portanto, de acordo com a ideia apresentada pela autora, um coletivo de pensamento é mais do que apenas um grupo de indivíduos com interesses semelhantes; é um conjunto de pesquisadores que compartilham não apenas ideias, mas também um estilo de pensamento disciplinado que orienta suas abordagens e perspectivas em relação aos temas que estudam.

Os grupos de pesquisas são territórios materiais ou coletivos de pensamento que produzem territórios imateriais ou estilos de pensamento, apresentando para a comunidade científica seus modelos interpretativos ou paradigmas oriundos de diferentes correntes filosóficas. Esta é a fonte da diferencialidade, que são debates e disputas de territórios paradigmáticos no sentido de procurar explicar as transformações da realidade através de diferentes leituras, sendo que cada uma recorta a realidade de acordo com sua intencionalidade desde perspectivas da

diferenciação espacial até perspectivas multidimensionais das relações sociedade/natureza (VINHA; FERNANDES, 2019, p. 172)

Os autores abordam o viés multifacetado dos grupos de pesquisa acadêmica, retratando-os como entidades que transcendem a mera produção de conhecimento para se tornarem arenas de conflito intelectual e construção coletiva de perspectivas. Ao conceber os grupos de pesquisa como territórios materiais, ela reconhece o aspecto físico e tangível desses espaços, onde os pesquisadores se reúnem e colaboram. Contudo, a ênfase recai sobre sua função como coletivos de pensamento, gerando territórios imateriais na forma de estilos de pensamento distintos. Esses estilos emergem das interações entre os membros do grupo, influenciados por diferentes correntes filosóficas e teóricas. A competição por territórios paradigmáticos, então, surge como um reflexo das disputas intelectuais inerentes à comunidade científica, onde cada grupo busca estabelecer sua visão particular da realidade e suas transformações. Nesse contexto, os debates não são apenas sobre verdades objetivas, mas sobre a interpretação da realidade através de lentes teóricas e filosóficas diversas, destacando a complexidade do processo de construção do conhecimento científico e a pluralidade de perspectivas que o permeiam.

Além disso, a Vinha e Fernandes (2019) sugerem que a diferenciação entre os grupos de pesquisa se dá não apenas pela geração de novos conhecimentos, mas também pela criação de paradigmas interpretativos únicos. Esses paradigmas, influenciados por diferentes correntes filosóficas, metodologias e visões de mundo, moldam a maneira como os pesquisadores percebem e analisam a realidade. As disputas por territórios paradigmáticos refletem a busca por explicações alternativas e abordagens inovadoras para compreender as complexas interações entre sociedade e natureza, bem como as transformações que ocorrem nesse contexto. Assim, os grupos de pesquisa se tornam não apenas locais de produção de conhecimento, mas também arenas de construção e legitimação de diferentes visões teóricas, destacando a importância da diversidade epistemológica e da dialética intelectual na evolução do pensamento científico.

Já sabemos que a Rede DATALUTA é um coletivo de pensamento, com uma rede de pesquisadores em diferentes níveis, especializados por todas as regiões do Brasil (FERNANDES, 2014). Mas o que queremos aqui destacar é que a nova organização da Rede, com os novos espaços de pesquisa (floresta, urbano, agrário e água) são também novos coletivos de pensamentos, que nascem no bojo do projeto piloto do DATALUTA, com a sistematização das ocupações de terra e agora transborda as fronteiras, apresentando a maior pesquisa de movimentos socioterritoriais do Brasil e chegando a outros países e continentes do mundo.

Nesse sentido, o DATALUTA Floresta também é um coletivo de pensamento, formado no momento desta escrita por 17 pessoas de 5 universidades (Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e Durham University), com pesquisadores de todos os níveis de titulação acadêmica. As reuniões semanais são muito mais do que cumprimentos de agendas. São construções de análises coletivas, de propositivas, de conceituação de ações, de debate teórico e troca de reflexões. Contamos ainda com pessoas de movimentos que são convidadas a nos ajudar a compreender a realidade, e assim construímos conhecimento para além das paredes da universidade, para que a pesquisa faça sentido à academia, mas principalmente, às demandas populares.

O cuidado que temos enquanto equipe é o de não reproduzir as violências que historicamente são produzidas contra os movimentos. Reconhecemos suas pautas, suas diferentes formas de ações e levamos em consideração as diferentes cosmovisões. Nosso compromisso com a pesquisa é também registrar a luta, então a cada notícia lida temos a possibilidade de sistematizar uma ação. E de ação em ação chegamos próximo de compreender pelo o que se luta. Sabemos que não contemplamos a realidade em sua totalidade, pelas próprias limitações das informações que chegam a nós. Mas o que podemos afirmar é que o trabalho é minucioso, é coletivo, é orgânico. E por isso o que a Rede DATALUTA se propõe é a um método também em movimento que rompe com a rigidez das análises, tendo como uma de suas principais estratégias a adaptação de procedimentos que sejam eficientes à realidade.

1.3.2 - O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

O nosso procedimento de pesquisa consiste, primeiramente, no cadastro de palavras-chave no Google Alerta, que por meio do seu motor de buscas nos fornece e-mails diários com um quantitativo de notícias relacionadas a elas. A escolha das palavras-chave (Quadro 1) é definida coletivamente após uma ampla discussão sobre sua pertinência, partindo do princípio de identificar termos centrais no debate do espaço em questão, que neste caso concerne às florestas, sendo uma etapa fundamental da pesquisa:

Quadro 1 – Palavras-chave do DATALUTA Floresta – 2020 a 2023

ANO	QUANT.	PALAVRAS-CHAVE
2020	44	Agroecologia; Agrofloresta; Ambientalista; Barcarena Livre; Cacique Raoni; Catadoras de Mangaba; Conflito; Demarcação de Terras; Desmatamento;

		Erveiras; Extrativismo; Extrativistas; Feminista; Floresta; Frente Parlamentar Indígena; Fundo de pasto; Garimpeiros; Geraizeiros; Indígena; Indigenista; Lideranças Indígenas; MAB; Madeireiros; MAM; Mocambo; Movimento de mulheres; Movimento mineração; Movimento Negro; MST; Ocupação; Pequenos Produtores ; Povos das Florestas; Povos Originários; Quebradeiras de Coco; Quilombola; Quilombos; Reserva Florestal; Reserva Indígena; Ribeirinhos; Seringueiros; Sônia Guajajara; Terras indígenas; Território indígena ; Xingu Livre
2021	54	Agroecologia; Agrofloresta; Ambientalista; Áreas de Preservação Ambiental; Barcarena Livre ; Cacique Raoni; Caiçara; Castanhais; Catadoras de Mangaba; Conflito no Pantanal; Conflitos ambientais; Conflitos com turismo; Conflitos em Unidades de Conservação; Conflitos na Caatinga; Conflitos na Floresta Amazônica; Conflitos na Mata Atlântica; Conflitos na Mata de Araucária; Conflitos no Cerrado; Conflitos nos Pampas; Demarcação de Terras; Desmatamento; Erveiras; Extrativista; Floresta; Frente Parlamentar Indígena; Fundo de Pasto; Garimpeiro; Geraizeiros; Guarani; Impactos em Manguezais; Impactos em Restingas; Indígena; Indigenista; Lideranças Indígenas; MAB; Madeireiros; MAM; Movimento Mineração ; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Povos das Florestas; Povos Originários; Quebradeiras de coco; Quilombola; Quilombos; Reserva Florestal; Reserva Indígena; Ribeirinhos; Seringueiros; Sônia Guajajara; Terras indígenas; Território Indígena; Turismo de base comunitária; Unidades de Conservação; Xingu Livre
2022	55	Agroecologia; Agrofloresta; Ambientalista; Áreas de Preservação Ambiental; Barcarena Livre ; Cacique Raoni; Caiçara; Castanhais; Catadoras de Mangaba; Conflito no Pantanal; Conflitos ambientais; Conflitos com turismo; Conflitos em Unidades de Conservação; Conflitos na Caatinga; Conflitos na Floresta Amazônica; Conflitos na Mata Atlântica; Conflitos na Mata de Araucária; Conflitos no Cerrado; Conflitos nos Pampas; Demarcação de Terras; Desmatamento; Erveiras; Extrativista; Floresta; Frente Parlamentar Indígena; Fundo de Pasto; Garimpeiro; Geraizeiros; Guarani; Impactos em Manguezais; Impactos em Restingas; Indígena; Indigenista; Lideranças Indígenas; MAB; Madeireiros; MAM; Movimento Mineração ; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Povos das Florestas; Povos Originários; Quebradeiras de coco; Quilombola; Quilombos; Reserva Florestal; Reserva Indígena; Ribeirinhos; Seringueiros; Sônia Guajajara; Terras indígenas; Território Indígena; Turismo de base comunitária; Unidades de Conservação; Xingu Livre
2023	71	Agroecologia; Agrofloresta; Ambientalistas; APIB; Área de Proteção Ambiental; Assembleia Indígena; Autodemarcação; Autodeterminação Indígena; Autogestão territorial; Autogoverno indígena; Autonomia indígena; Barcarena Livre; Cacique Raoni; Caiçara; Castanhais; Catadoras de Mangaba; Célia Xakriabá; Conflitos Ambientais; Conflitos com turismo; Conflitos em Unidades de Conservação; Conflitos na Caatinga; Conflitos na Floresta Amazônica; Conflitos na Mata Atlântica; Conflitos na Mata de Araucária; Conflitos no Cerrado; Conflitos no Pantanal; Conflitos nos Pampas; Conselho Indígena; Demarcação de Terras; Desmatamento; Erveiras; Extrativismo; Extrativistas; Floresta; Frente Parlamentar Indígena; Fundo de Pasto; Garimpeiro; Geraizeiros; Grupo de Vigilância Indígena; Guarani; Guardiões da Floresta; Impactos em manguezais; Impactos em restingas; Indígena; Indigenistas; Juliana Cardoso; Krenak; Lideranças Indígenas; Madeireiros; Ministério dos Povos Indígenas; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento Mineração; Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Parlaíndio; Povos das Florestas; Povos Isolados; Povos originários; Protocolos de consulta; Quebradeiras de coco; Quilombo; Quilombola; Reserva

		Florestal; Reserva Indígena; Retomada Indígena; Ribeirinhos; Seringueiros; Sonia Guajajara; Terras Indígenas; Território indígena; Turismo de Base comunitária; Unidades de conservação ; Vigilância Indígena; Xingu Livre
Fonte: DATALUTA Floresta/Org: Bruna Gonçalves Costa		

Em vista disso, os dados apresentados neste trabalho são resultados desta primeira proposta metodológica do DATALUTA Floresta. Entretanto, novos elementos são adicionados à pesquisa com frequência, pois o aperfeiçoamento da metodologia se intercorre de forma contínua, segundo as demandas apresentadas pelo avanço dos registros. Atualmente temos um total de 71 palavras-chave cadastradas, que podem ser categorizadas entre palavras que remetes a 1) sujeitos; 2) nomes ou tipos de movimentos; 3) espaços e territórios de disputa; 4) Pautas; 5) Biomas (SOBREIRO FILHO; COSTA, 2022).

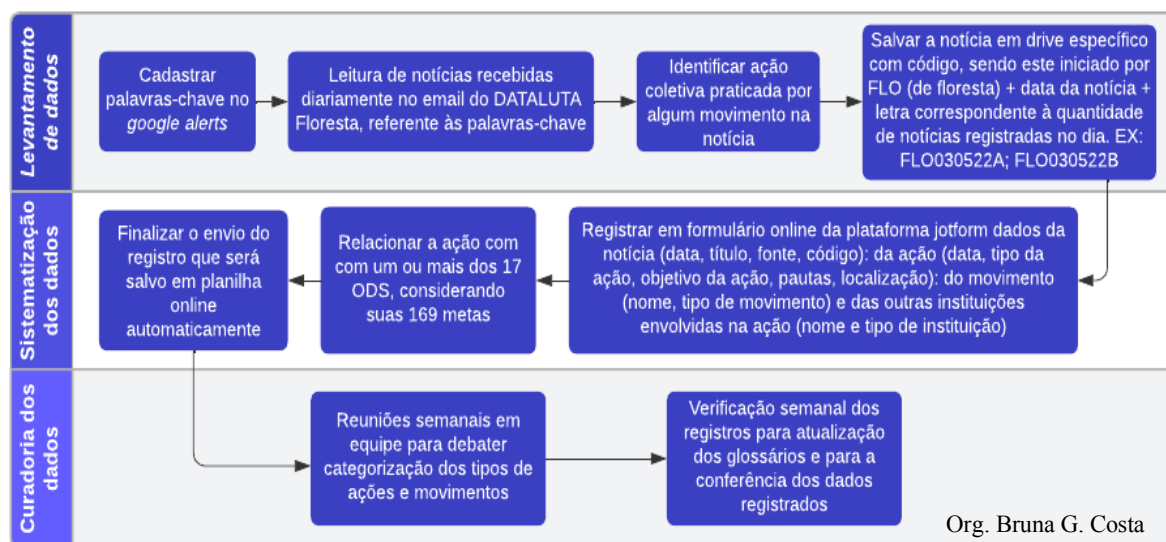
Com o cadastro das palavras-chave, o levantamento de notícias é realizado. Recebemos as informações em tempo quase-real. A equipe de cada espaço é responsável por levantar, sistematizar e analisar as ações coletivas realizadas pelos movimentos socioterritoriais. Na primeira etapa, a *webmetria* é uma importante ferramenta metodológica, sendo caracterizada como o “levantamento de dados em mídias e redes sociais virtuais, seguida da análise quantitativa e estatística. Ela pode ser feita de dois modos: manual ou por meio de *softwares*” (BERNARDES et al., 2022, p. 248).

Após realizar o levantamento de notícias por meio de diversas fontes midiáticas, a etapa inicial de leitura visa identificar as informações fundamentais que devem ser extraídas para que a notícia seja adequada à sistematização e armazenamento em um banco de dados. Este estágio é de extrema importância na pesquisa, pois é nele que fundamentamos as informações do banco de dados. Para cada sistematização, é essencial ter uma notícia de referência que comprove a realização da ação coletiva. Os critérios para o levantamento de notícias incluem: a) a confirmação de que a ação coletiva ocorreu; b) a presença de uma data de referência da ação, com pelo menos um mês de especificação; c) a identificação da organização coletiva responsável pela ação, seja um movimento constituído ou um povo e/ou comunidade organizada em movimento; e d) a inclusão do local da ação ou a identificação de casos de ações online. Para manter a integridade e precisão do banco de dados, é fundamental garantir a confiabilidade das fontes de notícias utilizadas.

Após essa etapa, iniciamos a inserção das informações na plataforma Jotform. São incluídos título, fonte e data, juntamente com detalhes de localização da ação coletiva, como Unidade Federativa, Município, Código do Município e escala da ação. A tipologia da ação é

classificada em categorias matriz e derivada: a primeira proporciona uma análise abrangente da ação, enquanto a segunda oferece uma categorização mais detalhada, destacando suas particularidades. O registro do movimento ou povo envolvido é feito simultaneamente com a identificação das ações. A decisão de registrar as ações coletivas dos povos indígenas pelo DATALUTA Floresta é uma resposta ao histórico de violências e invisibilidade de suas lutas no contexto brasileiro. Para evitar a omissão de dados, o registro dos movimentos é flexibilizado para incluir organizações em várias escalas, como povos e/ou comunidades, aldeias, terras indígenas e lideranças. Essa abordagem visa garantir uma representação mais completa e precisa das ações e movimentos indígenas no banco de dados. O fluxograma 1 sintetiza o processo de realizado pela equipe do DATALUTA Floresta:

Figura 5 - Processo de registro dos dados - DATALUTA Floresta - 2022



Dentre as principais análises categóricas que realizamos a partir dos dados, das quais foram escolhidas para o debate nesta dissertação, destacamos as seguintes tipologias:

1 - Tipologia de ações: Sistematização das ações coletivas praticadas pelos movimentos socioterritoriais indígenas, pautados nas referências bibliográficas apresentadas e nas reuniões de categorização que acontecem semanalmente na Rede DATALUTA, na qual explicamos a forma-conteúdo das ações, considerando a lógica-racionalidade espaço-temporal (SOBREIRO FILHO, 2016) das ações, que por sua vez são categorizadas por ação matriz, referente a um tipo de ação mais abrangente, que nos permite identificar semelhanças entre outras ações que se convergem no conteúdo, mas possuem algumas diferenças na forma.

2 - Tipologia de Movimentos: Propomos debater em capítulo específico voltado para a discussão dos dados do DATALUTA Floresta os tipos de movimentos que foram identificados na Amazônia paraense. Embora nosso enfoque seja debater com ênfase os movimentos

socioterritoriais indígenas, essa topologia se faz necessária devido a proposta de compreender as articulações entre movimentos aliados, que embora sejam constituídos por sujeitos diferentes, por vezes possuem espaços/territórios de luta comuns, bem como pautas que se convergem. Ainda nesta tipologia, buscaremos aprofundar a análise dos dados levantados das organizações dos movimentos, diferenciando por exemplo o papel dos coletivos, das associações, das redes, conselhos, dos fóruns, das comissões, federações, articulações, dentre outros que podem surgir até o fim da escrita desta pesquisa. Desse modo, a tipologia de movimentos será constituída tomando como base os dados do DATALUTA Floresta e os materiais que são divulgados pelos próprios movimentos, como cartas de apresentação, denúncias, notas públicas e a promoção/divulgação de eventos em defesa dos territórios. Assim, essa tipologia será desenvolvida a partir desta dissertação, apresentando as diferenças e as similitudes dos movimentos socioespaciais/socioterritoriais que se aliam em defesa das florestas Amazônia paraense.

1.3.3 - O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO: AÇÕES MATRIZES, AÇÕES DERIVADAS

O estudo das ações coletivas dos movimentos socioterritoriais das florestas, passaram por uma série de adaptações ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Sistematização e categorização são etapas da pesquisa que precisam avançar de modo conjunto. Uma depende da outra. Para uma sistematização eficiente é preciso ter o entendimento de qual ação coletiva se trata a notícia a ser cadastrada na plataforma. Por isso, as reuniões de categorização são feitas semanalmente, desde o início da construção deste banco de dados, sendo ainda complementadas com reuniões paralelas realizadas segundo a urgência de resolver demandas relacionadas ao processo de sistematização.

É importante retomar o fato de que os primeiros dados começaram a ser sistematizados durante o contexto pandêmico e que essa conjuntura nos fez atentar para a forma das ações, ou seja, como elas foram especializadas pelos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, como mediar o espaço e como disputavam os territórios, considerando a necessidade do isolamento ao mesmo tempo um experienciaram a intensificação das violências aos corpos e territórios.

Como debateremos com mais detalhes no próximo capítulo, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são constituídos por pessoas que se organizam coletivamente em prol de uma ou mais pautas comuns, sob o intuito de modificar e mediar os espaços, e por vezes, para disputar os territórios. Em três anos de pesquisa, compreendemos que a

categorização das ações coletivas e das pautas, principalmente, necessita ser um processo constante. De acordo com a conjuntura política do país, com os avanços tecnológicos e com as demandas dos movimentos, podem surgir novos tipos de ações coletivas ou novas adaptações às formas das ações.

É nesse contexto que apresentamos no Quadro 1 um recorte das ações coletivas que foram realizadas pelos indígenas organizados em movimentos, de 2020 a 2022. O capítulo 3 é dedicado às análises das ações coletivas realizadas na modalidade online, assim como um debate a partir das ações coletivas nas quais conseguimos participar enquanto trabalho de campo em consonância com a proposta da pesquisa militante. Portanto, dedicamos este momento para apresentar, de modo geral, aspectos metodológicos da construção da tipologia de ações do DATALUTA Floresta.

Nos questionamentos iniciais, realizados ainda em 2020, diante das limitações de uma equipe reduzida, concentramos nossos esforços na construção do banco de dados com ênfase em uma abordagem geográfica das ações coletivas. Para contribuir na reflexão, encontramos em Tilly (2000), a ideia de que a ação coletiva é realizada por um grupo de pessoas que possuem demandas em comum, as quais toda uma classe pode ser beneficiada, mesmo que somente uma parte se disponha ao trabalho árduo e coletivo de lutar pelas suas pautas. Tilly (2000) reconhece as ações coletivas enquanto um conceito amplo, que contempla diferentes formas de se efetivar, seja pelo viés contencioso, descontínuo e também desde uma perspectiva do interesse individual.

Mas para que essa proposta de um banco de dados de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que parte das perspectivas geográficas, é preciso analisar todas as fases do processo de produção, apropriação e mediação do espaço, sob os auspícios que a ciência geográfica nos permite. Desse modo, dialogamos com Santos (2014), para colaborar com a construção do nosso debate sobre a forma das ações coletivas:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. [...] As formas são governadas pelo presente, e enquanto se costuma ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções (SANTOS, 2014, p. 69)

Sendo o DATALUTA Floresta o espaço de pesquisa pioneiro no debate da forma da ação, nos dedicamos a organizar os trabalhos de campo entre os diferentes tipos de ações que estávamos categorizando. Durante o período pandêmico, foi importante acompanhar a produção de conteúdo digital, a fim de compreender a pauta de apropriação e uso dos meios de informação

e comunicação. Participamos de eventos online, como *lives*, seminários, palestras e reuniões de articulação. Fizemos a leitura na íntegra de cartas de denúncia, cartas cosmopolíticas, notas de pesar, etc.

E passamos também a acompanhar centenas de comunicadores indígenas, a exemplo das redes sociais dos articuladores de movimentos como: Coordenação das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Coordinadora de Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazónica (COICA); Wyka Kwara; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA); Tekó Ativismo; Aty Guasu; Portal do Povo Pataxó; União plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI); Acessibilindígena; Kabiadip - Articulação Munduruku em contexto urbano; etc.

A predominância de uma nova era nas redes sociais, em que a difusão de vídeos ficou em maior evidência, também contribuiu para uma comunicação em ascensão das pautas indígenas na internet. O debate do marco temporal, das mudanças climáticas, da insegurança nas terras indígenas com a invasão de garimpeiros e de madeireiros. Foi nesse contexto que nosso banco de dados passou a receber ações coletivas como "vídeo de denúncia". Nesse sentido, precisamos deixar nítido que não trabalhamos no banco de dados com o levantamento de redes sociais, mas sim com as informações publicadas por meio de notícias. A questão é que os vídeos e imagens difundidas na internet tomam tanta repercussão, que acabam sendo um dos principais vínculos de denúncia pública, e por vezes também reconhecido como fonte de informação para outras instituições, como ONGs; MPF, Igreja, Empresas e afins.

Mesmo com o retorno das atividades presenciais, as redes sociais seguem sendo cada vez mais mobilizadoras da opinião pública. Sob a crítica dos impactos da globalização, Lima (2022) nos fornece elementos para identificar saltos qualitativos no diálogo entre os movimentos de distintos territórios, "Subvertendo a lógica capitalista dos algoritmos e dos desenvolvedores dessas tecnologias, além da mudança no modo de socializar e viver dos indivíduos, começam a explodir ao redor do mundo novos tipos de movimentos de contestação a governos vigentes" (LIMA, 2022, p. 18). É por isso que não ignoramos o papel das redes sociais ao analisarmos as ações coletivas. Precisamos acompanhar a realidade, e a realidade nos mostra formas de ações coletivas que se modificam em diferentes situações.

O exercício feito inicialmente pela equipe do DATALUTA Floresta sobre ações matrizes e derivadas se deu ainda no primeiro ano do banco de dados. A primeira proposição de categorizar as ações foi apresentada no 1º Colóquio de Geografias Fora do Eixo, realizado ainda em contexto pandêmico, em agosto de 2020. O texto, apresentado e escrito em co-autoria

junto ao professor José Sobreiro Filho, foi publicado em 2022 no livro intitulado " Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com Práxis Territoriais", no qual constam os resultados do evento.

O crescimento da equipe no decorrer dos anos nos oportunizou as mais variadas contribuições, desde o processo de sistematização até às reflexões conceituais, teóricas e de construção metodológica. Desde que iniciamos a pesquisa, contamos com uma reunião semanal que faz parte da agenda formal da equipe, mais as reuniões extras que são realizadas segundo a demanda do coletivo, como as reuniões de sistematização coletiva e de construção de artigos.

Precisamos acompanhar a realidade, logo, são parte dos principais debates da pesquisa os temas que são pauta dos movimentos. A categorização é feita coletivamente nas reuniões semanais. O ano de 2022 e 2023 foram os mais intensos para o avanço das categorizações, no qual conceituamos segundo a perspectiva geográfica ações matrizes e derivadas, considerando que as derivadas estão contidas nas matrizes.

Observemos o quadro 1, sobre a categorização das ações matrizes e derivadas, pensada pela equipe do DATALUTA Floresta durante os últimos 3 anos. O recorte apresentado evidencia somente as ações coletivas realizadas por indígenas organizados em movimentos socioterritoriais/socioespaciais⁷. São as ações matrizes a categoria mais ampla, na qual as ações derivadas estão contidas (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipologia de ações matrizes e derivadas - DATALUTA Floresta - 2020-2022

Ação Matriz	Ação derivada
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	Campanha de solidariedade socioeconômica; Doação; Mutirão
Comunicativa	Carta cosmopolítica; Carta pública de denúncia; Documento de informação e formação dos movimentos; Entrevista concedida; Live; Nota de pesar; Nota de repúdio; Ofício; Participação em coletiva de imprensa; Vídeo de denúncia; Tuitaço
Deslocamento coletivo	Caminhada; Marcha; Carreata
Encontro para mediação	Reunião de denúncia; Reunião de negociação; Reunião de orientação sanitária; Reunião de reivindicação de ato administrativo territorial; Reunião de reivindicação de correção entre os poderes; Reunião de reivindicação de ato

⁷ Para Fernandes (2005) todo movimento social é um movimento socioespacial, pois ele precisa do espaço para sua existência. O movimento socioterritorial, por sua vez, é aquele que se apropria do espaço (FERNANDES, 2005). Este debate será aprofundado no próximo capítulo.

	do legislativo; Reunião de reivindicação de ato do executivo; Reunião de reivindicação de ato do judiciário; Reunião de construção de agenda; Reunião de articulação
Evento	Assembleia; Conferência; Fórum;
Festividades e rituais	Festival; Cerimônia festiva; Ritual indígena; Vigília de cunho religioso
Interseccionalidade institucional	Organização de audiência pública; criação de protocolo de consulta; Produção e/ou execução de projetos; Participação em audiência pública
Judicialização	Ação civil pública
Ocupação de espaço público e/ou privado	Acampamento; Retomada; Ocupação de Floresta Nacional; Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público
Paraestatais	Autodemarkação; Barreiras sanitárias; Levantamento de dados primários; Elaboração de relatórios; Medida emergencial de medicina tradicional; Vigilância

Org. Bruna Gonçalves Costa/Fonte: DATALUTA Floresta, 2023

Por ação matriz entendemos o termo "guarda-chuva" que contempla ações de formas semelhantes, sendo por exemplo uma marcha e uma caminhada diferenciadas pela seguinte conceituação:

CAMINHADA: Consiste em um deslocamento coletivo pacífico, podendo contar com diferentes segmentos, com principal propósito de dar visibilidade socioespacial/socioterritorial a determinadas pautas

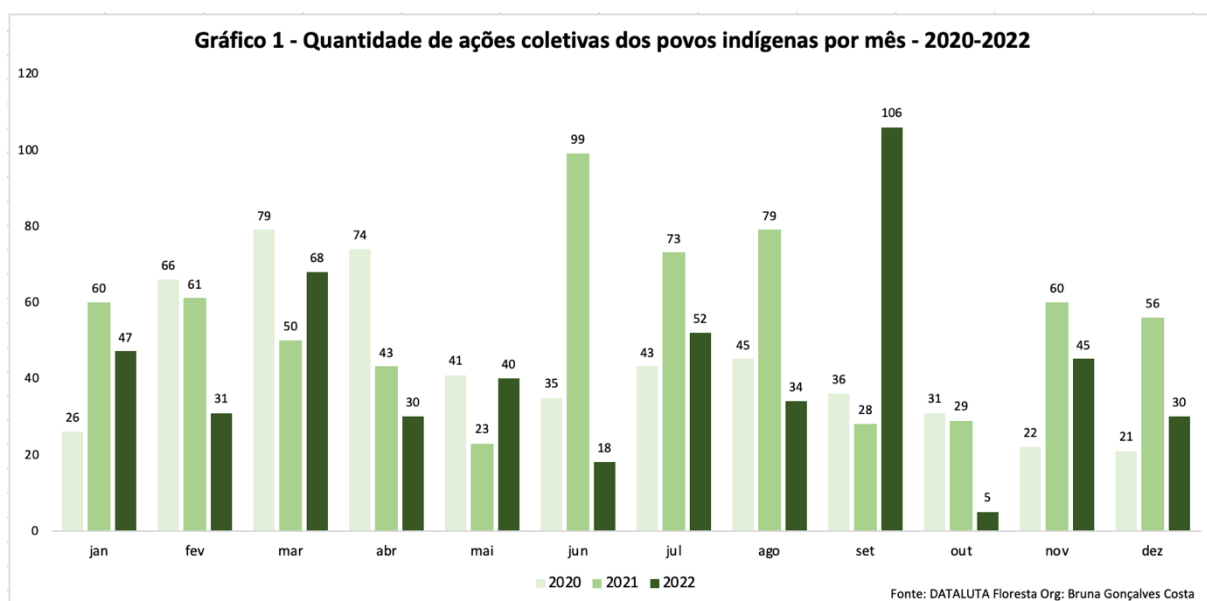
CARREATA: Um deslocamento coletivo pacífico que se caracteriza como passeata de veículos automotores, para fins de campanha ou manifestação política, onde participam lideranças de movimentos sociais para reivindicar, comemorar ou protestar sobre determinadas pautas

MARCHA: Se caracteriza enquanto um deslocamento coletivo disciplinado em trajeto político-estratégico, a fim de denunciar e reivindicar demandas de um grupo. Normalmente as marchas possuem maior complexidade de planejamento no que concerne ao seu roteiro e seus participantes, com ritmo específico e gritos de guerra. (Glossário de tipologia de ações DATALUTA Floresta, 2023)

Para evidenciar as diferenças, mesmo que não ainda identificado entre os movimentos indígenas, sistematizamos como ações de outros tipos de movimentos as motociatas, que são caracterizadas pelo uso de motocicletas pelos manifestantes, que se deslocam coletivamente entre pontos estratégicos de visibilidade para a pauta defendida. E ainda teremos o caso das barqueadas, tipo de deslocamento coletivo sistematizado pelos nossos colegas do Dataluta água, sob a coordenação marajoara do Nelson Bria, da Universidade de Brasília.

Pensar como cada uma dessas formas (Caminhada, Carreata, Marcha, Motociata e barqueadas) são exemplos em que podemos observar diferentes configurações na execução, mas nas quais todas elas possuem como principal trunfo um território fluxo, em deslocamento coletivo por rodovias ou ruas estratégicas na visibilidade da pauta defendida. Explicaremos mais esse debate no capítulo 3, ao tratarmos da nossa participação nas marchas. O ponto a ser enfatizado nesse momento, são os elementos que nos permitem observar as similitudes e diferenciações, assim como o exercício da análise considerando a lógica-racionalidade espaço-temporal, proposta em Sobreiro Filho (2016).

Um dos principais resultados preliminares que obtivemos na pesquisa foi o de que a quantidade de ações variava segundo as alterações na conjuntura política. Algumas questões metodológicas serão debatidas nos próximos capítulos, devido a especificidade e a necessidade de contextualização que cada uma requer, tais como o caso das ações coletivas online, assim como as ações transescalares e multiescalares dos povos indígenas organizados em movimentos. Assim, o Gráfico 1 apresenta um panorama geral sobre a quantidade de ações coletivas realizadas que registramos entre 2020 e 2022.

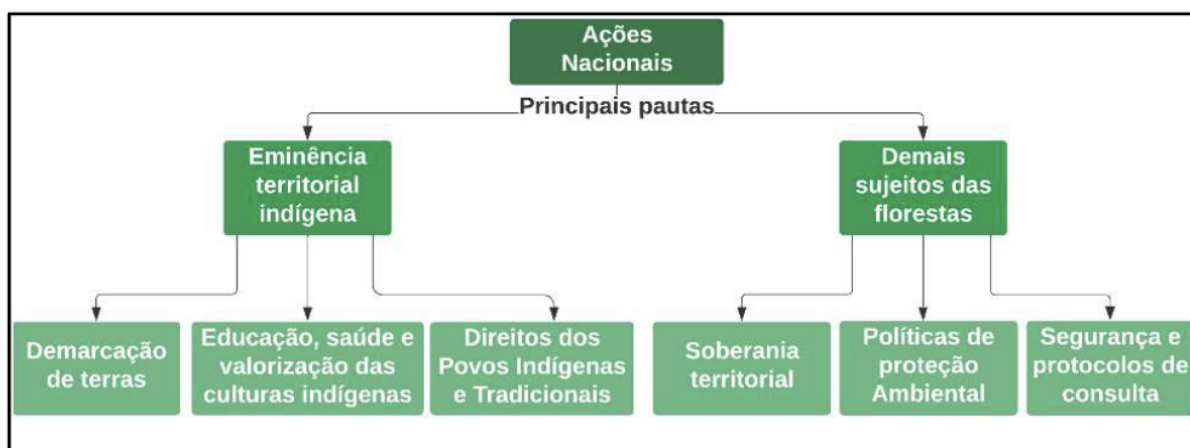


Nesses três anos, tivemos aproximadamente 1700 ações coletivas sistematizadas, com mais de 2000 movimentos e organizações de povos indígenas identificados. Sabendo que esta pesquisa está para muito além desta dissertação, apontamos que o avanço na categorização dos movimentos constitui uma vasta agenda de pesquisa.

Outro ponto a ser destacado está relacionado à identificação e debate das pautas dos movimentos. Podemos identificar por meio das ações coletivas as formas que os movimentos

mediam os espaços e produzem territórios, logo, é a partir das pautas que conseguimos compreender suas intencionalidades. Durante nossas primeiras análises, identificamos que as principais pautas dos movimentos socioterritoriais registrados pelo DATALUTA Floresta possuíam duas grandes frentes (SOBREIRO FILHO; COSTA, 2022), dentre as quais se destacam demandas de uma 1) eminência territorial indígena e as demandas dos 2) Demais sujeitos das florestas (Fluxograma 2).

Figura 6 - Principais pautas identificadas pelo DATALUTA Floresta - 2022



Fonte: SOBREIRO FILHO; COSTA, 2022.

Inicialmente, as pautas eram registradas no DATALUTA Floresta na coluna “palavras-chave, que diferente da etapa de cadastro dos alertas, esta coluna era direcionada às palavras-chave de cada notícia. Com o decorrer do processo de sistematização das ações, passamos a identificar a expressividades de pautas que eram registradas na coluna de “palavras-chave”, ao mesmo tempo em que se tornou uma das principais informações para análise da planilha. Em vista disso, decidimos coletivamente, junto aos outros espaços das Rede DATALUTA, incorporar enquanto procedimento comum de todos os espaços de pesquisa com movimentos o registro das pautas, em um campo específico da plataforma.

A partir desse novo elemento de análise, passamos a compreender com maior precisão as demandas dos movimentos, dentre os quais apresentamos uma análise preliminar, das pautas sob o recorte da tipologia de movimentos indígenas (Quadro 3):

QUADRO 3 – PRINCIPAIS PAUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS - DATALUTA FLORESTA - 2023		
COMBATE	REIVINDICAÇÃO	VISIBILIDADE/ VALORIZAÇÃO
- Agrotóxicos - Barragens	- Autonomia - Demarcação De Terras	- Autonomia - Indígenas LGBTQIA+

- Garimpo - Desmatamento - Intolerância religiosa - Racismo Institucional - Racismo Étnico - Marco Temporal - Mineração - Mudanças Climáticas	- Direito ao Território - Direitos Originários - Educação - Florestania - Políticas indígenas - Políticas Indigenistas - Preservação Ambiental - Saneamento Básico - Saúde Indígena - Segurança Territorial	- Questões de Gênero - Saberes Tradicionais - Cultura - Idiomas Indígenas - Participação política
--	--	---

Apontamos neste momento, um breve exercício de categorização das pautas dos movimentos indígenas, onde classificamo-las em 3 grandes grupos, que nos apontam para a intencionalidade das ações, sendo as pautas de 1) combate; 2) reivindicação; e 3) Visibilidade e/ou valorização.

As pautas de combate evidenciam a preocupação com a natureza e a manutenção dos territórios indígenas, sendo contestadas as práticas que os impactam negativamente. Nesse mesmo sentido, também são combatidas a intolerância religiosa, o racismo Institucional e o racismo Étnico. Ao tratarmos de Marco Temporal, mineração e mudanças climáticas, identificamos que essas pautas estão ligadas à defesa dos direitos territoriais indígenas e à proteção contra atividades que ameaçam sua soberania e autonomia territoriais, como projetos de desenvolvimento que ignoram a exploração desenfreada da natureza.

A categoria de pautas de reivindicação contempla aquelas que estão relacionadas à garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas, como o reconhecimento de suas terras ancestrais, a demarcação e proteção desses territórios e a autonomia para a gestão e preservação de seus recursos naturais. Educação, florestania, políticas indigenistas e políticas indígenas são pautas enfatizam a importância da educação indígena contextualizada, que valorize os saberes tradicionais e contribua para a manutenção cosmovisões dos povos originários. Preservação ambiental, saneamento básico, saúde indígena, segurança territorial são pautas que destacam a necessidade de garantir condições dignas de vida nas comunidades indígenas, considerando todo o contexto de invasão de seus territórios, com chegada de doenças, de ataques e diferentes formas de violências.

Com relação à categoria de pautas de visibilidade e/ou valorização, destacamos: indígenas LGBTQIA+, Questões de Gênero, Saberes Tradicionais, Cultura, Idiomas Indígenas, Participação política. Essas pautas buscam o reconhecimento da diversidade dentro e fora das comunidades indígenas, incluindo a visibilidade e o respeito às identidades de gênero e

orientações sexuais, o fortalecimento dos saberes e práticas culturais tradicionais, a preservação dos idiomas indígenas e a promoção da participação política e social dos povos originários.

Apresentadas as pautas, é preciso enfatizar que temos 18 eixos de sistematização, nos quais podemos identificar, analisar e categorizar os movimentos, suas ações e suas pautas de modo interconectado. Sob o viés da pesquisa militante, reafirmamos que nosso intuito é contribuir com um registro do ecoar de vozes por meio da realização de ações coletivas. Nesse sentido, finalizamos o debate dos procedimentos do DATALUTA Floresta com a seguinte síntese que será discutida no capítulo 3:

- O ano de 2020 foi marcado pelo início da crise pandêmica do Covid-19. Foram 519 ações coletivas registradas com a participação de indígenas, sendo 69,26% do total de ações registradas em todo o banco de dados durante o ano. São ações muito características desse contexto as barreiras sanitárias, as medidas emergentes de medicina tradicional; *lives*; campanhas; mutirões; notas públicas; notas de repúdio; cartas abertas; cartas de denúncia; levantamentos de dados e elaboração de relatórios sobre os impactos do Covid-19
- O ano 2021, ainda sob os impactos diretos da Covid-19, tem como uma das principais características os problemas de infraestrutura ainda evidenciados pela pandemia, como a falta de hospitais ou de materiais clínicos. Entra em cena a luta pela vacinação, aprovada nesse mesmo ano para a aplicação no Brasil, entretanto, com problemas de gestão de distribuição, com ações coletivas realizadas pela chegada das vacinas nas aldeias, mas também pelo reconhecimento das identidades indígenas daqueles que vivem em contexto urbano. Também deve ser considerado para analisar 2021, o aumento das invasões dos territórios indígenas, por garimpeiros, madeireiros, especulação imobiliária e construtoras. Há um destaque para ações coletivas de nível internacional, considerando a realização da COP-26, Glasgow, na Escócia, onde um dos discursos mais difundidos foi o Txai Suruí, e contou com uma ampla agenda de articulações e denúncias do movimento indígenas Brasileiro. São características deste ano as barreiras sanitárias; conferências; medidas emergentes de medicina tradicional; *lives*; Campanhas; Mutirões; Notas públicas; Notas de repúdio; Cartas abertas; Cartas de denúncia; Levantamentos de dados e elaboração de relatórios sobre os impactos do Covid-19
- O ano de 2022 se caracteriza pelo retorno das ações coletivas na modalidade presencial. Temos como destaque a volta do Acampamento Terra Livre, que nos 2 anos anteriores

foram realizados virtualmente. São pautados de modo expressivo o combate ao marco temporal, a segurança nos territórios indígenas e a luta contra a reeleição de Jair Messias Bolsonaro e também a constituição de uma bancada do cocar, sob o lema "Aldear a política".

1.4 - SOB AS RAÍZES DOS GRITOS, UMA FLORESTA DE PROTESTOS: AÇÕES COLETIVAS COMO TRABALHOS DE CAMPO

O objetivo principal deste trabalho é analisar os movimentos socioterritoriais indígenas no Brasil, identificando a pauta territorial nas ações coletivas, as formas das ações e as estratégias de luta frente a um Estado que historicamente promove políticas anti-indígenas. Nesse sentido, consideramos importante, desde a produção até a execução do projeto de pesquisa, a participação nas ações coletivas. Se partirmos de Thomaz Júnior (2005), o autor nos explica que o trabalho de campo é uma atividade que deve ser realizada por geógrafos e geógrafas a fim de que possamos compreender a realidade junto às teorias científicas. Para o autor, na elaboração e execução do trabalho de campo, temos que

[...] lidar com o sentido que possa existir entre cada um dos pontos observados, ou tema(s) com o movimento propriamente dito da realidade em questão, em sua contradição com o movimento geral da sociedade. Ou seja, a partir dessas possíveis relações, formular teoricamente a inserção das preocupações no universo teórico-conceitual capaz de dar sentido e movimento para a compreensão do real concreto a partir de seu conteúdo, problematizando as indeterminações do universo pensado. A tática da problematização nos permite fazer relações teórico-conceituais, para que se consiga caminhar no sentido de o grupo perceber qual a dimensão e concretude de suas preocupações. Colocá-las em movimento é recolocar na pauta a questão da apropriação do conhecimento da realidade pelo homem, mas agora, com o intuito de dar vida aos conceitos que passarão a ser as ferramentas de trabalho no exercício da práxis teórica, quando do projeto em consecução (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 24)

O autor aborda a necessidade de lidar com as relações e significados presentes entre diferentes pontos observados ou temas em um contexto específico, assim como a importância de compreender as relações desses pontos com o movimento da realidade em questão, especialmente em contraposição ao movimento geral da sociedade - a hegemonia. O autor sugere que é crucial problematizar as indeterminações do pensamento, ou seja, questionar as incertezas e ambiguidades presentes no universo conceitual (THOMAZ JÚNIOR, 2005).

A tática da problematização é apresentada por Thomaz Júnior (2005) como um meio de estabelecer relações teórico-conceituais que nos ajudem a entender a dimensão e concretude de nossas preocupações. Assim, no sentido e intenção de dar vida aos conceitos, transforma-se a

apropriação do conhecimento da realidade em ferramentas de trabalho durante a prática teórica, especialmente em um projeto em execução.

Como abordaremos nos próximos capítulos, iremos partir dos conceitos geográficos de espaço, território, movimento socioespaciais e socioterritoriais, todos atrelados à contextualização da causa indígena no contexto brasileiro de pós-fascismo⁸. Sendo os movimentos socioterritoriais e suas ações coletivas centrais como apresentação de resultados dessa pesquisa, principalmente no que diz respeito aos dados do DATALUTA Floresta, tomamos como procedimento metodológico a realização de trabalhos de campo em marchas, acampamentos, assembleias, cerimônias, rituais, festivais, vigília, roda de conversa, coletivas de imprensa, feiras, plenárias, reuniões de articulação, seminários, oficinas, conferências, dentre outras.

Em consonância com o que apresenta Thomaz Júnior (2005), escolhemos a realização destas atividades, das quais duraram entre dias e semanas, para que pudéssemos imergir e compreender a concretude da realidade do recorte de estudo escolhido para esta pesquisa: a análise das ações movimentos socioterritoriais indígenas. Segundo Serpa (2006)

Recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em Geografia. Se admitirmos, como Castro (1995), que a realidade está presente em todos os recortes espaciais possíveis; que o recorte dos espaços de conceituação não fragmenta a realidade; que os diferentes recortes podem revelar qualidades diversas dos fenômenos que se deseja estudar; e que, finalmente, o recorte serve para explicitar e dar visibilidade àquilo que se deseja pesquisar e analisar, conclui-se, como a autora citada, que não há hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem recorte mais ou menos válido para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia (SERPA, 2006, p. 12).

De acordo com o autor, a escolha de determinadas áreas para análise não implica em fragmentação da realidade, e diferentes recortes podem revelar qualidades diversas dos fenômenos em estudo. O recorte espacial é visto como uma ferramenta que não apenas delimita, mas também explicita e dá visibilidade ao que se deseja pesquisar e analisar. Serpa (2006) ainda enfatiza que não há uma hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem um recorte considerado mais ou menos válido para a pesquisa geográfica e o trabalho de campo. Isso implica que a escolha do espaço a ser estudado deve ser feita de maneira criteriosa, levando

⁸ Segundo Travesso (2021), o pós-fascismo refere-se a um fenômeno contemporâneo, especialmente evidente com a ascensão de Donald Trump e o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, que, embora evocando memórias do fascismo, é caracterizado por uma particularidade cronológica e uma sequência histórica marcada por continuidade e transformação em relação aos anos do entreguerras, demandando uma abordagem distinta para compreendê-lo. Debate apresentado e aprofundado no terceiro capítulo.

em consideração os objetivos específicos da pesquisa e a natureza dos fenômenos geográficos em questão.

Nesse contexto, embora possa parecer não-convencional, tomamos como fundamento dois conceitos importantes que nos conduziram à escolha e realização dos campos nas ações coletivas: o terceiro território (FERNANDES, 2009) e os *convergence spaces* [espaços de convergência] (ROUTLEDGE, 2003).

Para Fernandes (2009),

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado (FERNANDES, 2009, p. 2010)

O autor sugere que o território não é simplesmente um conjunto de características físicas ou geográficas, mas é definido pelas interações e relações que ocorrem dentro dele. Essas relações são marcadas por conflitualidades, ou seja, por tensões, disputas e confrontos entre diferentes sujeitos da sociedade (FERNANDES, 2009). Ainda segundo o autor, o caráter relacional envolve tanto propriedades fixas quanto fluxas, indicando uma visão mais abrangente e dinâmica do território. O movimento de expansão e refluxo do terceiro território é resultado dessas relações sociais e conflitos entre classes, grupos sociais, a sociedade como um todo e o Estado. Isso implica que as mudanças no território não são apenas influenciadas por fatores físicos, mas também por fatores sociais e políticos. As relações sociais e as lutas de poder desempenham um papel fundamental na dinâmica do terceiro território, moldando seu desenvolvimento e transformação ao longo do tempo (FERNANDES, 2009).

O capítulo 2 será o responsável pela apresentação das nossas abordagens de territórios e nossas proposições para o debate. No entanto, é importante ressaltar que para a escolha dos trabalhos de campo pensamos em como analisar a expressividade da pauta territorial nas ações dos movimentos indígenas, ao mesmo tempo em como as próprias ações criavam territórios fluxos e terceiros territórios. Em complemento, nos apropriamos do debate dos *convergence space* (ROUTLEDGE, 2003) a fim de justificar as ações escolhidas para nossa participação.

Segundo o autor,

A partir da análise das geografias de processo da PGA - como um exemplo de rede de globalização de base - quero propor que, em vez de constituírem um "não-lugar" de resistência ao capitalismo neoliberal, essas redes podem ser concebidas como "espaços de convergência" que facilitam a formação de uma política associativa que constitui uma coalizão diversificada e contestada de movimentos sociais específicos de cada lugar. Essas coalizões promovem conflitos em uma variedade de terrenos

multiescalares que incluem tanto lugares materiais quanto espaços virtuais (ROUTLEDGE, 2003, p. 345, tradução nossa)⁹

Routledge (2003) aborda a visão das geografias de processo da PGA (*People's Global Action*) como um exemplo de rede de globalização de base. A expressão "espaços de convergência" destaca a capacidade dessas redes em reunir diferentes grupos e movimentos sociais em um esforço conjunto. Em vez de serem vistos como locais isolados de resistência, esses espaços são percebidos como catalisadores para a formação de coalizões que promovem conflitos em diversos terrenos multiescalares. Esses terrenos incluem não apenas lugares físicos, mas também espaços virtuais, abrangendo assim tanto a dimensão material quanto a virtual (ROUTLEDGE, 2003).

A ideia central é que essas coalizões, ao atuarem em diferentes escalas e territórios, podem desafiar e confrontar o neoliberalismo em várias frentes. Dessa forma, a compreensão dessas redes como "espaços de convergência" destaca a sua capacidade de unir movimentos sociais específicos em uma luta mais ampla, envolvendo diversos contextos geográficos e sociais, debate também apresentado e aprofundado por Sobreiro Filho (2016), no contexto da análise do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina.

Nesse sentido, nossos trabalhos de campo contemplaram tanto o terceiro território (FERNANDES, 2009), quanto os espaços de convergência (ROUTLEDGE, 2003; SOBREIRO FILHO, 2016), com ênfase em mobilizações realizadas na escala nacional. Pontuamos assim uma descrição síntese dos trabalhos de campo realizados:

18º edição do Acampamento Terra Livre - 2022

Tema: Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política

Local: Centro Ibero-americano de Culturas, Eixo Monumental, Brasília/DF

Data de realização: 4 a 14 de abril de 2022

Período de participação: 5 a 14 de abril de 2022

Quantidade de participantes: 8.000 (APIB, 2022)

Organizadores: Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos

⁹ Citação original: "From the analysis of the process geographies of PGA – as one example of a grassroots globalization network – I want to propose that, rather than constituting a 'non-place' of resistance to neoliberal capitalism, such networks can be conceived of as 'convergence spaces' that facilitate the forging of an associational politics that constitutes a diverse, contested coalition of place-specific social movements. These coalitions prosecute conflict on a variety of multi-scalar terrains that include both material places and virtual spaces" (ROUTLEDGE, 2003, p. 345)

Indígenas da Região Sul (ArpinSul); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste); Aty Guasu; Comissão Guarani Yvyrupa; Conselho do Povo Terena.

Ações coletivas identificadas: Acampamento; Marchas; Plenárias; Coletiva de imprensa; Entrevista concedida; Rituais; Reuniões de articulação; Reunião de negociação; Feira; Roda de conversa; Carta pública de denúncia; Live e produção de conteúdo; Campanha

19º edição do Acampamento Terra Livre - 2023

Tema: O Futuro Indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia

Local: Praça da Cidadania, Brasília/DF

Data de realização: 24 a 28 de abril de 2023

Período de participação: 24 a 28 de abril de 2023

Quantidade de participantes: 6.000 (APIB, 2023)

Organizadores: Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste); Aty Guasu; Comissão Guarani Yvyrupa; Conselho do Povo Terena.

Ações coletivas identificadas: Acampamento; Marchas; Plenárias; Coletiva de imprensa; Entrevista concedida; Rituais; Reuniões de articulação; Feira; Carta pública de denúncia; Live e produção de conteúdo; Campanha; Vigília; Lançamento de relatório; Seminário; Curso.

9º Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI)

Tema: Ancestralidade e contemporaneidade

Local: Universidade de Campinas (Unicamp) - Campinas/SP

Data de realização: 26 a 29 de julho de 2022

Período de participação: 26 a 29 de julho de 2022

Quantidade de participantes: 2.000 (COLL, 2022)¹⁰

Organizadores: Acadêmicos indígenas

Ações coletivas identificadas: Fundação de um movimento (União Plurinacional dos Estudantes Indígenas); Plenária; Conferência; Roda de conversa; Ritual; Fórum; Campanha

¹⁰ Informação obtida pela manchete da Universidade de Campinas (Unicamp), disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2022/07/19/ix-encontro-nacional-dos-estudantes-indigenas-inicia-na-terca-26> . Acesso em 8 de jan de 2024.

Mobilização contra o Marco Temporal

Tema: Pela justiça climática, pelo futuro do planeta, pelas vidas indígenas, pela democracia, pelo direito originário/ancestral, pelo fim do genocídio, pelo direito à vida, por demarcação já: Não ao Marco Temporal!

Data de realização: 5 a 8 de junho de 2023

Período de participação: 5 a 8 de junho de 2023

Quantidade de participantes: Não informado

Organizadores: Articulação dos Povos Indígenas no Brasil

Ações coletivas identificadas: Acampamento; Ritual; Marcha; Plenária

3º Marcha das Mulheres Indígenas

Tema: Mulheres Biomas em defesa da biodiversidade pelas raízes ancestrais

Data de realização: 11 a 13 de setembro de 2023

Período de participação: 11 a 12 de setembro de 2023

Quantidade de participantes: 8.000 (ONU MULHERES, 2023)¹¹

Organizadores: Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)

Ações coletivas identificadas: Acampamento; Feira; Marcha

Mobilização contra o Marco Temporal

Tema: Mobilização contra o Marco Temporal

Data de realização: 30 de agosto de 2023

Período de participação: 30 de agosto de 2023

Quantidade de participantes: Não informado

Organizadores: Articulação dos Povos Indígenas no Brasil

Ações coletivas identificadas: Marcha, Coletiva de imprensa

Reforçamos que esta dissertação se baseia, enquanto um de seus principais pilares, no exercício da pesquisa militante. E tal como evidenciado por Bonilla et al. (1972), a metodologia e a pesquisadora(or) não são coisas distintas e se adequam aos grupos aos quais a pesquisa trata,

¹¹ Informação obtida pela reportagem da ONU Mulheres, disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/3a-marcha-das-mulheres-indigenas-conquista-avancos-na-garantia-dos-direitos-de-mulheres-e-meninas-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 8 de jan de 2024

sendo neste caso aos movimentos indígenas. Logo, para além de trabalho de campo cujo objetivo seja analisar o recorte da realidade deste estudo, tivemos como intuito durante a execução dos procedimentos participar ativamente das ações que foram possíveis. Nos somamos em diferentes formas de protestos e incorporamos uma re-educação sobre a causa indígena, pessoalmente, e ao mesmo tempo junto aos grupos de pesquisa nos quais pudemos colaborar.

Os resultados preliminares da pesquisa foram apresentados e avaliados no 9º ENEI. Palestras e rodas de conversa sobre a causa indígena e o debate dos movimentos também foram proporcionadas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em São Paulo-SP, na Escola Estadual Fioravante de Menezes, em Presidente Prudente-SP, no Colégio São Paulo, em Presidente Prudente-SP e na mesa de debate promovida pelo projeto de lei Popular Amazônia de Pé, na Universidade de Brasília.

Também participamos da Virada Cultural Amazônia de pé promovido pelo Movimento Bem viver e pela Aldeia Kariri-Xocó da Reserva Indígena Santuário dos Pajés, em Brasília no dia 10 de setembro de 2023 e da Marcha das Margaridas, entre os dias 15 e 16 de agosto de 2023, onde estiveram presentes as mulheres indígenas, levantando a pauta de luta contra o Marco Temporal.

Embora não seja o enfoque da pesquisa, para conversar com lideranças e conhecer melhor os territórios, também estivemos presentes em atividades na Aldeia Teko Haw, do povo Guajajara, em Brasília, nos dias 7 de janeiro de 2023 e 15 de junho de 2023. Com o mesmo intuito, estivemos na Retomada Ñu-Vera 1, do povo Guarani-Kaiowá, em Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, no dia 25 de novembro de 2022.

No contexto das entrevistas incorporadas a esta pesquisa, é relevante destacar que algumas delas foram conduzidas simultaneamente às mobilizações e outras por meio de agendamento prévio via plataforma virtual. Essa escolha metodológica foi motivada pelo intenso cronograma de atividades coletivas durante essas mobilizações, nas quais as quais também estivemos envolvidos, e pelas agendas intensamente demandadas das lideranças participantes.

Como apresenta Saquet (2023),

acreditamos que é necessário e urgente produzir uma geografia ou geografias das soluções, contribuindo muito mais do que realizamos até o momento na resolução dos problemas das classes sociais mais vulneráveis, diante da sua gravíssima situação de vida diária, trabalhando com os sujeitos e movimentos sociais de luta e enfrentamento, numa e(a)fetiva geografia da práxis de insurgência, resistência, descolonial e contra-hegemônica(SAQUET, 2014, 2019b,2021a, 2022a, 2022b, 2022c).(SAQUET, 2023, p. 1)

Em consonância com o autor, ao trazermos para o contexto do debate sobre a causa indígena, também acreditamos que a geografia necessita ser mais receptiva e eficiente com a luta. É por isso que falamos de uma "Geografia sob protesto", na qual possamos avançar junto às causas populares por dentro da academia, junto aos movimentos, reconhecendo nossas lacunas e propondo novas reflexões sobre as problemáticas enfrentadas.

Acreditamos que este trabalho marca o início de uma jornada e representa o estabelecimento de uma extensa agenda de pesquisa para futuras fases da vida acadêmica, além de servir como base para agendas de luta junto aos movimentos e povos indígenas.

1.4.1 - PROCEDIMENTOS EM MOVIMENTO COM OS MOVIMENTOS

Para iniciar esse debate é preciso destacar como primeiras reflexões o fato de que se trata de um processo em construção, e assim como os próprios movimentos, não é estático. A importância de se afirmar a proposição cosmopolítica (STENGERS, 2018) está em considerar os diferentes saberes sem os impor à padrões pré-estabelecidos. No que concerne aos debates geográficos, para além de romper, o diálogo com a cosmopolítica nos oportuniza um caminho que destoa do "fazer ciência" eurocêntrica, mostrando-nos a possibilidade do desacelerar a academia, nos dando abertura para possibilidades outros de construir ciência (STENGERS, 2018).

Romper com as imposições da academia ocidentalizada é sempre um grande desafio, pois se coloca ao questionamento de teorias, conceitos, métodos, metodologias e paradigmas.

Neste diálogo, é essencial considerar a consulta aos caciques e aos coletivos indígenas como parte integrante do processo de pesquisa militante. Respeitar as famílias, os horários de venda dos artesanatos e os rituais é fundamental para estabelecer relações éticas e colaborativas. Nem sempre explicar tudo é uma contribuição à sociedade, pois pode significar a quebra do sagrado do outro. Reconhecer e respeitar os rituais, tradições e modos de vida das comunidades indígenas é essencial para construir uma abordagem verdadeiramente aliada às causas dos movimentos.

Quando Spivak (2010) nos instiga desde o título de sua obra se "pode o subalterno falar", ela aponta para uma série de violências que podem ser reproduzidas por parte de pesquisadores e pesquisadoras. Parte desse debate é o reconhecimento da existência de "silêncios" dentro das narrativas dominantes. A autora argumenta que muitas vezes os discursos hegemônicos não

apenas ignoram as vozes dos subalternos, mas também os silenciam, não permitindo que expressem suas próprias experiências e perspectivas (SPIVAK, 2010)..

No entanto, Spivak (2010) também alerta para o perigo de interpretar esse silêncio como uma ausência total de agência ou capacidade de expressão por parte dos subalternos. Ela destaca que, mesmo quando os subalternos não têm acesso aos espaços de poder e representação, isso não significa que eles não tenham voz ou agência. Em vez disso, seus modos de expressão e resistência podem ser diferentes e mais sutis, não se encaixando nos moldes ocidentais de ativismo político e discurso.

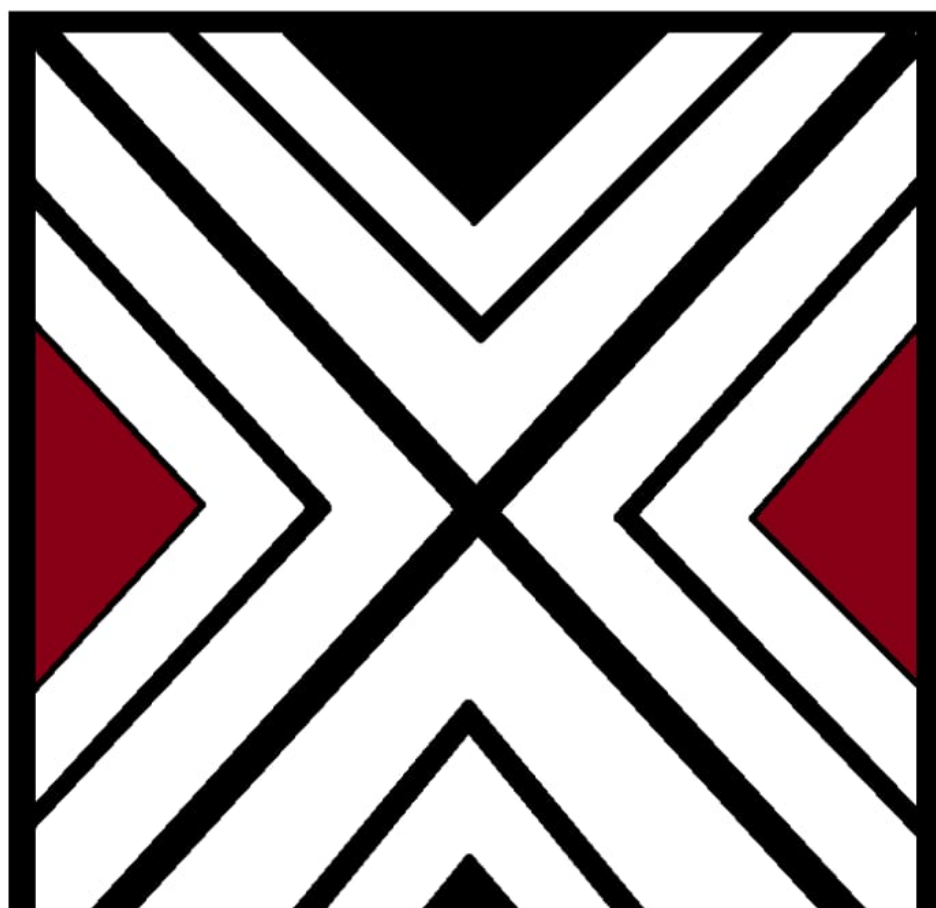
Portanto, respeitar os silêncios implica reconhecer a complexidade das experiências e formas de expressão dos subalternos, não impondo nossas próprias interpretações ou expectativas sobre eles. Isso requer uma escuta atenta e sensível, que esteja aberta a diferentes modos de conhecimento e resistência, mesmo que não sejam facilmente articulados dentro dos discursos dominantes (SPIVAK, 2010). Respeitar os silêncios é reconhecer a agência dos subalternos para definir suas próprias narrativas e estratégias de resistência, mesmo quando essas não se conformam às normas preestabelecidas de expressão e representação.

Ao realizar trabalho de campo em ações, é essencial adotar uma abordagem colaborativa. Isso requer o estabelecimento de parcerias genuínas e de longo prazo com as comunidades indígenas, baseadas no respeito mútuo, na confiança e na priorização da voz das próprias comunidades. Ao obter consentimento informado, respeitar as práticas e tradições culturais, garantir a proteção da privacidade e segurança das comunidades, e compartilhar o conhecimento produzido de forma equitativa, podemos realizar trabalho de campo, que serão partes de extrema relevância de nossas pesquisas, de maneira que honre os direitos e interesses das comunidades indígenas envolvidas.

Uma das principais lições aprendidas com os movimentos é a necessidade de integrar a luta coletiva em qualquer esforço que os envolva. Isso significa que não se trata simplesmente de assumir como obrigação ou troca de informações e tarefas, mas sim reconhecer que o processo de pesquisa militante, por si só, nos leva à reflexão e à ação em conjunto com a luta. A pesquisa não é apenas uma explicação do movimento, mas sim um esforço comprometido em contribuir para a causa, que vai além das páginas escritas e do mérito do individualismo.

Durante as ações coletivas de escala nacional, o próprio movimento repassa orientação aos pesquisadores sobre quais limites respeitar, como o fato de que para que uma entrevista seja realizada, que haja o consentimento da liderança responsável pela caravana e que devemos respeitar a privacidade dos manifestantes e não fotografar momentos íntimos no acampamento.

Em complemento, uma propositiva feita também pelo movimento, é que os aliados da luta indígena se credenciem para fazer a comunicação colaborativa, que consiste em compartilhar com a organização do evento as fotografias tiradas e vídeos gravados, o que concede ao pesquisador ou pesquisadora uma autorização para fazer registros, ao mesmo tempo em que se estabelece uma devolutiva para com o movimento. São diversas as formas de se mediar os espaços durante os trabalhos de campo em ações coletivas e uma delas é agindo segundo as demandas coletivas.



CAPÍTULO 2

ESPAÇO, TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS



Dedicamos este capítulo à reflexão de processos geográficos e históricos, como a análise de elementos que nos permitem contextualizar os desdobramentos da luta indígena desde 2020 no Brasil, que é o recorte adotado nesta pesquisa. Nosso enfoque neste capítulo é recorrer ao diálogo com as teorias e conceitos sobre espaço, território, movimentos socioespaciais e socioterritoriais com a causa indígena.

As teorias e conceitos de espaço e território desempenham um papel crucial nas discussões de diversas áreas da ciência geográfica, tais como a geografia humana, política, agrária e urbana. Diversos autores que surgiram no movimento intelectual da geografia a partir da década de 1970 no Brasil desenvolveram suas reflexões baseadas na ideia de produção do espaço, apresentada por Lefebvre, uma vez que o autor francês dedicou esforços a teorizar sobre a teoria marxista e o espaço. Isso se reflete especialmente no debate sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como evidenciado por Fernandes (2009), Sobreiro Filho (2016) e Pedon (2013), que abordam questões a partir dessa perspectiva analítica.

No que diz respeito ao debate indígena e indigenista, ainda temos na Geografia discussões muito "tímidas" se compararmos a importância que a causa indígena tem para este espaço que hoje chamamos de Brasil, desde os biomas, os territórios, a emergência climática, a cultura, os idiomas, a espiritualidade, entre outros. Sob uma ótica dialética, pensamos aqui contribuições que são indissociáveis de um contexto impactado pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo racismo, pelo eurocentrismo e pelo machismo. Sem desconsiderar as intersecções com a LGBTQIA+fobia, da intolerância religiosa, do racismo ambiental, xenofobia e demais formas de discriminação.

O presente texto visa abordar uma abordagem científica sob os auspícios da disciplina geográfica, mas ressaltamos que assim como debatido por Ribeiro (2023), os povos indígenas já possuíam meios alternativos para interpretar e descrever suas realidades, manifestando-se por meio de categorias autóctones, a exemplo do "Ró" da cosmovisão do povo Xavante. Estas categorias podem ser analisadas e discutidas no contexto das práticas espaciais, pois são elementos de uma por vezes não reconhecida que direcionam a pensar a produção e mediação dos espaços, as disputas territoriais e os conflitos e processos de resistência que são desencadeados na realidade dos movimentos e na realização das ações coletivas.

Apesar das diversas abordagens em torno desse conceito, os elementos considerados contribuem significativamente para a reflexão sobre a existência humana, ancorando-a no âmbito do debate geográfico. Este diálogo é estabelecido em interação com as reflexões propostas pelas perspectivas indígenas, buscando incorporar elementos das diferentes cosmovisões aos aportes geográficos, assim como evidenciar as problemáticas enfrentadas

pelas sequelas da colonização. A compreensão de que somos parte integrante da natureza, alinhada às perspectivas indígenas, é central nesse processo, desafiando a ideia de separação entre a humanidade e o ambiente em que ela está inserida.

Na Geografia, o território é um dos conceitos mais debatidos. Conforme salientado por Sposito (2004), por muito tempo o território foi (e ainda é) confundido com o espaço por aqueles que não aprofundaram as leituras sobre o tema. Essa confusão ressalta a complexidade envolvida na compreensão do território. Entendemos que a vivência dos povos indígenas possui um caráter didático, proporcionando valiosas lições acerca de diversas perspectivas relacionadas aos conceitos de território. Para estabelecer um diálogo mais profundo sobre esse tema, iniciamos nosso percurso pelo debate teórico oferecido pela geografia acerca das definições de território. Nesse contexto, optamos por utilizar como ponto de partida as abordagens propostas por Raffestin (1993), Fernandes (2008; 2009) e Saquet (2007; 2009; 2022; 2023).

Ao nos basearmos nas discussões sobre a produção do espaço propostas por teóricos como Lefebvre (2013) e Santos (2006), assim como no conceito de espaço relativo de Harvey (2012), reconhecemos a possibilidade de estabelecer diálogos. Contudo, estamos cientes de que essas perspectivas são enraizadas no pensamento europeu e reconhecemos que os povos originários sempre possuíram suas próprias formas de compreender e se relacionar com o mundo. É fundamental reconhecermos a existência e complexidade dos conhecimentos tradicionais, que frequentemente são ignorados ou subestimados no âmbito acadêmico ocidental.

Ao reconhecermos nossas limitações no plano teórico geográfico, buscamos não apenas ampliar nosso repertório teórico, mas também abrir espaço para a valorização e incorporação dos saberes indígenas de viés geográfico. Portanto, ao dialogarmos com teorias ocidentalizadas, é essencial mantermos uma postura crítica e reflexiva, reconhecendo as limitações e as perspectivas coloniais embutidas nessas abordagens, ao mesmo tempo em que buscamos abrir espaço para vozes e saberes geográficos marginalizados e subalternizados. Esse processo de construção de diálogo intercultural e interepistemológico é fundamental para uma prática geográfica mais plural.

2.1 - "ANTES DO BRASIL DA COROA EXISTE O BRASIL DO COCAR"¹²: RETOMADA TEÓRICA SOBRE ESPAÇO INDÍGENA

¹² Frase difundida por Célia Xakriabá durante o período eleitoral de 2022

Ao abordarmos a questão indígena, torna-se essencial considerar uma série de elementos e processos históricos do contexto brasileiro para fins de compreensão geográfica que se aproxime da realidade dos povos originários no país. Por um lado, é importante contextualizar o impacto significativo do processo de colonização, a subjugação através da escravização, a tutela imposta pelo governo, os episódios de genocídio e suas recorrentes tentativas, bem como o apagamento cultural promovido e incentivado pelo ideário patriota. Por outro lado, é possível identificar, numa perspectiva dialética, a coexistência dos processos de resistência, evidenciados na luta diária pela sobrevivência dos povos indígenas, tais como a manutenção e resgate dos idiomas, do reconhecimento identitário, valorização cultural e nas diversas mobilizações coletivas organizadas pelos povos indígenas, nos ajudam a compreender a própria produção dos espaços.

Se partirmos da produção do espaço debatida tanto por Lefebvre (2013) quanto em Santos (2006), assim como conceito de espaço relativo (HARVEY, 2012), compreendemos que seja possível a construção de diálogos, mas temos consciência de que se trata de pensamentos europeus, e que por outro lado, os povos originários sempre possuíram seus próprios entendimentos de se explicar no mundo, sendo reconhecido nossas limitações no plano teórico geográfico. Isso se relaciona de maneira complexa com a história do Brasil, que muitas vezes foi imposta, evidenciando um processo que marginaliza e desumaniza grupos sociais, negando-lhes suas próprias racionalidades durante a construção e transformação do espaço. Se atualmente são reconhecidos pelo Estado brasileiro 305 povos, falantes de 274 idiomas (IBGE, 2010), é importante destacarmos que 1477 povos indígenas já são considerados extintos, sendo 33 na região Sul; 143 na região Sudeste; 344 na região Nordeste; 137 na região Centro-Oeste; 820 na região Norte (CIMI, 2004). Ainda há indícios de mais 115 povos em isolamento voluntário, dentre os quais 28 já possuem referência confirmada, enquanto os demais seguem em processo de estudo e/ou identificação (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017). Muito antes da colonização, o atual país Brasil já foi um espaço de grandes nações e diversas comunidades indígenas populosas.

Ao nos debruçarmos sobre o escopo da história pré-colonial, evidencia-se de forma notória a problemática da subalternização dos espaços indígenas. Tal fenômeno se acentua pela escassez de registros escritos acerca desse período, uma vez que a transmissão intergeracional da história prevalece, sendo realizada predominantemente de forma oral entre as comunidades indígenas, complementada pelos estudos arqueológicos. A limitação documental acarreta desafios significativos na compreensão desses espaços, contribuindo para a sub-representação e subalternização das narrativas e experiências indígenas durante esse período histórico.

Não se trata de um debate recente, mas sim invisibilizado, por vezes de modo intencional, por vezes porque nossos olhos e nossas reflexões nunca foram treinadas no âmbito da educação formal para contemplar o espaço indígena.

A própria técnica, tal como é enfatizada por Santos (2006) ao conceituar o espaço, já teria sido identificada nas práticas indígenas por diversos antropólogos, historiadores, arqueólogos, entre outros. Não é nosso intuito aprofundar nesses debates, no entanto, é importante considerarmos esses aportes para que possamos identificar e compreender determinadas abordagens, historicamente realizadas no que diz respeito à existência dos povos indígenas e seus saberes, contrariando a ideia da irracionalidade tão difundida pelo colonizador. Segundo Neves (2006), existem evidências de que a Amazônia já é ocupada por humanos desde 7000 a.C., destacando o achado de uma ponta de projétil, encontrada no município de Iranduba, no estado do Amazonas, associada ao período de 7000 a 6500 a.C., da qual compreende-se que:

A matéria-prima utilizada foi um tipo de sílex incomum na região, cujos afloramentos mais próximos conhecidos localizam-se a quase 200km de distância. A técnica de produção incluiu percussão direta e pressão. O acabamento refinado da ponta, a simetria nos retoques e a pouca espessura relativa indicam que ela foi confeccionada por artesãos com grande conhecimento técnico (NEVES, 2006, p. 27).

Essas técnicas demonstram uma habilidade de interação ativa e adaptativa com o ambiente, indicando um processo de aprendizado e desenvolvimento tecnológico contínuo. Neves (2006) sugere que as comunidades indígenas já empregavam técnicas muito antes de Cristo, conforme evidências arqueológicas na Amazônia. Assim, os objetos técnicos mencionados por Santos (2006) podem incluir as técnicas indígenas, mostrando que a história do espaço não é apenas marcada por acréscimos de objetos técnicos específicos, mas também por uma variedade de práticas e conhecimentos técnicos que contribuem para a transformação e adaptação contínua do ambiente. A relação entre as técnicas indígenas e o quadro mais amplo da evolução do espaço destaca a importância da diversidade de conhecimentos e práticas na construção do ambiente ao longo do tempo.

Um outro exemplo é encontrado em Afukaka Kuikuro e Urissapa' Tabata Kuikuro, ambos do povo Kuikuro, juntos aos antropólogos Michael J. Heckenberger, Christian Russell, Carlos Fausto e Bruna Franchetto (2003), que apresentaram importantes contribuições sobre as evidências de comunidades indígenas, suas técnicas e organizações sociais entre o período de 1200 e 1600 d.c. As ponderações realizadas pelos autores demonstram o caso do povo Kuikuro no Alto Xingu, situados no estado do Mato Grosso, na região da Amazônia brasileira, onde modificações nas paisagens e diferentes técnicas já eram desenvolvidas, tais como a construção

de pontes, estradas, açudes, agricultura, produção de artefatos de cerâmica e utensílios culinários (HECKENBERGER et al, 2003).

Mas não são apenas esses elementos a serem considerados. Ao trabalharem com o conceito de *cultural parkland*¹³ (HECKENBERGER et al, 2003), traduzido por Lopes (2017) como “um parque gestado pela cultura humana”, os autores nos revelam a complexidade de organização social indígena, no qual podemos compreender também a produção do espaço geográfico:

O Alto Xingu é um estudo de caso de longa data da agricultura e ecologia amazônicas indígenas (9, 10) e um dos poucos lugares onde as observações contemporâneas sobre a agricultura indígena, o uso da terra e o padrão de assentamento podem ser sistematicamente associados a evidências arqueológicas e históricas orais (11). O desenvolvimento cultural *in situ* de longo prazo dos povos xinguanos ao longo de mais de 1.000 anos (12) está claramente documentado pela continuidade em (i) cerâmica utilitária usada para processar e cozinhar alimentos básicos (13); (ii) posicionamento do assentamento (em transições de floresta/área úmida) e uso local da terra, marcado por alterações substanciais da floresta e da área úmida; e (iii) forma de assentamento, notadamente praças circulares com estradas radiais (14) [...] Sugerir que as terras xinguanas eram intencionalmente manejadas e desenvolvidas por volta de 1492, no entanto, não implica que as estratégias de uso das terras indígenas, baseadas no desenvolvimento irregular dentro de longos ciclos rotacionais, sejam comparáveis às estratégias modernas de corte raso dos não indígenas (HECKENBERGER et al, 2003, p. 1711-1713, tradução nossa)

Em síntese, os autores afirmam, sob os auspícios da arqueologia, etnografia, sensoriamento remoto e SIG que, ao longo de mais de 1.000 anos, o desenvolvimento *in situ* dos povos xinguanos evidencia a organicidade e manutenção cultural por meio da preservação de práticas como o uso de cerâmica utilitária, o posicionamento estratégico dos assentamentos em transições de floresta/área úmida e a característica forma de assentamento em praças circulares com estradas radiais. O estudo ainda ressalta a não comparabilidade das estratégias indígenas, fundamentadas em desenvolvimento irregular ao longo de ciclos rotacionais extensos, com as estratégias modernas de corte raso adotadas por não indígenas, enfatizando assim a singularidade e adaptabilidade dessas práticas culturais ao longo do tempo, sendo o parque do Xingu um dos mais reconhecidos no que diz respeito à preservação da Amazônia (HECKENBERGER et al, 2003).

Esses elementos dialogam diretamente com a proposta de espaço relacional de Harvey, uma vez que as práticas culturais dessas comunidades não podem ser entendidas apenas em

¹³ O conceito também foi apresentado e explicado por Reinaldo José Lopes, em seu livro "O Brasil antes de Cabral". O autor rememorou o artigo de Heckenberger et al (2003) e considerou como um de seus fundamentos para debater o Brasil pré-colonial, onde destacou que *cultural parkland*, embora seja de difícil entendimento em sua tradução para o português, pode ser entendida como “um parque gestado pela cultura humana” (LOPES, 2017), evidenciado a complexidade social das ocupações e da própria existência dos povos indígenas.

relação ao seu ponto físico no espaço. O desenvolvimento *in situ* ao longo de mais de 1.000 anos é moldado por uma ampla variedade de influências, incluindo práticas históricas, ambientais e culturais que se convergem. Logo, também temos um exemplo de como a produção do espaço pelos povos xinguanos está intrinsecamente conectada a um amplo espectro de dados da experiência acumulados ao longo do tempo, criando uma teia complexa de relações espaciais que vão além do imediatismo, alinhando-se com a perspectiva de Harvey sobre a interdependência do espaço com influências contextuais mais amplas.

De acordo com Saquet (2023), é necessário que a geografia seja mais eficiente para as demandas do povo, ainda mais no contexto Latino Americano. Para o autor, é imprescindível que os saberes tradicionais, tais como os dos camponeses e indígenas, sejam considerados ao teorizarmos sobre as problemáticas sociais, e consequentemente, nos nossos debates sobre espaço e território. Saquet (2023) se refere a diversas formas de colonialidades, destacando que a colonização não é um fenômeno único, mas sim múltiplo, ocorrendo em diferentes espaços e tempos. O autor ainda destaca que as colonialidades associadas à "modernidade" e ao colonialismo europeu indicam que essas formas de colonização estão interligadas e centradas na subalternização do outro, referindo-se tanto a outros grupos humanos quanto à natureza exterior aos corpos humanos:

Referimo-nos às diversas colonialidades, realizadas no tempo e espaço colonizado, controlado, submisso, dominado. Sucintamente, ali estão as colonialidades da “modernidade” e do colonialismo europeu, centradas na subalternização do outro e da natureza exterior aos nossos corpos: colonialidades do poder, do saber, do ser e da natureza sob a égide da racionalidade “moderna” (WALSH, 2007), com profundas implicações na nossa vida cotidiana, em distintos tempos, espaços e territórios. (SAQUET, 2023, p. 7)

Saquet (2023) destaca que essas colonialidades têm profundas implicações na vida cotidiana das pessoas, afetando-as em diferentes tempos, espaços e territórios. Isso sugere que as consequências da colonização não são apenas históricas, mas continuam a moldar as experiências das pessoas no presente. Essas formas de colonialidades são guiadas pela racionalidade "moderna", referindo-se à forma específica de pensamento e estrutura de poder que caracterizou a era moderna, frequentemente associada ao pensamento eurocêntrico, gestado e imposto à atual sociedade brasileira desde o início da invasão europeia.

Gambini (2000) analisou cerca de duzentas cartas de jesuítas escritas entre os anos de 1549 e 1563, sob o intuito de identificar a percepção desses sujeitos acerca das novas “terras desconhecidas” e dos povos originários que nela habitavam. O autor faz uma análise sob a perspectiva psicológica do processo de colonização, enfatizando que seu objetivo é analisar

como o contato inicial entre jesuítas e indígenas refletiram na construção da sociedade brasileira, desde sua raiz até a situação tal como estamos vivenciando. A questão é que os debates apresentados por Gambini (2000) nos remetem diretamente a processos de mediação do espaço, de produção de novos espaços e consequentemente na expropriação territorial dos povos indígenas, tais como podemos observar:

A palavra “descobrimento” reveste-se de certa aura mágica e poética. Quando estudamos a formação de nossa identidade, já começamos portanto com uma história fantástica, a de que, à diferença de outros povos, o nosso surgiu como consequência de um feito extraordinário, qual seja: na fuga de calmarias letais, navegadores heroicos acabaram chegando a terras nunca antes visitadas [...] A ideia de descoberta implica que tudo estava ali apenas à espera de ser achado, como um tronco flutuante que o mar traz até a praia, como se aquela vastidão toda fosse terra de ninguém. Quando um sujeito se apossa de um objeto não identificado, imediatamente surge a noção de que os habitantes dessa terra sem nome, sem dono e sem passado estavam ali como peças do cenário, desprovidos de qualquer direito, até mesmo o de poderem continuar sendo o que sempre haviam sido (GAMBINI, 2000, p. 21).

Gambini (2000) aborda a noção do "descobrimento" e destaca a construção mítica, poética e romantizada que frequentemente envolve esse conceito. Ele aponta para a narrativa "fantástica" de como a identidade brasileira teria surgido a partir de uma jornada extraordinária de navegadores heróicos. Essa história, como mencionado, cria a ideia de que as terras "descobertas" estavam à espera de serem encontradas, sugerindo uma concepção de espaço como algo vazio e desprovido de história, à disposição daqueles que chegam.

Ao relacionarmos a ideia de Gambini (2000) com o conceito de "produção do espaço" de Lefebvre (2013), podemos perceber a materialidade da crítica à ideia de um espaço anterior à colonização como algo passivo, à espera de ser "descoberto" ou apropriado. Essa percepção eurocêntrica é tão equivocada, uma vez que "[...] a maioria dos arqueólogos concorda com o fato de que as Américas foram ocupadas há mais de 12.000 anos" (NEVES, 2006, p. 25).

Lefebvre argumenta que o espaço não é simplesmente um cenário neutro, mas sim um produto social ativo, moldado por relações de poder, conflitos e práticas cotidianas. O que Gambini (2000) ressalta, criticamente, como a narrativa do "descobrimento" por parte da perspectiva eurocêntrica, compreendemos uma visão simplificada e distorcida do espaço, desconsiderando a presença, os direitos e produção do espaço dos povos originários.

Partindo da pesquisa realizada por Oliveira e Freire (2006), podemos sistematizar sobre os primeiros anos de colonização uma série de medidas que influenciaram os espaços do atual Brasil e as disputas territoriais até o momento da realização desta pesquisa. Pontuamos assim, alguns marcos temporais evidenciados pelos autores para que possamos refletir:

- 1755: O governo do Marquês de Pombal promoveu a política de incentivar o casamento entre vassalos do reino e mulheres indígenas, assegurando-lhes terras indígenas para estabelecimento, conforme estabelecido no Alvará de 04/4/1755.
- 1808: Durante o governo de D. João VI no Brasil, Cartas Régias de 1808 declararam guerra aos índios Botocudos, determinando que terras conquistadas por "guerra justa" contra esses povos fossem devolutas.
- 1850: A Lei de Terras e se inicia um incentivo ao aldeamento de indígenas, sob o objetivo de restringir os direitos indígenas aos territórios de aldeias.
- 1891: Com a Constituição Republicana de 1891, as terras dessas aldeias extintas e as terras devolutas nas províncias foram incorporadas pelos estados, tornando os indígenas dependentes dos governos estaduais para assegurar sua sobrevivência nos territórios ancestrais.

Nesse contexto, consideramos necessário um olhar atento para Lei de Terras, promulgada em 1850 (Lei nº 601), que tinha como objetivo principal regulamentar as posses de terras por particulares e estabelecer uma política pública para as terras devolutas, aquelas consideradas sem dono ou ocupação. Essa legislação visava resolver conflitos de interesses entre o Estado brasileiro e os proprietários de terras que defendiam o sistema colonial e as medidas escravagistas, tal como apresentam Oliveira e Freire (2006):

A promulgação da lei de terras em 1850 (Lei nº 601, de 18/9/1850) e sua regulamentação em 1854 (Decreto 1.318, de 30/1/1854) tinham por objetivos, entre outros, a regulamentação das posses de terras dispostas por particulares e o estabelecimento de uma política pública para as terras devolutas. A lei surgiu para regular conflitos de interesse entre o Estado brasileiro e os proprietários de terras, defensores do sistema colonial, que agiam para impedir medidas modernizadoras (antiescravagistas) (Silva, 1996). Esta lei irá apressar a espoliação das terras dos índios.

O art. 12º da Lei 601 reservava terras devolutas para a colonização dos indígenas. A regulamentação deste artigo garantia para o aldeamento de “hordas selvagens” essas terras devolutas, permitindo seu usufruto e impedindo sua alienação (Decreto 1.318, art. 72º ao 75º).

A legislação colonial possibilitava aos índios serem aldeados em suas próprias terras, que lhes eram reservadas (títulos de sesmarias etc.). Ainda em 1850, uma Decisão do Império mandou incorporar às terras da União as terras dos índios que já não viviam aldeados, conectando o reconhecimento da terra à finalidade de civilizar hordas selvagens (Decisão nº 92 do Ministério do Império, 21/10/1850). Na prática, a lei de terras reduzia o direito indígena aos territórios dos aldeamentos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 74-75)

A partir do que Oliveira e Freire (2006) explicam, é possível identificar como a legislação, destinada a regular as terras no contexto do Brasil do século XIX, teve implicações

diretas nas terras ocupadas pelos indígenas, restringindo seus direitos e promovendo a espoliação de suas terras.

Logo, podemos dizer que existe a produção de espaços colonizadores¹⁴, ligada à lógica da acumulação, inicialmente associada ao capitalismo mercantil e, posteriormente, ao concorrencial, ao monopolista e à acumulação por espoliação (HARVEY, 2015). Esses espaços se fundamentam na acumulação de riquezas à medida que exploram diversos povos. São caracterizadas pela reprodução de violências, pela exploração do trabalho, pelo racismo, xenofobia e machismo difundidos nas diversas dimensões do espaço, expressos em sua imaterialidade e materialidade (FERNANDES, 2005). São manifestações de pensamentos eurocêntricos e nos anos mais recentes, da potencialização da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), do pós-fascismo (TRAVESSO, 2021) e da colonialidade (QUIJANO, 2005). São exemplos desses espaços os latifúndios, o agronegócio, as igrejas que demonizam todas as práticas e culturas que não às convém, os grandes condomínios e as imobiliárias que vendem a segregação e fragmentação (LEGROUX, 2021) e até mesmo a ciência que se vende a reproduzir os pensamentos violentos que não reconhecem a diversidade de saberes e/ou que sustentam a lógica colonizadora.

Assim, podemos observar nas figuras 5, 6, 7, 8 e 9 algumas características dessa realidade ainda produzida em contextos mais recentes da conjuntura política brasileira:

Figura 7 - Sobre a destruição de espaços sagrados



Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/11/15/familia-de-arthur-lira-destruiu-mata-sagrada-dos-kariri-xoco-em-alagoas/> Acesso em 5 de jan. de 2024

¹⁴ Colonizadores porque estão em um constante processo

Figura 8 - Assédio do agronegócio

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

POVOS ORIGINÁRIOS

'Assédio do agronegócio é o maior desafio para as comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul', diz liderança da CPT

Ataques e assassinatos, fome e doenças são algumas das violências sofridas pelos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Marcelo Ferreira

Brasil de Fato | Porto Alegre (RS) | 24 de agosto de 2023 às 10:45

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/assedio-do-agronegocio-e-o-maior-desafio-para-as-comunidades-indigenas-no-mato-grosso-do-sul-diz-lideranca-da-cpt> Acesso em 5 de jan de 2024

Figura 9 - Ataques do Agronegócio



UM JORNAL DOS TRABALHADORES NA LUTA PELO SOCIALISMO

PRINCIPAL

BRASIL

INTERNACIONAL

MULHERES

LUTA POPULAR

JUVENTUDE

TRABALHADORES

BRASIL LUTA POPULAR

Agronegócio no Pará é responsável por ataques a comunidades indígenas e quilombolas

 14 de dezembro de 2023

Disponível em : <https://averdade.org.br/2023/12/agronegocio-no-para-e-responsavel-por-ataques-a-comunidades-indigenas-e-quilombolas/> Acessado em: 5 de jan de 2024

Figura 10 - Governo incentiva a grilagem e agronegócio

SOCIEDADE

Terras indígenas são as áreas mais preservadas do Brasil nos últimos 35 anos

Dados são comprovados pelo levantamento do MapBiomas, ainda assim, governo incentiva aprovação da grilagem e do agronegócio

POR CARTACAPITAL

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/terras-indigenas-sao-as-areas-mais-preservadas-do-brasil-nos-ultimos-35-anos/> Acesso em 5 de jan de 2024

Figura 11 - Avanço imobiliário sobre aldeias indígenas

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DISPUTA

Comunidades indígenas sofrem com o avanço imobiliário em Brasília

Áreas indígenas demarcadas estão situadas dentro de bairro rico do DF; e famílias se sentem sufocadas pelas construções

Nayá Tawane
Brasil de Fato | Brasília (DF) | 25 de agosto de 2020 às 12:08

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/25/territorio-indigena-santuario-dos-paies-sofre-com-o-avanco-imobiliario-em-brasilia>

Acesso em 14 de jan de 2024

Em contrapartida, existe a produção de espaços decolonizadores, caracterizados pela resistência e emancipação constantes. São os espaços que enfrentam cotidianamente espaços colonizadores, sejam por meio de lutas por políticas públicas ou na apropriação de espaços e construção de novos territórios. São exemplos de espaços decolonizadores as terras indígenas em seus diferentes contextos (nas diferentes fases de demarcação; podendo estar situada no campo ou cidade), as escolas indígenas que lutam cotidianamente para formar um futuro.

2.2 - DESCONHECIDO, DESPERCEBIDO OU IGNORADO? COSMOLOGIAS INDÍGENAS E ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2019, p. 9-10).

Krenak critica a narrativa histórica que colocou os seres humanos como a essência ou o ápice da existência, sugerindo que somos "a humanidade". Essa perspectiva antropocêntrica, que coloca os humanos em um pedestal separado do restante da natureza, levou a uma alienação do entendimento de que fazemos parte do organismo maior que é a Terra. A ideia de Krenak sugere uma mudança de consciência em relação à natureza, mas para além disso, também nos instiga a refletir sobre as implicações na forma como os seres humanos produzem e concebem o espaço geográfico.

Ao adotar o espaço como ponto de partida, a geografia nos oferece um suporte teórico abrangente, que nos servirá como base para a análise das ações coletivas e dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais indígenas. A questão que levantamos no tópico anterior nos direciona à seguinte reflexão: como pensar o espaço para além da visão do colonizador? Enquanto proposta de aporte teórico, acreditamos ser uma ponte de diálogo e avanço o reconhecimento das cosmologias indígenas como parte da multidimensionalidade do espaço e do território (FERNANDES, 2005; SAQUET, 2022).

Não queremos recair aqui no naturalismo ou nas tais geografias animais, ideia de influência anglo saxã criticamente debatida por Haesbaert (2011), mas sim refletir sobre o espaço com respeito às diferentes cosmologias dos povos indígenas. Para Rosa (2019, p. 300), o conceito de cosmologia no contexto indígena "indica a compreensão do universo em sua pluralidade, a partir do qual a criatura humana é concebida em íntima e complexa inter-relação que inclui os outros seres vivos e a natureza". Esse debate sugere o reconhecimento da diversidade e da complexidade do universo, indo além de uma perspectiva simplista e única, considerando uma visão holística, que reconhece a interdependência e a coexistência de todas as formas de vida no planeta. Nesse sentido, o autor ainda argumenta que

A cosmologia indígena, a qual deve ser entendida em sentido plural (cosmologias), não se confunde com o modo de saber que se impõe desde a perspectiva do conquistador. No entanto, à sua referência e resgate, não implica tanto medir ou fazer qualquer juízo de valor comparativo, mas tão somente compreender a epistemologia que emerge da sabedoria indígena, a qual se espalha como memória, linguagem e

conhecimento pelas veredas do que se convencionou chamar de América Latina (ROSA, 2019, p. 300)

Quando o autor fala em "conquistador" refere-se aos colonizadores europeus que impuseram suas visões de mundo sobre as culturas indígenas de Abya Yala (América Latina). Os elementos citados pelo autor (memória, linguagem e conhecimento) são fundamentais na produção das relações sociais e demonstram a natureza integral e multifacetada da sabedoria indígena, que não se limita apenas a concepções filosóficas, mas também permeia a prática cotidiana, e consequentemente, a produção do espaço.

Os povos indígenas são comumente reconhecidos enquanto os guardiões das florestas, inclusive por grandes instituições internacionais e diferentes setores da sociedade. Se observarmos por exemplo os discursos apresentados nos grandes eventos de debate ambiental, identificamos as seguintes organizações e documentos que reconheceram o papel que os povos realizam para com o equilíbrio dos ecossistemas.

- **Rio+20**

"Reconhecemos que os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas e das comunidades locais dão um contributo importante para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, e a sua aplicação mais ampla pode apoiar o bem-estar social e meios de subsistência sustentáveis" (ONU, 2012, p. 38, tradução nossa)¹⁵

- **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)**

"Para os povos indígenas, a resiliência às alterações climáticas está enraizada no conhecimento tradicional – numa compreensão profunda dos ecossistemas em que vivem. À medida que as alterações climáticas afectam cada vez mais as paisagens que habitam, eles estão a responder e a adaptar-se de formas únicas. Os conhecimentos e práticas dos povos indígenas e das comunidades locais podem contribuir para o avanço de soluções eficazes baseadas na natureza que mitiguem as alterações climáticas e abordem os seus impactos, aumentando assim a resiliência" (ONU, 2017, p. 3, tradução nossa).¹⁶

- **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**

"Guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e pela boa-fé no cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados de acordo com a Carta, afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como

¹⁵ Citação original: "We recognize that the traditional knowledge, innovations and practices of indigenous peoples and local communities make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity, and their wider application can support social well-being and sustainable livelihoods" (ONU, 2012, p. 38)

¹⁶ Citação original: "For indigenous peoples, resilience to climate change is rooted in traditional knowledge – in an in-depth understanding of the ecosystems they live in. As climate change increasingly affects the landscapes they inhabit, they are responding and adapting in unique ways. The knowledge and practices of indigenous peoples and local communities can contribute to advancing effective nature-based solutions that both mitigate climate change and address its impacts, thereby enhancing resilience" (ONU, 2017, p. 3)

tais, afirmando também que todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da humanidade [...] Reconhecendo que o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente" (UNESCO, 2009, p. 7-10).

Os três trechos apresentados convergem para a necessidade de reconhecimento e respeito aos conhecimentos, práticas e culturas tradicionais dos povos indígenas em contextos como biodiversidade, mudanças climáticas e direitos humanos, embora na realidade sejam observadas diversas contradições sobre a efetivação do respeito aos saberes pontuados. Não podemos limitar aos povos indígenas a responsabilidade para com o ambiente em que vivemos, mas não podemos negar que dentre os diferentes sujeitos que compõem a sociedade, são esses diferentes povos que realizam de modo intensivo e cotidiano uma série de ações que viabilizam um mundo mais ecológico.

Segundo um estudo realizado por pesquisadores da Woodwell Climate Research Center¹⁷, Fundación Eco Ciencia, Red amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada, Environmental Defense Fund, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Instituto Socioambiental, Instituto del Bien Común, Coordinadora de las Organizaciones indígenas de la Cuenca Amazónica, Fundación Amigos de la Naturaleza, Fundación GAIA Amazonas e Unidad Técnica del Este, os povos indígenas e comunidades tradicionais são diretamente responsáveis pela conservação da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia (WALKER et al, 2020). Segundo os autores, esses povos

[...] tendem a valorizar bases de recursos diversificadas que lhes permitem evitar a dependência de mercados para a subsistência. Consequentemente, as suas práticas de utilização dos solos são frequentemente mais holísticas, combinando modos de vida tradicionais com perspectivas modernas de utilização sustentável. Os seus esforços também tendem a ser mais eficazes e menos dispendiosos do que as alternativas convencionais patrocinadas pelo governo (WALKER, 2020, p. 2-3, tradução nossa)¹⁸

Os autores ainda relacionam as práticas de uso do solo pelos povos indígenas às reduções de emissões de carbono no Brasil, assim como um "desflorestamento evitado". Entretanto, como aponta Narby (2018), as grandes instituições da sociedade, embora reconheçam muitas vezes o resultado das tradições indígenas enquanto um benefício comum

¹⁷ Conhecido no momento da publicação pelo nome Woods Hole Research Center (WHRC)

¹⁸ Citação original: "[...] tend to value diversified resource bases that allow them to avoid dependence on markets for subsistence (6). As a result, their land use practices are often more holistic, combining traditional ways of life with modern perspectives on sustainable use. Their conservation efforts also tend to be more effective and less expensive than conventional government sponsored alternatives" (WALKER et al, 2020, p. 2-3)

ao planeta, ainda não consegue admitir seus métodos de vivência não convencionais à lógica hegemônica do ocidentalismo:

Os acordos da Eco 92, assinados pelos governos do mundo, reconhecem o valor dos conhecimentos dos povos indígenas em matéria botânica e diversidade, além de afirmar a importância de remunerá-los "equitativamente". Apesar disso, como tenho mostrado neste livro, o mundo ocidental não está pronto para se envolver num diálogo verdadeiro com esses povos, dado o bloqueio epistemológico que impede a ciência biológica de receber aquele saber (NARBY, 2018, p. 150)

Para Narby (2018), apesar desses reconhecimentos formais e compromissos traçados, há uma desconexão prática e um bloqueio epistemológico para efetivar as propostas. Esse "bloqueio epistemológico" citado pelo autor refere-se a barreiras fundamentais nas formas de pensar e entender a realidade que dificultam a aceitação e incorporação dos saberes indígenas pela ciência ocidental, que em nossa leitura, ultrapassa o debate biológico, tangenciando diferentes áreas do conhecimento, incluindo a geografia. Ainda segundo Narby (2018),

Uma coisa é certa: nos últimos quinhentos anos o mundo ocidental demonstrou não ter qualquer pressa em recompensar os conhecimentos dos povos indígenas, que no entanto não deixaram de utilizar. Os anos que se passaram desde o acordo do Rio nada se alteraram nesse sentido. Assim, o que aconselhar às organizações indígenas, a não ser uma negociação dura? (NARBY, 2018, p. 150)

O autor aponta para a necessidade de uma abordagem mais assertiva por parte das instituições para com as comunidades indígenas. Ele sugere que, dada a falta de progresso significativo ao longo dos anos, a negociação dura pode ser a única estratégia eficaz para garantir que os conhecimentos indígenas sejam devidamente reconhecidos e recompensados. Entretanto, como nos aponta Krenak, o problema enfrentado pela humanidade está diretamente relacionado com o sistema ao qual estamos inseridos e ao qual alimentamos, sendo incapaz um diálogo entre a lógica do consumo e da colonização às cosmologias originárias:

É uma distopia: em vez de imaginar mundos, a gente os consome. Depois que comermos a Terra, vamos comer a Lua, Marte e os outros planetas. A mesma dificuldade que muita gente tem em entender que a Terra é um organismo vivo, eu tenho em entender que o capitalismo é um ente com o qual podemos tratar. Ele não é um ente, mas um fenômeno que afeta a vida e o estado mental de pessoas no planeta inteiro — não vejo como dialogar com isso (KRENAK, 2020, p. 36)

A analogia de "depois que comermos a Terra, vamos comer a Lua, Marte e os outros planetas" levantada pelo autor, enfatiza a preocupação com a exploração ilimitada e a falta de consideração pelos limites finitos dos recursos planetários. A crítica levantada por Krenak

(2020) é de que se não houver uma mudança nos padrões de consumo e na relação com o meio ambiente, a humanidade, em escala global, continuará esgotando a natureza. Para Mèzaros (2008),

[...] o capital, por sua própria natureza, é incapaz de atentar para os problemas ameaçadores de sua crise estrutural. O sistema do capital tem um caráter eminentemente histórico. No entanto, suas “personificações” recusam-se a admiti-lo, no interesse de eternizar a vigência de seu modo de controle sócio-reprodutivo, apesar de todos os seus perigos hoje demasiadamente óbvios, mesmo com respeito à destruição da natureza e às inegáveis implicações dessa destruição para a própria sobrevivência humana (MÈZAROS, 2008, p. 18).

O autor aponta que, mesmo quando confrontados com as nítidas implicações da destruição da natureza para a sobrevivência humana, as entidades ligadas ao capital resistem a reconhecer a necessidade de mudanças fundamentais. Segundo Mèzaros (2008), devido às características estruturais do capitalismo e à busca incessante de lucro, há uma tendência a não abordar de maneira efetiva os desafios enfrentados, especialmente aqueles relacionados à questão ambiental. A resistência em admitir a crise estrutural e a relutância em reconhecer a historicidade do sistema são os obstáculos para a busca de soluções eficazes alimentadas pelo próprio sistema.

Nesse contexto, Mészáros (2008) sugere que, enquanto as entidades vinculadas ao capital resistem ao reconhecimento de suas falhas, compreendemos por outro lado os povos indígenas enquanto resistência incômoda ao sistema, uma vez que há uma consciência intrínseca de seus próprios corpos enquanto natureza, reconhecendo-se como partes e constituintes do espaço que habitam, tal como se observa na fala de Krenak (2019), apresentada no início deste tópico. Esse profundo entendimento instiga a ponderação sobre a atualização do conceito que denominamos “produção do espaço”, reconhecendo o desconhecido, o despercebido ou o ignorado de outras partes da totalidade.

É comum identificarmos nos debates geográficos uma diferenciação do que é a natureza e do que é a sociedade. Algumas aproximações já foram realizadas sob a tentativa de rompimento da dicotomia ser humano-natureza. Preocupações acerca dessa temática abrangem possíveis distorções da ideia de que os seres humanos são parte integrante da natureza, utilizando-a como justificativa para a dominação e alegando superioridade sobre a mesma. Para Silva (2017), se uma sociedade enxerga a natureza como algo a ser preservado e respeitado, suas ações na paisagem podem ser direcionadas para a conservação ambiental. Por outro lado, se a natureza é vista como um recurso a ser explorado e dominado, as ações podem ser mais voltadas para a extração e utilização dos recursos naturais:

Para a Geografia, essas questões são bastante válidas, ao passo que há a necessidade, por exemplo, em se discutir a própria relação sociedade-natureza. Existem diversas formas de se enxergar esta relação, inclusive o que se entende por natureza. A forma como as sociedades compreendem o que é a natureza ajuda a determinar suas ações na paisagem, seja num sentido de conservação ou mesmo no sentido de dominação para apenas tirar o melhor proveito das suas características naturais (SILVA, 2017, p. 80).

Para Goetttert e Mota (2020), a dicotomia entre o ser humano e o restante da natureza é problemática, pois em geral são tratadas como se fossem entidades separadas e distintas. As autoras sugerem que é um equívoco considerar o humano como algo separado da vida (bio), destacando que o ser humano também faz parte da esfera biológica, sendo, portanto, um ser vivo, e se propõe ser

contra uma geografia que divide o humano (“geografia humana”) e o não humano (“geografia física” e “biogeografia”)—e “Que loucura!”: como se o humano não fosse também bio, isto é, vida, ou o contrário, como se apenas o humano fosse vida e nada mais se movimentasse...) (GOETTERT; MOTA, 2020, p. 15)

Encontramos em Suertegaray (2021) a abordagem sugere que a natureza não deve ser simplesmente vista como um recurso externo, mas como uma entidade com a qual os seres humanos têm uma relação intrínseca. Para a autora, “a natureza pode ser pensada como o outro e, nesse sentido, é importante respeitar o outro. De qualquer forma, não podemos desconhecer que o outro, como natureza, está em nós e que nossa própria natureza é transfigurada socialmente” (SUERTEGARAY, 2021, p.55). Quando a autora fala em “o outro” enfatiza a importância de reconhecer e respeitar a natureza como algo distinto de nós, mas ainda assim parte integrante da nossa existência.

Essa perspectiva, embora tenha ganhado mais espaço somente nos últimos anos em âmbito acadêmico, já havia em Marx certas ponderações e críticas à respeito, que na maioria das vezes passou despercebida. Como explica Foster (2005, p. 14) “No seu sentido mais geral, o materialismo afirma que as origens e o desenvolvimento de tudo que existe dependem da natureza e da ‘matéria’, ou seja, trata-se de um nível de realidade física que independe do pensamento e é anterior a ele”. A ideia central do materialismo, conforme expresso nas ideias de Foster (2005), é que a realidade física é fundamental e anterior ao pensamento. Isso implica que a existência e evolução de todos os fenômenos, objetos e entidades estão enraizadas na natureza material do mundo, e não são isoladamente construções ou produtos da mente humana.

Retornamos a Krenak (2022)

Os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a Terra. Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência. O capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs, e não podemos aceitar isso (KRENAK, 2022, p. 20).

O indígena-autor critica a vontade do capital de "empobrecer a existência" e criar um mundo triste e monótono. A rejeição de Krenak a esse desejo do capital sugere uma resistência à lógica capitalista que busca maximizar lucros em detrimento da diversidade e vitalidade da vida. E não muito distante de Krenak, que destaca a necessidade de resistir à lógica capitalista que visa maximizar lucros à custa da diversidade e vitalidade da vida, o indígena Munduruku que nos concedeu entrevista rejeita completamente a ideia da dicotomia sociedade-natureza:

Para nós essa lógica não faz sentido porque recurso, que recurso? recurso para quem? recurso para quê? Meio, meio ambiente é meio para onde? meio para quem? meio para quê? Para nós a natureza não é um recurso para ser usado, para ser gasto, nem um meio para se atingir um fim. A natureza é um fim em si mesma e a natureza somos nós, nós somos natureza. Não existe essa separação, essa segregação entre o humano e a natureza, (assim) como não existe entre humano e animal, como não existe entre o eu e a ancestralidade (e) a comunidade, essas diferenças elas vão no nosso teko (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU, EM 1 DE OUTUBRO DE 2022)

Tanto Ailton Krenak quanto o indígena Munduruku compartilham a visão de que a separação entre ser humano e natureza, assim como entre o eu e a ancestralidade, é uma concepção falsa e prejudicial. Para eles, essas distinções estão intrinsicamente entrelaçadas no "teko", ou seja, no modo de vida e na cosmovisão indígena. Krenak (2022) destaca a importância de resistir à visão capitalista que empobrece a existência. Essas perspectivas convergem na compreensão do espaço enquanto produto das relações sociais indissociáveis da natureza, considerando tanto a importância de uma abordagem integrada, quanto os impactos do sistema em vigor.

Nesse contexto, é evidente um déficit na compreensão abrangente das práticas espaciais, revelando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica para superar as lacunas teóricas existentes. Essa lacuna não apenas reflete as falhas na compreensão do espaço, mas também destaca a importância de reconsiderar a forma como as geografias são construídas e representadas, reconhecendo a diversidade de experiências e perspectivas presentes na produção do espaço.

Para o debate científico, segundo Ribeiro (2023), a Geografia não deve se restringir apenas à análise de aspectos físicos e territoriais, mas também deve ir além, buscando compreender as diferentes formas de perceber e interpretar o mundo. Isso implica uma

abordagem mais ampla e inclusiva. Como argumenta a autora, os povos indígenas já se explicam,

[...] a Geografia deve, em primeiro plano, estar aberta para estudar, compreender e refletir sobre a diversidade de concepções espaciais produzidas pela humanidade. Isto significa que é necessário ir além do estudo espacial e territorial propriamente e buscar acessar as formas de estar e conceber o mundo específicas de um grupo, seja indígena, camponês ou urbano (RIBEIRO, 2023, p. 248)

Ribeiro destaca a necessidade de acessar as formas específicas de "estar" e "conceber" o mundo de grupos distintos, sejam eles indígenas, camponeses ou urbanos. Isso sugere uma abordagem que vai além dos aspectos visíveis e tangíveis do espaço, buscando compreender as visões de mundo, valores e modos de vida desses diferentes grupos (RIBEIRO, 2023). Assim, corroborando com a autora e buscando fortalecer sua contribuição, também identificamos as seguintes auto explicações sobre práticas espaciais indígenas:

- **Povo Ticuna - Eware**

"Eware é a nossa terra sagrada. É o começo do mundo, onde foi criado o povo Ticuna. Nesse lugar corre o igarapé que também se chama Eware. Das águas do Eware nosso deus Yo'i nos pescou. Eware, tuas árvores e tuas águas são nossa herança" (GRUBER, 1997, p. 24)

- **Povo Xavante - Ró**

"Ró significa tudo para os caçadores Xavante: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. [...] Antigamente, o Ró era assim: havia a aldeia, em volta a roça, em volta as frutas, em volta a caça junto com os espíritos, em volta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o Ró escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos" (WARÃ, 2000. apud RIBEIRO, 2023, p. 46)

- **Povo Terena - Poké'exa ûti**

"Poké'exa ûti! Poké'exa ûti! Este foi o grito de guerra da comunidade indígena terena de Taunay/Ipegue no momento de reocupação de seu território tradicional. Poké'exa ûti significa no idioma terena 'nosso território tradicional (nossa terra)' (AMADO, 2014 , p. 14)

- **Guarani Kaiowá - Tekohá**

"Aldeia, lugar da vida, da felicidade, a dimensão da mobilidade dos seres/coisas, onde o modo de ser é desenvolvido" (BENITES, 2021, p. 277)

Ao examinarmos as práticas espaciais de diferentes grupos indígenas, como os Ticuna, Xavante, Terena e Guarani Kaiowá, percebemos a profunda conexão entre suas cosmovisões e formas de estabelecer e compreender seus territórios. Para esses povos, o espaço não é apenas uma geografia física, mas sim um lugar carregado de significados ancestrais, espirituais e de identidade. Eles concebem suas terras como sagradas, fundamentais para sua existência física, cultural e espiritual. Essas perspectivas reforçam a importância de reconhecer e respeitar as diversas formas de "estar" e "conceber" o mundo, como destaca Ribeiro (2023). Ao entendermos e valorizarmos essas visões de mundo distintas, podemos contribuir para uma abordagem mais complexa e próxima da realidade em relação aos territórios e modos de vida dos povos indígenas.

2.3 - A TORMENTA DA COLONIZAÇÃO E AS RAÍZES PROFUNDAS DA RESISTÊNCIA: APORTES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA CAUSA INDÍGENA

*Mas 1500 foi a invasão
Roubaram as terras com a bíblia na mão
Branca é a cor do ladrão (Katu Mirim)*

Embora o conceito de território na Geografia tenha sido amplamente debatido, especialmente a partir da década de 1970 com o surgimento da geografia crítica, é notável que o debate indígena/indigenista não tenha sido devidamente priorizado. Historicamente, o território tem sido uma peça-chave nas reivindicações originárias, e ao fazer uma autocrítica, é evidente que a ciência geográfica não se tornou uma voz proeminente nesse diálogo¹⁹. Surge, assim, a necessidade de repensar a Geografia não apenas como uma disciplina central, mas como um instrumento capaz de atender e contribuir efetivamente para as demandas dos povos indígenas. Essa abordagem busca não só reconhecer, mas também fortalecer as perspectivas e

¹⁹ Déficit científico já apontado por Saquet (2023)

os direitos territoriais ancestrais, promovendo uma Geografia que se alinhe de forma mais ativa e colaborativa com as necessidades e aspirações dos povos.

Ao apontar para os aspectos fundamentais da história da formação do Brasil, Fernandes (2000) enfatiza eventos e processos que moldaram o país ao longo do tempo, dentre os quais se destacam a invasão do território indígena:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista [...] a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico (FERNANDES, 2000, p. 25).

O autor destaca, em contrapartida, a resistência dos povos indígenas desde o momento da chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, há mais de 500 anos. A resistência abrangeu diversas formas de luta contra o genocídio histórico, que se refere à tentativa sistemática de eliminar ou exterminar populações indígenas. No curso da história, Fernandes (2009) ressalta que as políticas públicas implementadas pelo Estado não são neutras e causam impactos específicos nos territórios e na sociedade em geral. Esses impactos, por sua vez, geram formas de resistência por parte das comunidades afetadas, resultando em conflitualidades. Assim, as disputas territoriais ocorrem tanto no plano material, envolvendo questões físicas dos aspectos geográficos, quanto no plano imaterial, que abrange aspectos simbólicos, culturais e sociais:

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou status nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial (FERNANDES, 2009, p. 200)

Desse modo, mesmo com as diferentes concepções de se entender no mundo e de explicar suas próprias existências, ao longo do tempo os povos indígenas reivindicaram o conceito de território. Segundo Luciano [Baniwa] (2006, p.101) “o território indígena é sempre a referência à ancestralidade e a toda a formação cósmica do universo e da humanidade. É nele que se encontram presentes e atuantes os heróis indígenas, vivos ou mortos”. Para o autor, o território não é apenas um espaço físico, mas também uma referência fundamental à ancestralidade. Isso significa que o território é intrinsecamente conectado à história e às origens das comunidades indígenas, representando um elo vital com seus

antepassados, dialogando com o debate da materialidade e imaterialidade do território, proposto por Fernandes (2009).

De acordo com Santos [Pataxó] (2020),

[...] a pauta territorial indígena foi a que mais enfrentou obstáculos e ataques por parte daqueles que tinham interesses contrários aos dos povos indígenas, se fez necessário inserir previsões normativas na Constituição que pudessem assegurar aos povos indígenas o direito à terra como um direito fundamental, na medida em que a dignidade humana dos povos indígenas está intimamente entrelaçada em suas relações históricas e ancestrais com seus territórios, aspecto esse desconsiderado e negligenciado pelo Estado brasileiro há séculos mas que, a partir de então, passou a ser o elemento central de toda uma política indigenista que nascia com o paradigma constitucional de 1988 (SANTOS, 2020, p. 26).

A autora, no âmbito do direito, explica que ao longo dos séculos, o Estado brasileiro desconsiderou e negligenciou os aspectos históricos e ancestrais das relações dos povos indígenas com seus territórios e destaca a importância de reconhecer e garantir os direitos territoriais dos povos indígenas como parte fundamental de suas identidades e dignidade.

Aos auspícios do debate geográfico, o território é formado a partir do espaço, mas não é algo inerente ou dado, logo para Raffestin (1993) o território é entendido a partir das contribuições de Lefebvre (2013), sobre a produção do espaço e argumenta que o território também é algo produzido a partir da apropriação:

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Raffestin (1993), o território é resultado de ações realizadas por um ator, que podem ocorrer em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993), das quais compreendemos desde o nível individual até o nível de uma comunidade ou nação, por exemplo. Ainda de acordo com o autor, a produção do território envolve uma rede complexa de relações e está inserida em um campo de poder:

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

As concepções de Raffestin (1993) indicam que a formação e estruturação do território não ocorrem de maneira neutra, sendo permeadas por dinâmicas de poder, influência e controle. Embora essa percepção inicial esteja principalmente vinculada à dimensão política do território, ela se revela significativa em vários estudos que exploram e discutem o conceito de território. Para Fernandes (2008; 2009), os espaços de governança são entendidos como território, mas não se limita a eles. Segundo o autor, os territórios são espaços multidimensionais (ambiental, político, cultural, social, econômico) onde se estabelecem distintas formas de relações de poder através de diferentes atores sociais, em consonância com a proposta teórica de Saquet (2007).

Aprofundando o debate, Saquet (2021) enfatiza que o território também contém múltiplas territorialidades e que a leitura geográfica deve ser feita sob uma perspectiva descolonial, para lutar contra a hegemonia e dar visibilidade aos povos indígenas, por exemplo, que não são contemplados em abordagens territoriais moldadas sob concepções eurocêntricas (SAQUET, 2021).

É nesse sentido que para Fanon (1961), uma mudança na consciência não apenas altera a dinâmica psicológica do colonizado em relação ao colonizador, mas também serve como base para a resistência e compreensão de que apesar das diferenças sociais e raciais impostas pelo sistema colonial, as vidas dos colonizados têm o mesmo valor intrínseco que as vidas dos colonizadores:

O colonizado, portanto, descobre que a sua vida, a sua respiração, as pulsações do seu coração, são as mesmas que as do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Deve dizer-se que essa descoberta introduz uma agitação essencial no mundo. Toda a segurança nova e revolucionária do colonizado dimana disso. Se, com efeito, a minha vida tem a mesma importância que a do colono, o seu olhar já não me fulmina, já não me imobiliza, a sua voz não me petrifica. Já não me perturbo na sua presença. Praticamente, eu aborreço-o (FANON, 1961, p. 41).

Aos auspícios do debate proposto do Fanon (1961), Saquet (2021) propõe à geografia a incorporação do debate descolonial, a fim de construir uma ciência popular, que reconheça os diferentes saberes e que enfrente as epistemologias da colonização. Assim, para o autor

Descolonizar significa, sucintamente, um processo voltado para criar um homem novo por meio da luta de libertação (FANON, 2005 [1961]). Liberdade para plantar e comer, para transformar e se apropriar do resultado do próprio trabalho, para cantar e dançar, passear e ensinar, para aprender e habitar, para sentir-se seguro e ter saúde, para pensar e produzir saberes de acordo com cada território e suas gentes. Estamos, então, num movimento denominado de des-colonialidade, como uma resposta ética, social, política e epistêmica, por exemplo, dos movimentos indígenas e afrodescendentes, a partir de um pensamento outro e de uma práxis também outra (WALSH, 2014 [2008]). A descolonialidade corresponde a uma luta contra a colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, tais como a naturalização do extermínio, a dominação, a subordinação, a expropriação das

terras, a morte, a tortura, o estupro, a colonização do pensamento etc (MALDONADO-TORRES, 2018) (SAQUET, 2021, p. 57)

Saquet (2021) menciona explicitamente os movimentos indígenas e afrodescendentes como exemplos de iniciativas que adotam a descolonialidade como resposta e são vistos como agentes éticos e práticos nesse processo de libertação da colonialidade. Entretanto, para Gonzaga [Guarani-Kaiowá] (2022),

Quando pretendemos nos referir propriamente aos processos históricos-administrativos de desligamento das Metrôpoles de suas ex-colônias, dever-se-á optar pela utilização de termos como “descolonizar”, “descolonização” e “descolonial”. Por outro lado, em situações em que se ensejar fazer menção ao movimento contínuo e tornar pensamentos e ações cada vez mais dissociadas da colonialidade, deve-se preferir o uso das palavras cada vez mais dissociadas da colonialidade, deve-se preferir o uso das palavras “decolonial” e “decolonialidade”, marcando essa diferença por meio da retirada da letra “s”. (GONZAGA, 2022, p. 120)

Gonzaga (2022) destaca a preferência pelo uso das palavras "decolonial" e "decolonialidade" em certos contextos, especialmente quando se refere a tornar pensamentos e ações cada vez mais dissociados da colonialidade. Isso sugere uma distinção sutil, indicando uma mudança contínua e progressiva em direção à desvinculação da colonialidade.

Tanto Saquet (2021), quanto Gonzaga (2022) convergem para a compreensão de que a descolonização é um processo que visa criar uma nova forma de existência, libertando-se das estruturas coloniais. Ambos autores consideram a descolonização como uma resposta ética, social, política e epistêmica. Nesse sentido, compreendemos que as ideias dos autores dialogam e se complementam, mas considerando a proposta desta pesquisa, em ênfase ao recorte temporal, optamos por utilizar o termo decolonial para tratar da conjuntura mais recente do Brasil, entretanto, sem desconsiderar os processos de descolonização.

Assim como nos apresenta Fanon (1961), a colonização é sempre um processo violento. Em vista disso, acreditamos que se decolonizar, apesar de ser um processo corajoso e emancipatório, também implica dor para aqueles que se comprometem com essa jornada. Esse exercício cotidiano envolve o reconhecimento das violências históricas sofridas pelos ancestrais, que foram subalternizados, expropriados e desumanizados. A luta pela decolonização se manifesta na defesa dos territórios e modos de vida indígenas.

Além das florestas, os povos indígenas disputam territórios em diferentes espaços, incluindo cidades e áreas agrárias. A violência capitalista e colonial invade territórios indígenas, evidenciando a problemática do sistema. Um exemplo dessas violências pode ser observado no Relatório Figueiredo, produzido pelo Ministério do Interior em 1967, no qual contém as provas

referentes aos ataques e torturas sofridos pelos povos indígenas no Brasil durante a ditadura militar. As violências partiram ou tiveram a conivência do órgão responsável por tratar das questões relacionadas aos povos indígenas na época, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI):

Os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam da rotina e só chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionaram a invalidez ou a morte.

Havia alguns que requisitavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se, então filho espancar mãe, irmão bater em irmã e, assim por diante. O "tronco" era, todavia, o mais contraditório de todos os castigos [...] Consistia na trituração do tornozelo das vítimas, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente. [...]

Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações Índio-SPI.

Isso porque, de maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais desumanas.

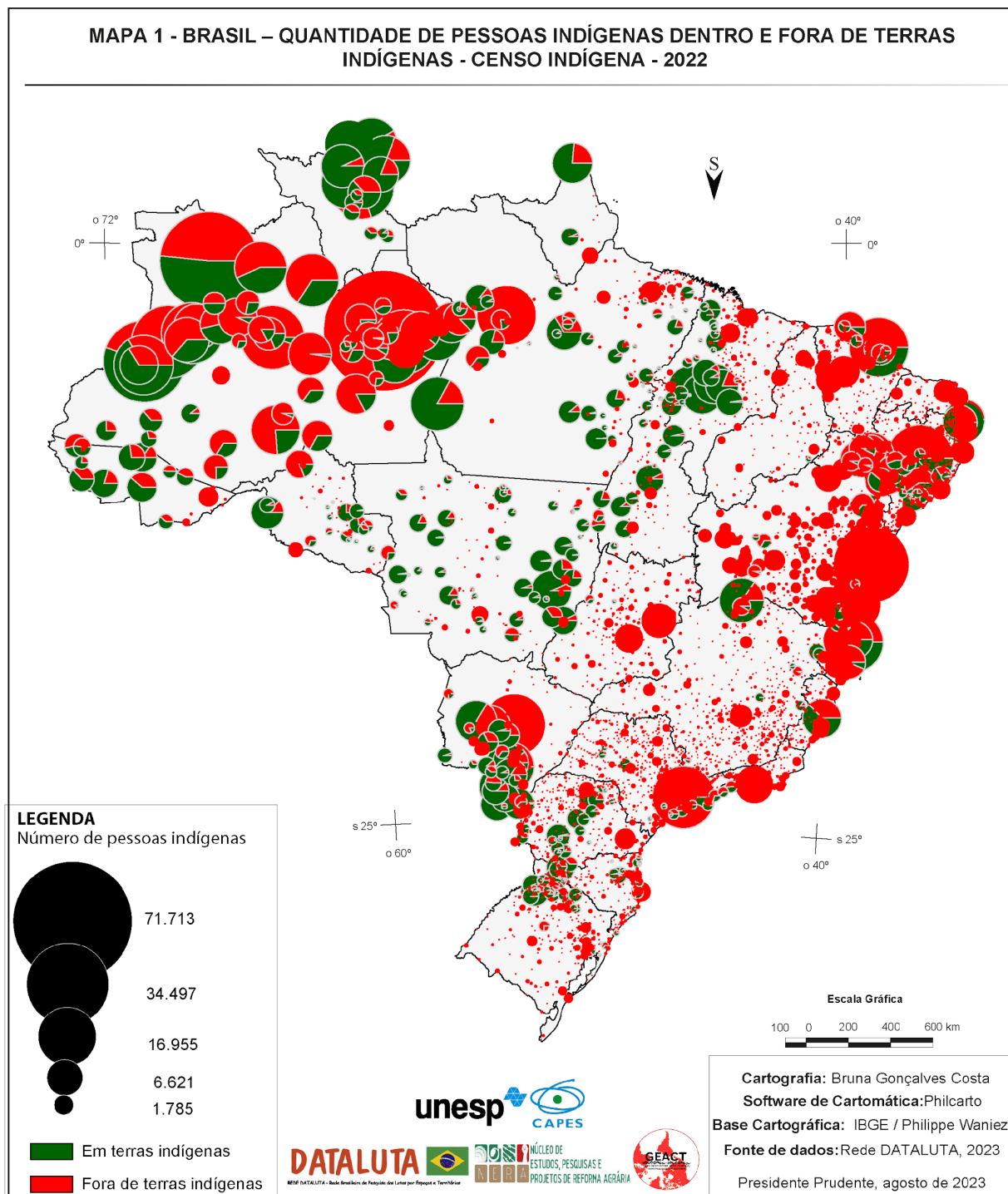
Houve Postos em que as parturientes eram mandadas para o trabalho dos roçados em dia após o parto, proibindo-se de conduzirem consigo o recém nascido. O tratamento é, sem dúvida, muito mais brutal do que o dispensado aos animais, cujas fêmeas sempre conduzem as crias nos primeiros tempos.

Por outro lado, a legislação que proíbe a conjunção carnal de brancos com índios já não era obedecida e dezenas de jovens "caboclas" foram infelicitadas por funcionários, algumas delas dentro da própria repartição (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1964, p. 3-4).

O Relatório Figueiredo, em sua completude, demonstra uma continuação dos legados coloniais junto aos ideais capitalistas. O trecho apresentado reflete a lógica de exploração, desumanização e subjugação que permeou as relações entre colonizadores e povos colonizados, sendo a violência uma ferramenta para manter o controle e a supremacia branca. O "tronco" é mencionado como um dos castigos mais comuns, consistindo na trituração do tornozelo da vítima entre estacas enterradas. Esse método cruel evidencia a desumanização dos indígenas, tratados como animais de carga. O trabalho forçado e a prisão em cárcere privado, apesar de representarem castigos, eram vistos como uma forma "humanizada" de relação entre os indígenas e o SPI, o que demonstra a extrema brutalidade das condições enfrentadas pelos indígenas. E foi a mais esse período que os povos indígenas sobreviveram contra o ataque aos seus territórios, estando territorializados em diversos espaços, destacando falhas no sistema que não considerou a reprodução das resistências.

E não dissociados desse processo resistência, o espaço e os territórios produzidos pelos indígenas, resultante das relações sociais e, em sua dialética, também como gerador de relações, abrangem tanto elementos imateriais quanto materiais. São diversos em idioma, em cultura, cosmologias e formas de fazer política. Os mais de 500 anos de violência não foram suficientes

para extinguir a ancestralidade e nos demonstram a resistência constante e múltipla de produções de espaço e territórios mediante a presença indígena especializada em todo o território nacional, conforme evidenciado no Mapa 1.



Segundo os dados do último censo indígena, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 1.693.535 de pessoas indígenas no Brasil, o que representa 0,83% da população total do país (IBGE, 2023). De acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), esse dado indica um aumento de 88,82% da população indígena do país,

se compararmos com os resultados obtidos no censo demográfico do ano de 2010. As informações referentes às etnias e idiomas ainda não foram divulgadas pelo IBGE. Entretanto, tomando como base o Censo de 2010, já foram identificadas a existência de 305 nações falantes de 274 línguas nativas no Brasil (FUNAI, 2022; IBGE, 2023).

Ao falar de produções espaciais e territórios, no plural, ressaltamos que estamos tratando aqui de diferentes nações, de diferentes modos de vida e cosmovisões que constituem as partes da totalidade em movimento. Para além de diferentes idiomas, são diversas as expressões religiosas, culturais e cosmovisões. São diferentes as formas de compreender os biomas, de se relacionar com a fauna e flora e de expressar a ancestralidade. De acordo com os dados demonstrados no Mapa 1, mais da metade das pessoas indígenas, 63,27%, vivem fora de terras indígenas e 36,73% vivem dentro de terras indígenas (IBGE, 2023).

Assim, partimos do princípio de que povos indígenas vivem em diferentes espaços e contextos. Estão nas florestas, no campo, nas cidades e nos rios. Os povos indígenas estão ativamente envolvidos em diversos setores da sociedade, desempenhando papéis significativos na produção, mediação e ocupação de espaços. Isso inclui não apenas atividades tradicionais, como agricultura, coleta e pesca, mas também participação política, ocupação de cargos governamentais, e contribuições em áreas como música, artes visuais, dança e ciências. Sua presença ativa desafia estereótipos, destacando a diversidade de suas contribuições para além de narrativas limitadas, e reforça a importância de reconhecer e valorizar a multiplicidade de papéis que desempenham na sociedade.

Em vista disso, as contribuições de Fernandes (2009) são um grande aparato para que possamos compreender posteriormente quais são os territórios em disputa pelos movimentos indígenas. O autor propõe uma tipologia tríplice para a análise dos territórios, a fim de compreender o território para além dos espaços de governança, compreendendo suas referencialidades (FERNANDES, 2009). De modo, a tipologia de territórios é apresentada pelo autor da seguinte forma:

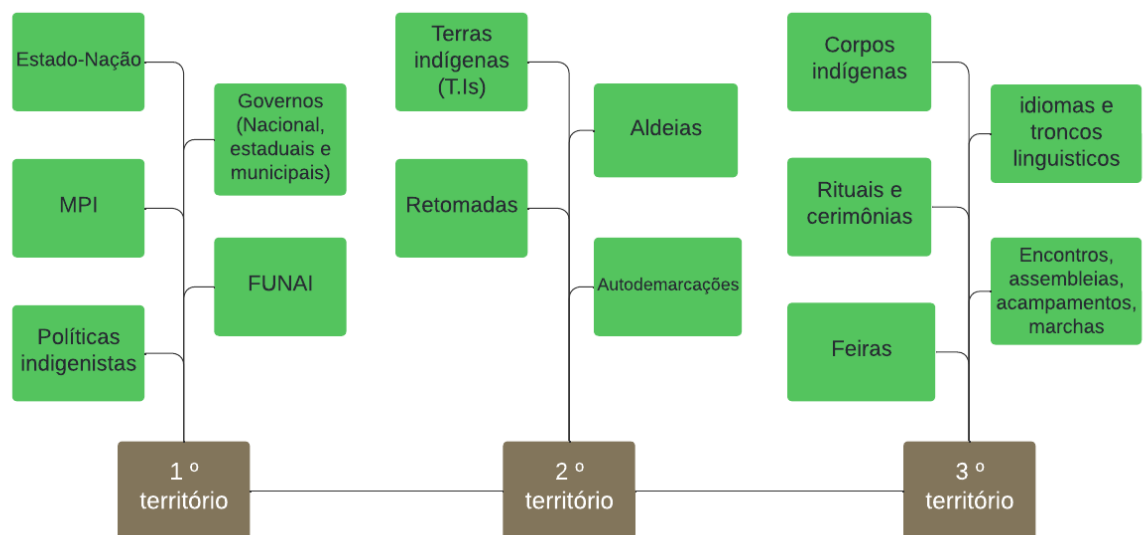
- Primeiro território: Formado pelos espaços de governança, precede e contém outros territórios. No entanto, não é espaço absoluto nem entendido em perspectiva unidimensional. Pode ser fixo ou fluxo. É o território da nação e gera multiterritorialidades. As formas material e imaterial não se dissociam. É multiescalar, e pode ser compreendido pelos espaços dos estados, dos municípios e mais espaços de governança.
- Segundo território: É entendido enquanto "a propriedade enquanto espaço de vida". Podem ser propriedades privadas ou comunitárias. Podem ser

propriedades capitalistas e não capitalistas e também podem ser fixos ou fluxos. Os segundos territórios, embora sejam frações do primeiro, devem ser diferenciados devido às distintas relações sociais que os originam.

- Terceiro território: associa-se à ideia de espaço relacional, sendo multidimensional e pluriescalar, podendo ser fixos e fluxos. Essa abordagem ressalta a complexidade do território, estabelecendo relações de poder.

No contexto da questão indígena podemos pensar enquanto elementos da tipologia de territórios proposta por Fernandes (2009) a seguinte leitura, exemplificada pelo Organograma 1:

Figura 12 - Organograma da tipologia de territórios no contexto brasileiro do debate indígena



Org. Bruna Gonçalves Costa, 2024

Ao tratarmos do primeiro território no contexto brasileiro da situação indígena, pontuamos como exemplo duas grandes instituições que foram disputadas por muitos anos pelos povos indígenas no Brasil: a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Os debates sobre a luta territorial por dentro das instituições será aprofundado no capítulo 4. No entanto, para níveis de compreensão do primeiro território, é importante considerarmos enquanto elementos de análise, uma vez que mesmo enquanto parte de um espaço de governança, essas instituições foram e ainda são disputadas pelo segundo território. É importante ressaltar que não são apenas esses setores os responsáveis por políticas públicas e garantia de direitos dos povos indígenas, mas são no atual contexto ao qual esta pesquisa se efetiva, algumas das principais, sendo inclusive lideradas por lideranças

do movimento indígena brasileiro: Sônia Guajajara, como Ministra do MPI e Joênia Wapichana enquanto presidenta FUNAI. A conquista desses cargos é fruto das lutas do segundo e do terceiro território. Historicamente, tal como apresentamos anteriormente, tanto as coroas luso-espanhola, quanto o Estado brasileiro reproduziram políticas de incentivo ao genocídio e apagamento cultural, sendo exemplo o próprio SPI, envolvido nas torturas e expropriações territoriais de povos indígenas durante o período da Ditadura Militar. Desse modo, também é importante ressaltar que fazem parte do primeiro território a bancada do cocar, pela primeira vez ocupando o congresso e formada por Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG), Silvia Waiãpi (PL-AP), Paulo Guedes (PT-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP)²⁰.

Com relação ao segundo território, temos como exemplos as Terras indígenas, aldeias indígenas, Retomadas, autodemarcação e corpos indígenas. De acordo com o inciso 1º do artigo 231 da constituição

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (BRASIL, 1988, art. 231).

Desse modo estão dispostos na Constituição Federal Brasileira de 1988 o reconhecimento das terras indígenas, considerando a importância das terras para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, na qual se prevê a garantia da terra para que possam manter seus modos de vida, costumes, tradições e práticas culturais ao longo das gerações. Ao aprofundar esse debate, considerando uma série de equívocos no que concerne ao entendimento sobre a definição formal de Terras indígenas, Cavalcante (2016) explica que:

Segundo o artigo 17 da Lei nº 6.001/1973, há três tipos de “terras indígenas”: 1- As terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição (de 1969); 2- As áreas reservadas, de que trata o Capítulo III deste Título (Lei 6.001/1973); 3- As terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas. No primeiro caso, a lei trata das áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, independentemente da ação demarcatória ou mesmo do reconhecimento prévio pelo Estado. No segundo caso, estão em questão aquelas áreas denominadas como “reservas indígenas”, criadas e demarcadas pelo Estado para a posse e a ocupação dos índios, independente de qualquer ocupação prévia da área. Principalmente após a ascensão da Constituição Federal de 1988, a criação de reservas indígenas é utilizada excepcionalmente apenas para a destinação de terras a grupos que não possuem mais áreas de ocupação tradicional possíveis de serem demarcadas, como, por exemplo, nos casos de grupos que tiveram suas terras alagadas por grandes barragens de usinas hidroelétricas. Já o terceiro caso se refere às terras dominiais pertencentes aos indígenas, ou seja, aquelas em relação às quais os grupos indígenas

²⁰ Mais informações disponíveis em <https://www.camara.leg.br/noticias/936592-bancada-do-cocar-toma-posse-na-camara-com-festa-e-promessa-de-resistencia/>. Acesso em 12 de jan de 2024

detêm propriedade, o que é pouco comum. Tanto no caso das terras de ocupação tradicional, quanto no caso das reservas indígenas, a propriedade é da União (BRASIL, 1988, Art. 20), sendo garantido aos povos indígenas o usufruto exclusivo e a inalienabilidade (CAVALCANTE, 2016, p. 22).

O autor aponta para a diversidade de situações relacionadas à titularidade e ocupação das terras indígenas, destacando as nuances legais e os contextos específicos que moldam a definição e gestão dessas áreas. Mas para além desse debate, consideramos reconhecer as Terras Indígenas enquanto espaços e territórios que são produzidos e indissociados da existência dos povos originários. Assim como Borges (2020) analisa os assentamentos rurais concedido aos camponeses enquanto segundo território, pois embora sejam formalizados pelo Estado, são os camponeses que fazem sua gestão e às produzem a partir de suas existências, das políticas públicas construídas desde baixo (de forma popular, iniciadas internamente) e das atividades cotidianas nelas realizadas. Assim, aplicamos a mesma lógica como ponto de partida para analisar as Terras indígenas (TI). Ressaltamos também que dentro de uma TI, assim como das retomadas e autodemarcação, podem ter várias aldeias indígenas.

O IBGE considerou terras indígenas aquelas que já são reconhecidas ou que estão em processo de reconhecimento oficial enquanto Terras Indígenas pelo governo brasileiro. Nesse contexto, os dados da FUNAI reconhecem 736 Terras indígenas em processo demarcatório, dentre as quais estão distribuídas nos seguintes estágios: 132 em estudo; 48 delimitadas; 67 declaradas; 12 homologadas; 477 regularizadas (FUNAI, 2023)

O processo de ocupar as terras são as retomadas, enquanto o processo do próprio povo demarcar o seu território, estabelecendo as fronteiras segundo seus critérios, é a autodemarcação (JOCA MARTINS; NÓBREGA, 2019). Para as autoras

Enquanto as retomadas são ocupações de parcelas das terras reconhecidas pelos indígenas como áreas tradicionais e que estão em posse de terceiros, as autodemarcações são estabelecimentos de limites fronteiriços do território, englobando-o em sua totalidade, realizadas a partir da auto-organização indígena. As autodemarcações podem contar (ou não) com retomadas de terras. As duas ações são estratégias de luta por direitos territoriais, e são consideradas pelos povos que as praticam como legítimas na luta pela garantia e defesa de seus territórios (JOCA MARTINS, NOBREGA, 2019, p. 87).

Nesse sentido, é exemplo de retomada de terras a ação realizada pelo povo Kaiowá Guarani, no município de Rio Brillhante, estado do Mato Grosso do Sul (SILVA, 2022). Nesse caso, a retomada de chama Laranjeira Ñanderu 2, na qual segundo a autora é oriunda da Reserva Indígena Panambi-Lagoa Rica. Para a autora,

As retomadas são, então, a expressão de uma nova etapa da luta: encontrar uma terra devastada, —cuspidada pelo agronegócio!, e, ainda assim, recuperar o tekohá, seja do ponto de vista do espírito da pertença, seja ponto de vista dos solos empobrecidos pelo modelo de produção (venenos nas águas, nos solos, no ar, nos alimentos), pela terra nua, sem matas, sem animais, remédios, biodiversidade, mas, —ainda assim, é sagrada! (SILVA, 2022, p. 39).

Partindo desse princípio, as retomadas se tratam, portanto, de recuperar terras originárias, que foram expropriadas dos povos indígenas, que por sua vez, organizam-se e retomam seus espaços sagrados de sobrevivências.

No caso das autodemarcações, apontamos como exemplo a *Daje Kapap Eypi*, território indígena autodemarcado pelo povo Munduruku, às margens do rio Tapajós, no município de Itaituba, estado do Pará. De acordo com Molina (2017) a autodemarcação foi iniciada pelo povo Munduruku em 2014, em contexto de intensos conflitos com hidrelétricas e exploração da Amazônia. Nesse sentido, a autora afirma que

autodemarcação não se reduz à pressão sobre o governo, à simples garantia de direitos, ou à dimensão estritamente técnica das suas atividades. Defendo que essa iniciativa age sobre o ocultamento da presença indígena em Sawré Muybu – promovido por diversos órgãos governamentais – ao produzir uma dissonância no esquema estatal de regularização fundiária (MOLINA, 2017, p. 19)

Molina (2017) destaca que a autodemarcação não é apenas uma atividade técnica. Isso implica que não se trata apenas de definir limites geográficos, mas de lidar com questões mais amplas, como o reconhecimento da presença indígena, das terras sagradas e originárias dos povos. No caso do povo Munduruku é intensificada uma constante negação de suas existências seu território ancestral, tal como apontado pela carta escrita e publicizada por eles próprios:

Garantir o nosso território sempre vivo é o que nos dá força e coragem. Sem a terra não sabemos sobreviver. Ela é a nossa mãe, que respeitamos. Sabemos que contra nós vem o governo com seus grandes projetos para matar o nosso Rio, floresta, vida. Esse território atende às populações do Médio e Alto Tapajós. Esperamos pelo governo há décadas para demarcar nossa Terra e ele nunca o fez [...] Agora decretamos que não vamos esperar mais pelo governo. Agora decidimos fazer a autodemarcação, nós queremos que o governo respeite o nosso trabalho, respeite nossos antepassados, respeite nossa cultura, respeite nossa vida. Só paramos quando concluir o nosso trabalho (ALDEIA SAWRÉ MUYBU, 2014, p. 1)

A carta escrita pelo povo destaca a importância vital do território para suas existências, tal como o processo disputa. Diante da ausência de ação efetiva do governo, a comunidade toma uma decisão de declarar que não vão mais esperar pelo governo e optam por realizar a autodemarcação de suas terras, ao qual Molina (2017) relaciona diretamente com a autodeterminação dos povos.

Ao tratarmos do terceiro território, partimos desde o reconhecimento da existência e reivindicação dos corpos indígenas, pois levamos em consideração os processos de genocídio, as constantes tentativas de extermínio, o racismo estrutural, o apagamento cultural e no caso das mulheres (não apenas as indígenas), o machismo e o patriarcado que tentam exercer poderes sobre seus corpos. Para Fernandes (2013), o território deve ser considerado na sua multidimensionalidade e multiescalaridade:

Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na aceção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade (FERNANDES, 2013, p. 194)

É considerando essa perspectiva, junto à compreensão do território enquanto espaço produzido e apropriado (RAFFESTIN, 1993), assim como ao debate do corpo-território proposto por Haesbaert (2020), no qual defende que

É sintomático, contudo, que sejam os indígenas e as mulheres (muitas delas também indígenas) os principais protagonistas a tratar o território como corpo, ou melhor, a problematizar a concepção de “corpo-território” na América Latina e utilizá-lo como ferramenta de luta (HAESBAERT, 2020, p. 78)

Assim, compreendemos os corpos indígenas enquanto territórios em disputa, seja por 1) tentativa de imposição dos ideais eurocêtricos; pelo 2) capitalismo por meio da recente tentativa de mercantilização da pauta, tal como o pink money e black money e 3) pelas próprias resistências dos corpos indígenas que incomodam, seja por ocuparem suas comunidades em contextos de florestas ou rurais, por existirem e afirmarem suas identidades no contexto urbano, por ingressarem nas escolas, no ensino superior, ocupar cargos nos espaços de tomadas de decisão, dentre outras formas de ser e existir ainda não aceitas desde a colonização, também abarcados pelo pacto da branquitude²¹.

²¹ Conceito proposto por Cida Bento, no qual a autora defende que a branquitude se inicia no Brasil junto ao processo de colonização europeu e evidencia os privilégios de grupos de pessoas brancas na sociedade. O pacto da branquitude “[...] possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o 'diferente' ameaçasse o 'normal', o 'universal'. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercada de silêncio. Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude”(BENTO, 2022, p. 11-12).

Os idiomas²², por sua vez, também são considerados território, que embora tenha sua forma primária na imaterialidade, as consequências de suas existências influenciaram e influenciam significativamente a produção dos territórios indígenas, seja por um lado na manutenção das culturas e na auto explicação de suas cosmologias, seja no processo de resistência à língua dos colonizadores, marcadas por torturas e imposições. De acordo com Gomes (2017, p. 48), os indígenas "[...] foram proibidos porque os agentes do SPI acreditavam que os índios estariam falando mal ou até mesmo tramando planos para derrubar o sistema, o que gerou inúmeros conflitos entre ambos".

A intensificação das violências praticadas na tentativa de apagamento dos idiomas indígenas é expressiva durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Segundo Sant'anna (2016), escolas foram oportunizadas aos povos indígenas com o objetivo de impor a língua portuguesa, e tornaram-se espaços de dominação e múltiplas violências. De acordo com o autor são identificadas:

[...] algumas das características presentes nas escolas salesianas voltadas para a população indígena, elementos como a exaltação da língua portuguesa em detrimento das diferentes línguas utilizadas pelos nativos, referendando a negação do saber indígena e a exaltação da língua estabelecida como nacional. Elementos como o hino nacional e os índios colocados em forma apresentam-se como práticas disciplinares que visam esquadrihar e coordenar o corpo e o idioma para que os indígenas fossem assimilados pela cultura nacional [...] emerge como interdito a própria língua indígena, que é desvalorizada em detrimento da linguagem da comunidade nacional, silenciada frente ao fato de que é preciso esculpir no indígena a figura do brasileiro, tal como pensado pelos que utilizavam o poder (SANT'ANNA, 2016, p. 65)

O silenciamento da língua indígena em favor da linguagem "nacional" portuguesa pode ser interpretado como uma estratégia de controle imaterial. A desvalorização da língua indígena pode impactar não apenas a dimensão material do território, mas também a transmissão do conhecimento como as tradições e saberes específicos associados a esses idiomas maternos. A ideia de esculpir no indígena a figura do brasileiro ressalta a dimensão simbólica e cultural do território. Ao moldar a identidade dos indígenas de acordo com a concepção de brasileiro imposta, há uma interferência na construção do território, associada não apenas à materialidade, mas também à produção dos territórios imateriais (FERNANDES, 2009).

O mesmo acontece com os rituais e as cerimônias. Federici (2017) debate no contexto de transição feudal para o capitalismo as mulheres que foram consideradas bruxas na Europa (sendo muitas delas queimadas publicamente), principalmente por não seguirem os dogmas da igreja católica e terem conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais. A autora evidencia como o corpo e as propriedades comunais foram violentadas aos auspícios do patriarcado, da

²² Como já pontuava Fanon, para o colonizador apenas sua linguagem é idioma e dos outros povos é dialeto.

igreja e do nascimento do capitalismo, com a prática de torturas, assassinatos e demonização das mulheres (FEDERICI, 2017). No Brasil essa lógica também teve suas reproduções tanto para mulheres, quanto indígenas em suas diversidades, porém com um fator a mais: o da colonização. De acordo com Gambini (2000)

Já nos primeiros contatos os jesuítas retrataram os pajés como mentirosos e enganadores, recusando-se a admitir que possuísem um mínimo grau de integridade ou que cumprissem a função social específica de guias religiosos encarregados da intermediação entre este mundo e o outro - pois os pajés, de fato, estavam para os índios mais ou menos como os jesuítas estavam para os portugueses.

No início do processo de conversão, em 1549, os pajés eram os portadores da resistência. isto é, apesar de não haver na documentação nenhum indício de um contramovimento coletivo, as Cartas contém várias resistências a diversos tipos de oposição à catequese por parte dos pajés, que assim logo se tornaram alvos preferenciais. Os termos em que expressavam seus temores são altamente reveladores. Logo após o desembarque, Nóbrega relata que, quando índios batizados adoeciam, os pajés (que ele chama de "feiticeiros") diziam que a água batismal causava doenças e que a doutrina dos padres matava. Obviamente Nóbrega não podia reconhecer a verdade simbólica contida nessa asserção, mas não tinha dificuldade alguma em aplicar uma interpretação simbólica contida nessa asserção, mas não tinha dificuldade alguma em aplicar alguma interpretação simbólica à doença, "la medicina con que se purgan los escogidos del Señor". Como se vê, a lógica é a mesma: se a doença é remédio, água batismal, contrariu sensu, provoca doença.

O que importa é que a alegação dos pajés foi confirmada pela História, e não a fantasia de Nóbrega. Na verdade, os jesuítas não se preocupavam tanto se os índios viviam ou morriam; o que contava é que morressem cristãos. O padre Antônio Pires relata incidente similar: um chefe de tribo pediu para ser batizado e seis dias depois morreu de disenteria. Os pajés ergueram a voz em protesto, dizendo que a água batismal matava. (GAMBINI, 2000, p. 126-127)

Como é possível observar na citação de Gambini (2000), os jesuítas não tinham como preocupação as vidas indígenas, mas sim que suas lógicas fossem reproduzidas. Ainda segundo o autor, a demonização indígena foi especulada pelos colonizadores desde os seus primeiros contatos, na qual observamos suas influências até os dias mais recentes da conjuntura brasileira:

Figura 13 - Notícias sobre o assassinato de rezadores indígenas

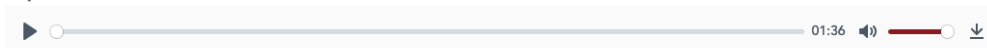
LÍDERES ESPIRITUAIS

Casal de rezadores Guarani e Kaiowá é encontrado carbonizado no Mato Grosso do Sul

Repetindo padrão de incêndio em casas indígenas no MS, o caso vitimou a nhandesy Sebastiana, de 92 anos e Rufino, de 75

Gabriela Moncau
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 19 de setembro de 2023 às 15:37

Ouça o áudio:



Organizações indígenas como Apib e a Kuñangue Aty Guasu falam de intolerância religiosa - Reprodução

Fonte: Brasil de Fato. Acessado em 13 de janeiro de 2024²³

Esse caso segue em processo de investigação e causou uma série de mobilizações dos movimentos indígenas que repudiam veemente o ocorrido. Não se trata de uma situação isolada, embora muitas vezes não alcance a grande mídia e nem mesmo o conhecimento popular. Segundo nota publicada pelo CIMI:

O casal vinha sofrendo ameaças nos dias que antecederam sua morte, e que esta situação, inclusive, exigiu medidas de prevenção em suas rotinas, como se recolher ainda durante o dia e manter as portas bem trancadas durante à noite. Disseram também que as divergências circunvizinhas, envolvendo pessoas próximas, intensificaram-se durante os últimos meses, por motivos relacionados à falta de terra, ao arrendamento e à intolerância às práticas religiosas tradicionais que permeiam todas estas realidades. Membros da comunidade acreditam que eles possam ter sido violentados e mortos antes do incêndio que destruiu sua casa e seus corpos (CIMI, 2023).

²³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/19/casal-de-rezadores-guarani-e-kaiowa-e-encontrado-carbonizado-no-mato-grosso-do-sul>

Como identifica Narby (2018), a resistência na comercialização das medicinas tradicionais e a manutenção dos conhecimentos bioquímicos, repassados de modo geracional entre populações indígenas causa incômodos aos mercados capitalistas e ao conservadorismo. Mas para além disso, as cerimônias e rituais fazem parte dos modos de vida de muitos povos indígenas, tangenciando os aspectos das cosmologias e produção dos territórios. A ayahuasca, a jurema, o rapé, o kambô, a sananga, o tabaco, a defumação com ervas e dentre outras medicinas das florestas, assim como os instrumentos musicais, o canto e a dança, são para muitos indígenas o potencializador e a fonte de força para lutar por suas sobrevivências. Assim, os rituais e as cerimônias são realizados em diferentes espaços em contexto, sendo presente tanto na vida cotidiana de muitos indígenas quanto nos espaços de organização política da defesa territorial, tal como pode ser observado nas Figuras 14, 15 e 16:

Figura 14 - Defumação no Acampamento Terra Livre



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 15 - Indígenas em vigília na frente do Congresso Nacional



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
24 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 16 - Indígenas tocando o maracá durante marcha pela Esplanada dos Ministérios



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Desse modo, consideramos os rituais e as cerimônias como expressões das territorialidades indígenas e territórios em movimentos, mas para além disso, territórios em fluxos, com expressões de seus biomas carregados nos corpos e seus instrumentos, mas também na imaterialidade de pensar suas organizações e suas estratégias de defesa.

De forma semelhante, também destacamos como terceiro território as feiras. Nas feiras indígenas, diversos grupos étnicos se reúnem para trocar e comercializar seus produtos, o que implica movimento constante de pessoas e mercadorias. Esses espaços funcionam como pontos de encontro e intercâmbio cultural, econômico e social entre diferentes comunidades indígenas. Além disso, as feiras frequentemente se deslocam geograficamente, acontecendo em diferentes localidades e períodos do ano, incluindo mobilizações em defesa dos territórios, sendo uma fonte de suporte financeiro para as caravanas e lideranças para os espaços de protestos.

Essa característica de mobilidade e fluxo nas feiras indígenas destaca a capacidade dos povos indígenas de se adaptarem e se organizarem em diferentes contextos territoriais. Ao mesmo tempo, ressalta a importância desses eventos como espaços de resistência cultural e econômica, onde a identidade indígena é preservada e fortalecida. As expressões dos biomas e dos territórios são, em grande parte, as principais características dos artesanatos, das comidas, roupas, dentre outros produtos, tal como é possível observar nas Figuras 17, 18 e 19.

Figura 17 - Barraca de venda de brincos e colares indígenas no ATL



Fotografia: Maria Luiza Lopes
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 18 - Venda de artesanatos do povo Kuikuro no ATL



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
24 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 19 - Venda de peixe no ATL



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
24 de abr de 2023 - Brasília/DF

Por fim, tratamos enquanto terceiro território as próprias ações coletivas dos povos indígenas. Para Tilly (2004), a ação coletiva é aquela realizada por um grupo de pessoas que possui uma demanda comum. É partindo desse princípio que posteriormente, no capítulo 3, iremos nos aprofundar tanto no debate da realização dessas ações por movimentos indígenas, quanto na formação dos movimentos socioterritoriais.

Em vista disso, o que consideramos ressaltar nesse momento é o caráter territorial das ações coletivas indígenas, nas quais não somente se luta pela pauta do território, mas também se constituem diferentes territórios de acordo com a forma das ações. Logo, se numa marcha pluriétnica cada povo se organiza segundo seus critérios, seja no ordenamento, seja nos elementos que irão compor a mobilização, também é possível observar a produção de territórios em assembleias, com seu cunho deliberativo e organizacional. De modo semelhante acontece nos encontros de negociação, onde se percebe a apropriação do espaço por diferentes sujeitos e nos acampamentos de mobilização coletiva.

A partir de todo o exposto, queremos propor a reflexão, a partir deste contexto temporal na qual este trabalho se realiza, do território enquanto um conceito subvertido pelos povos indígenas. Pois, como muitos falaram sobre o território ter sido uma imposição do colonizador, compreende-se que na disputa por meio de políticas públicas, reivindicar o território e garanti-lo é sinônimo de segurança para os povos indígenas e muitas comunidades. E mesmo para indígenas em contexto urbano, o território sob a perspectiva teórica da geografia, também é reivindicado quando seus corpos, suas identidades, suas formas de fazer política e de viver nos centros urbanos carregando as cosmovisões de seus ancestrais, são contestados, discriminados, numa tentativa de reafirmar o apagamento cultural de limitar a existência indígena.

É nesse sentido que ainda identificamos o território como uma das principais formas de garantir a manutenção dos idiomas, de reivindicar e exercer autonomia e autodeterminação (ALKMIN, 2023), de preservar as culturas, de exercer a medicina tradicional dentre as diversas formas e expressões contra-hegemônicas de Tekó (ser e estar no mundo).

2.3.1- A REIVINDICAÇÃO ANCESTRAL DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

*Pra me manter viva, preciso re-existir
Dizem que não sou de verdade
Que não deveria nem estar aqui
O lugar onde vivo me apaga e me incrimina
Me cala e me torna invisível
A arma de fogo superou a minha flecha
Minha nudez se tornou escandalização
Minha língua mantida no anonimato
Kaê na mata, Aline na urbanização*

*Mesmo vivendo na cidade
Nos unimos por um ideal
Na busca pelo direito
Território ancestral
(Kaê Guajajara, Território Ancestral)*

A música de Kaê Guajajara, intitulada "Território Ancestral", ecoa as vozes dos povos indígenas que enfrentam uma série de desafios em sua luta pela sobrevivência e pela afirmação de seus direitos territoriais cotidianamente. Através da necessidade de "re-existir" para se manter viva, Kaê traz à tona a realidade de que os povos indígenas são frequentemente desconsiderados e marginalizados pela sociedade dominante. Expressa, ainda, uma sensação de deslocamento e desumanização ao se referir à negação de sua existência e à falta de reconhecimento de sua autenticidade como indivíduo e como pertencente a um território indígena.

A dualidade imposta entre "Kaê na mata" e "Aline na urbanização" ressalta a experiência de adaptação e resistência dos povos indígenas diante da migração, por vezes imposta, para contextos urbanos, onde continuam a lutar por seus direitos e a preservar sua identidade cultural. Mas para além disso, também é reflexo de uma política excludente brasileira que como sequela do colonialismo, da qual se resulta a disputa territorial nos próprios nomes, muitas vezes impostos pelo batismo cristão e pela miscigenação (TERENA; BAIRRÃO, 2023) forçada. Nesse sentido, a artista enfatiza a luta permanente dos povos indígenas, independentemente de onde vivem, em sua busca pelo reconhecimento e pela proteção de seus territórios ancestrais, originalmente ocupados, historicamente expropriados.

Em Pereira (2007), encontramos o debate do território enquanto expressão e preservação étnicas ao debater o caso da comunidade de Canafé, no qual argumenta que "No contexto da tomada de consciência sobre a etnicidade, o 'território' passa a figurar como a espinha dorsal das narrativas práticas a partir das quais os moradores da comunidade de Canafé constroem a comunidade como uma unidade étnica" (PEREIRA, 2007, 110). Nessa perspectiva antropológica, o território não é apenas uma área física, mas é entendido como um elemento central que une os moradores e contribui para a construção de uma identidade étnica coletiva. Ao fazermos uma leitura geográfica, identificamos a multidimensionalidade do território (SAQUET, 2009; FERNANDES, 2009), com a expressividade de suas dimensões simbólico-cultural, sendo a produção do território também a produção da identidade do grupo, onde a comunidade de Canafé se reconhece e se define como uma unidade étnica por meio da relação com seu território, que se torna um elemento essencial na expressão e preservação de sua etnicidade.

Dentro da concepção geográfica, como já apresentamos anteriormente, existe a proposta conceitual dos territórios imateriais, no qual Fernandes (2008; 2009) enfatiza a inseparabilidade entre território concreto e imaterial, ressaltando que o território material é resultado de construções político-sociais, permeado por ideias, políticas e ideologias que o moldaram ao longo do tempo. Em uma entrevista concedida, o autor do conceito de territórios imateriais defende que:

Quando estou falando de um território concreto, tenho que analisar como é o território imaterial que produziu este território concreto. Quando estou trabalhando com território imaterial, tenho que saber qual é seu correspondente território concreto: eles são inseparáveis. Falo de uma qualidade dos territórios que é a modalidade material e imaterial. Como o espaço é a possibilidade de construção do território a partir das ilusões sociais, eles são tanto concretos quanto imateriais. Porque sem nós compreendermos que o território é resultado de uma construção política-social, este território está pensado todo o tempo. Toda produção de um território material concreto, parte da produção de um território imaterial, simbólico. Quando você analisa os territórios imateriais também deve conhecer seus territórios concretos correspondentes. Os territórios imateriais e os territórios concretos são produzidos conjuntamente, a ideia e o espaço fazem parte de um mesmo processo. Um processo que nós, quando falamos de território, temos que compreender quais ações que produziram esses territórios, e estas ações são os territórios imateriais ou a modalidade imaterial destes territórios concretos. Para deixar mais clara a minha compreensão a respeito, é que não posso nunca pensar em um território concreto sem pensar na razão, as ideias, as políticas, as ideologias que produziram esses territórios, ou seja, o território imaterial (DUER; VEGLIÒ, 2019, p. 166-167, tradução nossa)²⁴

Essa perspectiva destaca a importância de reconhecer que o território é resultado de um processo complexo que envolve tanto aspectos materiais quanto simbólicos, o que também pode ser observado em entrevista concedida por uma indígena do povo Tukano, durante a Marcha das Mulheres Indígenas:

É, eu gosto muito dessas palavras que falam do mundo, né? Hoje em dia tá se tornando as pessoas que estão aprendendo muito mais assim O pessoal sabe a palavra Pindorama, né? Que é da língua Tupi Algumas pessoas usam muito a Pachamama né? Que é do Quechua né? Mas no caso nós que somos TuKanos né? A gente fala " Pati" o mundo, né? Mas a gente fala Pamuri pati o mundo da

²⁴ Cuando estoy hablando de un territorio concreto, tengo que analizar cómo es el territorio inmaterial que produjo este territorio concreto. Cuando estoy trabajando con territorio inmaterial, tengo que saber cuál es su correspondiente territorio concreto: ellos son inseparables. Hablo de una calidad de los territorios que es la modalidad material e inmaterial. Como el espacio que es la posibilidad de construcción del territorio a partir de las ilusiones sociales, ellos son tanto concretos como inmateriales. Porque si nosotros comprendemos que el territorio es resultado de una construcción política-social, este territorio está pensado todo el tiempo. Toda producción de un territorio material concreto, parte de la producción de un territorio inmaterial, simbólico. Cuando usted analiza los territorios inmateriales, también hay que conocer sus territorios concretos correspondientes. Los territorios inmateriales y los territorios concretos son producidos conjuntamente, la idea y el espacio hacen parte de un mismo proceso. Un proceso que nosotros, cuando hablamos de un territorio, tenemos que comprender cuáles son las acciones que produjeron estos territorios, y estas acciones son los territorios inmateriales o la modalidad inmaterial de estos territorios concretos. Para dejar más clara mi comprensión al respecto, es que no puedo nunca pensar en un territorio concreto sin pensar en la razón, las ideas, las políticas, las ideologías, que produjeron estos territorios, es decir, el territorio inmaterial (DUER; VEGLIÒ, 2019, p. 166-167)

transformação, nós somos Pamuri Mahsã povos da transformação, né? E olha só que interessante Que lindo que é o conceito de mundo que a gente tem, né? No nosso conceito mais fundamental, mais central dentro do pensamento Tukano é justamente a ideia de transformação, né? Que nós estamos em constante movimento, que a terra está em constante movimento, né? E essa transformação no mundo é estar... É conduzida pelo pelo ritmo da própria natureza, né? Então é isso, né? Nesse momento de grandes mudanças climáticas, a gente também tá sentindo na nossa região, né? E aqui todas as faltas se encontram, né? A pauta ambiental, a pauta das mulheres Tudo isso é território Para mim o território, ele na verdade começa no nosso pensamento, né? A nossa cultura é território, nossa língua é território, nossa ciência é território. E esses territórios, eles para existir também dependem do território físico, né? Do chão, da terra, da Aldeia, né? Onde a gente pode dar continuidade às nossas a nossa vida (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA TUKANO, EM 11 DE SETEMBRO DE 2023).

A indígena Tukano, ao abordar a visão de mundo de seu povo destaca o conceito de "Pamuri pati", o mundo da transformação, como fundamental no pensamento Tukano, ressaltando a constante mudança e ritmo da natureza. Para ela, o território vai além do espaço físico e inclui aspectos culturais, linguísticos e científicos. Esses territórios imateriais dependem do território físico e o território físico depende do imaterial, porque se efetiva nos pensamentos, na cultura, no idioma e na vida cotidiana das comunidades. Enfatizamos ainda a necessidade da geografia considerar as diferentes cosmovisões enquanto parte imprescindível dos debates territoriais, uma vez que se identifica uma indissociabilidade entre os aspectos materiais e imateriais na constituição dos territórios. Essa indissociabilidade entre o território físico e a imaterialidade é ilustrada pela entrevista concedida pelo indígena do povo Guarani.

Bom eu com 18 anos, eu tinha participado de atividade com os Guarani, manifestação que eles fizeram, fazem em São Paulo, né? Não lembro qual que era a questão da na época, mas eu participei, me aproximei e vi: esse é meu lugar, né? Nunca me adequei na cidade. Nunca me senti pertencente na cidade. E na comunidade, entre os nossos eu falo: não... aqui que sou eu. ali eu não tenho que ser mais nada além de mim. Então no movimento mesmo, eu acredito que o grande movimento dos povos indígenas é a gente viver e ser o que nós somos. Esse é o grande movimento nosso [...] Eu gosto de falar que terra não é um torrão de terra. Terra é um Cosmo no qual a gente vive. Então o mundo é muito mais do que um plano, do que um planeta. Nossa compreensão de território vem desse universo espiritual, que é a terra. Então se hoje existe uma delimitação do nosso território, para gente Guarani, nunca foi delimitado, né? Tudo nosso é o Gurupá, onde a gente já caminhou é o Gurupá. Então a gente tá caminhando aí a mais 50 mil anos. Então hoje o território indígena não faz jus à imensidão, à dimensão do que é território indígena. Não somente por quilômetros de hectares, mas de profundidade da vida em que nós vivemos. Então território é mais do que uma delimitação território, território é um mundo ao qual a gente vive [...] Então existe toda uma reivindicação da questão política, né? Tanto de território, de saúde, da educação e muitos outros âmbitos, outros debates. Mas eu acho que o grande movimento nosso é dar continuidade a nossa ancestralidade, né a nossa tradição, mesmo com outras influências culturais, né? Objetos, cidades, tudo... é a gente ter no nosso coração, né a nossa humildade a nossa tranquilidade e receber os ensinamentos da tradição dos anciãos da natureza na nossa espiritualidade. Esse acho que é o maior movimento, porque hoje se o movimento de comparece mais ser território, na verdade é um movimento extremamente espiritual, ao qual tem muito ensinamento sabedoria que a humanidade toda tem que aprender. Então através do território que a gente passa

uma mensagem maior que através, mas atravessa o território. Não é na materialidade do território, é na consciência, né? De quem nós somos e onde vivemos aqui na terra, dentro de uma compreensão cósmica (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA GUARANI, EM 16 DE JUNHO DE 2023).

Enquanto a indígena Guarani ressalta a ideia de que o território é mais do que uma delimitação física, sendo um cosmos no qual eles vivem, o indígena Munduruku enfatiza que na cultura originária não existe a noção de propriedade da terra, mas sim uma relação de pertencimento, onde os indígenas são filhos da terra:

A gente não se fixava para sempre no território, não havia essa fixação, essa ligação com território, né? É a visão originária. Até porque não tem essa noção de propriedade na nossa cultura originária o indígena ele não é dono da terra. Ele não tá, o vínculo com a terra não se dá nesses termos, nós somos filhos da terra, na verdade, né? (inaudível) a mãe da casa, né? Então nós pertencemos a terra, não é a terra que pertence a nós. E a terra é toda ela, não é, não tem cerca, não tem cerca, não tem limite, não tem demarcação na nossa cultura originária. A imposição de território delimitado, de fronteiras, de demarcação, de limite territorial foi uma imposição do colonizador para nos manter separados, nos manter à parte, pra nos manter distante, né? E essa separação, porque a cultura o que a gente chama de, - a gente não usa, eu não gosto de usar o termo cultura assim. A gente fala para ser compreendido, mas eu prefiro tekó, termo tekó. Tekó é um termo do Tupi que significa viver no sentido de estar no mundo, então tekó de um povo é a forma daquele povo de estar no mundo, de viver, então o tekó do colonizador, ele é tekó que constrói barreiras, separa, divide, segrega, né? Cria cercas, cerca, delimita. Esse é tekó do colonizador, o nosso tekó não existe isso, não existe a diferença entre o eu e o outro, essa diferença. Nós vivemos em comunidade, não é "Ah porque os meus ancestrais lá no passado" não, o nosso tekó não existe essa diferença entre os que vieram e os que tão. Os que estiveram permanecem em nós que estamos aqui, então a minha centralidade ela vive em mim, ela não é algo separado de mim, então nós não, nós não vivemos na eh, eh, eh a gente. O branco fala em recurso natural, fala em meio ambiente (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU (1), EM 1 DE OUTUBRO DE 2022)

O entrevistado ressalta que na cultura indígena não existe a ideia de propriedade da terra. Em vez disso, os indígenas se veem como filhos da terra, pertencendo a ela, em vez de a terra pertencer a eles. Isso destaca uma visão mais holística e coletiva do ambiente. Destaca ainda, a visão indígena de relação com a terra como algo mais integrado e coletivo, em contraste com a abordagem mais individualista e controladora do colonizador, sendo o tekó, termo Tupi, a maneira como um povo vive no mundo, enfatizando que a visão de mundo do colonizador é centrada em criar barreiras e divisões, enquanto a dos povos indígenas é mais comunitária e inclusiva. Também ressalta a importância de compreender e respeitar essas diferenças de perspectiva na discussão sobre questões ambientais e territoriais. O indígena critica o uso de termos como "recurso natural" e "meio ambiente" pelo colonizador, sugerindo que esses conceitos não capturam a profundidade da relação dos povos indígenas com a terra e o ambiente natural. O indígena Munduruku sugere que a ideia de demarcação territorial e fronteiras é uma

imposição do colonizador, destinada a manter os povos indígenas separados e distantes, o que pode ser interpretado como uma forma de exercer controle sobre eles.

Ambas as entrevistas, do indígena Guarani e do Munduruku convergem ao criticar a imposição de limites territoriais pelo colonizador, destacando como essa imposição visa separar, dividir e segregar os povos indígenas. Para o indígena Munduruku, essa imposição reflete a visão de mundo do colonizador, baseada em construir barreiras e criar diferenciações entre eu e o outro, enquanto para o Guarani, essa separação vai contra a forma originária de viver em comunidade e com a Terra.

Esses saberes que foram compartilhados conosco ressaltam a importância de compreender os territórios indígenas para além das fronteiras e concepções impostas, mas como espaços carregados de significado cultural, espiritual e ancestral, onde a relação de pertencimento é central. Em entrevista concedida por outra indígena Munduruku, que diferente do entrevistado anterior, vive em contexto de aldeia, mas que também partilha da mesma cosmovisão, sendo identificada de forma expressiva ao ser perguntada sobre o que seu povo reconhece como território:

Para o Povo Munduruku o território é como a nossa mãe. A gente sempre falou isso. Isso tá registrado em todas as cartas que a gente faz na saída do território, das assembleias, do encontro de mulheres, do encontro de jovens. Tá escrito lá : "o território, a Terra é a nossa mãe" nas placas que a gente coloca é delimitando todo o território, tanto "Mundurukania", quanto o território Sawré Muybu. Tá na placa lá embaixo que o território é a nossa mãe e devemos cuidar dela. Porque o território é nossa mãe? Porque nós nascemos no território. O território, a terra, ela cuida de nós desde quando nós nascemos. Desde quando a gente passa a pisar no território, ela sempre nos guia, nos acompanha e trazendo proteção. Mas isso depende muito de quem tá pisando no território, né? Porque tem pessoas que acreditam e pessoas que não acreditam que pode acontecer, né? Então a gente tem o território como sagrado. Então a gente respeita e ela nos respeita também. Porque ela nos protege. E ela faz mal com quem faz mal com ela também. E território, ela é Sagrada como nossa mãe. Tá sempre nos ajudando, nos alimentando através de seus frutos, das árvores que ela cuida como nós mesmo, né? E não é só nós, seres humanos, indígenas que ela cuida como o filho dela. Também as árvores e os animais que também estão pisando nela [...] eu moro no médio Tapajós na terra indígena conhecida como Sawré Muybu, mas o nome da terra indígena na verdade é "Kapap Eypi". E o roubo de madeira que acontece no nosso território é muito tempo já, há muitos anos a gente vem lutando com isso. Só que é falado bem pouco mesmo porque o garimpo ilegal tomou de conta, teve mais notícias sobre né? E a gente vem sofrendo muito, no nosso território, com roubo de madeira, porque a gente vive quase na divisa com a cidade de Novo Progresso e Trairão. Que eles tira a madeira diretamente de lá, né? Então eles faz ramal por trás da Aldeia, por trás do território. Então, eles têm um acesso muito fácil no nosso território, né? Eles conseguem transportar a madeira diretamente de lá. E muito antes de 2014, o meu pai [...] sofre muita ameaça, né? Porque ele luta contra isso, contra o roubo de madeira, contra a madeira ilegal que é tirada do território. E a madeira para nós não é só madeira ali. Que tá ali fazendo sombra e servindo para os animais. Também é isso, mas a gente considera cada árvore como se fosse alguém de nossa família, porque na história Munduruku, nossos avós ou alguém de nós, quando morria, eles virava uma árvore, principalmente os mais velhos e os sábios. Estão, para nós, tudo isso é uma coisa muito Sagrada, né? Quando tudo está sendo

retirado a gente sente muito por aquilo, né? Porque além de ser uma árvore, ali existe várias.. milhares de vida que vivem em apenas uma árvore (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU (2), EM 17 DE DEZEMBRO DE 2022).

Em consonância as abordagens apresentadas pelo indígena Guarani e pelos indígenas Munduruku, temos ainda a perspectiva de território a partir da cosmovisão do povo Suruí, compartilhada conosco por meio de entrevista concedida durante o Acampamento Terra Livre:

É isso que significa quando a gente fala dos nossos territórios você imagina que esse negócio de demarcação de terra é uma coisa que o lara inventou né? Que o branco inventou porque antes de nosso território ele não tinha fronteiras nosso território era livre. Assim como nós, né? Então, e hoje... só que hoje é necessário, é importante essa luta por demarcação, porque ela significa também políticas públicas para dentro das nossas comunidades, né? Imagina que eu falei para você que nós somos os melhores protetores da floresta, mas ninguém protege a nada se você não tá vivo, se você não tem o que comer, se você não tem o mínimo, o básico para viver. E a demarcação dos territórios, quando ela acontece ela exige isso, ela exige a proteção daquele lugar, ela existe uma educação diferenciada, uma saúde diferenciada, como nos é previsto por nós, por lei. Mas para nós o território ele vai muito mais além do que um pedaço de terra, não é simplesmente colocar a gente em qualquer lugar que a gente vai viver lá não. A gente tem uma conexão ancestral com os nossos territórios originários, porque pra gente nós somos natureza então aquele lugar faz parte de quem nós somos né? Você imagina que muitas das árvores, por exemplo a Paineira, né? Paineira ela é uma planta Sagrada pro meu povo porque é um clã do passado nosso você não mata sua própria família, né? E hoje a gente há muito tempo a gente já fala, né das consequências de se tratar a natureza como a gente vem tratando e hoje a natureza ela vem falando ela vem dando um recado, mas as pessoas não sabem ouvir, mas tem um povo que conversa com as árvores, tem um povo que conversa com a floresta, somos nós. Então porque as pessoas ainda não sabe porque além de falar de vida a gente fala de sonhos e as pessoas às vezes Engraçado que eu falo assim as pessoas acham que eu tô ficando doida, às vezes parece, né? Mas a gente pode conversar com as árvores e elas vão te responder, mas elas não vão te responder assim, né, mas elas podem te responder pelos sonhos e por isso que os sonhos são tão importantes então a luta como o nosso território, né? É uma luta pela vida, mas é uma luta. Para semear e para espalhar esse sonhos porque o próprio Davi Kopenawa, ele fala isso que o problema daqui né da cidade é que o homem branco ele parou de sonhar e ele não sabe ouvir (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO SURUÍ, EM 25 DE ABRIL DE 2023).

Tanto a perspectiva de território dos indígenas Guarani, dos Munduruku e da Suruí. Embora partam de realidades diferentes, ambas as abordagens reconhecem a inter-relação entre o espaço físico e as concepções de se entender no mundo, símbolos e práticas que o constituem, evidenciando a complexidade e a multidimensionalidade do conceito de território. É nesse sentido que dentre as principais possibilidades de diálogo geográfico parte da proposta conceitual de territórios imateriais (FERNANDES, 2008; DUER; VEGLIÒ, 2019), que destaca uma concepção ampliada e dinâmica do que significa "território", rompendo as fronteiras do território uno e apresentando-nos possibilidades outras de suas produções e reivindicações, nos abrindo também o espaço de reconhecimento de outras cosmovisões.

E no bojo desse debate é crucial reconhecer que muitos do que se entende por território na contemporaneidade são consequências das expropriações e outras formas de violências praticadas por colonizadores e posteriormente intensificadas com o capitalismo, provocando uma série de tensões e impactos nas vidas dos povos indígenas, dentre os quais alguns deles podem ser identificados no relato do indígena Munduruku:

*Porque o Brasil é considerado periferia por aqueles que manda nesse mundo aí, a Amazônia é a periferia do Brasil, né? E eu moro na periferia da Amazônia aqui onde, onde vive esse conflito, esse conflito permanente entre a civilização e a barbárie, né? Porque civilizado para mim é o meu povo, o povo que vive em harmonia com a natureza e compreende o outro que tem empatia e a barbárie é isso que eu vejo proliferar na cidade onde as pessoas passam umas pelas outras e não não se reconhecem, não se vêem. A gente tá sempre olhando no outro e vendo um inimigo, alguém que tu deve temer que tu anda pela rua sobre assaltado, sabendo quem vai ser o próximo que vai te assaltar, quem coloca uma arma na tua cabeça. Né? Para as mulheres se não tem um estuprador te aguardando ali na esquina. Então é nesse território muito hostil, que é muito hostil, a nossa existência, né? A gente vive aqui convivendo com a violência... com toda a violência nessa periferia, mas com toda a violência que parte de lá do centro também com a exclusão, com com a negação da nossa identidade, com a negação da nossa história, né? Mas aqui eu sou munduruku também, aqui eu sou resistência, aqui eu busco o resgate da ancestralidade, eu busco. Então é essa visão de território para nós é... ela é importante na medida em que no mundo tão hostil onde tanta coisa nos foi tomada, negada, roubada, é reivindicar os territórios indígenas, a demarcação, a preservação, é importante, mas isso não costumava ser, mas não costumava ser assim, isso não é nosso **tekó ancestral**. A nossa identidade, a nossa cultura, nosso, o nosso bem viver, ele não depende de uma cerca, de uma fronteira delimitada, delimitação da demarcação e tal. E não deveria... nós não podemos nos contentar com a demarcação. A luta pela demarcação é uma luta é uma luta importantíssima e é uma luta de todos nós, mas é só um passo, e uma longa jornada tem que ser questionar não só essa demarcação que é imposta, não só as cercas que nos foram impostas, mas toda essa segregação, essa separação, essas barreiras que foram construídas, que são impostas como se fossem algo natural como se ela sempre tivessem aqui, e não estavam, não estavam, nem sempre tiveram (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU (1), EM 1 DE OUTUBRO DE 2022).*

A civilização, para muitos indígenas, é representada por seus próprios povos, que vivem em consciência de ser natureza. A existência de diferentes povos em periferias urbanas é marcada por violência, exclusão e negação da identidade e história indígenas. No entanto, dentro desse contexto hostil, às comunidades indígenas buscam resgatar sua ancestralidade e resistir à imposição de fronteiras e cercas que foram estabelecidas sobre seus territórios. A luta pela demarcação territorial é vista como um passo crucial nesse processo, mas também é reconhecida como apenas o início de uma longa jornada rumo à reconstrução de identidade, cultura e bem-estar indígenas. Mas o território imaterial também está presente nos territórios da lógica hegemônica e muitas vezes é expressa pela violência, pelo apagamento cultural, pela imposição de outro idioma e pelo questionamento das ancestralidades, no qual não podemos esquecer a conjuntura e o sistema ao qual os povos se encontram:

E justamente pelas suas dimensões relacionais e históricas enredadas no capitalismo, mesmo não sendo estruturas de classe, é imperativo reconhecer que os povos indígenas estão envolvidos no confronto de classes e, por isso mesmo, não podem ser analisados como essencialismos, mas como movimentos contra formas de dominação e exploração, dadas as relações de poder. Como dito, o território tem a sua expressão, e a sua centralidade epistêmico-categórica nas relações de poder, uma vez que esta dimensão está presente em todas as sociedades e não pode ser desconsiderada nas formações internas das sociedades indígenas e nas suas relações com a sociedade de classes (MIZUSAKI; SOUZA, 2022 p. 299).

Com base no estudo de caso do povo Guarani-Kaiowá, os autores apontam que embora os povos indígenas não se encaixem nas estruturas tradicionais de classes do capitalismo, é crucial reconhecer que eles estão envolvidos no confronto de classes. Isso significa que suas lutas não devem ser entendidas apenas como uma questão de identidade étnica ou cultural, mas também como resistência contra formas de dominação e exploração associadas às relações de poder. São destacados ainda a rejeição da visão essencialista que tende a simplificar a identidade e a luta dos povos indígenas, com a ênfase de que é importante entender que suas ações e movimentos são complexos e multifacetados, moldados pelas relações de poder e pelas circunstâncias históricas e sociais.

Nesse sentido, o território é entendido como central tanto na compreensão das dinâmicas internas das sociedades indígenas quanto em suas relações com a sociedade capitalista. Isso significa que a relação com a terra não é apenas uma questão cultural ou econômica, mas também tem implicações profundas nas relações de poder e na resistência contra formas de exploração (MIZUSAKI; SOUZA, 2022 p. 299).

A indígena do povo Tukano revela uma série de questões complexas relacionadas ao debate territorial das comunidades indígenas no Alto Rio Negro. A demarcação dos territórios indígenas é mencionada como uma conquista, mas sua efetivação enfrenta desafios decorrentes da localização remota da região e das tensões fronteiriças com Colômbia e Venezuela. A presença de grupos armados e o tráfico de drogas criam um ambiente de insegurança que afeta diretamente a vida das comunidades, colocando em risco não apenas a integridade física, mas também a soberania territorial e a preservação ambiental.

Então, eu sou do povo Ye'pá Mashã. O povo Tukano vive atualmente no Alto Rio Negro, na fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, na cabeça do cachorro, né? No nosso território, no Alto Rio Negro, nós somos 23 povos. A grande maioria... somos povos exogâmicos, As nossas comunidades são todas pluriculturais, né? Porque Tukano não casa com Tukano, né, Tukano casa com outro. Então, o pai é de um povo. A mãe é de outro, né? Compartilhamos tudo isso. Nossos territórios... Hum. O meu território é demarcado, mas por ser o município mais distante do Brasil, que é São Gabriel da Cachoeira... Também é o município com a maior população indígena - a capital indígena do Estado do Amazonas, né? Essa fronteira também traz uma série de violências que lhe são lições próprias, né? A fronteira com a Colômbia com a Venezuela é um desafio, né? Esse território assim de fronteira, não é só a fronteira com a Colômbia, né a fronteira com as FARC, né? É a fronteira com o

corredor do tráfico internacional de drogas. É um território que tem muito interesse de exploração dos minérios também, né? Então essas são discussões que estão sempre presentes na pauta da nossa região. E também ao mesmo tempo é na FOIRN, né? Que é a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro. A gente tem um grupo de liderança femininas que têm sido muito responsáveis pela construção de projetos de uma economia indígena, né? Dos projetos de sociabilidade, de artesanato, de soberania alimentar. Então... e também é muito difícil trazer as nossas lideranças para cá. Então dessa vez veio uma delegação Grande do Rio Negro. Para mim é uma coisa assim... histórica. Porque é tão difícil. O pessoal tem que vir de avião, né? Tão difícil conseguir o dinheiro, para conseguir apoio de passagem. Mas dessa vez vieram 40 mulheres, do estado do Amazonas, do Rio Negro. Então é muito importante para nós (TUKANO, entrevista concedida durante a Marcha das Mulheres Indígenas, Brasília, 2023)

A exploração mineral é apresentada como outra ameaça aos territórios indígenas, destacando a luta constante pela proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Essa exploração muitas vezes ocorre sem o consentimento das comunidades locais, gerando conflitos e impactos negativos na biodiversidade e nas práticas tradicionais de subsistência. A diversidade étnica e cultural da região, onde os povos são exogâmicos, resulta em comunidades pluriculturais, refletindo uma riqueza de tradições e identidades que precisam ser consideradas nas discussões sobre território e autonomia.

A dificuldade de acesso e de financiamento para a participação em eventos fora da região evidencia as desigualdades estruturais que limitam a representação e a voz das comunidades indígenas em espaços de tomada de decisão. Isso ressalta a importância de garantir a inclusão e a participação efetiva dessas comunidades nos processos de formulação de políticas públicas e na defesa de seus direitos territoriais e culturais.

Ao destacar a importância da FOIRN e do protagonismo das lideranças femininas, identifica-se no movimento indígena a necessidade de incluir perspectivas de gênero nas discussões sobre território, reconhecendo o papel fundamental das mulheres na manutenção das tradições culturais e na busca por soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pelas comunidades.

2.4 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS: APORTES TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS EM PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Quando os povos originários se referem a um povo como “uma nação que fica de pé”, estão fazendo uma analogia com árvores e florestas. Pensando as florestas como entidades, vastos organismos inteligentes. Nesses momentos, os genes que compartilhamos com as árvores falam conosco e podemos sentir a grandeza das florestas do planeta. Esse sentimento torna a mobilizar pessoas para a ideia, que já ficou banalizada, de proteger as florestas

(KRENAK, 2020, p. 29)

A reflexão de Krenak (2020) nos leva também a pensar a organização dos povos em seus processos de resistência por mais de 500 anos, desde o início da colonização. Como nos provoca Gambini (2000, p. 22), "A derrubada do pau-brasil é o grande símbolo do começo de nossa história. O desfalque e o ataque à natureza são nossos sinais de batismo". E assim Krenak foi cirúrgico em relacionar a força das florestas que se mantém de pé aos povos originários que ainda existem e resistem com seus modos de vida, pois assim como uma árvore que cai e deixa suas raízes, a luta dos movimentos também deixam seus legados e a memória material de suas existências.

Sabemos que ao longo de mais de 500 anos, muitas estratégias foram adotadas para dizimar os povos originários. Em alguns casos, os povos conseguiam negociar pelo território, em outros guerreavam entre si, e por vezes se voltavam completamente contra as tentativas de colonização (NOGUEIRA, 2020). Pouco se sabe sobre a real dimensão da organização indígena antes da colonização e durante seus primeiros séculos. Conforme destacado por Nogueira (2020), diversos fatos históricos não foram registrados, e quando o foram, em alguns casos, podem ter sido distorcidos.

No que diz respeito ao debate dos movimentos indígenas após início da colonização, muitas informações também não são encontradas e possuímos referências limitadas sobre esse período. A relação de tutela durante o Brasil República é evidenciada tanto no contexto nacional quanto internacional. O Dia dos Povos Indígenas foi decretado em 19 de abril de 1943 por Getúlio Vargas, como resposta à proposta internacional originada no Congresso Indigenista Interamericano de 1940 no México. A participação do Brasil é limitada nesse congresso, representado apenas por um antropólogo, Edgar Roquette-Pinto.

Dentre as teorias dos movimentos sociais, Pedon (2013) identifica, com base na análise de Maria da Glória Gohn, datada de 1985, o Movimento em Defesa do Índio como um dos principais movimentos sociais, inserindo-o na categoria de Movimentos Sociais de Categorias Específicas. Nessa mesma categoria, encontram-se também o movimento feminista, o movimento negro, o movimento de homossexuais, e o movimento de estudantes e professores. Observa-se que, dentre esses, o único movimento no qual o agente principal é terceirizado está relacionado à causa indígena. Esses elementos também nos indicam o próprio contexto histórico ainda vivenciado pelos indígenas e nos levanta a reflexão sobre a ausência de uma categorização específica para os seus próprios movimentos.

As primeiras organizações de escala nacional sobre o movimento indígena foram identificadas a partir da década de 1960, e intensificadas a partir de 1970, principalmente devido à conjuntura de ditadura militar. Daniel Munduruku é um dos principais autores indígenas que tratou sobre o tema, trazendo em sua obra "O caráter educativo do movimento indígena brasileiro", que apresenta um amplo levantamento de informações sobre o período, o que inclui entrevistas com os principais nomes de lideranças da organização que ficou conhecida como o Movimento indígena brasileiro. A partir desse período "[...] nasceu uma consciência pan-indígena, que fez com que percebessem que havia problemas semelhantes entre povos, gerando ações concretas em prol de seus direitos" (MUNDURUKU, 2012, p. 11). Ainda segundo o autor,

Se os primeiros passos foram dados ainda na década de 1960, a organização começou a acontecer efetivamente no início de 1970, quando o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a atuar como idealizador e realizador de assembleias e chefes indígenas. Nelas eram reunidas lideranças de diferentes regiões do país, chegando a mobilizar os mais de 200 povos indígenas. A principal pauta naquelas discussões eram as questões voltadas para a defesa do território indígena, sempre considerado o mais importante instrumento para a manutenção da cultura tradicional (MUNDURUKU, 2012, p. 51-52)

Munduruku (2012) ressalta que esse período foi marcado por uma maior articulação e mobilização, dando destaque para as assembleias, que foram as primeiras ações coletivas a serem realizadas, num caráter estratégico de articulação para a defesa dos territórios indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é um dos principais aliados dos movimentos indígenas desde suas primeiras mobilizações, também aponta as assembleias como um marco para o debate das retomadas e garantia das terras indígenas:

O protagonismo indígena começa a se manifestar com maior intensidade a partir das Assembleias indígenas apoiadas pelo Cimi que na década de 1970 pela primeira vez, reunia lideranças de diferentes povos de Norte a Sul. Nessas Assembleias os povos indígenas colocaram definitivamente na pauta a retomada e garantia de suas terras como condição para combater a violência de que eram vítimas e para assegurar seu futuro. Desde então, aconteceram significativos avanços conseguidos através da articulação, da organização e da mobilização (CIMI, 2008)

É possível observar que é a partir das assembleias que os povos indígenas começaram a construir de forma organizada, pluriétnica e multiescalar, uma agenda de lutas para retomada e reivindicação de garantia de suas terras. A partir de então as ações dos povos indígenas começam a se ampliar e alcançar visibilidade nacional. De acordo com Oliveira (2021)

O impacto destas mobilizações foi enorme! Primeiro porque tornaram visível a presença de um novo ator político no cenário nacional. Os registros jornalísticos e entrevistas em meios de comunicação acabaram por constituir uma ampla galeria de

indígenas tratados como personalidades públicas, que funcionavam como os porta-vozes autorizados das demandas indígenas. O indigenismo oficial, tutelar e autoritário, de aparência paternalista, mas incluindo práticas arbitrárias e etnocêntricas, exibia os seus limites e fragilidades através da crítica dos próprios líderes indígenas, que começaram a ser escutados. Segundo, foram instituídas novas bandeiras políticas. A principal delas – a demarcação das terras indígenas – tornou-se conhecida em praticamente todas as aldeias e passou a fazer parte das lutas políticas locais. Caravanas étnicas se dirigiram a Brasília reivindicando a demarcação de suas terras, atos de resistência foram realizados nas áreas indígenas e nas regiões vizinhas, iniciativas de autodemarcação eram discutidas e postas em prática. Algumas organizações indígenas de base étnica ou pluriétnica começaram a se estruturar, como o Conselho Geral da Tribo Tikuna/CGTT (1982), o Conselho Indígena de Roraima/CIR e a Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro, ambos de 1987, bem como, mais tarde, algumas de caráter aglutinador, como a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB (1989) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo/APOINME (1990) (OLIVEIRA, 2021, p. 11).

Segundo o autor, primeiramente, as assembleias trouxeram visibilidade a um novo ator político: os próprios indígenas. O destaque na mídia e as entrevistas proporcionaram uma galeria ampla de líderes indígenas, que passaram a atuar como porta-vozes autorizados para as demandas indígenas. O modelo oficial de indigenismo, que era tutelar e autoritário, revelou suas limitações e fragilidades diante das críticas desses líderes, que começaram a ser ouvidos.

Em segundo lugar, essas mobilizações resultaram na promoção de novas bandeiras políticas, sendo a demarcação das terras indígenas a mais proeminente. Essa reivindicação tornou-se conhecida em várias aldeias e passou a integrar as lutas políticas locais. Caravanas étnicas foram organizadas em direção a Brasília para reivindicar a demarcação, atos de resistência ocorreram nas áreas indígenas e nas regiões vizinhas, e iniciativas de autodemarcação começaram a ser discutidas e implementadas (OLIVEIRA, 2021).

Desde então, já é possível observar um forte debate relacionado ao território, sendo algumas das principais demandas dos movimentos a garantia das terras indígenas e a segurança dos povos. Para Pedon (2013, p. 232), "O movimento socioterritorial não existe nem *a priori* nem *a posteriori* à constituição do território, já que é no movimento de sua constituição do território e nas permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que se define a sua existência". Isso significa que a relação entre o movimento socioterritorial e o território não pode ser separada em termos de causa e efeito, indicando uma interdependência fundamental entre ambos. Essa contribuição de Pedon (2013) é didática para que possamos recuperar alguns pontos já apresentados neste capítulo sobre o processo de resistência indígena e a luta por seus territórios. Tal como já evidenciamos a partir de Gambini (2000) e Fernandes (2000), os povos indígenas, por meio de uma demanda comum de sobrevivência, se organizaram e resistiram aos processos de diversas formas para sobreviver à colonização.

O debate sobre os movimentos sociais na geografia ainda é recente. Em 1997, Jean-Yves Martin publicou um artigo onde destaca suas preocupações pela geografia ainda não ter se dedicado de modo expressivo a compreender a dimensão espacial dos movimentos (MARTIN, 1997). Posteriormente, em 2002, Martin também defende sua tese, dando um importante passo para a geografia, uma vez que apresenta-nos uma crítica ao sistema capitalista e o papel das mobilizações dos movimentos sociais para as transformações do espaço e dos territórios, tal como nos aponta Pedon (2013).

Parte desse processo e grande potencializador do debate de movimentos sob a perspectiva geográfica, é Fernandes, que desde 1999, em diálogo com Martin (e vice-versa), nos aponta a necessidade de analisar a produção e reprodução de espaços e territórios segundo as ações praticadas pelos movimentos. Um significativo avanço sobre o debate é evidenciado em Fernandes (2005), onde o autor destaca que

Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta [...] Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31)

A partir dessa perspectiva, compreendemos que todos os movimentos estão, de alguma forma, envolvidos na produção de espaço. Isso significa que, ao se mobilizarem e agirem em prol de suas demandas, os movimentos influenciam e moldam o espaço, em diferentes contextos. Temos então um movimento socioespacial. Quando o território não é apenas um elemento, mas é fundamental para a existência desses movimentos, nos quais se disputa e se apropria dos espaços, temos então os movimentos socioterritoriais.

Ainda segundo Fernandes (2005), essa conceituação não descredibiliza ou invalida o conceito de movimentos sociais, debatido principalmente pela sociologia, mas sim nos oferece um outro prisma analítico, baseado nos conceitos de espaço e território propostos pela geografia. Logo,

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p. 31)

Ao aplicar essa perspectiva à análise do movimento indígena e da luta territorial, podemos estabelecer uma série de reflexões sobre como a teoria geográfica pode contribuir para a análise do movimento indígenas, mas principalmente, sobre como o movimento indígena pode ensinar a geografia sobre a luta territorial. De acordo com Santos [Pataxó] (2020),

[...] para os povos indígenas a sua dignidade está intimamente ligada à terra e ao território, que são elementos que compõem a cosmografia indígena, ou seja, se constituem como espaço essencial para a prática e manutenção de sua cultura no presente e para as gerações futuras. É por isso que o direito à terra foi e continua sendo uma das principais bandeiras de luta dos povos indígenas. (SANTOS, 2020. p. 12-13)

Santos (2020) destaca a estreita relação entre a dignidade dos povos indígenas e a terra, sublinhando que a terra e o território são elementos fundamentais na cosmografia indígena. Esses espaços são essenciais para a prática e preservação de sua cultura tanto no presente quanto para as gerações futuras. A autora ressalta ainda que o direito à terra é uma das principais frentes de luta dos povos indígenas, destacando a importância vital deste elemento em sua identidade, sustento e continuidade cultural, sendo expressa historicamente na luta pela demarcação.

O ano de 2005 também representa um marco para o movimento indígena Brasileiro. Neste ano é fundada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), durante a realização da segunda edição do Acampamento Terra Livre em Brasília. De acordo com as informações do próprio movimento

A Apib é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima. Ela aglutina nossas organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. (APIB, Quem somos, 2023, disponível em <https://apiboficial.org/sobre/>, acessado em 22 de ago de 2023)

O trecho destaca a importância e função da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) como uma instância de referência nacional para o movimento indígena no país e evidencia o seu propósito de organizar a luta dos povos para alcançar os objetivos comuns. A APIB é formada por uma rede de outros movimentos regionais, também reconhecidos como referência de mobilização no país, sendo a fundação de alguns deles precedidos pela própria articulação nacional. São eles²⁵:

²⁵ Informações disponíveis em <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em 14 de jan de 2024

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) - Fundado em 1989
- Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) - Fundado em 1990
- Conselho do Povo Terena - Fundado em 2012
- Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU) - Sem informação
- Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) - Fundado em 2006
- Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) - Sem informação
- Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL) - Fundada em 2006

Não há dúvidas sobre a relevância da APIB no que diz respeito às mobilizações indígenas no Brasil. Como demonstraremos no capítulo seguinte, a articulação é um dos movimentos que mais realizam ações coletivas em defesa dos direitos indígenas nos últimos. A particularidade da APIB se destaca justamente em sua diversidade e capacidade de reunir e mobilizar povos tão diversos, em níveis de nações, a fim de reivindicarem e defenderem demandas comuns, e do mesmo modo, conquistar e construir políticas públicas para os povos indígenas.

Compreendemos a APIB enquanto um dos principais movimentos articuladores da pauta territorial no Brasil, sendo considerado sob o viés da teoria geográfica tanto um movimento socioespacial, que por meio de suas ações produz e media os espaços, quanto socioterritorial, ao se apropriar de espaços e produzir territórios - sendo esse mesmo (o território) uma das principais motivações de sua existência.

Mas, para além disso, vamos apresentar no próximo capítulo a diversidade de ações e de povos indígenas que as realizam. Sabemos que o debate de movimentos, tal como seu próprio nome, movimenta-se segundo as modificações da realidade. No caso das ações realizadas pelos povos indígenas, o que buscamos analisar são tanto suas escalas de organização, como suas formas de ações e de mobilizações. Temos na APIB, COIAB, APOINME, ARPINSUL, dentre outros, os movimentos indígenas constituídos, que formalizados em algum movimento com a criação de um nome, formação de lideranças, construção de agenda de mobilização, negociação e institucionalização, tal como nos apresenta Gohn (1997) sobre as fases de um movimento. No entanto, diferente de outros tipos de movimentos, como os camponeses ou sem-teto, os indígenas se organizam muitas vezes pela escala de seus territórios, enquadrando-se no que a

Rede DATALUTA vem debatendo como movimentos não-constituídos. No contexto indígena, identificamos nesse quadro analítico mobilizações de 1) grupos organizados de um povo/nação; 2) grupos organizados por aldeia ou terra indígena; 3) grupos organizados por pautas de sexualidade, como LGBTQIA+; 4) grupos organizados pela pauta de gênero; 5) grupos organizados por contextos, a exemplo dos indígenas em contexto urbano;

Partindo desse debate, nos amparamos no conceito de protomovimentos para analisar os indígenas que praticam ação coletiva sob a organização de seus respectivos povos, considerando principalmente a escala das demandas. Para Fernandes e Sobreiro Filho (2023),

As ações coletivas são parte do processo de formação do movimento, mas no princípio do movimento ainda não são o movimento. Gohn (1997, 44) cita o conceito de quase-movimento com base na obra clássica *Collective Behavior*, de Lewis M. Killian e Ralph Herbert Turner. Considerando seu contexto de estudo, Sobreiro Filho (2013, p. 50) denominou o movimento em formação de protomovimento, que embora tenham sentidos próximos não são semelhantes. Quase-movimento tem como referência uma condição permanente de não ser, enquanto o protomovimento traz o vir-a-ser, no sentido da possibilidade definida pelos espaços que podem ou não ser produzidos (FERNANDES; SOBREIRO FILHO, 2023, p. 343)

Segundo os autores, o protomovimento indica a possibilidade de um movimento emergir com base nos espaços que podem ou não ser produzidos. Assim, o "protomovimento" refere-se a uma fase inicial ou embrionária de um movimento social, indicando um processo dinâmico de potencialização e formação.

Os movimentos geralmente possuem agendas de luta, que incluem estudo, planejamento, formação pessoal e coletiva. Embora por vezes não tenham um nome, uma sede, uma bandeira e outros artefatos materiais, faremos o exercício de analisar enquanto um movimento aqueles grupos de pessoas que se aliam para uma agenda de ações coletivas sob o objetivo de alcançar uma demanda comum, podendo tangenciar diferentes finalidades, tais como reivindicações, proposições, denúncias e defesas.

Identificamos a partir dos dados que no caso de muitos povos indígenas, é possível reconhecer uma organização permanente, com temporalidades extensas de luta na mediação do espaço e na reivindicação dos territórios. Para Pedon (2013, p. 197) "O que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território".

Em sua obra, Krenak (2022) descreve as lutas e desafios enfrentados pelos povos indígenas na Amazônia. Ele destaca a exploração desenfreada da natureza e a opressão exercida por latifundiários distantes, que controlam vastas extensões de terra, incluindo os territórios habitados pelos indígenas. Essa visão, compartilhada por muitas comunidades indígenas,

ressalta a necessidade de unidade e ação coletiva para enfrentar esses desafios e buscar formas alternativas de governança territorial. Nesse contexto, a citação de Krenak destaca a importância de eliminar a figura do patrão e estabelecer uma verdadeira igualdade nas relações políticas e territoriais, dando origem à Aliança dos Povos da Floresta.

Mas nós sabemos que propriedade coletiva no Brasil não existe: mesmo as terras que os indígenas habitam pertencem à União. O cancro do capitalismo só admite propriedade privada e é incompatível com qualquer outra perspectiva de uso coletivo da terra. Em nossa disposição de constituir uma florestania, nós não queríamos nem mesmo ter cpf, mas a instauração de um novo direito pressupõe a movimentação de um enorme aparato composto de registros, documentos, certificações, cartórios... O que moveu o encontro desses povos foi o entendimento de que entre eles havia patrões: latifundiários que reclamavam a posse de vastas regiões de floresta, os seringais, onde tanto indígenas quanto não indígenas eram submetidos a condições de trabalho escravo. Uma constelação de povos como os Kaxinawá, os Ashaninka, os Huni Kuin e tantos outros viviam oprimidos por essa situação favorecida pelo capital, na qual um patrão, que nem estava presente (podia estar em São Paulo, em Londres, em qualquer lugar do mundo), explorava a Floresta Amazônica — e suas gentes — por controle remoto. Ao nos insurgirmos para eliminar a figura do patrão, foi possível nos associarmos. A Aliança dos Povos da Floresta nasceu da busca por igualdade nessa experiência política (KRENAK, 2022, p. 40-41)

O movimento surge da percepção compartilhada pelos povos da floresta de que estão sendo oprimidos por latifundiários que reivindicam a posse de vastas áreas de floresta, os seringais, onde tanto indígenas quanto não indígenas são submetidos a condições de trabalho escravo. Essa opressão é facilitada pelo sistema capitalista, que permite que os "patrões" explorem a floresta e suas comunidades de forma remota, sem se importar com o bem-estar das pessoas que lá habitam.

A Aliança dos Povos da Floresta surge como resposta a essa opressão, representando uma tentativa de união e solidariedade entre os diferentes povos da floresta, como os Kaxinawá, os Ashaninka, os Huni Kuin, entre outros dentre os quais precisamos destacar a contribuição do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, que se somou ao movimento a partir de seus estudos e articulações junto aos movimentos seringueiros no Acre.

Krenak (2022), destaca como a luta contra a opressão e a exploração na Amazônia levou à formação de um movimento de resistência e solidariedade entre os povos da floresta, buscando reivindicar seus direitos territoriais e promover uma nova forma de relação com a terra.

Outro ponto a ser considerado é o papel das associações para o movimento indígena brasileiro. Durante a sistematização de dados e trabalhos de campo, foi possível observar uma grande expressividade de associações indígenas que participaram e organizaram ações coletivas. Encontramos debates sobre a temática em Baniwa (2006), ao evidenciar que o

movimento indígena no Xingu começa a se organizar a partir da criação de uma associação mas também em registros também foram feitos pelo Mapa de Conflitos, que destaca:

Segundo o Instituto Socioambiental – ISA (2009), o processo de demarcação da Terra Indígena Kaxarari ocorreu entre 1978 e 1987 e definiu a extensão atual de 145.889 hectares. Em fins da década de 1980, os Kaxarari começaram a reivindicar uma parte importante do território tradicional que fora excluída. Esta área foi apropriada pela empreiteira Mendes Junior, que desenvolveu uma extração em larga escala de pedras e britas para a pavimentação da BR-364 e para a construção civil em Rio Branco, acarretando diversos prejuízos ambientais e sociais. Em 1990, as lideranças Kaxarari paralisaram as atividades da empreiteira, ocuparam o acampamento e formaram a comunidade, que passou a ser denominada Pedreiras. Em 1994, criaram a Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari (ACIK) com a finalidade de fortalecer, organizar e incentivar a luta pela terra (MAPA DE CONFLITOS, 2023)

A partir do texto disponibilizado pelo Mapa de Conflitos, é possível que as associações indígenas desempenham um importante papel fundamental no fortalecimento e na organização do movimento indígena, conforme evidenciado. Elas proporcionam uma estrutura organizacional essencial para a articulação e a mobilização coletiva das comunidades indígenas em torno de questões de interesse comum, como a defesa dos direitos territoriais, a proteção do meio ambiente, a promoção da cultura e a melhoria das condições de vida.

Figura 20 - Associação Indígena Kisedje em marcha no ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 21 - Associação Indígena Tapayuna em marcha no ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Primeiramente, as associações servem como espaços de representação política e social, onde as comunidades indígenas podem expressar suas demandas e interesses de forma coletiva e coordenada. Elas desempenham um papel crucial na articulação de estratégias de resistência e na negociação com autoridades governamentais, empresas e outros atores envolvidos em conflitos territoriais e ambientais. Além disso, as associações fornecem suporte técnico e jurídico às comunidades indígenas, auxiliando na elaboração de documentos, na sistematização de informações e na defesa dos direitos territoriais perante as instâncias governamentais e judiciais. Elas também promovem a capacitação e o empoderamento das comunidades locais, contribuindo para a construção de uma base sólida de representação coletiva.

Organização ou Associação Indígena é uma modalidade formal e institucionalizada de organização que os povos indígenas têm adotado nos últimos 30 anos, como uma forma de organizar, mobilizar e articular a luta dos povos indígenas do Brasil. Atualmente existem mais de 700 organizações indígenas formais no Brasil de diferentes níveis (locais regionais) e naturezas (povos, categorias profissionais, geográficos, etc.). Essas associações foram criadas para atender determinadas demandas e necessidades das comunidades que as criaram. As primeiras Associações Indígenas, quase todas foram criadas, com o objetivo específico de articular a luta das comunidades e povos indígenas pela defesa dos direitos indígenas, principalmente o direito à terra, à educação e saúde. Deste modo, pode-se afirmar que a tarefa primordial das primeiras organizações indígenas foi quase que exclusivamente de luta política pela defesa dos direitos coletivos (BANIWA, 2014, p. 133).

Nesse contexto de luta política pela defesa dos direitos coletivos, as associações indígenas desempenham um papel fundamental na articulação e na mobilização das comunidades. Elas representam uma forma organizada e institucionalizada de enfrentar os

desafios impostos pela exploração desenfreada da natureza e pela invasão dos territórios indígenas. Ao longo das últimas décadas, essas associações têm se consolidado como espaços de resistência e de fortalecimento da identidade cultural e territorial dos povos indígenas.

Figura 22 - Associação Terra Indígena do Xingu em marcha no ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

As associações indígenas têm se mostrado fundamentais na construção de parcerias e alianças com outros movimentos sociais e ambientais, ampliando assim o alcance de suas reivindicações e fortalecendo a luta pelos territórios, como demonstraremos no próximo capítulo através dos dados do DATALUTA Floresta. Mas além disso, dentre a variedade de formas que o movimento indígena pode se expressar, também identificamos uma possibilidade de analisá-los dentro de uma tipologia. Consideramos que as associações, assim como as articulações, coletivos, fóruns, frentes, dentre outras, são as formas que diferentes tipologias de movimentos podem se organizar. Já a tipologia é tem como fio condutor a categorização do perfil dos movimentos, que não reduz as organização a uma única pauta, mas que nos ajuda a compreender a complexidade dos movimentos e suas principais expressividades enquanto estratégia de luta, e por isso no próximo tópico fazemos o exercício de pensar uma categorização sobre os tipos de movimento socioterritorial indígena.

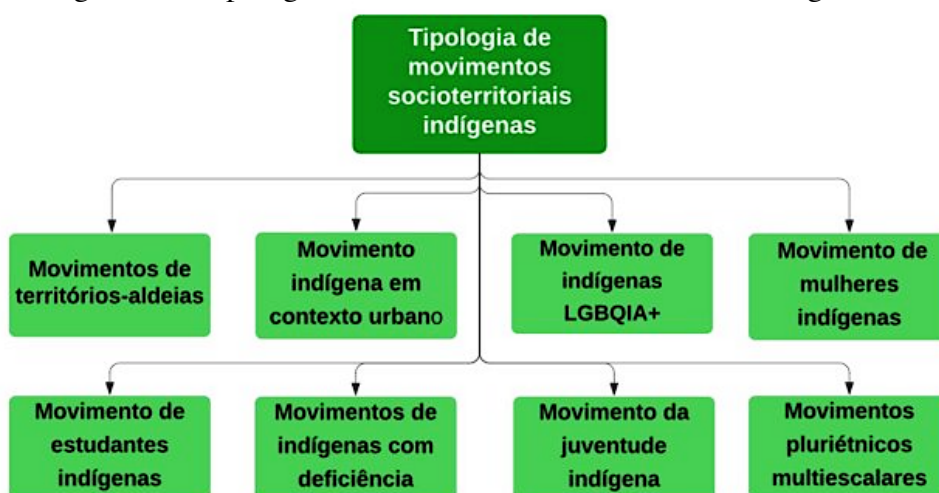
2.4.1 - TIPOLOGIA DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INDÍGENA

Como apresenta Luciano Baniwa (2007), o "Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as

comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos e interesses coletivos" (BANIWA, 2007, p. 128). São diversas as terminologias utilizadas para tratar sobre movimento indígena no Brasil. Fala-se em movimento étnico, movimento etnopolítico (PEREIRA, 2007), movimento étnico-socioterritorial (MOTA, 2013).

Mas acreditamos que para além disso, como os diversos elementos que compõem uma floresta, os movimentos indígenas podem ser classificados em diferentes categorias internas, cada uma com sua principal expressividade de demandas, o que analisamos a partir de uma tipologia (Figura 20). No entanto, todos esses elementos e frentes de luta estão interconectados, refletindo a interdependência dos povos indígenas na defesa de seus direitos e na proteção de seus territórios.

Figura 23 - Tipologia dos movimentos socioterritoriais indígenas



Org. Bruna Gonçalves Costa, 2024

Não se trata de fragmentar o movimento indígena, mas de reconhecer especificidades de luta que são manifestadas em diferentes intensidades por coletivos de luta, que por vezes, estão interseccionados. Evidenciar essa diversidade se faz necessário para que possamos, inclusive, romper com os tabus. O movimento indígena produz em diferentes espaços e territórios e suas pautas são amplas e que acompanham a conjuntura. Aprontamos, de modo preliminar, algumas possibilidades de categorizações para que nos ajude a compreender a diversidade interna do movimento indígena no Brasil:

- **Movimento indígena de territórios-aldeias**

São os movimentos de povos, comunidades e/ou em escala de Terras indígenas (TI), que possuem enquanto principais pautas de lutas os direitos de garantia territorial para o povo,

tais como a demarcação de terras e a segurança contra ameaças e invasões por agentes externos, como o garimpo, as hidrelétricas, as mineradoras, as madeireiras, os grileiros, dentre outros. Além disso, são movimentos nos quais identificamos uma ênfase em saúde e educação especializada, respeito aos protocolos de consulta, luta por políticas de manutenção do idioma e da cultura, atrelados às demandas, muitas vezes, por saneamento básico, acesso à água e energia. Estão presentes em diferentes contextos e também constroem outras tipologias de movimentos. São exemplos desses movimentos a Associação União das Aldeias Apinajé; Aty Guasu- Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá; Conselho do Povo Terena; Associação União das Aldeias Apinajé; Hutukara Associação Yanomami; Associação Indígena Pariri; Comissão Guarani Yvyrupa; Conselho de Caciques da etnia Pataxó; Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ; Tuxa Ta Pa Me Ka'apor (Conselho de Gestão Ka'apor);

- **Movimento indígena em contexto urbano**

O movimento indígena em contexto urbano possui diferentes possibilidades de análise, sendo 1) aqueles formados por indígenas que saíram das aldeias por alguma situação necessária, que pode envolver a busca por níveis educacionais formais mais elevados, como o ensino superior e pós-graduação, ou até mesmo por oportunidades de trabalho, que não necessariamente vivem em contexto de comunidade no contexto urbano, mas que mantêm seus vínculos com a aldeia de origem; 2) os movimentos de aldeias indígenas em contexto urbano, que também envolvem as questões já levantadas pelo movimento indígena aldeado, mas com a inclusão das problemáticas que o contexto urbano pode acarretar, tais como conflitos com a especulação imobiliária e o racismo sofrido por viverem em centros urbanos, no qual muitas vezes a própria identidade indígena é contestada e; 3) os indígenas em retomada identitária, frequentemente pertencem a famílias cujas gerações anteriores migraram para contextos urbanos. Esse último movimento pode se organizar para fazer a retomada coletiva de suas ancestralidades e realizar a luta organizada pelos direitos dos indígenas que nasceram no contexto urbano, pelo reconhecimento de suas identidades e pela garantia de políticas públicas que atendam suas especificidades.

Consideramos importante dar um enfoque no último tipo de movimento de indígenas em contexto urbano, pois é crescente a pauta de modo multiescalar, contemplando as mobilizações nacionais, as redes sociais e as escalas locais. Para o indígena Munduruku:

Mesmo que o Estado não reconheça, mesmo que os parentes nem sempre reconheçam, na verdade eu, eu sou felizando porque eu encontrei mais parente para me acolher, mesmo entre os aldeados nessa minha caminhada do que pra, do que pra me rechaçar. Mas a gente sabe que a caminhada é dura para quem, essa luta do contexto

urbano, ela é algo que está começando ainda, é uma caminhada muito inicial, a gente ainda tá descobrindo, o que é ser indígena em contexto urbano, mas eu, eu gosto de... eu acho que é, que é bom a gente desbravar os novos caminhos também. Munduruku é isso, né? Munduruku é formiga de fogo, munduruku é formiga de fogo, foi o nome que a gente conquistou na guerra, a formiga de fogo, ela é considerado hoje uma praga, né? Trouxeram muitas pragas pra gente aqui, trouxeram muitas pragas pra nós, mas nós levamos uma praga pro mundo também que é formiga de fogo. A gente deu o troco também, hoje as formigas de fogo, hoje são consideradas eh uma praga em muitos países pelo mundo aí, foram levadas daqui da, da Amazônia. E os munduruku tinha muito isso também, munduruku eram vistos por muitos parentes, muitos outros povos indígenas como uma praga também, por essa, esse hábito que a gente tinha de ir conquistando, né? Essa ânsia conquistadora aí que houve na história munduruku. Então é isso, a gente aprende, a gente vai aprendendo com a natureza, com história, é isso que a gente busca (ENTREVISTA 1 CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU, EM 1 DE OUTUBRO DE 2022)

O entrevistado compartilha sua experiência como indígena em contexto urbano, destacando os desafios e oportunidades que essa realidade apresenta. Ele reflete sobre o fato de que, apesar de o Estado e até mesmo alguns parentes não reconhecerem sua identidade indígena, ele se considera privilegiado por encontrar apoio e acolhimento entre os aldeados durante sua jornada. Isso evidencia a importância das redes de solidariedade e pertencimento dentro da comunidade indígena, mesmo em um ambiente urbano, onde as dinâmicas sociais são diferentes.

O indígena Munduruku também ressalta que a luta dos indígenas em contexto urbano está apenas começando, sendo uma jornada inicial de descobertas sobre o que significa ser indígena nesse contexto específico. Ele expressa um sentimento de orgulho e resiliência ao afirmar que os Munduruku são como as formigas de fogo, um nome conquistado na guerra e que representa a capacidade de resistir e revidar diante das adversidades.

São exemplos desses movimentos a Associação Wyka Kwara; a Rede Nacional de Articulação dos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes (RENIU); KABIADIP - Articulação Munduruku no Contexto Urbano; Tekó Ativismo - Coletivo de Ativismo Indígena da região Metropolitana de Belém.

- Movimento de indígenas LGBTQIA+

Outro debate emergente no movimento indígena está relacionado às pautas LGBTQIA+. Um dos principais movimentos que produzem espaços e territórios nas mobilizações de escala nacional, que também se faz presente no banco de dados do DATALUTA Floresta é o Coletivo Tibira. De acordo com Ornelas (2021),

O nome do coletivo é inspirado na primeira vítima de homofobia documentada no Brasil, ocorrido com o indígena Tibira do povo Tupinambá em 1614 na cidade de São Luiz do Maranhão. A prisão, tortura e execução pública de Tibira foram feitas por

missionários colonizadores franceses que o amarram na boca de um canhão e partiram seu corpo ao meio. O caso é considerado o registro de crime homofóbico mais antigo do Brasil, refletindo o violento processo de colonização dos corpos e da sexualidade, a partir da cosmovisão cristã monoteísta (ORNELAS, 2021, p. 99).

O coletivo Tibira é um movimento que busca resgatar e reafirmar a identidade e os direitos dos indivíduos LGBTQIA+ indígenas no Brasil. Inspirado na história e na resistência dos tibiras tupinambás, o coletivo visa promover a visibilidade e o empoderamento dessas pessoas, combatendo a discriminação que historicamente foram impostas sobre elas. Assim, o coletivo Tibira busca reivindicar o reconhecimento e o respeito à sua sexualidade ou gênero dentro e fora das comunidades indígenas, além de fortalecer a luta por direitos e o acolhimento entre indígenas LGBTQIA+.

É importante ressaltar que embora o Coletivo Tibira seja uma referência da luta organizada de indígenas LGBTQIA+, também há organizações internas dentro de outros movimentos, sendo a pauta muitas vezes levantada durante as ações coletivas dos povos.

- **Movimento de mulheres indígenas**

Uma das intersecções mais expressivas do movimento indígena é a luta organizada das mulheres. Tratar de movimento de mulheres indígenas é tratar também de interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça, etnia e contexto espacial de moradia, o que inclui questões relacionadas à divisão do trabalho, participação em espaços de tomada de decisões, maternidade, corpo, dentre outras. De acordo com Verdum (2008):

[...] as mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem o debate interno do movimento, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres. A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, são inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas (VERDUM, 2008, p. 9-10)

O autor destaca a importância da presença e contribuição das mulheres indígenas no movimento indígena brasileiro, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980, quando esse movimento começou a ganhar força e visibilidade. Durante esse período, as mulheres indígenas emergiram como agentes ativos na luta por seus direitos e pela promoção de suas necessidades. As mulheres indígenas trazem para o debate interno do movimento uma série de questões, avaliações e demandas dos espaços específicos em que vivem sob a perspectiva do gênero, abordando uma variedade de temas relevantes para suas vidas e comunidades. Alguns desses

temas incluem a violência familiar e interétnica, o acesso aos recursos técnicos e financeiros para geração de renda, saúde reprodutiva, soberania alimentar e participação das mulheres nas decisões políticas dos governos (VERDUM, 2008).

De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Instituto Socioambiental (ISA), há 85 organizações de mulheres indígenas no Brasil (ISA, 2020). No contexto específico do Povo Munduruku, a indígena entrevistada destaca a relativa novidade da presença feminina nesse espaço de poder e resistência, ressaltando que é algo recente e ainda em desenvolvimento:

Na luta que o Povo Munduruku vem fazendo, é muito recente as mulheres terem ocupado esse espaço, de poder lutar juntamente com os homens. É muito.. é muito de agora. É muito recente tudo isso que a gente está fazendo. E durante esse pouco tempo as mulheres, todas as mulheres, mais principalmente as mulheres Munduruku, elas tiveram um destaque muito grande no território, né? Os homens passaram a acreditar que, também, as mulheres são capazes, né? E a gente ter conquistado esse espaço, né? Uma felicidade muito grande da gente também falar que a gente tem voz e tem é tem que ter oportunidade. Para poder lutar pelos seus filhos que estão ali, e não só os homens, né? Porque antes as mulheres... Tipo, tinha várias assembleias no nosso território, mas nunca que as mulheres levantavam para falar. E hoje as mulheres que fazem a frente. Fazem a abertura. Hoje tem encontro de mulheres. Isso é muito bom para dizer que os homens não estão só na luta, né? Mas isso depende de cada povo. Porque eu acredito que tem povo que as mulheres ainda não tem essa oportunidade de falar e principalmente de lutar pelo seu povo. E a gente cada dia tá lutando contra isso, né? (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU (2), EM 17 DE DEZEMBRO DE 2022).

Ela aponta para um momento de transformação, no qual as mulheres Munduruku estão ganhando destaque em seu território, mostrando sua capacidade e determinação na defesa dos interesses de sua comunidade, especialmente em relação às futuras gerações. A indígena enfatiza a importância de as mulheres falarem e serem ouvidas, de oportunidades para contribuir com a luta de seu povo, destacando a mudança de dinâmica nas assembleias e eventos, onde agora são as mulheres que lideram e têm protagonismo. Ela reconhece, no entanto, que essa realidade pode variar entre os diferentes povos indígenas, mas reforça o compromisso contínuo em combater qualquer forma de exclusão e promover a participação plena das mulheres indígenas em suas comunidades.

São exemplos de movimentos de mulheres indígenas a União das Mulheres Indígenas da Amazônia; Movimento Mulheres do Xingu na Associação Terra Indígena do Xingu; Organização das Mulheres Indígenas de Roraima; União das Mulheres Indígenas da Amazônia (UMIAB).

- Movimento da juventude indígena

o a garantia de condições adequadas para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

O movimento da juventude indígena é marcado por ser a frente que forma as lideranças do futuro. A luta organizada dos jovens se caracteriza por ocupar diferentes espaços em disputa, como as escolas, universidades, conferências e de modo muito expressivo, as redes sociais, sendo grande parte dos criadores de conteúdo digital e mobilizadores da internet, a juventude indígena. O papel exercido pelas novas gerações de indígenas são de extrema importância para a manutenção da luta organizada e pelo avanço das conquistas. E não se trata de anular ou ocupar o papel dos anciãos, que tradicionalmente carregam grandes acúmulos de experiência e saberes. Pelo contrário, a articulação entre as gerações é valorizada como uma fonte de força e continuidade para a luta indígena. Portanto, falar sobre jovens lideranças indígenas é reconhecer a esperança na continuidade das mobilizações, na preservação da ancestralidade e na ampliação das reivindicações dos povos indígenas para espaços que abrangem múltiplas gerações e escalas.

São exemplos desse tipo de organização o Movimento da Juventude Indígena de Rondônia (Figura 20), Movimento da Juventude Indígena de Roraima, Associação da Juventude Indígena Xokleng, Movimento da juventude indígena Jenipapo-Kanindé .

Figura 24 - Movimento da Juventude Indígena de Rondônia - ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

- Movimento de estudantes indígenas

O movimento de estudantes indígenas é uma iniciativa que visa representar e promover os interesses e direitos dos estudantes provenientes de comunidades indígenas dentro do contexto educacional. Este movimento busca não apenas facilitar o acesso desses estudantes à educação formal, mas produz espaços de articulação política, mobilização social e fortalecimento identitário, ao mesmo tempo em que produz e disputa o terceiro território (FERNANDES, 2005), na dimensão da produção dos saberes. Os estudantes indígenas engajados neste movimento lutam por uma educação que respeite e valorize suas culturas, conhecimentos tradicionais e perspectivas únicas, além de buscar transformações profundas no sistema educacional, promovendo a inclusão de conteúdos e abordagens indígenas nos currículos escolares e universitários, assim com

A União Plurinacional de Estudantes Indígenas (UPEI) foi fundada durante o IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), no ano de 2022, que será debatido no capítulo 4. O movimento é fruto da organização dos eventos que ocorrem anualmente e reúnem para além de estudantes indígenas, caravanas com famílias inteiras que se deslocam para disputar os territórios do conhecimento dentro de espaços formais, as universidades.

Se a gente for discutir a identidade do movimento estudantil. Eles vão olhar assim com outros olhos, né? O que que esses estudantes aí estão fazendo né? Mas historicamente quem fez todo movimento, não muda... é quem inicia os movimentos, de quem inicia as revoluções sempre são os estudantes. A partir daí a gente tá no caminho certo. E aí que a principal dificuldade faz exatamente não só o próprio movimento é indígena e outros espaços, indígenas entenderem o que a gente quer. A gente tá nesse processo de dizer para eles, o que a gente quer, né? É a gente tá nesse processo é? E a gente tem essa dificuldade. Porque como é uma entidade nova, a gente não tem subsídio, a gente não tem uma autonomia econômica, financeiro, pra gente fazer esse trabalho, eu diria assim, de formação política a partir da lógica da nossa identidade política, que eu chamo né? Pra gente construir isso a gente precisa estar nos espaços, né? Fazer formação, trocar ideia. A gente vai receber crítica, vai levar nossas ideias, vamos construindo junto. É essa principal dificuldade. Quanto a entender o nosso papel, simplesmente com base política, eles entenderam rapidamente. Mas eles não estão muito abertos a discutir sobre a nossa identidade, sobre a nossa capacidade de discutir tecnicamente qualquer tema que seja, pra dar continuidade, né? Mas devagarzinho a gente vai vendo o reconhecimento, tanto que eu falo que o próprio Estado está reconhecendo essa habilidade que temos, tecnicamente de discutir os espaços, né? Por exemplo, a bolsa permanência, e vamos discutir política de assistência permanente, programas de educação superior junto ao MEC. Então o próprio estado já entendeu? O que a gente tem essa capacidade de contribuir, mas o próprio movimento indígena ainda tá com essa resistência. Espero que devagarzinho a gente também vai falando para eles que a gente pode contribuir. Porque na visão do próprio movimento é que somos simplesmente estudantes, né? Então é só estudantes ali, né e tal, né? Mas somos 72 mil estudantes. Desde 72 mil estudantes, a gente quer é buscar os intelectuais em todas as áreas. Aqueles que entenderem que a gente tá no processo, realmente, da busca do nosso espaço, em todos os sentidos, né? E eu acho que é a nossa a nossa linha de ação, vai ser exatamente o espaço político. E o espaço que de certa forma ele decide praticamente, eu diria, o que vai acontecer com a população, de quatro em quatro anos. E a gente

pretende fazer uma incidência muito forte daqui a três quatro anos iniciando a nossa ideia de contribuir a partir da nossa lógica política, vamos dizer assim, né? Então é a dificuldade, né? Já resumindo é da da dos próprios espaços que eu chamo viciados que não entende que a gente já tá apto a contribuir é subsídio, né fomento e né pra pra gente ter essa possibilidade de buscar essas intelectuais no Brasil inteiro. Que eu chamo de novos novas lideranças link em casa com seu povo linkado com o conhecimento eurocêntrico linkado com com eu diria com esse com esse com essa principal causa. Que é a ideia da gente dizer pro Brasil assim, ó, é isso que queremos, chegar com propósito. Isso aqui também tem que convencer a própria sociedade brasileira que a gente realmente é uma possibilidade de construção de uma nova sociedade [...] Inclusive, a gente tá pedindo cadeira para participar da formulação da primeira Universidade indígena, exatamente para ir pensando na perspectiva de uma universidade de como a gente atende os contextos, para não tá, que eu digo assim fazendo essa diáspora forçada. Que por exemplo, eu vim eu vim para o Unicamp, eu vim exatamente sabendo que a Unicamp era uma das melhores universidades do país para dizer para uma sociedade branca que eu consigo tá num ambiente que é considerado uma elite intelectual, como é USP, da sociedade brasileira e dizer para o próprio estado, eu também consigo estar lá, né, mas não deveria ser assim, né? Deveria ter uma universidade como a UFAM, né? Com uma grande capacidade de cuidar de uma política de assistência, discutido com a participação do movimento estudantil. E o que eu falo do movimento estudantil, porque tem que ser assim, de forma organizada, porque senão não vai de forma organizada, unifica, as pautas, né? Tu unifica aquilo que tá sendo discutido no sentido mais amplo, desde nacional até o microcontexto pra gente poder estar aprendendo, né? Nos Espaços a partir disso contribuindo com os microtexto, né? Então eu acho que nesse sentido tá muito longe da gente pensar uma universidade, por exemplo, a partir dos biomas. Primeiro porque a gente não tem material humano, eu considero que uma universidade indígena, seria uma universidade ideal desde o reitor até né, é o os coordenadores eh de pesquisa indígena, né pra gente poder é a partir da ótica dos povos indígenas trazer realmente pra ciência uma lógica é diferente (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO BARÉ, EM 25 DE JULHO DE 2023)

O indígena do povo Baré, que também constrói a União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI), destaca a necessidade premente de transformar o sistema educacional para refletir e respeitar a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas. A luta dos estudantes indígenas vai além do acesso à educação formal, visando também descolonizar os currículos, os espaços e as práticas educacionais. Isso implica incluir conteúdos e perspectivas indígenas nos currículos, garantir a participação ativa das comunidades indígenas na formulação das políticas educacionais e desafiar as estruturas de poder existentes.

Por sua vez, a perspectiva da educação decolonial reconhece a importância de uma abordagem colaborativa e solidária, onde os estudantes indígenas e suas comunidades sejam protagonistas na definição de seus próprios caminhos educacionais. Essa abordagem visa construir um ambiente educacional onde todas as formas de conhecimento sejam respeitadas e valorizadas, trabalhando para dismantelar as estruturas coloniais e construir uma educação verdadeiramente libertadora e justa para todos os povos indígenas, sendo um dos objetivos do movimento dos estudantes indígenas a criação de uma universidade indígena (Figura 21).

Figura 25 - Movimento de estudantes indígenas em marcha geral - ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

É importante observar que dentre as principais estratégias destacadas pelo entrevistado sobre o movimento de estudantes indígenas são as articulações e mobilizações no Ministério da Educação (MEC) como uma forma para defender seus direitos e influenciar políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural (Figura 22). A articulação desses estudantes no MEC visa promover uma educação decolonial, que reconheça e valorize os conhecimentos e perspectivas indígenas, assim como suas necessidades específicas. Eles buscam não apenas acesso igualitário à educação, mas também a incorporação de suas demandas e realidades nas políticas públicas educacionais. A presença desses estudantes no MEC demonstra sua determinação em fazer parte do processo decisório e em contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo para todos os povos indígenas.

Figura 26 - Movimento de estudantes indígenas em protesto no MEC - ATL - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

Figura 23 - Movimento de estudantes indígenas em concentração para marcha - ATL



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

- **Movimentos pluriétnicos multiescalares**

Ao tratar do movimento indígena em escalas mais amplas, é comum encontrarmos movimentos que são pluriétnicos, com diferentes localidades articuladas. Esses movimentos podem estar organizados por um único território ou na escala de vários territórios, podendo ser indígenas de uma Terra Indígena que formam um coletivo de luta, ou na escala de aldeia, ou de município, estado, região, bioma, sendo este último uma das escalas mais comuns. Na escala nacional, o maior exemplo que temos é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que organiza povos do país inteiro, com uma agenda de lutas, que incluem comuns pautas, planejamento e realização de ações por diferentes etnias, idiomas, biomas, dentre outras características.

São exemplos de movimentos pluriétnicos multiescalares a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA); Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN); Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP); Conselho Indígena de Roraima; Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA); Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE); Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOINMT); Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); União das Mulheres Indígenas da Amazônia (UMIAB); Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC).

- **Movimentos de indígenas com deficiência**

Os movimentos de indígenas com deficiência são iniciativas lideradas por pessoas indígenas que enfrentam algum tipo de deficiência. Esses movimentos buscam promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas indígenas com deficiência, assim como a sua participação plena e igualitária na sociedade. Assim como em outros movimentos, os indígenas com deficiência lutam por reconhecimento, respeito, acesso a serviços básicos, oportunidades de educação, emprego, saúde e acessibilidade em suas comunidades e na sociedade em geral. Eles enfrentam desafios únicos devido à interseccionalidade de sua identidade indígena e sua

condição de deficiência, o que pode resultar em discriminação, exclusão e falta de acesso a recursos e serviços adequados.

Esses movimentos muitas vezes trabalham em colaboração com organizações indígenas, organizações de pessoas com deficiência e outros grupos da sociedade civil para defender os direitos das pessoas indígenas com deficiência em diversos níveis, incluindo a formulação de políticas públicas, a implementação de programas de inclusão e a conscientização sobre as questões que afetam essa população.

Além disso, os movimentos de indígenas com deficiência também buscam fortalecer a autoestima e a identidade cultural dessas pessoas, promovendo uma abordagem de capacitação que valorize suas habilidades e contribuições para suas comunidades e sociedade em geral.

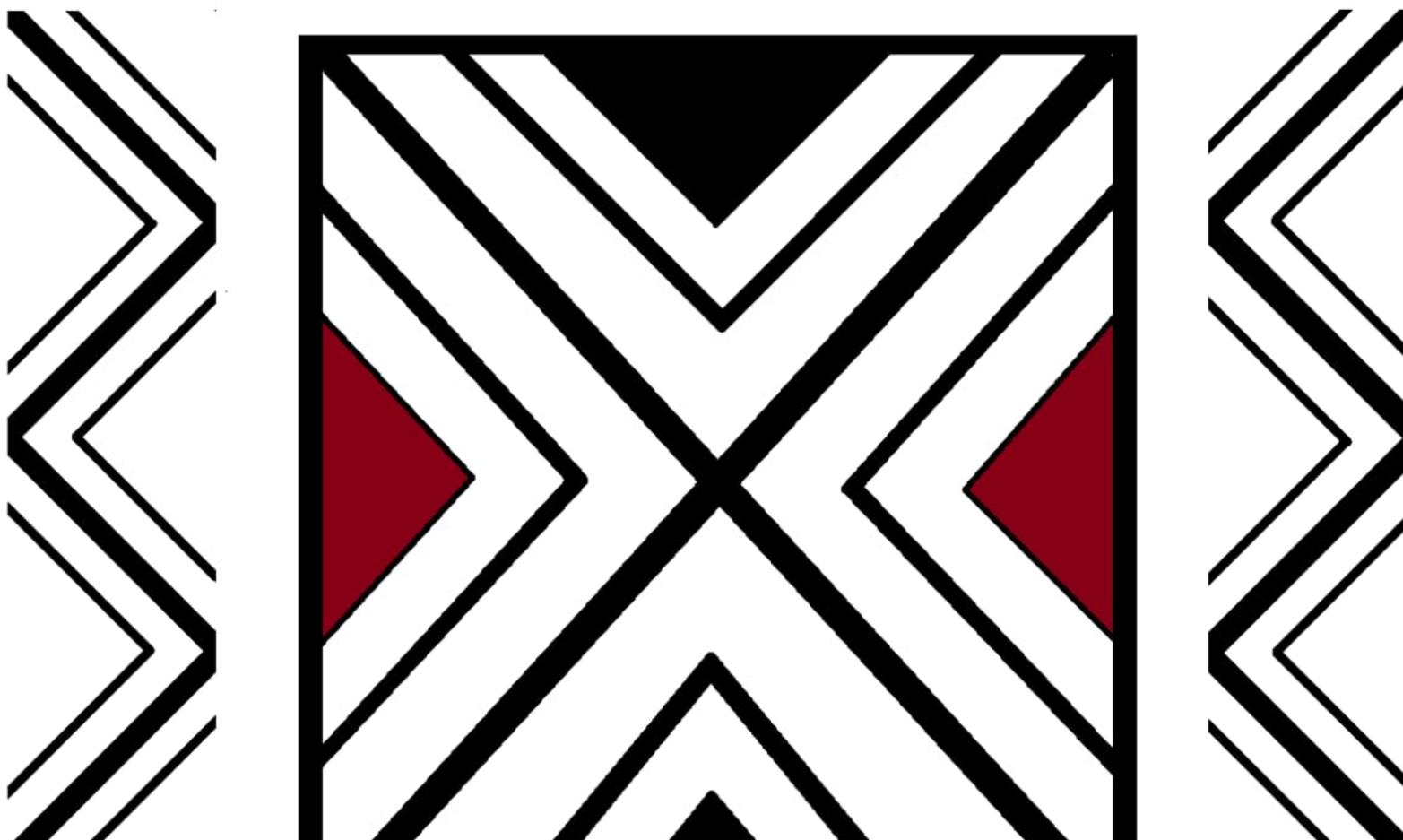
O Coletivo Acessibiliindígena, ela surgiu há um ano, já faz um ano já temos, um ano de caminhada na verdade, né? Onde buscamos o quê? dar visibilidade ao indígena com deficiência. Até então, o indígena com deficiência sempre ficava dentro da Aldeia, existe um tabu entre os povos indígenas, né? Muitas tradições é, como chegou as mídias, muitas tradições indígenas, é, tinha infanticídio em relação ao indígena com deficiência. Mas hoje não, hoje damos voz ao indígena com deficiência a ocupar espaços, né? Tanto na política, tanto na saúde, tanto na educação. Isso que é o nosso objetivo, Coletivo Acessibiliindígena surgiu para dar voz ao indígena com deficiência, que está dentro do seu território, mas fica é, o indígena que tá dentro do território, ele muitas vezes sofre muita preconceito fora da sua comunidade, então nós estamos é buscando é dar visibilidade e voz ao indígena com deficiência que tá no seu território. O que isso quer dizer Bruna? É dizer que, o indígena com deficiência dentro do seu território, ou, fora do território num contexto Urbano, é indígena em qualquer lugar, a nossa deficiência não nos faz menos indígena, a deficiência do meu parente não lhe faz menos indígena. Então, a minha deficiência não me faz menos indígena, é isso que queremos, dar voz e dizer às lideranças, a todas as lideranças, que estão juntos, somando na luta, fortalecendo a luta, em relação à busca da nossa demarcação da terra tradicionais (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO TERENA, 23 de maio de 2023).

O Coletivo Acessibiliindígena representa um movimento importante na luta pelos direitos dos indígenas com deficiência, buscando dar visibilidade e voz a esse segmento muitas vezes marginalizado dentro de suas próprias comunidades e na sociedade em geral. Historicamente, os indígenas com deficiência enfrentaram discriminação e até mesmo infanticídio, mas esse coletivo surge como uma resposta a essa realidade, procurando ocupar espaços tanto na política, saúde e educação, como também na própria comunidade indígena.

A partir das palavras de Sol Terena, idealizadora do coletivo, fica claro que o objetivo principal é afirmar a identidade indígena dessas pessoas, independentemente de suas deficiências, e combater o preconceito que muitas vezes enfrentam tanto dentro quanto fora de suas comunidades. O movimento reivindica o direito desses indivíduos de participarem ativamente da vida social, política e cultural de suas comunidades, e também busca sensibilizar

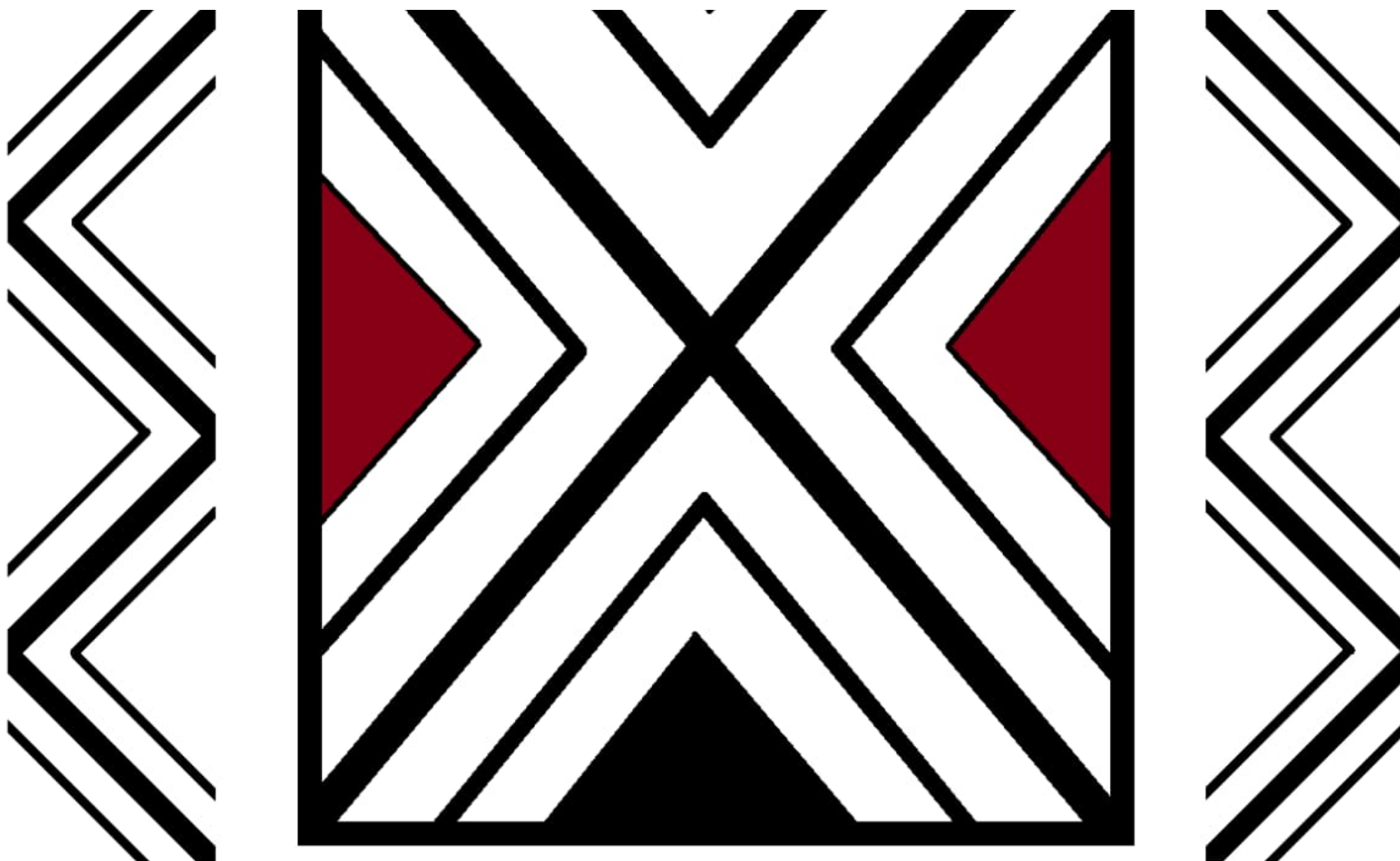
as lideranças indígenas sobre a importância de incluir e dar suporte aos indígenas com deficiência em suas lutas pela demarcação e proteção das terras tradicionais.

Assim, o Coletivo Acessibiliindígena emerge como uma força de resistência e emancipação, ecoando as vozes dos indígenas com deficiência, e reafirmando que a deficiência não os torna menos indígenas, mas sim parte integral e igualmente importante das comunidades e da luta por seus direitos territoriais.



CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS: UM PANORAMA A PARTIR DO DATALUTA FLORESTA



Este capítulo é direcionado à análise dos dados de ações coletivas realizadas pelos povos indígenas no Brasil desde 2020 até 2022, com base na sistematização dos dados do DATALUTA Floresta. Tendo como ponto de partida uma análise de conjuntura sobre o contexto político em que as ações foram realizadas, para que possamos compreender o contexto em que houve a mobilização dos movimentos socioterritoriais indígenas.

Intolerância religiosa, apagamento cultural, assassinatos, ameaças, criminalização, empobrecimento de povos, violência sexual e racismo em suas diferentes facetas são pautas que fazem parte da agenda de luta indígena cotidiana. Essa pesquisa não tem como enfoque principal debater as violências sofridas pelos povos indígenas no Brasil. No entanto, não é possível realizar uma análise de conjuntura da luta dos movimentos originários sem considerar os ataques aos diferentes tipos de territórios na luta pela sobrevivência desses sujeitos.

Superar todas essas violências que fazem parte do projeto colonial e capitalista da lógica hegemônica é um dos objetivos básicos a serem alcançados. É por isso que optamos por iniciar esse debate a partir do conceito de pós-fascismo (TRAVERSSO, 2021), sendo identificado em diferentes níveis de impacto, e por vezes, intencionalmente direcionado a determinados territórios.

Após a contextualização da conjuntura, apresentamos os resultados dos dados de ações dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) indígenas no Brasil. Considerando as abordagens sobre espaço e território que apresentamos no capítulo anterior, este capítulo concentra um quantitativo de informações sobre o que foi noticiado sobre a luta indígena nos últimos anos. Nossos resultados são a sistematização da resposta dos movimentos aos contextos políticos, onde podemos observar as pautas, as ações e os movimentos organizados em cada conjuntura pela defesa de seus territórios e demais reivindicações ou proposições. A cartografia apresentada é uma confirmação de que o movimento indígena está espacializado por toda a extensão do país. Segundo Girardi (2014)

Como fonte de informação, o mapa é diretamente ligado ao poder, que está presente na sua elaboração, posse e leitura/interpretação. Este poder, porém, não deve ser interpretado como o poder dominante, unidirecional. Ele não vem apenas de cima para baixo, do dominante para o dominado; também pode vir de baixo para cima, do dominado para o dominante. Assim, no mapa o poder não é apenas a dominação, mas também a resistência, luta pela emancipação, discurso contracorrente. A elaboração de um mapa não é gratuita, ela se dá a partir de uma demanda, de um objetivo definido por seu autor. A teoria crítica do mapa é um fundamento básico para a Cartografia Geográfica Crítica, pois rompe com a visão que relaciona o mapa diretamente ao positivismo e desmistifica a verdade absoluta, neutralidade que supostamente carrega (GIRARDI, 2014, p. 308).

Nesse sentido, acreditamos que a cartografia, junto aos outros materiais gráficos apresentada pela Rede DATALUTA é um dos principais suportes de visualização sistematizada da luta dos movimentos, sendo a proposta deste trabalho o recorte específico dos movimentos socioterritoriais indígenas baseada na proposta estratégica e coletiva da Rede DATALUTA, de espacializar e detalhar em quadros, gráficos e tabelas as informações sobre os movimentos socioterritoriais, enquanto um registro científico sobre os processos de resistência em escala nacional e internacional.

No primeiro ano do banco de dados, tal como já apontamos no capítulo 1, lidamos com a realidade da pandemia mundial do COVID-19 e, consequentemente, com o isolamento social. Nesse contexto, tivemos o desafio inicial de identificar formas de ações específicas da conjuntura, uma vez que foram inviabilizadas em modalidade presencial.

Em 2021, contextualizamos e apresentamos os resultados da organização dos movimentos na defesa de seus territórios e de suas vidas, ainda numa conjuntura pandêmica e de agenda anti-indígena promovida pelo governo Bolsonaro. E para o ano de 2022, temos o retorno das ações presenciais e a conjuntura do ano de eleições presidenciais.

Além disso, um debate intrínseco que é apresentado por meio dos dados é a diversidade de ações coletivas e de movimentos socioterritoriais indígenas, do qual apresentamos os primeiros esforços de análise de suas organicidades, sendo de modo expressivo a identificação de ações coletivas de indígenas organizados na escala de povos, Terras Indígenas (TI) e comunidades, ou por gênero, sexualidade e contexto de conflitos (a exemplo dos indígenas em contexto urbano ou impactados pela mineração/garimpo). Ressaltamos também a importância das associações, sendo encontrado no DATALUTA Floresta um amplo quantitativo de ações coletivas realizadas por associações, que possuem características muito semelhantes aos movimentos socioterritoriais constituídos.

3.1 - DA COLONIZAÇÃO AO PÓS-FACISMO TERRITORIAL: A CONJUNTURA DOS DADOS SISTEMATIZADOS

*Ei, se racismo é crime, por que ele não tá na cadeia?
 Racismo velado, nosso povo sendo massacrado
 Racismo velado, nunca somos protagonizados
 Racismo velado é bandeirante sendo exaltado
 Racismo velado, chega de ficar calado
 Chega de ficar calado
 Meu povo vai ser exaltado
 Racismo velado
 (Katú Mirim, trecho da música “Aguyjevete”)*

A música “*Aguyjevete*”, da Katú Mirim, indígena do povo Bororó, aborda as questões do racismo e da discriminação racial que persistem no Brasil, mesmo que de por vezes de forma silenciosa ou dissimulada. A indígena artista expressa a indignação e a revolta diante dessa realidade, questionando por que o racismo, mesmo sendo considerado crime, não resulta em consequências severas para os perpetradores. A música denuncia a invisibilidade e a marginalização enfrentadas pela comunidade negra, que continua sendo alvo de violência e discriminação, mesmo em um contexto onde supostamente todos são iguais perante a lei. Também critica a exaltação de figuras históricas associadas ao colonialismo e à escravidão, como os bandeirantes, que são glorificados na cultura brasileira apesar de seu papel na opressão e exploração dos povos indígenas e negros.

A luta contra a colonização ainda acontece e pode ser encontrada em diferentes partes do mundo. Na América Latina, os debates estão cada vez mais aprofundados, mas é preciso reconhecer sua existência e lugar de fala dos povos do continente Africano, da América do Norte, da Ásia e Oceania. O que todos possuem em comum são processos violentos de tomada dos territórios originários, dentre os quais diversos povos foram expropriados e lutam até o atual contexto por suas sobrevivências individuais e coletivas, enquanto povos.

Nesse contexto, a análise de Smith sobre o impacto do imperialismo e do colonialismo ganha relevância. Ele descreve como esses sistemas causaram uma profunda desordem nos povos colonizados, desconectando-os de suas histórias, territórios, línguas e formas de vida. Essa desconexão foi resultado de um processo de fragmentação sistemática, onde elementos fundamentais da cultura indígena foram distribuídos e analisados por especialistas em diversas disciplinas, relegando sua identidade a museus, coleções privadas e estudos acadêmicos:

[...] o imperialismo e o colonialismo trouxeram absoluta desordem aos povos colonizados, desconectando-os de suas histórias, de suas paisagens, de suas línguas, de suas relações sociais, e de suas formas de pensar, de sentir e de interagir com o mundo. Foi um processo de fragmentação sistemática que ainda pode ser vista na dissecação que se faz do mundo indígena, cujas peças foram estruturadas em disciplinas especializadas: os ossos, as múmias e os crânios tiveram por destino os museus; a arte foi para os colecionadores privados; as línguas, destinadas aos linguistas; os "costumes" aos antropólogos; as crenças e os comportamentos, aos psicólogos. Para descobrir em que medida esse processo foi fragmentado, basta ir a um museu, a uma biblioteca ou a uma livraria e perguntar onde estão localizados os povos indígenas. No entanto, a fragmentação não é um fenômeno do pós-modernismo, como muitos parecem afirmar. Para os povos indígenas, a fragmentação tem sido consequência do imperialismo. (SMITH, 2019, p. 41-42)

De acordo com Quijano (2005), o processo de disseminação global da dominação colonial foi liderado principalmente pelos brancos europeus. Durante essa expansão, houve a imposição de critérios de classificação social em escala global, onde novas identidades sociais,

como amarelos e azeitonados, foram criadas e somadas às categorias já existentes, como brancos, indígenas e mestiços:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante - os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)- foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Consequentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social como o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, p. 232)

Com ênfase na América, Quijano (2005) destaca que a distribuição racista de identidades sociais foi combinada com uma distribuição também racista do trabalho e das formas de exploração capitalista colonial. O autor ainda aponta que o controle sobre formas específicas de trabalho estava sob o poder da branquitude, que por sua vez criou uma nova tecnologia de dominação/exploração que normalizava a dominação de pessoas. Isso significa que o controle sobre determinadas formas de trabalho não apenas garantia a exploração econômica, mas também reforçava a hierarquia social baseada em raça.

No caso brasileiro, as intencionalidades do Estado de superar as crises econômicas ao longo dos anos, como já apresentado, moldaram-se historicamente e geograficamente aos interesses de um mercado internacional sob a lógica da acumulação de capital, que como aponta Gambini (2000, p. 107), “o processo não começou agora, nem é apenas um produto do desenvolvimento. Os postulados da exploração econômica certamente são os causadores da devastação humana e ambiental, mas a postura antinatureza esteve presente desde o começo”.

Não podemos ignorar que a negação da existência indígena e as constantes tentativas de extermínio dos povos originários possuem raízes históricas na construção desse país. De acordo com Milanez et al (2019), existe uma lacuna na historiografia tradicional ao tratar sobre o racismo sofrido pelos indígenas, que são enraizadas pela violência do sistema, desde o período colonial até o atual contexto político vivenciado no século XXI:

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para

desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais (MILANEZ et al, 2019, p. 2163-2164)

Para os autores, existe uma inadequação das abordagens que enfocam a "transição" da escravização indígena para a negra, as quais não apenas podem reforçar a ideia de extinção dos indígenas, relegando-os a um passado distante, mas também contribuem para minimizar a violência sistemática de exploração, espoliação e genocídio que persiste a mais de 500 anos. Apagamento cultural, expropriação dos territórios, demonização das cosmovisões indígenas. Não podemos nos furtar ao debate também na geografia. As intencionalidades e o poder dominante se estruturaram a partir desses quatro pilares: colonialismo, capitalismo, patriarcado e racismo. E foi assim que se consolidaram os espaços de governança do território brasileiro.

É dentre essas características que Castro (2017) explica que os povos indígenas não se identificaram ou reconheceram no sistema político e legal do país, pois foram perseguidos ao longo de cinco séculos, desde as chamadas "guerras justas", na época da colônia, até as leis do Império e as práticas das administrações republicanas:

Os índios são os primeiros indígenas a não se reconhecerem no Estado brasileiro, por quem foram perseguidos durante cinco séculos: seja diretamente, pelas “guerras justas” do tempo da colônia, pelas leis do Império, pelas administrações indigenistas republicanas que os exploraram, maltrataram, e, muito timidamente, às vezes os defenderam (quando iam longe demais, o Estado lhes cortava as asinhas); seja indiretamente, pelo apoio solícito que o Estado sempre deu a todas as tentativas de desindianizar o Brasil, varrer a terra de seus ocupantes originários para implantar um modelo de civilização que nunca serviu a ninguém senão aos poderosos. Um modelo que continua essencialmente o mesmo há quinhentos anos. (CASTRO, 2017, p. 5)

Para Marx é possível ter diferentes classes coexistindo, uma vez que essa coexistência não se pautava em uma relação de dominação. "Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte" (MARX; ENGELS, 2010, p. 43). O que seria essa contribuição de Marx se não uma crítica ao colonialismo e ao imperialismo?

“Nos damos conta que a pretensa liberdade dos cidadãos ingleses tem por fundamento a opressão das colônias” (MARX; ENGELS, 1978, p. 340). Assim como Marx e Engels observaram em relação às colônias inglesas, a dinâmica de poder na colonização do Brasil revela nuances complexas em que a suposta liberdade de um grupo (a elite europeia) frequentemente se sustentava sobre a subjugação de outros, sendo nesse caso, a subalternização da população indígena.

À medida que os séculos avançaram, o contexto global testemunhou a intensificação e transformações no sistema capitalista, culminando no século XIX como o período marcante

para o surgimento do neoliberalismo e suas novas manifestações. Dardot e Laval (2016, p. 8) destacam que "o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida", inaugurando também, em conjunto, o surgimento do fascismo.

Falar sobre o fascismo, como apontado por Travesso (2021), tornou-se um tema esquivado pela sociedade. De acordo com o autor, o fascismo é um conceito utilizado desde a Segunda Guerra Mundial, criado para compreender as formas de se destruir a democracia por dentro, sendo transnacional, transatlântico e transhistórico. No entanto, ao analisar a conjuntura política mundial neste século, Travesso aponta que o conceito de fascismo não consegue nos explicar essa nova forma de destruir a democracia por dentro, uma vez que debater o fascismo requer um comparativo com o período entreguerras, com prevalência de regimes totalitários, tais como as ditaduras. Em vista disso, o autor nos aponta que

Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba tornou-se um fenômeno global. O mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical desde os anos 1930, um desenvolvimento que desperta a memória sobre o fascismo. Seu fantasma ressurgiu nos debates contemporâneos e reabriu a antiga questão da relação entre a historiografia e o uso público do passado [...] qualquer tentativa de definir esse novo fenômeno implica uma comparação com os anos do entreguerras. Em resumo, o conceito de fascismo parece ser inapropriado e indispensável para compreender essa nova realidade. Portanto, chamarei o momento atual de um período de pós-fascismo. Esse conceito enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação; certamente ele não responde a todas as questões que foram abertas, mas enfatiza a realidade da mudança (TRAVERSSO, 2021, p. 12)

De acordo com o autor, o pós-fascismo não é uma continuação direta do fascismo clássico, mas sim um fenômeno em transição e transformação. Ele observa que muitos movimentos pertencentes a essa categoria têm raízes no passado fascista, mas mudaram suas formas e, em alguns casos, rejeitam abertamente a continuidade ideológica com o fascismo histórico, embora pratiquem ações inspiradas nos ideais fascistas, tais como a xenofobia e o racismo (TRAVERSSO, 2021).

Travesso (2021) ainda distingue o pós-fascismo do neofascismo, sendo esse último descrito como uma tentativa de perpetuar e regenerar o antigo fascismo. O neofascismo seria representado por partidos e movimentos que surgiram na Europa Central nas últimas décadas e que defendem abertamente uma continuidade ideológica com o fascismo histórico. Ainda segundo o autor, ao contrário do fascismo clássico, cuja ambição era mudar radicalmente o

sistema, o pós-fascismo, exemplificado pela evolução da Frente Nacional na França, busca transformar o sistema de dentro. Em vez de ser uma força subversiva, busca se integrar ao sistema existente (TRAVERSSO, 2021).

E qual a situação dos povos indígenas no Brasil nessa conjuntura? Como já apresentamos, desde o início da colonização se tentou construir uma imagem de selvageria no que diz respeito à existência dos povos indígenas, pautada numa narrativa de que essas populações não seriam capazes de tomar decisões relacionadas à vivência em sociedade nacional brasileira (STRAUSS, 1989)

Com o advento do paradigma da integração (BELFORT, 2006) e da ditadura militar, as violências contra os povos indígenas se mantiveram e seus territórios foram atacados sob o consenso do SPI, órgão responsável pela "garantia" dos direitos indígenas, assim como de governantes, tal como aponta o Relatório Figueiredo.

Com relação à última década do contexto político brasileiro, Ioris (2023) analisa que foi marcada por:

[...] intolerância, militarização de políticas públicas, proteção feroz da propriedade rural privada (independentemente de sua legalidade legitimidade) e manipulação política explícita baseada em preconceitos religiosos e moralistas (Salem e Bertelsen, 2020). No centro dessas tendências perturbadoras, está a mais antiga e embaraçosa de todas as questões nacionais: o tratamento genocida de sua população ancestral (Normann, 2022). Por mais de cinco séculos, desde os primórdios da invasão portuguesa, a construção nacional foi um projeto elitista e colonialista contra os povos indígenas, bem como contra os africanos escravizados e trabalhadores de todas as origens étnicas (IORIS, 2023, p. 1)

O autor aponta para uma utilização nítida e consciente de preconceitos religiosos e moralistas como estratégia política, indicando uma abordagem que apela a valores éticos e crenças religiosas para obter apoio político. Um quadro preocupante é destacado por Ioris (2023) sobre a persistência de desafios históricos relacionados a discriminação, desigualdade e violação dos direitos humanos Brasil, no qual o autor compreende tais tendências com raízes profundas na história colonial e segue influenciando a sociedade ao tratamento genocida para com os povos indígenas (IORIS, 2023).

Nesse sentido, é possível identificar uma série dessas posturas apontadas por Ioris (2023) incorporadas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, declarado inelegível pelo Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), após o plenário reconhecer em seu mandato uso abusivo e indevido dos meios de comunicação e do poder político (TSE, 2023). O ex-presidente Bolsonaro não mediu esforços em declarar publicamente sua contrariedade aos direitos indígenas, tal como podemos observar em alguns pronunciamentos, que fizeram parte de sua campanha eleitoral e de seu mandato:

- 2017 - “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. **Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola [...]** Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”²⁶
- 2018 - “Se eu assumir como presidente da República, **não haverá um centímetro a mais para demarcação de terras indígenas**”²⁷
- 2019 - “Tem locais aqui que para produzir alguma coisa, você não consegue, porque não pode seguir em uma linha reta para exportar ou vender, porque **precisa desviar de algum quilombola ou terra indígena. Se eu fosse fazendeiro, não vou falar o que eu faria não**”²⁸
- 2020 - “Deixo bem claro que ninguém é contra dar devida proteção e terra aos nossos irmãos índios, mas, da forma como foi feito, e hoje em dia reflete **14% do território nacional demarcado como terra indígena, é um tanto quanto abusivo**”²⁹
- 2021 - “Por que o campo está feliz com a gente? **Nós não marcamos mais terra indígena. Já temos 14% demarcados por terra indígena. Chega.** Você fica pensando como é que pode 10 mil índios terem uma área equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro, como os ianomâmis. **Chega, não dá mais porque a intenção disso é inviabilizar a agricultura, inviabilizar o agronegócio do Brasil e virar um conflito**”³⁰
- 2022 - “O Lula fala que vai demarcar todas as terras indígenas que foram requeridas. **São quase 500 terras indígenas [...]** Eu não vou demarcar terra indígena. Nada contra os indígenas, nada contra”³¹

Assim como prometeu, Bolsonaro não demarcou Terras Indígenas. O ex-presidente é um didático exemplo da hostilidade, desrespeito e desqualificação dos direitos territoriais dos povos indígenas. As falas e práticas de Bolsonaro podem ser associadas às análises de Fanon (1961), que descreve a transição dos "meninos mimados do colonialismo" para agentes da autoridade nacional envolvidos na exploração do próprio país os quais foram designados a gerir:

Ontem, meninos mimados do colonialismo, hoje da autoridade nacional, organizam a pilhagem de quaisquer recursos nacionais. Desumanos, sobem por combinações ou

²⁶ Trecho do discurso disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/04/bolsonaro-nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena/> Acessado em 10 de janeiro de 2023

²⁷ Trecho do discurso disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/214620> Acessado em 10 de janeiro de 2023

²⁸ Trecho do discurso disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-enquanto-eu-for-presidente-nao-tem-demarcacao-de-terra-indigena/> Acessado em 10 de janeiro de 2023

²⁹ Trecho do discurso disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/11/tamanho-de-area-indigena-e-abusivo-diz-bolsonaro-em-ato-do-conselho-da-amazonia.ghtml> Acessado em 10 de janeiro de 2023

³⁰ Trecho do discurso disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941733-bolsonaro-sobre-indigenas-grande-parte-nao-sabe-nem-o-que-e-dinheiro.html> Acessado em 10 de janeiro de 2023

³¹ Trecho do discurso disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/as-vesperas-da-eleicao-bolsonaro-diz-que-nao-demarcara-terra-indigena> Acessado em 10 de janeiro de 2023

por roubos ilegais: importação-exportação, sociedades anônimas, jogos de bolsa, privilégios ilegais, sobre essa miséria hoje nacional (FANON, 1961, p. 44)

É imprescindível na análise da realidade brasileira para com os povos indígenas uma leitura indissociável dos impactos do capitalismo e da colonização. O reconhecimento dos povos indígenas enquanto cidadãos ainda é recente, sendo libertos perante a lei das políticas de tutela somente a partir do decreto da última Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2020), mas com graves contextos de violências reproduzidos, a exemplo das torturas na Ditadura Militar (SANT'ANNA, 2016) e de modo mais recente, por meio das políticas genocidas do Governo Bolsonaro.

O Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional, escrito e publicado em 1998, foi promulgado no Brasil pelo Decreto Nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, tornando o país signatário de seu texto integralmente (BRASIL, 2002). Segundo o Artigo 6º do Estatuto, é considerado crime de genocídio:

Artigo 6º

Crime de genocídio

Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "genocídio", qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídios de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

(Tribunal Penal Internacional, 1998).

A definição legal de genocídio, conforme estabelecida pelo Estatuto de Roma abrange uma conjunto de atos destinados a destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religiosos, que incluem homicídios, ofensas à integridade física ou mental, imposição de condições de vida que levem à destruição física do grupo, restrições à reprodução e transferência forçada de crianças. Essa definição, como ressaltado pelo Tribunal Penal Internacional em 1998, evidencia que o genocídio não se limita à aniquilação direta de um povo, mas engloba ações coordenadas que atacam sua essência cultural e identidade. Como observado por Lemkin (1944), o genocídio implica um plano coordenado que ataca os alicerces da vida de grupos nacionais, afetando não apenas indivíduos, mas a própria identidade coletiva:

Em geral, genocídio não significa necessariamente a destruição imediata de uma nação, a não ser quando consumada pela matança de todos os seus membros. Quer exprimir um plano coordenado de diferentes ações que convergem à destruição de alicerces essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de eliminar os próprios grupos. Os objetivos desse plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, cultura, idioma, sentimentos nacionais, religião e a economia de grupos nacionais, bem

como a destruição da segurança pessoal, liberdade, saúde, dignidade, e até mesmo das vidas dos indivíduos que pertencem a tal agrupamento. Genocídio é dirigido contra o grupo nacional como uma entidade e as ações envolvidas são dirigidas contra indivíduos, não na capacidade individual de cada um, mas como integrante de um grupo nacional (LEMKIN, 1944, p. 79).

As reflexões de Lemkin (1944) sobre o conceito de genocídio delineiam a amplitude das ações direcionadas à destruição de grupos nacionais, não apenas pela extinção física de seus membros, mas também pela erosão de aspectos fundamentais de sua existência, como cultura, idioma e instituições sociais. No contexto brasileiro contemporâneo, o descaso deliberado na demarcação de terras indígenas se enquadra nesse padrão genocida, conforme observado por Terena e Duprat (2021):

A negativa ou omissão deliberadas na demarcação das terras indígenas configura o crime de genocídio na modalidade inscrita no artigo 2º, “c”, da Convenção, e no artigo 6º, “c”, do Estatuto de Roma, ou seja, mata-se um povo quando lhe são impostas condições de vida capazes de levar à sua destruição física. Seus membros morrem ou aqueles que sobrevivem se submetem a um processo de integração da cultura dominante, assimilando a linguagem e o sistema de valores do colonizador. O povo preexistente deixa de existir. Foi o que aconteceu com vários povos indígenas ao longo do projeto colonial. Assentadas essas premissas, é preciso denunciar que está em curso um processo de genocídio dos indígenas no Brasil, capitaneado pelo presidente da República. Discursivamente, ele trata esse segmento da sociedade nacional como inferior e defende a sua “evolução”, mediante a integração à sua “cultura”, sim, à “cultura” de Jair Bolsonaro (TERENA; DUPRAT, 2021, p. 64)

A omissão ou recusa em garantir a proteção territorial dos povos indígenas representa uma forma de violência estrutural que, ao longo do tempo, resulta na assimilação forçada à cultura dominante e, em última instância, na eliminação da identidade e da existência dessas comunidades. Essa conexão entre as definições históricas de genocídio e as práticas contemporâneas de negação de direitos territoriais ressalta a gravidade e a urgência em se reconhecer e combater essa forma de violência sistemática.

Diante desse contexto, é importante destacar que as políticas do governo Bolsonaro refletem uma continuidade preocupante de práticas históricas de opressão e marginalização dos povos indígenas. Como nos apresenta Santos (2020), muitas dessas ações se assemelham às políticas realizadas durante a "ditadura empresarial-militar", difundidas principalmente pela cooptação de alguns setores da FUNAI (SANTOS, 2020). De acordo com o autor,

Algumas destas ações visam a abertura das terras indígenas demarcadas à exploração pelo agronegócio, mineração ou empreendimentos hidrelétricos, desrespeitando qualquer participação dos povos, como aponta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [...] Outra ação que remete ao período da ditadura empresarial-militar [...] foi a publicação pelo presidente da Funai, em 16 de abril de 2020, da Instrução Normativa No 9. Na sua descrição, a Instrução se dirige a

disciplinar “o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em Relação a imóveis privados”. Ao textualmente afirmar que as terras indígenas são apenas aquelas homologadas, ou seja, cujo processo administrativo foi homologado pela presidência da República, a Funai abre mais de 800 terras indígenas que estão com pendências em seus processos à demanda de grileiros que as explorem ilegalmente (SANTOS, 2020, p. 454)

Essa violação sistemática dos direitos territoriais dos povos indígenas, como apontado por Santos (2020), remete não apenas ao período da ditadura empresarial-militar, mas também se insere em um contexto contemporâneo do pós-fascismo. É nesse sentido que não podemos tratar do pós-fascismo, conforme discutido, limitado ao discurso de ódio, mas disputando territórios e territorializado através da promoção da expropriação e exploração da natureza, a exemplo da extração de madeiras, garimpo, mineradoras e hidrelétricas.

Essa análise nos leva a compreender o fascismo territorial como uma forma de violência que tem por objetivo exterminar territórios e sustentar-se pela disseminação do ódio por meios formais, perpetuando uma lógica de violação dos direitos humanos e podendo ser interpretada como necropolítica, uma política da morte que se expressa na soberania e no poder de “[...] ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2016, p. 123).

A compreensão da necropolítica como a imposição do poder soberano sobre quem pode viver e quem deve morrer nos leva a refletir sobre o conceito de terricídio, que vai além da política da morte aplicada aos seres humanos para abranger a destruição sistemática do planeta e de todas as formas de vida que nele habitam:

Terricídio é a síntese de todos os mecanismos de morte que o sistema encontrou para retirar a vida do planeta. Implica uma visão tridimensional: não é apenas o espaço tangível, isto é, os ecossistemas, mas também os humanos como pessoas que habitam os ecossistemas, e também a cultura que deles emana, o ecossistema espiritual. Por isso dizemos: o terricídio é a síntese de genocídios, ecocídios e epistemicídios. E propomos o epistemicídio como algo estrutural: na lógica de compreensão da “arte-habitação dos povos indígenas” o mundo perceptível, o mundo espiritual, aparece como algo estruturante da vida. Por isso dizemos: quando a terra é assassinada, os lugares sagrados também são assassinados e com isso, as línguas, as formas de cerimônia, as formas de falar com a natureza, um modo de vida alternativo no mundo está a ser assassinado. E isso é muito sério. As pessoas dizem: por que inventam uma palavra se o termo ecocídio já existe? Porque o ecocídio é insuficiente. E é importante dar-lhe a dimensão que realmente tem (MILLÁN, 2021)³²

³² Citação original: "El terricidio es la síntesis de todos los mecanismos de muerte que encontró el sistema para arrancar la vida del planeta. Implica una visión tridimensional: no es solamente el espacio tangible, es decir los ecosistemas, sino también los humanos como pueblos habitando los ecosistemas, y también la cultura que emana de ellos, el ecosistema espiritual. Entonces decimos: el terricidio es la síntesis de los genocidios, ecocidios y

O conceito de terricídio, conforme proposto por Millán (2021), uma liderança do povo Mapuche, abrange não apenas a destruição dos ecossistemas físicos, mas também a aniquilação das culturas, conhecimentos e espiritualidade associados a esses territórios. Essa visão tridimensional do terricídio reconhece não só os danos ambientais, mas também os impactos nas pessoas e nas expressões culturais dos povos que habitam esses espaços. Nesse contexto, tanto a noção de floresta quanto sujeito (PARDINI, 2020), espaço como sujeito (FERNANDES, 1991) território imaterial (FERNANDES, 2008), ganham grande relevância e possibilidades de diálogo. Os territórios imateriais são construídos a partir das relações sociais, dos pensamentos e das ideologias que permeiam uma comunidade. São nesses territórios imateriais, que se expressam na materialidade e no entendimento da terra (e do próprio território) enquanto sujeito que se encontram os saberes ancestrais, as tradições culturais e as formas de conexão espiritual com a natureza.

Portanto, a relação entre terricídio e território imaterial reside na compreensão de que a destruição dos ecossistemas físicos resulta não apenas na perda de habitat e biodiversidade, mas também na erosão dos conhecimentos tradicionais e das identidades culturais que estão intrinsecamente ligados a esses territórios. Proteger os territórios físicos implica, assim, também proteger os territórios imateriais, reconhecendo a interdependência entre as dimensões material e cultural dos territórios e promovendo práticas de conservação que respeitem e valorizem tanto o meio ambiente quanto as comunidades que o habitam.

Como defende Gohn (1997, p. 20), "Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos". E no caso indígena, esses movimentos existem e resistem a séculos. O que nos propomos a apresentar agora é o acompanhamento realizado pela DATALUTA Floresta na sistematização das ações coletivas realizadas por indígenas desde 2020, com uma diversidade de formas de organização e de estratégias de luta de diferentes nações. São os povos que se aliam, que formam associações, e com suas autonomias, lutam pelos seus territórios a partir de suas próprias existências. Que se deslocam em caravanas e que planejam políticas públicas no idioma nativo, desde o Tupi ou do Macro Jê.

epistemicidios. Y el epistemicidio lo planteamos como algo estructural: en la lógica de entender "el arte-habitar de los pueblos indígenas" aparece el mundo perceptible, el mundo espiritual como algo estructurante de la vida. Entonces decimos: cuando se asesina la tierra, se asesina también los lugares sagrados y con él, los idiomas, las formas de ceremoniar, las formas de hablarle a la naturaleza, se está asesinando una alternativa de vida en el mundo. Y eso es gravísimo. La gente dice: ¿por qué inventan una palabra si ya existe el término ecocidio? Porque ecocidio queda corto. Y es importante darle la dimensión que verdaderamente tiene" (MILLÁN, 2021)

A figura 27 encerra este tópico com a mensagem que marca os quatro anos de governo Bolsonaro no Brasil:

Figura 27 - Em movimento contra o genocídio - ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
09 de abr de 2022 - Brasília/DF

3.2 - "O BRASIL É TERRA INDÍGENA"³³: MAPEAMENTO DA LUTA INDÍGENA A PARTIR DOS DADOS DO DATALUTA FLORESTA

Segundo os dados da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e do Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC), o Brasil concentra a maior quantidade de povos indígenas dentre os países da América Latina, sendo seguido da Colômbia, numa diferença de 203 povos, sendo o Brasil com 305 e a Colômbia com 102 povos indígenas (CEPAL; FILAC, 2020). Diante da significativa presença dos povos indígenas, é fundamental compreender as mobilizações e os desafios enfrentados pelo movimento indígena no país.

Nos últimos anos, esse movimento tem passado por transformações significativas em suas estratégias de luta, como revelado pelo banco de dados do DATALUTA Floresta. Esse

³³ Lema da 18ª edição do Acampamento Terra Livre, realizada no ano de 202

banco de dados abrange não apenas o monitoramento do movimento indígena, mas também outros movimentos sociais, como quilombolas, extrativistas, ambientalistas e diversos grupos interseccionais que incorporam pautas relacionadas às florestas em suas mobilizações. Essa abordagem ampla reflete a diversidade dos movimentos socioterritoriais no contexto brasileiro, evidenciando a complexidade das lutas pela proteção dos territórios e demais direitos indígenas.

O DATALUTA Floresta, como já explicado no capítulo 1, não se limita apenas ao monitoramento do movimento indígena, mas também abrange os movimentos indigenistas, quilombolas, extrativistas, ambientalistas, assim como os movimentos interseccionais que incorporam pautas das florestas em suas ações coletivas, tais como os movimentos negros, feministas, LGBTQIA+, camponeses e religiosos ou de base eclesiástica. Entretanto, desde o primeiro ano de sistematização dos dados o movimento indígena tem concentrado um alto quantitativo de ações coletivas registradas, podendo ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Total de ações e participação indígena - DATALUTA Floresta - 2020 a 2022			
Ano	Total de ações	Total de ações com participação indígena	% da participação indígena
2020	704	519	69,26%
2021	842	662	78,85%
2022	688	517	75,14%

Fonte: DATALUTA Floresta/Org: Bruna Gonçalves Costa

São contemplados pelo banco de dados não apenas as ações coletivas ou os movimentos das florestas, mas todos aqueles que defendem suas pautas, que tangenciam desde as disputas pelas florestas até os direitos daqueles que lutam por sua existência.

Refiro-me ao movimento indígena organizado aos esforços e estratégias locais, regionais e nacional de luta articulada entre comunidades, povos e organizações indígenas em torno de uma agenda e interesses de luta comum. Isto para diferenciar das organizações tradicionais de cada comunidade ou povo, que também são formas organizadas de vida e de luta, mas geralmente limitadas aos níveis e interesses locais, sem uma abrangência de articulação mais ampla, embora sejam, em última instância, a base de toda mobilização e luta política indígena (BANIWA, 2007, 127-128)

Desde 2020, o movimento indígena no Brasil passou por uma série de adaptações nas de estratégias de luta, como evidenciado através do banco de dados do DATALUTA Floresta. Baniwa (2007) destaca a distinção entre o movimento indígena organizado e as organizações

tradicionais dentro das comunidades indígenas. O movimento indígena organizado refere-se a um esforço coordenado e articulado em níveis local, regional e nacional, onde comunidades, povos e organizações indígenas se unem em torno de uma agenda comum de luta e interesses. Este movimento transcende as fronteiras individuais das comunidades ou povos, buscando alcançar mudanças em nível mais amplo e influenciar políticas públicas que afetam os povos indígenas como um todo.

Por outro lado, as organizações tradicionais dentro das comunidades indígenas são reconhecidas como formas de vida e de luta que existem há muito tempo. No entanto, geralmente têm um alcance e interesses mais limitados, centrados nas necessidades e questões locais específicas de cada comunidade ou povo. Embora essas organizações locais sejam a base fundamental de toda mobilização e luta política indígena, elas podem não ter a mesma abrangência ou capacidade de influenciar mudanças em nível mais amplo como o movimento indígena organizado.

Portanto, Baniwa (2007) reconhece que as comunidades indígenas também estão envolvidas em lutas organizadas, mas ressalta a importância do movimento indígena organizado como uma plataforma mais ampla e estratégica para defender os direitos e interesses dos povos indígenas em um contexto nacional e internacional.

Destacamos esses apontamentos do autor para propor, nesta conjuntura política experienciada pelo Brasil, o reconhecimento da luta organizada dos povos e comunidades enquanto uma escala de movimento socioterritorial, que foi considerada pelo banco de dados do DATALUTA Floresta, no âmbito do conceito de período de gestação de um movimento (FERNANDES, 1999), que reconhece as ações coletivas dos movimentos ainda não constituídos com nome, bandeira, sigla, sede e afins, mas que possui agenda de lutas e organicidade na luta pela mediação do espaço e disputas territoriais.

A luta dos povos indígenas pelos seus territórios acontece na materialidade, mas também na imaterialidade. Tal como afirma Fernandes, precisamos falar dos territórios concretos, mas também dos imateriais. E nesse sentido, propomos ainda uma análise que considera territórios cosmopolíticos, imateriais e materiais.

Os dados apresentados contemplam categorizações das ações que foram feitas pelo coletivo de pensamento do DATALUTA Floresta, assim como a contribuição das próprias informações dos movimentos que nos ajudam a compreender o contexto. Nesse sentido, os dados analisados são um diálogo com a nossa hipótese de que as estratégias, pautas e formas de ações dos movimentos em defesa de seus territórios se adaptam às conjunturas políticas,

sendo a política uma dimensão do território que produz e é produzida pelos movimentos socioterritoriais indígenas.

3.2.1 - RESISTÊNCIA INDÍGENA EM TEMPOS DE PANDEMIA: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM 2020

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se movem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. “Filho, silêncio”. A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é então maravilhosa, que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: “Silêncio”. Esse é também o significado do recolhimento. (KRENAK, 2020, p. 9)

Em “O Amanhã não está à venda”, Krenak expressa a partir de sua cosmovisão como compreende o contexto pandêmico do Covid-19 em 2020. As ideias do intelectual indígena dialogam diretamente com o conceito de terricídio (MILLÁN, 2021), cunhado pelas mulheres do povo Mapuche. A preocupação dos povos indígenas alcançava também a preocupação com a Terra, entendida enquanto sujeita, sendo a pandemia uma resposta às violências direcionadas a ela.

O ano de 2020, junto à pandemia mundial, também foi marcado no Brasil pela intensificação das políticas de genocídio promovidas pelo Bolsonaro, tal como apresentamos anteriormente. Numa análise crítica, não restam dúvidas de que a pandemia do Covid-19 causou impactos até hoje ainda não superados no mundo. O vírus surge de modo imprevisível e escancara as vulnerabilidades sociais e as fragilidades do sistema capitalista.

Ao contrário do que a sociedade insiste em fazer, o vírus não faz distinção de pessoas. No entanto, é preciso ter nítido em nossas análises que determinados grupos e territórios foram mais expostos e tiveram menos acesso aos serviços de saúde, acarretando assim em conglomerados de infectados e números elevados de mortes. A falta de acesso à materiais de higiene e de saneamento básico intensificou as infecções e dificultou os tratamentos. Assim como em outros espaços subalternizados pelo sistema capitalista, como as favelas, os assentamentos, quilombos, dentre outros, em muitas aldeias não se chegavam máscaras, sabão e álcool em gel, assim como não havia acesso eficiente ao atendimento médico.

O mês de março de 2020 nos alertou desde o início para uma possível evidência, sendo o mês de decreto da pandemia no Brasil. Os primeiros impactos foram imprevisíveis, sendo o início da primeira onda de COVID-19 no país. Problemas financeiros, comerciais e

desemprego. Um contexto atrelado ao despreparo dos hospitais e da indústria farmacêutica para lidar com os sintomas do coronavírus.

As primeiras classes a sofrer os impactos da pandemia foram as classes subalternizadas. Foram os pobres, as mulheres, pessoas negras, indígenas. As primeiras fases do isolamento no Brasil consideraram inclusive a renda, pois aqueles serviços considerados essenciais continuaram sendo executados.

O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Deste ponto de vista, não existe um verdadeiro desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas (HARVEY, 2020, p. 15)

Harvey (2020) evidencia a interação complexa entre o sistema capitalista, as mudanças ambientais e as consequências inesperadas que surgem desse processo. Logo, quando o capitalismo se apropria desregradamente da natureza, ele também altera os ecossistemas colocando em risco a vida das pessoas e o próprio esgotamento daquilo que tanto explora. Bensusan (2022), em um livro organizado por Ailton Krenak, ressalta a pandemia do coronavírus, dentre muitos outros vírus, como um exemplo didático em resposta à intervenção humana na terra. Segundo a autora, são diversas as suposições de como surgiu o COVID-19, mas dentre as que se destacam estão o encontro de dois organismos que nunca haviam se encontrado, sendo um morcego e outro ainda em investigação. Bensusan (2022) destaca que o encontro inédito de organismos se dá principalmente por meio de migrações, que por sua vez, são intensificadas com as alterações do ambiente, como por exemplo aquelas muito afetadas pelas mudanças climáticas. Em vista disso, a autora reflete:

Se imaginarmos a Amazônia, um lugar com mais de três mil espécies de morcegos, cada um com uma quantidade enorme de vírus, pois os morcegos carregam dentro de si uma quantidade gigantesca de vírus que não os afetam, escandalosamente desmatada, ao mesmo tempo em que outras espécies animais, como o gado bovino que também é um reservatório gigantesco de vírus e de bactérias, estão sendo introduzidas, podemos perceber que a possibilidade de uma nova pandemia estar sendo ali cozinhada é altíssima. (BENSUSAN, 2022, p. 132).

Assim, tanto em Harvey (2020) quanto em Baussan (2022), encontramos preocupação em como a ação humana na terra, moldadas pelos interesses do capitalismo, podem acarretar em cenários devastadores à humanidade, mesmo mediante avisos científicos e dos povos tradicionais. É nítida uma prevalência dos interesses do capital.

O ano de 2020 foi caracterizado pela total evidência dos descasos políticos direcionados para determinados corpos-territórios. Diante de tantos descasos, de tanta violência contra os povos que lutam pelas florestas, pelos rios e pelos mares, pelo bem viver com o mundo em respeito à natureza e se entendendo enquanto natureza, a pandemia surge como uma resposta aos alertas feitos milenarmente pelos povos indígenas, pelos originários, pelas comunidades tradicionais, assim como através dos movimentos cujas pautas socioambientais também estão em evidência.

O Relatório emergência indígena, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com outros movimentos indígenas regionais constituídos, assim como as próprias comunidades organizadas, foi uma das ações coletivas registradas pelo DATALUTA Floresta, dentro da categoria matriz "paraestatais". Paraestatais porque o próprio relatório, organizado enquanto uma expressão da autonomia e autodeterminação dos povos, também é uma representação da ausência (intencional) do Estado no que diz respeito ao levantamento e sistematização de dados que se aproximem de fato da realidade que foi experienciada pelos povos indígenas durante a pandemia. De acordo com o relatório apresentado no fim de 2020, durante o primeiro ano de pandemia do COVID 19, mais de 40 mil indígenas foram contaminados pelo vírus, com 880 mortes, sendo mais da metade dos povos que vivem no Brasil impactados (APIB, 2020).

Compreendemos que esse ano apresentou um contexto de muitas peculiaridades devido ao contexto pandêmico. Assim, uma das principais ações coletivas realizadas pelos movimentos indígenas foram as barreiras sanitárias. Segundo a definição da equipe do DATALUTA Floresta, as barreiras sanitárias são "Planejamento, elaboração, gestão e controle territorial sobre a mobilidade e acesso aos territórios com objetivo de manutenção da saúde e bem estar da comunidade" (DATALUTA FLORESTA, MATERIAL INTERNO, 2023). Complementamos ainda que as barreiras sanitárias são uma medida de prevenção que visa impedir ou limitar a propagação de agentes patogênicos, como o vírus do COVID-19.

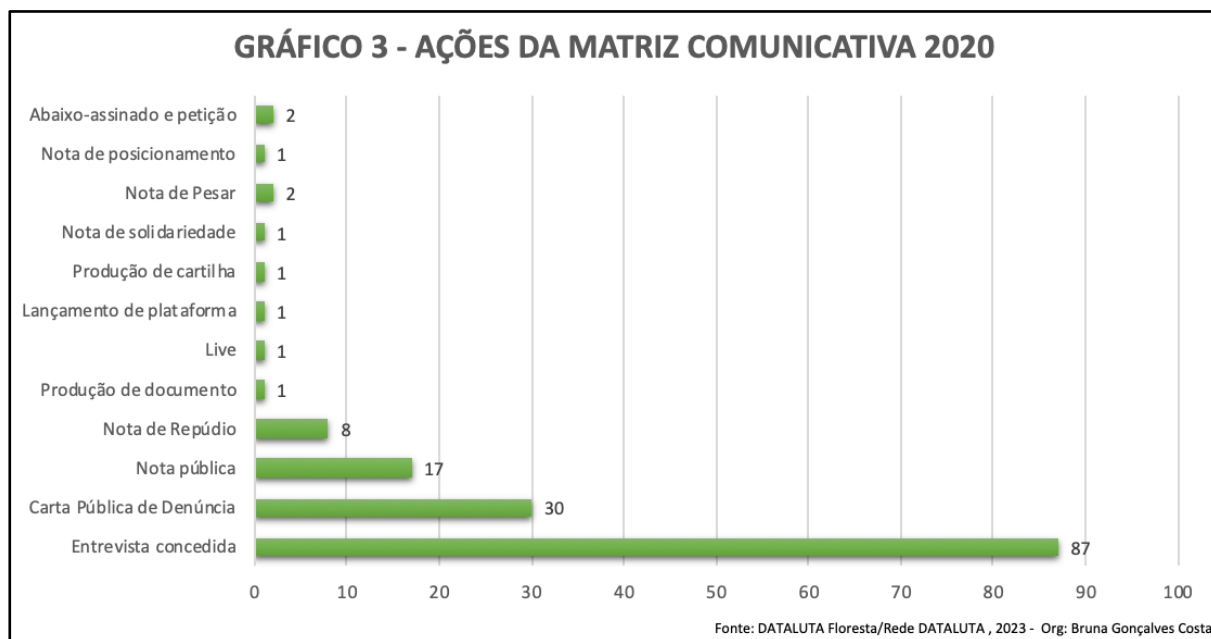
Essas barreiras foram implementadas em locais estratégicos, principalmente na entrada de territórios indígenas, como aldeias ou terras indígenas, tendo em vista a ausência governamental na garantia da segurança dos povos indígenas, tal como é previsto por lei. É por isso que a ação coletiva barreira sanitária foi classificada pela equipe dentro da categoria matriz "paraestatais" (Gráfico 2), que contempla "ações realizadas por movimentos socioterritoriais e outras instituições que buscam assegurar os direitos dispostos na Constituição Federal, Estadual, legislações etc., em contexto de racismo estrutural, ausência e incompetência na

prática de deveres e obrigações do Estado"(DATALUTA FLORESTA, MATERIAL INTERNO, 2023).



Areladas à diversidade de ações demonstradas no Gráfico 2, estão as ações da categoria matriz “Comunicativa”. As ações de caráter informativo foram algumas das mais importantes em todo o processo de resistência dos povos indígenas nesses últimos anos, das quais superaram as barreiras do idioma e as fronteiras da escala nacional. Assim, no Gráfico 3 é possível observar a variedade de ações derivadas que estão contidas na categoria matriz comunicativa.

Embora não sejam contempladas todas as ações que foram realizadas por redes sociais, no banco de dados se encontram algumas das que tiveram maiores alcances e que forma noticiadas em algum jornal. As entrevistas concedidas, ação derivada da matriz comunicativa de maior recorrência no ano de 2020, é conceituada pelo coletivo de pensamento do DATALUTA Floresta enquanto uma “Ação realizada quando sujeitos políticos, como lideranças indígenas ou representantes de movimentos sociais, concedem declarações à mídia, denunciando e/ou reivindicando pautas dos territórios ou das comunidades das florestas. Também, relatando suas experiências individuais ou coletivas do modo de vida ou da situação em que se encontram. As entrevistas podem ser transmitidas em formas de *lives* e vídeos em redes sociais, através de canais de televisão ou textos transcritos em jornais físicos ou online” (DOCUMENTO INTERNO DO DATALUTA FLORESTA, 2023).



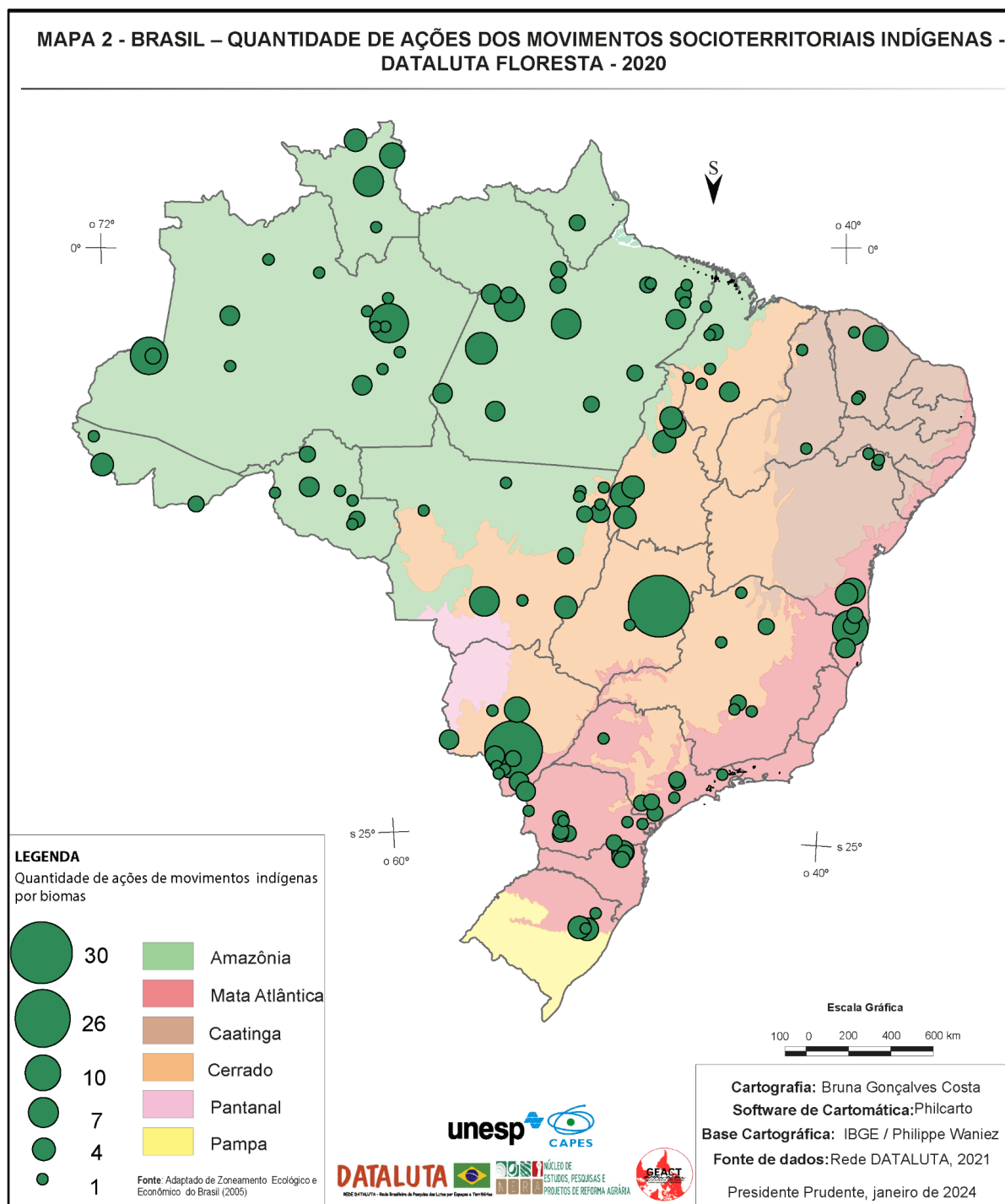
De acordo com Lima (2022),

Pode-se dizer que com a popularização da internet surgiram novas possibilidades de diálogo com entre os movimentos sociais e a sociedade, considerando que estas organizações sempre estiveram distantes do uso das TICs por dois principais fatores: (1) os meios de produção de comunicação de massa sempre estiveram restritos ao monopólio das elites e (2) os interesses ideológicos destes e das elites são conflitantes. Logo, quando estes aparecem nos tabloides geralmente é com o interesse de marginalizá-los. Desta forma, ainda que reproduza a lógica capitalista adotada por aqueles que a dominam, o território da internet permite um novo cenário no processo de disputa ideológica da luta de classes (LIMA, 2022, p.47).

Nesse sentido, é de suma importância discutir a expressividade das ações comunicativas dos povos indígenas durante a pandemia, pois a internet tem sido uma ferramenta crucial para essas comunidades se comunicarem, compartilharem informações, mobilizarem apoio e resistirem às adversidades enfrentadas durante esse período. Lima (2022) ressalta como os meios de comunicação de massa tradicionais, controlados pelas elites, muitas vezes marginalizaram os movimentos, incluindo os dos povos indígenas, ao reproduzir uma narrativa que não reflete suas realidades e interesses. No entanto, o surgimento da internet cria um novo espaço onde essas vozes podem ser ouvidas sem a mesma interferência e distorção, possibilitando uma maior autonomia na expressão de suas experiências e na luta por seus direitos, vinculados a uma subversão das tecnologias da informação, sendo a internet um dos principais meios de divulgação das notas, cartas, plataformas e campanhas dos movimentos.

O Mapa 2 apresenta a espacialização das ações coletivas (Gráficos 2 e 3) realizadas pelos movimentos socioterritoriais indígenas durante o ano de 2020. Compreendemos que essa pesquisa realizada pelo DATALUTA Floresta, iniciada poucos meses antes do advento da pandemia, foi crucial para que pudéssemos acompanhar um contexto muito específico de

mobilizações. Identificamos ações coletivas realizadas pelos povos indígenas em grande parte dos estados brasileiros, com exceção do Amapá, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nesse sentido, ressaltamos nossas limitações metodológicas e reconhecemos a possibilidade de terem ocorridos mais ações do que conseguimos captar por meio do algoritmo.



De acordo com Rosa (2022), a APIB busca "conjugar pautas comuns sem perder de vista a diversidade sociocultural e geográfica que compõe a realidade dos povos indígenas no

Brasil, expressa, inclusive, em distintas formas de atuação política" (ROSA, 2022, p. 43). Essas distintas formas de atuação política da APIB, pontuadas pela autora, foram expressas na realização das ações coletivas. De acordo com os dados sistematizados pela equipe, o ano de 2020 contou com 43 ações coletivas realizadas pelo movimento indígenas, contemplando ações matrizes da comunicação (campanhas, notas públicas de denúncia, *lives*, etc); arrecadação de recursos ou execução de serviços, eventos, encontros, paraestatais e judicialização. Em vista disso, a APIB foi o movimento com o maior quantitativo de ações realizadas no Brasil durante o ano de 2020.

O movimentos regionais que são articulados pela APIB também foram responsáveis por uma expressiva quantidade de ações sistematizadas, sendo 10 ações realizadas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); 3 ações pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); 6 ações pela Aty Guasu; 13 ações pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); 3 ações pela Comissão Guarani Yvyrupa; 1 pela Articulação dos povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE) e 1 ação pelo Conselho Terena.

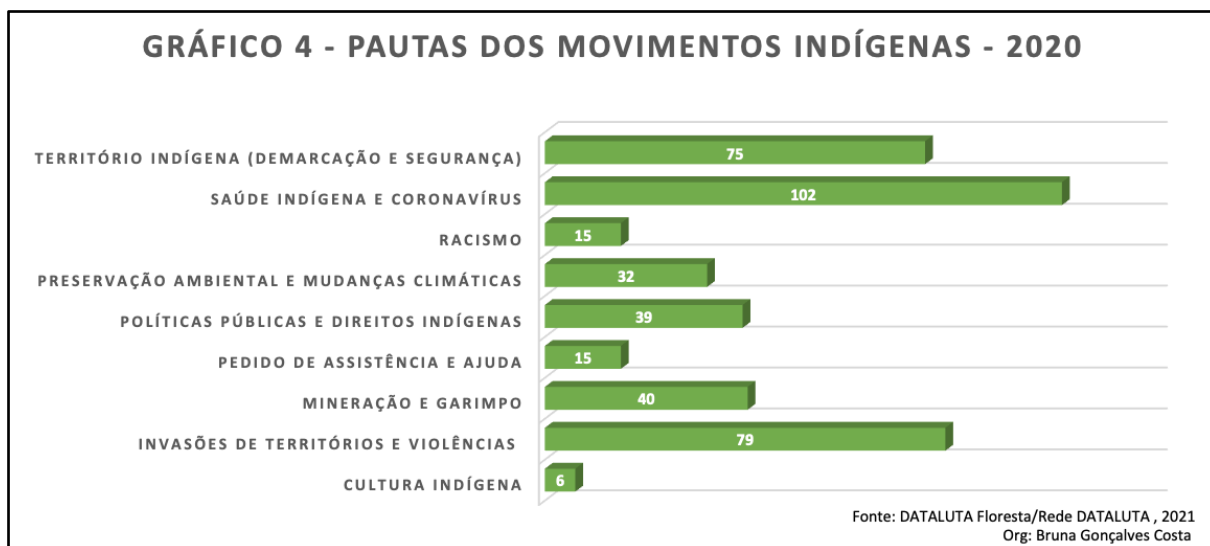
Outros movimentos socioterritoriais indígenas que foram expressivos no banco de dados nesse mesmo ano foram União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIJAVA) - 13 ações; Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) - 7 ações; e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) - 6 ações.

As associações indígenas assemelham-se a movimentos socioterritoriais, bem como já apresentamos. Elas desempenham um papel ativo na luta pelas pautas dos povos indígenas e se caracteriza como uma de suas formas de organização. Por meio da sistematização das ações coletivas, identificamos a Associação Indígena Pariri e a Associação União das Aldeias Apinajé lideram, ambas, com a realização de 4 ações.

Logo em seguida, a Hutukara Associação Yanomami destaca-se com 3 ações, enquanto a Associação de Mulheres Wakoborun e a Associação Floresta Protegida contabilizam 2 ações cada. A Associação Apiwtxa, associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, associação do Povo Indígena Karipuna, Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau e a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí contribuem com uma ação cada uma, refletindo a diversidade e a amplitude do envolvimento dessas associações em iniciativas que buscam fortalecer suas comunidades e preservar seus modos de vida.

Além das associações anteriormente citadas, é fundamental destacar as ações de diversos povos indígenas em dois contextos: por um lado, embora não estejam associados a organizações específicas, muitos povos vêm se organizando em coletivos para realizar ações

foi um dos órgãos centrais nas discussões sobre atendimento especializado, verba emergencial e a necessidade de recursos para enfrentar a disseminação do vírus nas comunidades indígenas.



A preservação ambiental também se destacou, confrontando-se diretamente com questões como desmatamento, queimadas, exploração ambiental e impactos ambientais decorrentes de atividades como mineração e garimpo. Críticas ao governo Bolsonaro também permeiam grande parte das ações. Frente à uma agenda anti-indigenista declarada, o ano de 2020 concentrou expressivamente ações de contestação, ao que foi reconhecido enquanto uma conjuntura política de tentativas de genocídio.

A segurança territorial e a demarcação de terras indígenas estiveram no centro do debate, associadas à invasão de terras, conflitos com grileiros, madeireiros e gangues, representando uma ameaça direta à cultura e identidade desses povos. A busca por justiça, evidenciada por menções a crimes ambientais, violência, insegurança e ameaças de morte, revela a luta constante pela proteção de seus territórios e direitos.

As medidas preventivas e políticas públicas também foram temas recorrentes, indicando a necessidade de ações governamentais efetivas em prol da proteção dos povos indígenas e seus territórios. A solidariedade, expressa por iniciativas como vaquinhas virtuais e fundos de emergência, destaca a mobilização da sociedade civil diante das adversidades enfrentadas por essas comunidades.

3.2.2 – TERRITÓRIOS DA RESISTÊNCIA FRENTE AO GENOCÍDIO SILENCIOSO

Alinhados ao governo Bolsonaro, e se beneficiando das vulnerabilidades explicitadas pelo contexto pandêmico, governadores e deputados constroem uma narrativa para reivindicar a liberação do garimpo em terras indígenas. Assim, as mobilizações dos movimentos se mantiveram em ritmo semelhante ao ano anterior, com um aumento de 9% na quantidade de ações coletivas realizadas pelos povos indígenas e defesa de seus espaços e territórios.

O segundo ano da pandemia contou com um novo cenário de esperança para o mundo: a chegada das vacinas. Muitos povos indígenas vivenciaram a tensão da incerteza sobre o que os esperava e sobreviver, para muitos, significava sobreviver também ao genocídio e dizimação de uma população inteira. Um exemplo dessa possibilidade de cenário foi experienciada pelo povo Juma, do qual o último ancião ancestralizou devido ao vírus (Figura 19).

Figura 29 - Notícias sobre o último ancião do povo Juma

EL PAÍS

Brasil

At

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS >

O último ancião Juma morre de covid-19 e leva para o túmulo a memória de um povo aniquilado no Brasil

Aruká Juma, sobrevivente de um massacre nos anos 60, morreu nesta quarta de complicações do coronavírus. Era o último homem de seu povo, e as três filhas que deixa são as únicas remanescentes da etnia que já teve entre 12.000 e 15.000 membros

Fonte: El país

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-19/o-ultimo-anciao-juma-morre-de-covid-19-e-leva-para-o-tumulo-a-memoria-de-um-povo-aniquilado-no-brasil.html>

A luta foi intensa dentre os diferentes setores da sociedade, principalmente contra o viés ideológico do negacionismo científico pregado nesse contexto de pós-fascismo (TRAVERSSO, 2021). Notas de repúdio, barreiras sanitárias, paralisação de atividades e uma série de campanhas fizeram parte desse cenário enquanto resposta dos movimentos. Reivindicava-se o mínimo respeito para com as existências indígenas na contabilização das vítimas que eram e, embora saibamos que outras cosmovisões também tenham seus rituais de luto e de passagem, para muitos povos indígenas seus rituais foram violentamente negados.

Desde a chegada da vacina ao Brasil, a APIB lançou a campanha #VacinaParente. O documento publicado pela articulação intitulada "Manifesto pela Vida: Vacinação para todos

os povos indígenas do Brasil". Neste manifesto é possível observar a implementação prática do plano de vacinação pelo governo de Jair Bolsonaro sob um viés discriminatório, limitando a prioridade de vacinação aos indígenas moradores de terras demarcadas, somente:

A luta da APIB junto ao Supremo Tribunal Federal, com a ADPF 709, garantiu a inclusão dos povos indígenas como grupo prioritário na vacinação contra Covid-19, incluindo os povos que vivem no Brasil como povo Warao, que é refugiado da Venezuela. Mas, a informação divulgada pelo governo de Jair Bolsonaro, por meio de seu ministro da saúde, o General Eduardo Pazuello, é de que o plano inclui apenas os indígenas que moram nas aldeias, e ainda nas terras indígenas homologadas, excluindo os parentes que vivem em áreas urbanas, retomadas e terras indígenas em processo de demarcação (APIB, 2021)

Essas expressões do racismo estrutural contra os povos indígenas no contexto das políticas de vacinação contra a COVID-19. É a resposta de um governo que negou publicamente a demarcação, que reduziu a existência indígenas apenas aos territórios formalmente reconhecidos, que reforçou o apagamento cultural e a contestação das identidades daqueles que vivem em contexto urbano.

A primeira indígena vacinada foi Vanuza Kaimbé, presidente do Conselho do Povo Kaimbé e moradora da aldeia multiétnica Filhos Dessa Terra, localizada no município de Guarulhos-SP. O momento foi noticiado em diferentes meios de comunicação representando um importante momento de divulgação de informações sobre a importância das pessoas indígenas se vacinarem. Também é importante ressaltar o caso de Vanda Witoto, a primeira indígena a ser vacinada no Amazonas, que se destacou por seu trabalho de técnica de enfermagem no atendimento a pacientes indígenas, contaminados pela Covid-19. Vanda foi alvo de misoginia e racismo, sendo chamada de "índia fake" por internautas que nem mesmo a conheciam.

Figura 30 - Vanda Witoto relata ataques



"Me chamaram até de índia fake": 1ª indígena vacinada no AM relata ataques

Vanda Ortega Witoto em depoimento a Carlos Madeiro
Colaboração para Universa

15/04/2021 04h00

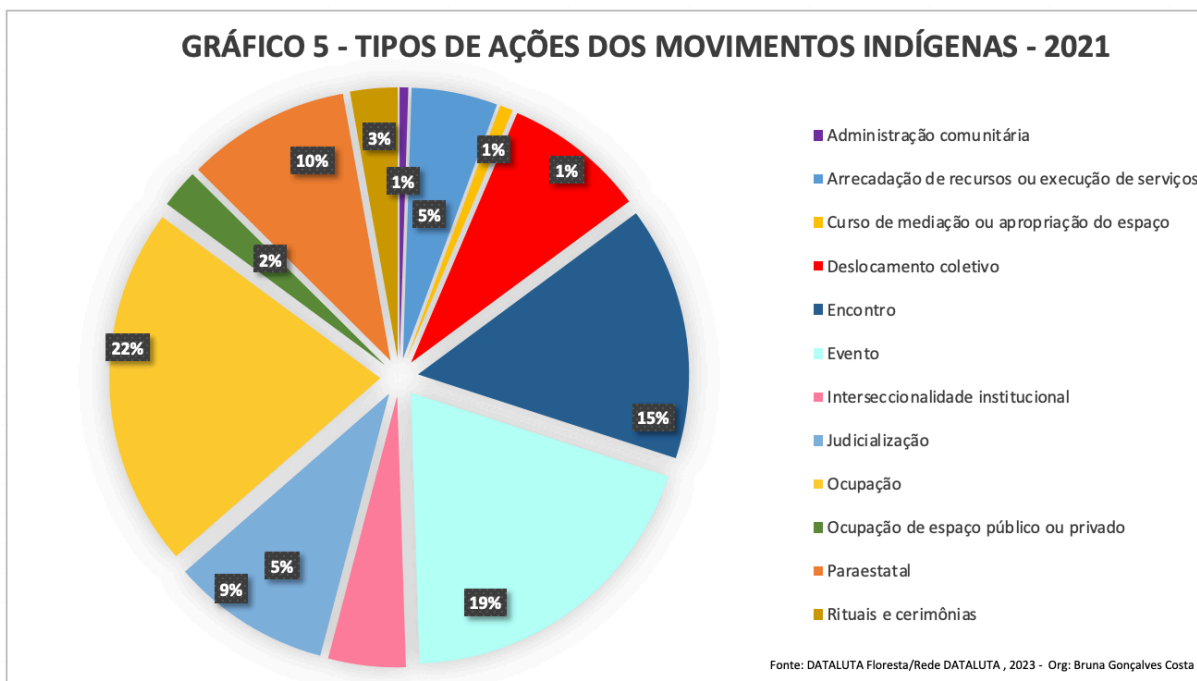
Fonte: UOL notícias

Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/15/vieram-ataques-de-odio-de-todo-o-pais-conta-indigena-e-1-vacinada-no-am.ht>

É nessa conjuntura que os movimentos indígenas adotam diversas estratégias para enfrentar os desafios em diferentes contextos. A análise quantitativa das ações revela um leque abrangente de abordagens utilizadas (Gráfico 5). A quantidade significativa de "Eventos" e "Encontros" sugere uma estratégia de promover a visibilidade e unidade indígena, seja por meio de conferências, seminários, fóruns ou reuniões de articulação, de negociação, de planejamento e de reivindicação de ato dos poderes executivo, legislativo ou judiciário.

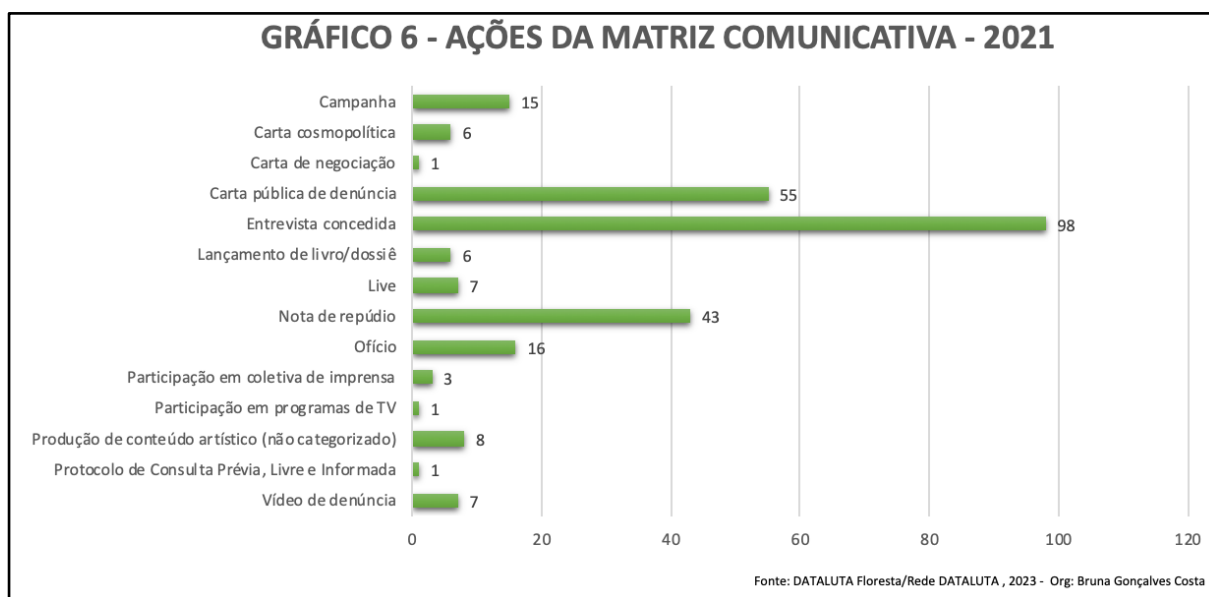
A categoria "Ocupação" e "Deslocamento Coletivo" ressaltam a resistência e a mobilização física dos povos indígenas, que contempla ações como marchas, caminhadas e ocupações de espaços públicos ou privados, desde a retomada de terras, até a ocupação de prédios públicos em protestos, de rodovias e estradas ou até mesmo frentes de empresas, podendo ter longa ou curta duração.

A estratégia de "Judicialização" destaca a busca por soluções através do sistema judicial para defender os direitos indígenas, apontando para uma abordagem legal para lidar com questões específicas. Nesse sentido, o Ministério Público Federal foi, em muitos casos, um aliado nessas ações, assim como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A categoria de judicialização contempla principalmente ações civis públicas e aberturas de processos judiciais.



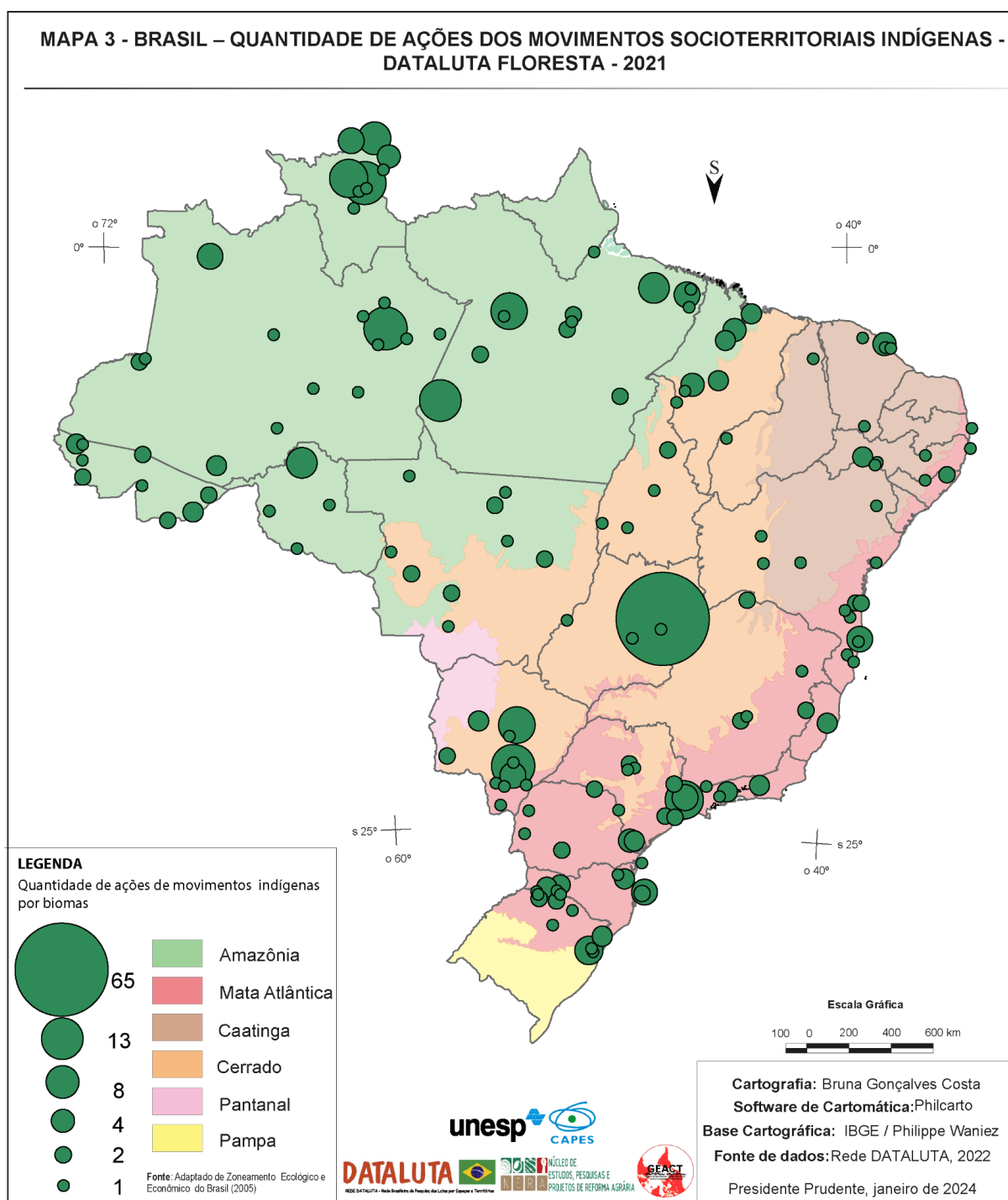
As ações contidas na matriz "Paraestatais" refletem a necessidade percebida pelos movimentos indígenas de operar fora das estruturas governamentais oficiais para garantir autonomia em suas iniciativas. Por fim, a inclusão de "Rituais e Cerimônias" destaca a importância cosmopolítica na promoção de práticas ritualísticas, que foram imprescindíveis para muitos povos no processo de enfrentamento à pandemia, seja por meio dos rituais de guerra, dos rituais de luto e/ou dos rituais de cura.

A ação matriz "Comunicativa" (Gráfico 6) destaca-se novamente, indicando a importância atribuída à disseminação de informações, conscientização e mobilização através de diferentes canais de comunicação. Esse foco reflete a necessidade de manter as comunidades informadas e mobilizadas diante das adversidades enfrentadas. Nesse sentido, as entrevistas concedidas ganham ainda mais destaque, considerando a intensificação das denúncias públicas e a apropriação das tecnologias da informação por parte dos movimentos indígenas.

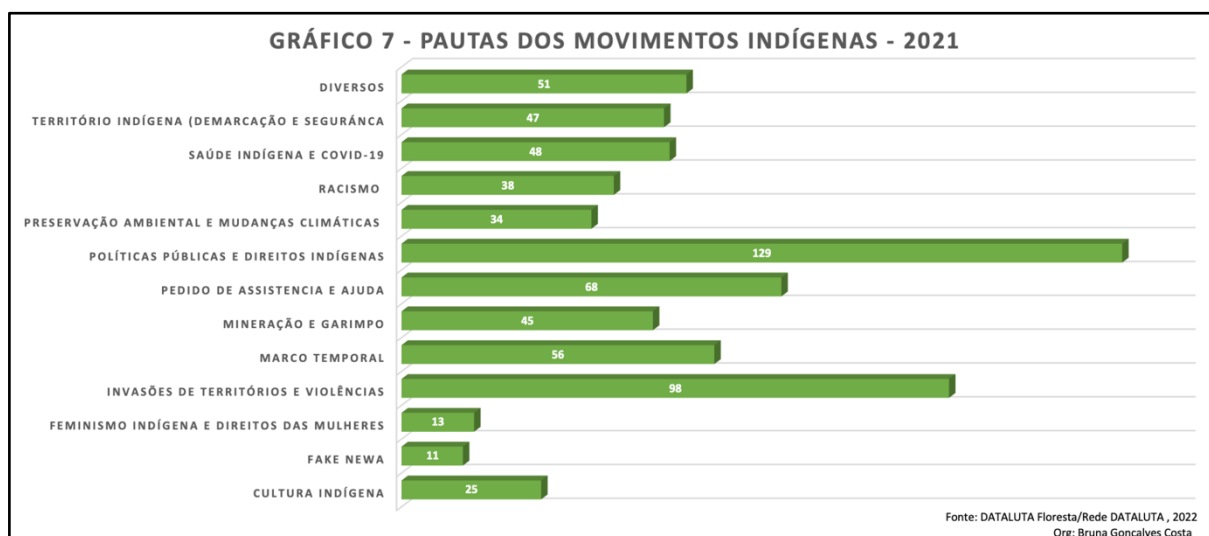


Essas ações coletivas (Gráficos 5 e 6), especializadas no Mapa 3, evidenciam a resposta multifacetada dos movimentos indígenas, enfrentando não apenas os desafios da pandemia, mas também as políticas específicas do governo Bolsonaro, por meio de uma combinação de estratégias de comunicação, reivindicação, resistência e busca por soluções tanto dentro quanto fora das estruturas governamentais.

Nas ações coletivas sistematizadas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se mantém como um dos movimentos indígenas mais mobilizadores na escala nacional, com um expressivo total de 57 ações identificadas. Destaca-se também a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), com 15 ações coletivas sistematizadas, o que expressa a importância de seu papel enquanto articuladora. Destacamos também as Organizações como o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA), com 2 ações e a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), com 1 ação, que demonstram a diversidade da espacialização e das características dos movimentos indígenas.



Devido a toda a conjuntura vivenciada em 2021, neste ano tivemos um número expressivo de ações coletivas realizadas por povos organizados em movimentos (Figura 21). Assim, identificamos o Povo Yanomami, com 21 ações, e o povo Munduruku, com 12, ambos da Amazônia, evidenciando uma ampla mobilização em resposta à intensificação das invasões de seus territórios por garimpeiros. Do povo Tupinambá, identificamos 10 ações, e além disso, os povos Kaingang, Guarani, e Xokleng também surgem como alguns dos mais atuantes, com 10, 9, e 11 ocorrências, respectivamente. Esses números sugerem uma forte mobilização e



Categorias, como saúde indígena e COVID-19; mineração e garimpo; racismo; preservação ambiental e mudanças climáticas; e feminismo indígena e direitos das mulheres; nos proporcionam uma visão multifacetada das preocupações dos povos. A interseccionalidade desses temas destaca a complexidade das questões enfrentadas pelos povos indígenas, que buscam equilibrar a preservação de suas culturas, a defesa de seus territórios e a garantia de direitos básicos em meio a uma conjuntura desafiadora.

A solicitação de assistência e ajuda, com 68 ocorrências, sublinha a urgência dessas demandas. Esse dado reflete não apenas a necessidade de suporte diante das desassistências enfrentadas, mas também a importância de solidariedade e colaboração entre diferentes instituições da sociedade para enfrentar os desafios que afetam os povos indígenas.

A presença de temas como cultura indígena e fake news destaca a importância de proteger a identidade cultural e enfrentar narrativas prejudiciais e deturpadas. A categoria "Diversos", por sua vez, sinaliza a presença de outras temáticas específicas não abordadas nas categorias principais, ressaltando a variedade de preocupações que os movimentos indígenas buscam endereçar.

3.2.3 – “ALDEAR A POLÍTICA”³⁴: RUMO A UMA NOVA DISPUTA TERRITORIAL

O ano de 2022 representa uma modificação expressiva na forma das ações dos movimentos socioterritoriais indígenas. É o momento de retorno às atividades presenciais, com as primeiras liberações oficiais para aglomerações sociais. Como apresentaremos no próximo

³⁴ Lema das campanhas políticas de indígenas candidatas à cargos nas eleições de 2022

capítulo, é neste ano que temos o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL) após o contexto pandêmico, vivenciado simultaneamente ao contexto de governo Bolsonaro.

Neste ano, o povo Munduruku, somado ao povo Yanomami e ao povo Ye`Kawana, fizeram uma segunda denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) – onde o Estado Brasileiro já foi julgado 11 vezes e condenado em 10 – tendo em vista a quantidade de ameaças, de violências (incluindo sexual), a disseminação de doenças e a intoxicação por mercúrio devido ao aumento do garimpo e exploração ilegal de madeira na Amazônia.

Casos de desnutrição, falta de alimentos e ausência de garantias básicas de sobrevivência são denunciadas por muitas comunidades, que experienciam a fase da tentativa de superação dos impactos causados pela pandemia nos territórios, incluindo os povos isolados, que também acabaram contaminados devido às invasões territoriais. Somado a isso, ações de despejo de comunidades indígenas em terras não demarcadas foram recorrentes. Conflitos com imobiliárias, empresas de turismo, agronegócio e grandes projetos de mineração estiveram presentes nos processos de resistência dos movimentos indígenas.

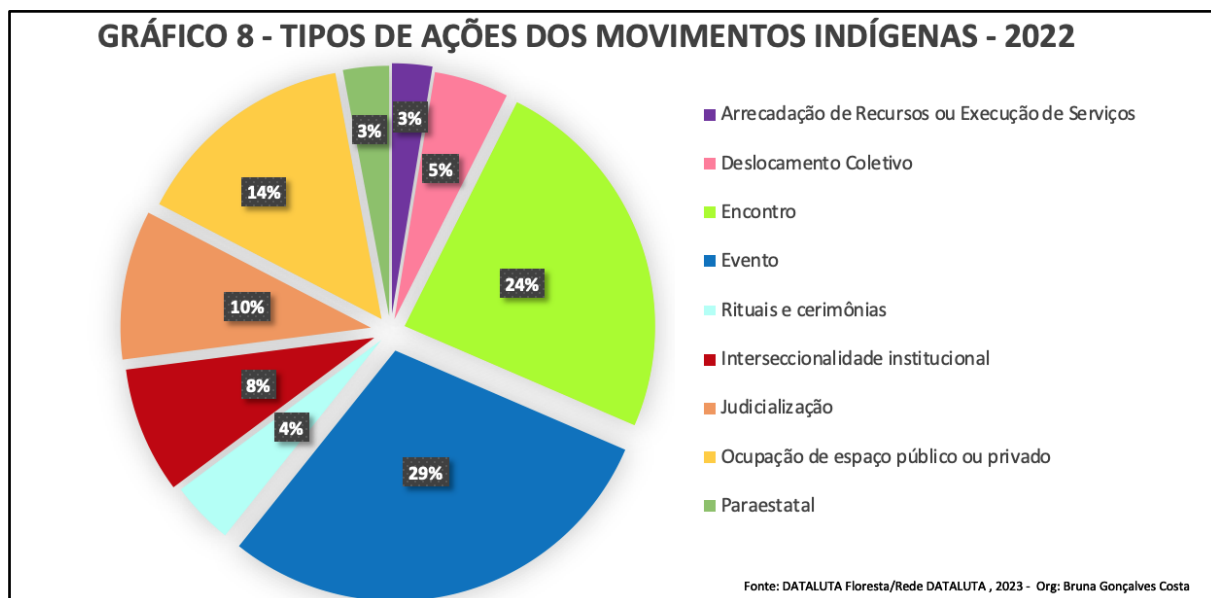
Em contrapartida, 2022 também é um ano de eleições federais. A APIB lançou 30 candidaturas indígenas, somadas a mais considerando um total de 148 de indígenas candidatos por diferentes partidos e contextos, segundo a agência de notícias da Câmara Notícias³⁵. Assim se inicia a campanha da bancada do cocar: Os espaços de mobilização do movimento indígena tornaram-se também espaços de articulação, construção de agendas e campanha das candidaturas.

Os territórios e os movimentos se lançam em um importante passo na história do Brasil e reivindicam ocupar a política para que possam construir suas próprias políticas públicas. As tensões foram constantes e o alinhamento das estratégias é um processo interno contínuo. As mulheres indígenas foram as que ecoaram as vozes da luta indígena por meio de suas candidaturas.

Em vista disso, uma variedade de ações foram sistematizadas e categorizadas pela equipe (Gráfico 6), onde se destacam a realização de eventos e demonstra um aumento significativo nas ações de interseccionalidade institucional. Essa categoria matriz é conceituada pelo coletivo de pensamento do DATALUTA Floresta enquanto o “Encontro entre o formal e o informal, previsto pelo próprio Estado. São espaços moldados por práticas diplomáticas e

³⁵ Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/904833-numero-de-candidaturas-indigenas-e-o-maior-desde-o-inicio-da-autodeclaracao/>

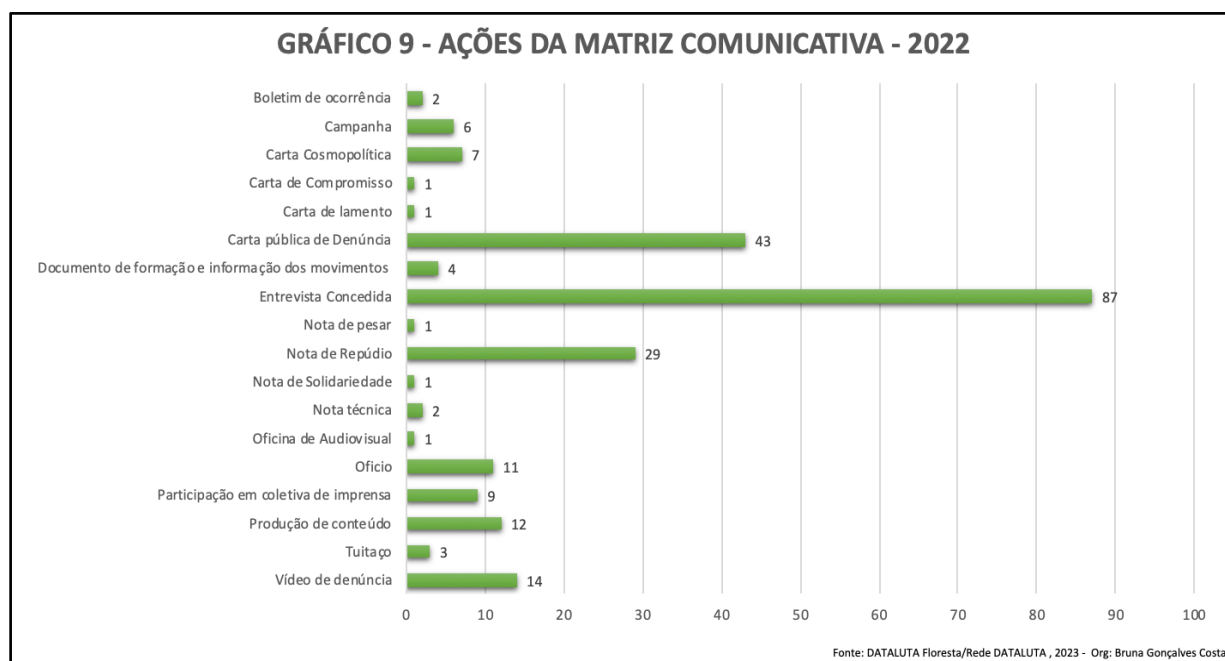
legitimidade recíproca de governança com a garantia da participação social” (DOCUMENTO INTERNO DO DATALUTA FLORESTA, 2023)



Assim como nos anos anteriores, as ações de categoria comunicativa (Gráfico 9) foram as mais realizadas pelos movimentos indígenas. Isso reflete a amplitude de estratégias empregadas para dar visibilidade às suas causas e demandas. A variedade de ações derivadas inclui carta pública de denúncia, nota de repúdio, entrevista concedida, vídeo de denúncia, live e produção de conteúdo, ofício, campanha, carta cosmopolítica, participação em coletiva de imprensa, tuitaço e documento de formação e informação dos movimentos.

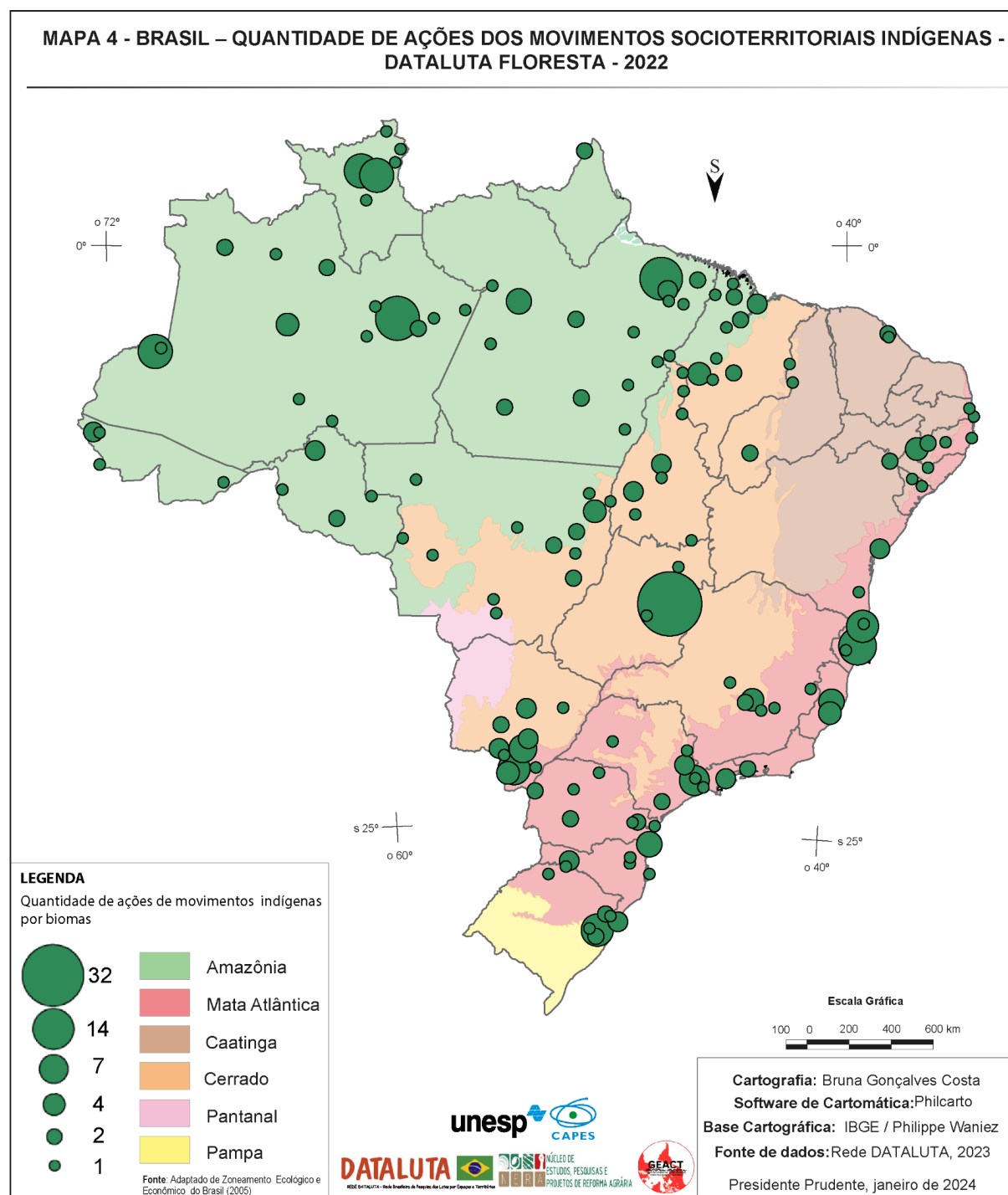
A recorrência de ações como entrevista concedida sugere uma estratégia consistente de diálogo com meios de comunicação, permitindo que as vozes indígenas alcancem diferentes públicos, sendo uma das principais formas divulgar suas demandas territoriais e alcançar diferentes escalas. a utilização de vídeo de denúncia e live evidencia o aproveitamento das plataformas digitais para transmitir mensagens de forma impactante e imediata.

As categorias carta pública de denúncia e nota de repúdio indicam uma busca por documentar e formalizar denúncias, enquanto as ações de campanha revelam esforços coordenados para mobilizar apoio e conscientizar a sociedade sobre questões específicas.

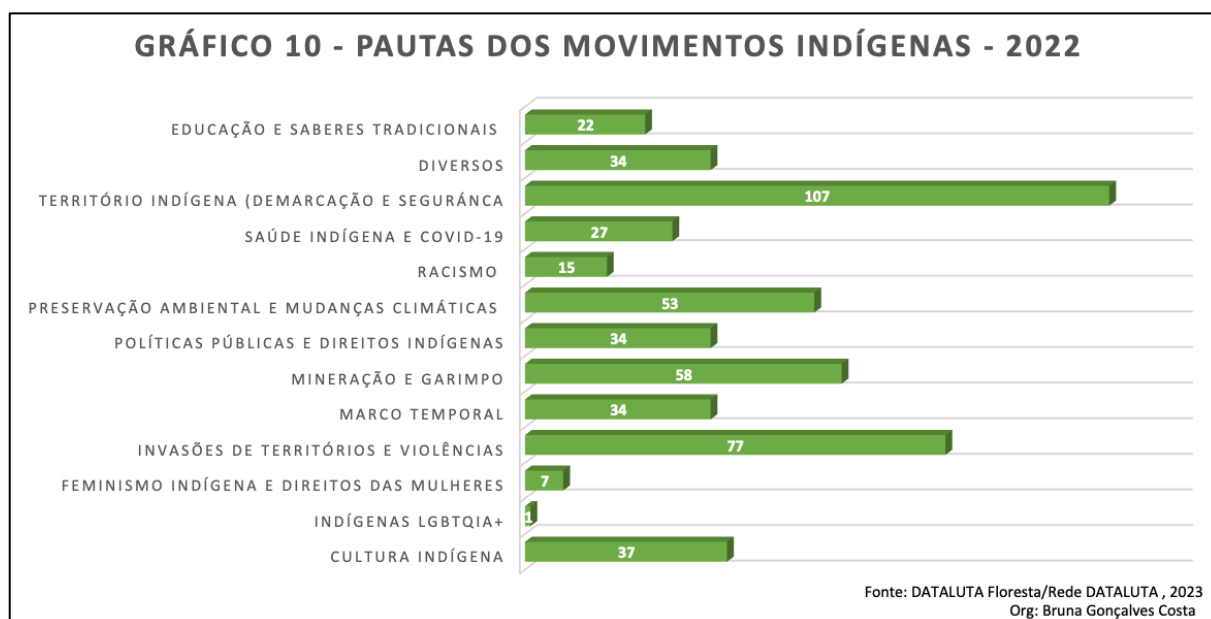


Essas ações estão especializadas no Mapa 4, e demonstram uma concentração de mobilizações em estados como o Pará, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Roraima e Mato Grosso, onde suas ações são frequentes e variadas. O Distrito Federal, como sede do governo, também se destaca, principalmente enquanto expressão de um espaço estratégico para as reivindicações dos movimentos.

Neste ano, sistematizamos 64 ações coletivas da APIB, seguida por 12 ações coletivas da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); 6 do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA); 4 da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá; 4 da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). E assim como apresentamos anteriormente, o papel das associações segue demonstrando grande relevância para a luta indígena, das quais destacamos nesse momento as associações de mulheres indígenas, que desempenham um papel proeminente na articulação de iniciativas. São exemplos a Associação das Mulheres Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes (AMIMSA), que atua na região amazônica, e a Associação de Mulheres Indígenas da Região de Oriximiná (Amirmo), focada na promoção de direitos e no fortalecimento das mulheres. Além disso, a Associação de Mulheres Indígenas Waiana e Aparai (Amiwa) e a Associação das Mulheres Indígenas do Acre, Sul da Amazônia e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE.



Não destoante dos anos anteriores, tivemos uma variedade extensa de ações coletivas que foram realizadas por povos em movimentos. Os povos Kaingang e Suruí lideraram com 9 ações coletivas cada. Em seguida, os povos Apurinã, Krahô e Paiter Suruí demonstram uma presença expressiva, contribuindo com 8 ações coletivas cada. Os Povos Guajajara, Huni Kuin, Kayapó, Tupinikim e Xokleng, com 7 ações coletivas cada. Sendo este os resultados do terceiro ano de sistematização dos dados, como se apresenta na figura 22 e o mapa 4, a diversidade, organização e mobilização dos povos indígenas em todo Brasil,



A questão do território indígena, com 107 registros, evidencia a preocupação persistente com a demarcação e segurança dessas áreas, destacando a importância da garantia de direitos territoriais para a preservação das culturas e modos de vida indígenas. A categoria de invasões de territórios e violências, com 77 registros, aponta para desafios concretos enfrentados pelas comunidades indígenas, destacando a necessidade de medidas efetivas para proteger suas terras e garantir a segurança de seus membros.

O ano de eleições também influencia as pautas, com a presença de candidaturas indígenas buscando formar a "bancada do cocar", representando uma oportunidade para o fortalecimento da voz e representatividade indígena nas esferas políticas. Assim, também entram em evidência as pautas relacionadas à valorização da cultura indígena.

Todos os elementos que caracterizamos fazem parte de uma conjunta complexa de lutas indígenas, que variaram e se adaptaram às conjunturas políticas do país. Nesse sentido, duas estratégias puderam ser observadas: a internacionalização da luta e a apropriação da internet, o que nos possibilita identificar um processo de organicidade e articulações, dos quais também conseguimos sistematizar.

3.2.4 - AÇÕES ONLINE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA LUTA

Dentre as contradições do sistema que se sustenta pelo modo capitalista de produção, junto ao colonialismo, patriarcado e racismo, destacam-se as ferramentas criadas pelo capital que são subvertidas e apropriadas pelos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, dentre elas a internet. Para falar da atuação do movimento socioterritorial indígenas no Brasil nos últimos anos é imprescindível reconhecer o papel da internet enquanto ferramenta de luta.

Como aponta Lima (2022), "A esfera virtual, que surgiu como uma ferramenta de proteção para a guerra e até os dias de hoje serve para tal objetivo, rapidamente teve seu uso difundido e hoje é quase impossível desassociar a vida dos indivíduos à necessidade destes estarem conectados" (LIMA, 2022, p. 15).

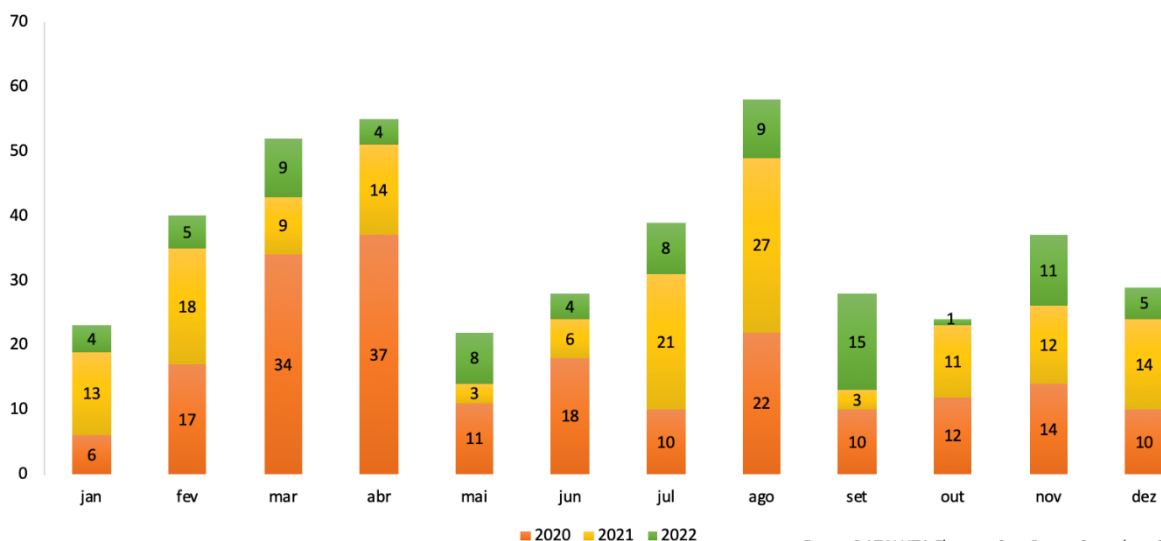
Como apresentaremos no próximo capítulo, em 2020, o Acampamento Terra Livre aconteceu na modalidade online. A conjuntura do Covid-19, com necessidade de isolamento social, fez com que os movimentos se adaptassem às possibilidades do momento vivido para seguir suas estratégias de luta, o que intensificou, portanto, o uso da internet.

Dentre os pontos positivos que podemos destacar com relação ao uso das mídias virtuais está o alcance das pautas indígenas para um público mais amplo. De acordo com os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CTIC), entre 2019 e 2020 houve um aumento de 7% no índice da população brasileira que faz uso de internet, passando de 74% em 2019 para 81% em 2020, dado que permaneceu o mesmo até 2022.

De acordo com Lima (2022, p. 15), "a internet corresponde ao meio de comunicação e território imaterial que consolida a comunicação de uma sociedade que interagem no ambiente virtual e que estabelece nele laços pessoais e profissionais". No caso do movimento indígena, principalmente durante o contexto de isolamento social, pudemos observar que a internet foi uma das principais estratégias de articulação entre movimentos, enquanto meio facilitador da organização em das menores até as mais complexas escalas, assim como um meio de denúncias, para que as reivindicações/contestações alcancem o maior número de pessoas.

Os resultados apresentados aqui não abrangem os conteúdos digitais produzidos por indígenas em redes sociais, mas sim as ações coletivas realizadas na modalidade online e divulgadas através de matérias jornalísticas. Isso inclui atividades como lives, notas de repúdio, cursos, lançamentos de cartilhas ou documentos informativos dos movimentos, e mobilizações em redes sociais, como tuitaços. É importante ressaltar que essa limitação metodológica não nega a importância da produção de conteúdo digital como ação coletiva dos movimentos, mas reflete a dificuldade em analisar o vasto volume de informações nas redes sociais, questão que estamos buscando superar para os próximos anos.

Diante disso, apresentamos no gráfico 2 as ações realizadas na modalidade online que foram sistematizadas pela equipe do DATALUTA Floresta, que não tenham sido incluídas no mapeamento inicial. Isso se deve à complexidade das atividades virtuais, que muitas vezes ocorrem em escalas diversas. No entanto, essas ações cumprem o propósito de alcançar o público e dar visibilidade às pautas indígenas, contribuindo para fortalecer os movimentos e suas reivindicações.

Gráfico 11 - Ações online dos povos indígenas - 2020 - 2022

Fonte: DATALUTA Floresta Org: Bruna Gonçalves Costa

Um exemplo da importância da apropriação dos meios de comunicação é expresso durante uma entrevista concedida por uma indígena do povo Munduruku, onde ela nos explica algumas das ações realizadas conjuntamente à autodemarcação de um território de seu povo, sendo o registro audiovisual uma estratégia de luta que se soma às disputas territoriais:

Então, o coletivo.. ele foi criado em 2014 na primeira etapa da autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu. Eu tinha 12 anos quando eu participei da primeira luta, né? Foi a primeira luta assim... desde quando eu iniciei. Mas o Povo Munduruku já vem lutando há muito tempo durante.. por causa dessas questões. E nesse período da autodemarcação veio uma jornalista fazer matéria, documentário essas coisas. E ela acompanhou a autodemarcação fazendo gravações. E a gente também acompanhou ela durante todo esse processo, né? E a gente... e ela ofereceu a câmera, (perguntou) se a gente não queria aprender, e a gente ficou interessado, né? É curioso, a gente aprendeu o básico durante toda a uma semana que a gente passou no mato, a gente acabou gravando toda a autodemarcação. E quando terminou, gente fez o filme sobre autodemarcação e foi muito bonito. Foi legal a gente ter feito aquele filme, por nós assim. Só que a gente nunca imaginava, né? E ela falou que seria muito bom se a gente criasse um coletivo de jovens comunicadores que poderiam falar sobre o Povo Munduruku, através de nós mesmo, né? Isso foi muito importante, porque a gente fala sobre o nosso povo através dos próprios que moram no território. A gente não depende mais de jornalistas não indígenas, vindo de muito longe, muitas vezes levando informações que a gente não queria repassar. E isso foi o que incentivou mais a gente a criar o coletivo. E ela deu o exemplo de outros coletivos que já tinham, de outros povos, né? Isso foi muito legal. Mas isso foi um processo muito grande, né? Para a gente ter conquistado esse espaço, principalmente por jovens, mulheres. E que nunca foi fácil, nem na sociedade branca, nem na indígena, ser mulher. E a gente conquistou, né? Na verdade, a gente está conquistando ainda, provando que a gente é capaz de fazer alguma coisa, como mulheres. E esse espaço a gente está conquistando cada vez mais. A gente tá muito feliz de tá falando sobre o nosso povo, através de áudio e vídeo. E mostrar a realidade do Povo Munduruku. Assim como mostrar a realidade, mostrar também a resistência que o Povo Munduruku sempre teve e tá fazendo no território. Mas a gente usa o audiovisual não só para fazer denúncias e divulgar sobre o Povo Munduruku, mas sim para poder guardar a história do povo, né? Para que futuramente a gente possa mostrar para as crianças de hoje em dia, como os avós dela ou nós mesmo estamos lutando naquele/nesse tempo, né? Para que eles possam continuar com esse exemplo, né? Para que eles possam continuar a lutar por aquele Território que

ainda está verde. Que o avô dele teve lutando, né? E isso faz com que a gente queira mais, né? De contar história, e de poder guardar para que eles possam levar essa luta adiante. E não parar por aqui. (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO MUNDURUKU (2), EM 17 DE DEZEMBRO DE 2022)

A indígena destaca a origem e o propósito crucial por trás da criação de um coletivo audiovisual por jovens indígenas, que teve início durante a autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu em 2014. A jovem indígena, compartilha sua experiência desde os 12 anos de idade, quando participou ativamente desse processo. Durante a autodemarcação, uma jornalista acompanhou os acontecimentos e ofereceu aos jovens indígenas a oportunidade única de aprenderem a operar uma câmera, para que pudessem registrar sua própria história. Esse convite despertou um interesse profundo no grupo, que dedicou uma semana aprendendo as técnicas básicas de filmagem e documentando meticulosamente todo o processo de autodemarcação. O resultado desse esforço conjunto foi a produção de um filme que retrata vividamente a luta do Povo Munduruku pela demarcação de suas terras.

A partir dessa experiência transformadora, a jornalista sugeriu a formação de um coletivo de jovens comunicadores indígenas, com o objetivo de capacitar o grupo a contar as histórias de seu povo por meio de suas próprias vozes e perspectivas autênticas. Essa proposta ressoou profundamente com os participantes, pois lhes concedeu uma plataforma independente de comunicação, possibilitando que eles evitassem a dependência de jornalistas não indígenas, cujas narrativas muitas vezes distorciam ou ignoravam a realidade vivida pelos povos indígenas.

Assim, o coletivo audiovisual tornou-se um território para os jovens indígenas expressarem suas identidades e narrativas de maneira autêntica. Além de denunciarem as injustiças enfrentadas pelo Povo Munduruku, eles também registraram sua história e resistência, garantindo que suas vozes ecoem através do tempo e inspirem as gerações futuras a continuarem lutando pela preservação de seu território e de seus direitos culturais e territoriais.

Junto a esse processo de virtualização intensa das ações, os movimentos socioterritoriais indígenas também ultrapassaram as fronteiras do território nacional brasileiro e realizaram uma série de ações internacionais, seja por meio da própria internet, ou através de denúncias feitas a organismos internacionais, como a Organização da Nações Unidas (ONU) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em 2021, a maior delegação de povos indígenas do Brasil participou da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) 26. Foram mais de 40 indígenas que se somaram a outras lideranças globais em Glasgow (CUMPLICIDADE NA DESTRUIÇÃO,

2021). Txai Suruí, umas das jovens lideranças indígenas do povo Suruí proclamou um chamado aos povos do mundo inteiro para que se aliassem à luta pela terra:

Hoje o clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo. Uma companheira disse: vamos continuar pensando que com pomadas e analgésicos os golpes de hoje se resolvem, embora saibamos que amanhã a ferida será maior e mais profunda? Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora! (TRECHO DO DISCURSO DE TXAI SURUI, COP 26)

É notável que esse foi um dos períodos mais intensos com relação às denúncias internacionais feitas pelos indígenas no Brasil. De 2011 a 2018 houve 4 comunicados da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), relacionados aos povos indígenas do Brasil. De 2019 a 2023, a CIDH, emitiu 17 comunicados públicos relacionados aos povos indígenas do Brasil. Dentre eles, constam:

- CIDH expressa sua preocupação com a tese jurídica "marco temporal" que coloca em risco os direitos dos povos indígenas - 2023
- CIDH outorga medidas cautelares a membros do Povo Indígena Pataxó no Brasil - 2023
- A CIDH amplia medidas cautelares para 11 membros da União dos Povos Indígenas do Vale de Javari no Brasil - 2022
- CIDH concede medidas cautelares a membros da comunidade Guapoy do Povo Indígena Guarani Kaiowá em relação ao Brasil - 2022
- CIDH y ONU Derechos Humanos piden proteger de la violencia a los pueblos indígenas en Brasil - 2022
- A CIDH insta o Brasil a proteger as crianças Yanomami vítimas de violência - 2022
- A CIDH solicita a Corte IDH medidas provisórias em favor dos Povos Indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku no Brasil devido à extrema gravidade em que se encontram - 2022
- A CIDH manifesta preocupação com projetos de lei que poderiam constituir uma ameaça aos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil - 2021
- A CIDH reitera sua preocupação com a tese jurídica do "marco temporal" no Brasil e seu impacto sobre os direitos humanos dos povos indígenas e tribais - 2021
- A CIDH e o Escritório Regional da América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas exortam o Brasil a garantir a proteção integral aos povos indígenas Yanomami e Munduruku - 2021
- A CIDH adota medidas cautelares em favor de membros dos povos indígenas Guajajara e Awá da Terra Indígena Araribóia no Brasil - 2021

- CIDH adota medidas cautelares de proteção a favor dos membros do Povo Indígena Munduruku no Brasil – 2020

As denúncias internacionais feitas à CIDH pelos povos indígenas no Brasil destacam uma série de preocupações relacionadas aos seus direitos territoriais. Essas preocupações incluem a aplicação de teses jurídicas controversas, a violência contra as comunidades indígenas, a falta de proteção legal adequada e a necessidade de garantir a segurança e o bem-estar dessas comunidades, tal como a proposta do Marco temporal e o descaso vivenciado pelos povos durante o governo Bolsonaro.

3.2.5 – ENTRE TRADIÇÕES E TRANSIÇÕES: SÍNTESE DAS AÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A LUTA INDÍGENA DURANTE TROCA DE GOVERNOS

Apresentamos neste capítulo os dados sistematizados pelo coletivo de pensamento do DATALUTA Floresta desde o seu projeto piloto, iniciado em 2020. Atrelado a isso, é imprescindível que para uma compreensão mais refinada sobre os movimentos haja um acompanhamento e análise de conjuntura, sendo as ações coletivas planejadas aos auspícios do confronto político (TARROW, 2009).

Para que haja um panorama da luta organizada dos povos indígenas, apresentamos o Infográfico 1, enquanto uma síntese geral dos dados de movimentos indígenas sistematizados pelo DATALUTA Floresta. Esses dados contemplam um período conturbado e assustador de uma pandemia mundial, mas também, de forma muito importante, a enfrentamento e superação de um dos governos mais anti-indigenista da história contemporânea do Brasil. Essa vitória também se deve aos povos indígenas. Assim, o recorte adotado para esta dissertação também contempla uma das maiores viradas históricas com relação à causa indígena no país, pois, além de superar um governo que pregava a negação de direitos aos povos originários, o movimento indígena conseguiu se articular e construir seu próprio ministério.

No próximo capítulo dedicamos nossos esforços a apresentar uma leitura geográfica sobre as mobilizações de escala nacional, onde muitas das pautas e formas de ações podem ser identificadas, assim como grande parte do processo de organização e articulação. Ao longo dos anos de trabalho coletivo de pesquisa, o DATALUTA Floresta tem se dedicado não apenas à coleta de dados, mas também à análise crítica dessas informações, buscando identificar padrões, tendências e desafios enfrentados pelos povos indígenas. Este capítulo representa, portanto, um

marco importante em nossa trajetória que ultrapassa a autoria individual, pois se consolida por compartilhar os resultados de nossos esforços conjuntos.

Por meio da divulgação desses dados sistematizados, esperamos contribuir para ampliar o conhecimento e a conscientização sobre as lutas indígenas, bem como para fortalecer as redes de resistência e apoio mútuo entre diferentes grupos envolvidos na defesa de um mundo menos desigual e violento.

Figura 33 - Infográfico da luta indígena em dados - Brasil – 2020 a 2022

POVOS INDÍGENAS EM MOVIMENTOS

Brasil - 2020 - 2022

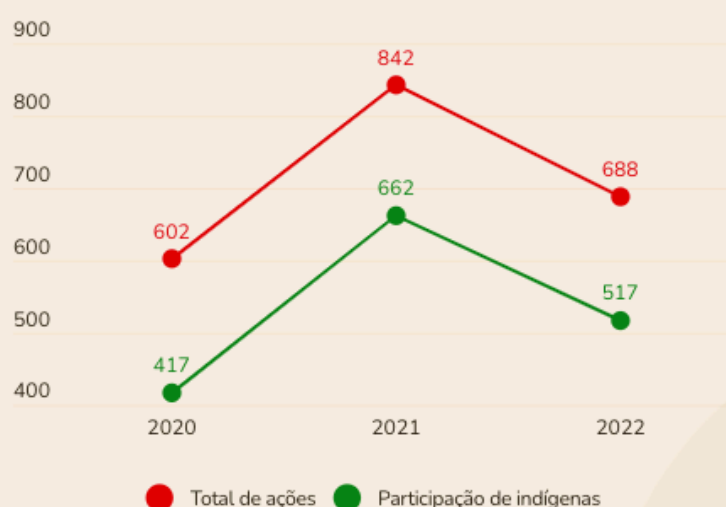
Fonte: DATALUTA Floresta
Produção e organização: Bruna Gonçalves Costa

75%

Aproximadamente 75% das ações coletivas registradas no DATALUTA Floresta contém a participação de indígenas

+170

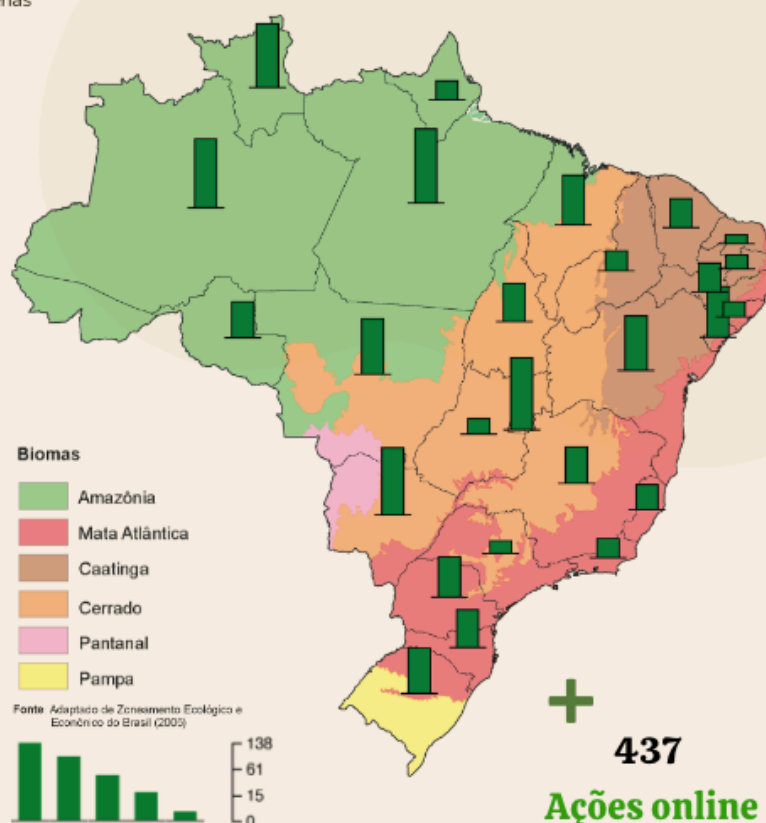
povos indígenas identificados nas ações coletivas

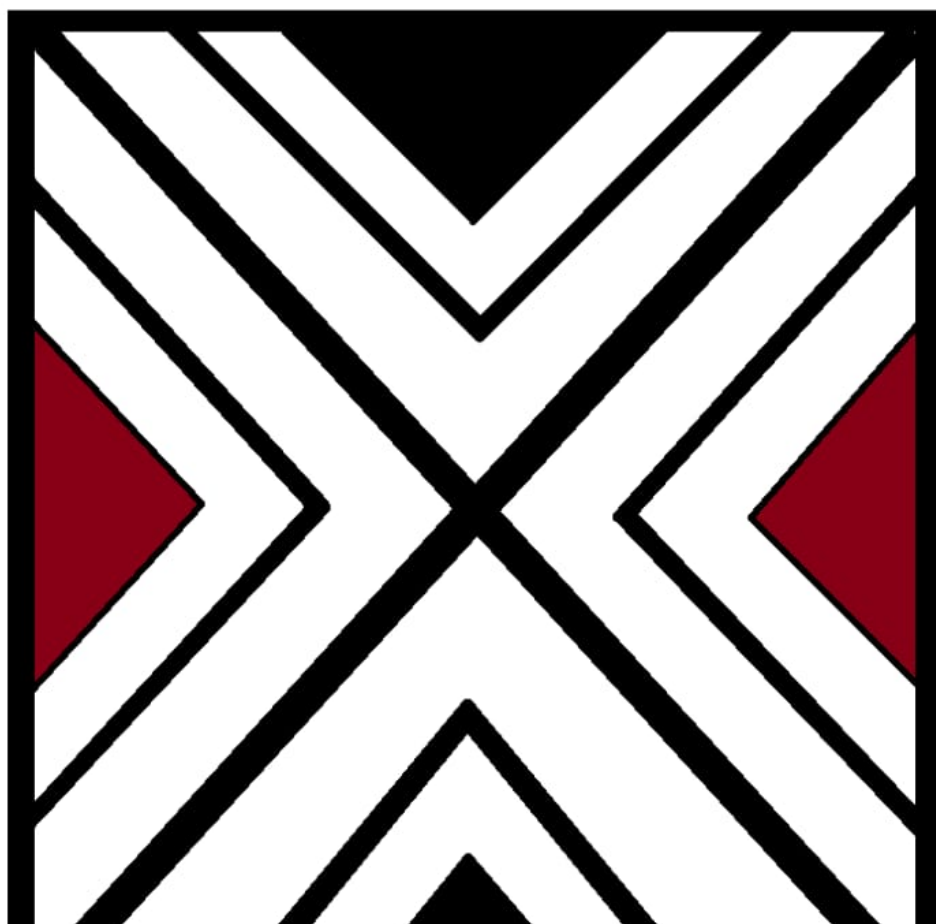


Em 2020, contexto pandêmico, 69,26% das ações foram realizadas pelos povos indígenas. No ano de 2021, com a chegada das vacinas no Brasil a intensificação das violências praticadas contra os territórios indígenas, houve um aumento para 78,62%. Em 2022 as ações passam a ser direcionadas para o contexto de eleições presidenciais, com 75,14% das ações realizadas com a participação de povos indígenas.

1261 Ações coletivas dos povos indígenas por Unidade Federativa

Acre	39	Paraíba	5
Alagoas	6	Paraná	41
Amapá	9	Pernambuco	21
Amazonas	119	Piauí	10
Bahia	74	Rio de Janeiro	9
Ceará	21	Rio Grande do Norte	2
DF	130	Rio Grande do Sul	52
Espírito Santo	16	Rondonia	33
Goiás	6	Roraima	101
Maranhão	62	Santa Catarina	36
Mato Grosso	78	São Paulo	65
Mato Grosso do Sul	113	Sergipe	4
Minas Gerais	34	Tocantins	37
Pará	138		





CAPÍTULO 4

MOTIRÕ DAS RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS



Com o retorno das ações coletivas presenciais, os movimentos socioterritoriais indígenas voltaram às ruas com muita força e preparados para a guerra contra o contexto do governo Bolsonaro. Com milhares de mortos pela COVID-19 no país, esse retorno contou com a instabilidade das medidas de segurança sanitária, com a possibilidade de decreto de isolamento social a qualquer momento.

O caráter ostensivo das mobilizações eram evidentes. Temos como principais análises o Acampamento Terra Livre (ATL), edições de 2022 e 2023; o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), edição de 2022; e a Marcha das Mulheres Indígenas, edição de 2023; e as mobilizações do Marco Temporal em 2023. Como apresentamos no Capítulo 1, através da participação nessas mobilizações foi possível identificar uma série de ações coletivas, nas quais os movimentos indígenas mediarão e se apropriaram de espaços.

Em diálogo com o capítulo anterior, no qual apresentamos os resultados do DATALUTA Floresta entre 2020 e 2022, este capítulo é direcionado ao recorte das ações realizadas no pós-isolamento social da pandemia do Covid-19, com o retorno das atividades presenciais em 2022 e 2023. É importante ressaltar que esse período coincide com o ano de processo de eleições presidenciais e com o primeiro ano de governo Lula, explicitando assim as adaptações das pautas segundo a conjuntura política do país.

A complexidade dessas mobilizações e suas formas de se espacializar indicam uma série de estratégias pensadas pelos movimentos, indicando uma lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos (SOBREIRO FILHO, 2016). Para compreender esses processos, recorreremos também aos conceitos de *convergence spaces* [espaços de convergência] (ROUTLEDGE, 2013), *contentious politics* [políticas contenciosas] (TARROW, 2009) e mobilização coletiva (PEDON, 2013).

No percurso do debate, é possível observar a organicidade dos movimentos socioterritoriais indígenas na realização das ações. Desde as primeiras lutas até as parcerias estabelecidas com outras instituições e a criação de novos territórios como resultado da luta organizada, há uma notável consistência nas estratégias adotadas. Essa consistência se reflete em uma agenda de mobilizações contínua, que demanda um planejamento, incluindo a análise minuciosa da conjuntura política, assim como a seleção criteriosa dos espaços onde essas ações serão realizadas.

4.1 - OS ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA E POLÍTICAS CONTENCIOSAS

Os espaços de convergência são aqui abordados enquanto uma ferramenta conceitual que nos oferece suporte estratégico para analisar as ações coletivas em âmbito nacional dos

movimentos socioterritoriais indígenas. Isso se deve ao fato de que os casos discutidos neste capítulo referem-se às ações realizadas em Brasília, a capital do país, com exceção do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), que teve lugar na Universidade de Campinas (UNICAMP), reconhecida por abrigar o maior contingente de estudantes indígenas matriculados em cursos de ensino superior no Brasil.

Em vista disso, propomos a reflexão da importância da escolha dos espaços para a realização das ações coletivas, enquanto processo imprescindível para o impacto dos protestos. Tal como já citamos, o conceito de espaços de convergência surge a partir dos trabalhos de Paul Routledge (2013). Segundo o autor, os espaços de protestos possuem diferentes significados para as pessoas que os realizam e para os moradores locais. A escolha do local é estratégica para se explicitar as contradições e seja simbolicamente relevante à luta (ROUTLEDGE, 2013).

Para Sobreiro Filho (2016), os espaços de convergência possuem uma lógica dos movimentos que ressignificam as manifestações:

como parte da lógica da *convergence spaces*, as manifestações construídas coletivamente também são ressignificadas pelo fato de serem compostas por grupos e movimentos de perfis diferenciados, ou seja, o fato de serem compreendidas por diferentes identidades e espacialidades, bem como por representarem diferentes lugares, mas que lutam por causas comuns (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 87)

Conforme destacado por Sobreiro Filho (2016), as manifestações coletivas assumem uma ressignificação intrínseca ao serem forjadas por grupos e movimentos compostos por identidades diversas. Essa característica implica que tais manifestações são permeadas por uma multiplicidade de perspectivas, representando não apenas diferentes lugares geográficos, mas também variadas espacialidades simbólicas. O cerne dessa dinâmica reside na convergência de distintas identidades e na coexistência de diferentes lutas por causas comuns. Nesse contexto, a ressignificação das manifestações emerge não apenas das demandas particulares de cada grupo, mas da interseção e colaboração entre eles, criando um tecido social mais complexo e inclusivo que reflete a diversidade das vozes envolvidas nas lutas coletivas.

Partindo das contribuições de Sobreiro Filho (2016), podemos compreender enquanto características dos *convergence spaces* [espaços de convergência] na análise dos movimentos as seguintes ponderações:

- As manifestações surgem como reações ao avanço das relações promovidas pelo capital em diversas escalas.

- As redes são criadas com o objetivo de resistir e se opor às redes que exercem influência dominante, indicando uma postura de resistência.
- As redes podem ter alcance global, local ou em múltiplas escalas, dependendo das relações e intenções específicas em relação a lugares e territórios.
- A força, eficácia e capacidade de atuação dos movimentos estão relacionadas diretamente com as escalas de atuação, destacando a importância da intenção e das particularidades nesse processo.

Um dos principais exemplos que podemos ter espaços de convergência é a capital do país, Brasília – DF. Enquanto um dos principais lugares de realização das ações coletivas, Brasília se destaca por ser politicamente estratégica e concentrar grande parte das instituições que são responsáveis por tomadas de decisão. Um exemplo disso é expresso na fala do indígena Guarani, que nos explica a importância de sua centralidade a partir da sua cosmovisão e experiência junto ao movimento indígena:

Uma voz dentro de mim sempre pedia para eu caminhar, né? Eu fui caminhando. Passei por Brasília e Nhanderu falou: não... agora fica em Brasília, né? Relutei mas aceitei. E aí eu entendi né na minha vivência aqui a diversidade dos povos, né? Que como eu presencialmente não tinha oportunidade de conhecer lá em São Paulo, né? Então aqui a gente aprende muita gente indígena aprende muito na troca, no conhecimento, né no aprendizado com outros povos. E aqui é um lugar do centro político. Então as atenções, seja midiática, é dentro dessa compreensão, dessa visibilidade aos povos indígenas... porque em São Paulo, mesmo que a gente seja milhares, né? dezenas de milhares. Lá em São Paulo, são mais de 12 milhões de habitantes e a maioria desconhecem nossa presença. Então é muito preconceito, fala que indígena que mora na cidade já não é mais indígena, sendo que o tempo pessoal fala a língua desde criança. Aprende português depois né? Vive a cultura né? Vive na natureza, só que são interesses da especulação imobiliária, que faz com que haja preconceito contra a gente. E aqui em Brasília não que não haja esse preconceito, mas aqui a gente se une com línguas diferentes vozes diferentes, em uníssono, ecoando essa mesma mensagem, que mesmo sendo situações Diferentes, a realidade diferente, mas existe um padrão que se repete no Brasil inteiro que é um projeto de Estado baseado numa visão Colonial, né? Que o povo indígena tem que deixar de ser indígena e que a gente acaba sendo atraso para o desenvolvimento do Brasil. Mas aos poucos, né? O que eu vejo, encontrando, que eu vou entendendo agora é que cada vez mais aos poucos o povo brasileiro vai entendendo nossa mensagem, seja na questão ambiental, seja na questão espiritual, questão cultural. Aos poucos vão entendendo, o que já deveria ter entendido já há 500 anos, quando a relação em vez de ser de dominação, seja igualdade, de troca. Ainda não chegamos nesse nível, mas aqui em Brasília é onde a nossa voz é reconhecida, a nossa força reconhecida e onde tem câmera filmando porque nossos territórios não tem essas câmeras. Então eles fazem violência atrás de violência. É morte, assassinato a genocídio antes instrução exploração. E aqui tem mais olhos, né sobre nós (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA GUARANI EM 16 DE JUNHO DE 2023)

A partir do que o Guarani nos ensina, Brasília pode ser entendida como espaço estratégico para os povos indígenas no contexto de lutas por reconhecimento, direitos e visibilidade. Ao descrever sua jornada até Brasília e a compreensão adquirida lá, é possível observar a diversidade e o aprendizado mútuo entre diferentes povos indígenas, no qual se ressalta como esse espaço político central proporciona uma plataforma para a unificação e amplificação das vozes indígenas.

O Guarani ainda destaca o contraste com São Paulo, uma vez que a falta de reconhecimento dos povos indígenas na capital paulista é influenciada por interesses imobiliários e pelo racismo. Em contrapartida, Brasília é o lugar onde suas lutas são mais amplamente reconhecidas e acompanhadas pela mídia, o que destaca como Brasília se torna um local crucial para enfrentar os desafios compartilhados pelos povos indígenas em todo o Brasil, desafiando projetos coloniais e buscando uma relação mais igualitária e justa com o Estado e a sociedade brasileira. Assim, podemos relacionar como Brasília emerge enquanto um espaço de convergência, onde as vozes e demandas dos povos indígenas podem ser reconhecidas e amplificadas, tornando-se um centro de resistência e luta por direitos territoriais, culturais e ambientais.

Mas isso não quer dizer que no espaço de convergências seja uma resistência em sua totalidade. Também estão expressas as tensões, das quais dialeticamente também convergem com uma fiscalização/segurança opressora, com o racismo, com os espaços de poder que negam suporte. É nesse sentido que o conceito de espaços de convergência dialoga com os confrontos políticos. De acordo com Tarrow (2009):

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. Tais confrontos remontam ao início da história. Mas prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais - uma invenção da Idade Moderna que acompanhou o surgimento do Estado Moderno. [...] o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recurso próprio. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social (TARROW, 2009, p. 18).

Logo, é partindo desses debates que nos propomos a apresentar uma leitura geográfica das ações coletivas dos povos indígenas, realizadas em espaços de convergências e de confrontos políticos.

4.2 - O ATL: O MEGA ACAMPAMENTO DOS POVOS

O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior mobilização indígena na escala nacional, e um dos maiores do mundo. Com sua primeira edição realizada no ano de 2004, foi a partir da segunda edição do acampamento que a Articulação dos povos Indígenas do Brasil (APIB) foi criada.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações (APIB, 2023).

É importante observar que a ação coletiva criou o movimento socioterritorial. Esse período de organização das lutas e das ações que formam o movimento é entendido por Fernandes (1999) enquanto o processo de gestação do movimento.

A APIB surge em um contexto histórico bastante diferente, no qual nota-se uma aproximação maior às instâncias do Estado no sentido de se estabelecer com o mesmo uma relação de parceria e de diálogo, tendo como principais objetivos a garantia dos direitos conquistados e a concretização dos mesmos pela via de políticas públicas que realmente atendam às necessidades das populações indígenas (BICALHO, 2010, p. 276)

A APIB, segundo a autora, teve sua origem em um contexto histórico distinto, marcado por uma maior aproximação entre as organizações indígenas e o Estado, visando estabelecer uma relação de interlocução construtiva para garantir o reconhecimento e atendimento das demandas e direitos dos povos indígenas por meio de políticas apropriadas. Sobreiro Filho (2016), embora no contexto do MST, nos instiga a refletir a complexidade, ação e organização estratégica dos movimentos:

que existem alguns movimentos que são exemplos de complexidade, ação e organização, tal como o MST. Indubitavelmente, estes movimentos são protagonistas em convergências espaciais não só pelo domínio de recursos, mas também pelas estratégias para se construir formas de luta, a estrutura organizacional, a história, as agendas, etc. Em outras palavras, estes movimentos socioespaciais criam e/ou transformam agendas e ações consolidadas que, muitas vezes, se tornam referências para os demais (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 373)

De acordo com o autor, os movimentos socioespaciais têm o poder de criar e transformar agendas e ações consolidadas, tornando-se referências para outros grupos. Isso pode ser relacionado ao contexto indígena, sugerindo que movimentos como a APIB também

desempenham um papel fundamental na transformação e consolidação de pautas e ações no âmbito indígena brasileiro, por meio de estratégias, estrutura organizacional e agendas de luta.

QUADRO 4 - PAUTAS E CONJUNTURA DOS ACAMPAMENTOS TERRA LIVRE POR ANO - 2004 A 2023	
Pautas	Síntese da conjuntura política
ATL 2004	
• Terras indígenas • PAC (Programa de aceleração do crescimento)/grandes empreendimentos • Criminalização de lideranças e comunidades indígenas • Saúde indígena • Educação escolar indígena • Legislação indigenista • Participação e controle social • Identidade e valorização das culturas	Neste ano se efetiva o segundo ano do primeiro mandato do governo Lula. De acordo com Dambrós (2019), é em 2004 que surge um dos principais decretos de reconhecimento dos direitos e autonomias indígenas, tendo como principal diretriz o Estado democrático e pluriétnico de direito, o Decreto 5051/04. Tal como se observa, esse contexto dialoga diretamente com as pautas do ATL do referente ano.
ATL 2005	
• Terras Indígenas • Saúde indígena • Educação escolar indígena • Legislação indigenista/Estatuto dos povos indígenas • Participação e controle social	Após a primeira edição do ATL, é fundada em 2005 a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Segundo Bicalho (2010), a primeira edição do acampamento causou uma tensão política, uma vez que foi expresso descontentamento do Movimento Indígena com o governo brasileiro em 2004, culminando no II Acampamento Terra Livre em 2005, onde lideranças indígenas se reuniram para expressar suas preocupações e reivindicar uma postura governamental mais comprometida por em relação às questões indígenas.
ATL 2006	
• Terras Indígenas • Saúde indígena • Educação escolar indígena • Legislação indigenista • Participação e controle social	Após as mobilizações do movimento indígena em contestação às políticas indigenistas propostas pelo governo, a FUNAI organizou uma conferência nacional dos povos indígenas, sob o intuito de debater temáticas indígenas junto aos povos. Entretanto, essa ação do governo não é suficiente para desmobilizar o movimento, e acontece em modo quase simultâneo o III Acampamento Terra Livre (RIBEIRO, 2014)

ATL 2007	
• Terras Indígenas • Saúde indígena • Educação escolar indígena • Legislação indigenista • Participação e controle social	Segundo Bicalho (2010), dentre as edições anteriores, este foi o acampamento com a maior quantidade de indígenas, com um total de 1000 pessoas acampadas em Brasília. Ainda segundo a autora, o contexto em 2007 é de atraso nas negociações dos direitos indígenas e da aprovação do novo estatuto dos povos indígenas, mas dentre as principais pautas, destacam-se a garantia dos territórios e à saúde e educação especializadas.
ATL 2008	
• Terras Indígenas • Saúde indígena • Educação escolar indígena • Legislação indigenista • Participação e controle social	Neste ano houve uma retirada de invasores da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, sendo um dos principais debates do Acampamento Terra Livre neste ano (BICALHO, 2010).
ATL 2009	
• Terras Indígenas • Grandes Empreendimentos e legislação ambiental • Saúde indígena • Legislação indigenista	Para esta edição do ATL são reforçadas as insatisfações do movimento indígena para com o governo Lula. Segundo Bicalho (2010), a lentidão no avanço das políticas indigenistas são contestadas, assim como as articulações do governo com setores do agronegócio e da mineração, atreladas à reivindicação do avanço das demarcações de terras, assim como a desintrusão das terras indígenas.
ATL 2010	
• Terras Indígenas • Grandes empreendimentos • Saúde Indígena • Educação escolar Indígena • Reestruturação da FUNAI	Último ano do segundo mandato de Lula. De acordo com Alexandre (2023), havia uma forte tensão entre o movimento indígena durante o ATL, considerando que em 2010, a Assembleia dos Povos Indígenas expressou desespero e repúdio à construção de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2), destacando impactos socioambientais irreversíveis nas terras indígenas. O descaso do Estado gerou mobilização no Mato Grosso do Sul, marcado por conflitos fundiários nas terras Guarani Kaiowá. A resistência resultou na criação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) em 2010, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (ALEXANDRE, 2023).

ATL 2011	
• Terras: Demarcação e desinvasão • Empreendimentos que impactam terras indígenas • Criminalização de lideranças indígenas • Reestruturação da FUNAI • Legislação indigenista • Saúde indígena • Educação indígena • Código Florestal • Reforma Política	Em 2011, durante o governo de Dilma Rousseff, a conjuntura política no Brasil foi marcada pelo Acampamento Terra Livre, que destacou demandas urgentes em meio a crescentes tensões entre o governo e os movimentos indígenas. Segundo Alexandre (2023), o movimento buscava instaurar um diálogo efetivo visando conter o avanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que invadia territórios indígenas sem consulta prévia. Em resposta ao descaso estatal, os povos indígenas alçaram suas vozes para articular propostas e soluções que minimizassem os impactos nas suas terras. Alertando desde então sobre possíveis problemas ambientais, a resistência dessas comunidades revelou a realidade enfrentada, marcada pela violência do capitalismo em seus territórios. Reconhecendo os conhecimentos ancestrais indígenas como valiosos, o episódio ressaltou a contribuição potencial desses povos na busca por soluções à crise climática global, destacando seus saberes sobre preservação ambiental e convivência sustentável com a natureza, fundamentais para enfrentar desafios presentes e futuros (ALEXANDRE, 2023)
ATL 2012	
• Repúdios: - Violências, prisões e assassinatos de lideranças indígenas; - Empreendimentos em territórios indígenas; - Instituições financeiras que financiam grandes empreendimentos; - Contratos de REDD e créditos de carbono; - Diminuição dos territórios indígenas; - iniciativas legislativas que visem submeter os direitos indígenas ao grande capital; - Repressão sofrida pelos parentes bolivianos; - Marcos Terena (falsa liderança)	Esta edição do Acampamento aconteceu simultaneamente à Cúpula dos Povos, também na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Neste ano, a conjuntura política no Brasil, conforme expressa Alexandre (2023), contou com a deliberação de questões não apenas internas para as comunidades indígenas, mas também com repercussões globais. Ainda segundo o autor, o ATL aproveitou a oportunidade para destacar a importância da proteção dos direitos indígenas como parte integrante das agendas de desenvolvimento sustentável e justiça social. Focando em suas prerrogativas, o movimento concentrou esforços na defesa e proteção dos territórios indígenas, reconhecendo sua vital importância para a luta e sobrevivência dessas comunidades. Além disso, ressaltaram a necessidade imperativa de implementação e efetividade de políticas públicas que assegurem o acesso à saúde e à educação escolar, levando em consideração as

	especificidades e diferenças de cada povo indígena. Essa ênfase reflete a busca por garantias fundamentais para o bem-estar e a preservação das culturas indígenas, indicando a interligação entre a questão indígena e os princípios mais amplos de sustentabilidade e justiça social (ALEXANDRE, 2023).
ATL 2013	
• Instrumentos Utilizados para reverter os direitos territoriais dos povos indígenas • Objetivos do ataque aos direitos territoriais indígenas • Objetivo 1 - Inviabilizar e impedir o reconhecimento e demarcação das terras indígenas que continuam usurpadas na posse de não indígenas • Objetivo 2 - Reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados • Objetivo 3 - Invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos povos indígenas.	A conjuntura política do Brasil, conforme o Relatório de Violência do CIMI (2014), destaca-se pela paralisação dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, imposta pela então presidente Dilma Rousseff. Segundo o relatório, a omissão do governo em cumprir sua responsabilidade constitucional em 2013 evidencia a priorização de interesses ligados ao latifúndio, agronegócio, empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidráulica, em detrimento dos direitos territoriais e da preservação das culturas indígenas. A política desenvolvimentista do governo, alinhada a esses interesses econômicos, é apontada como causa, refletindo também em objetivos eleitorais (CIMI, 2014).
ATL 2014	
“Carta pública aos candidatos e candidatas à presidência da república” • Terras indígenas • Segurança nos territórios indígenas • Políticas indigenistas • Desintrusão dos territórios	Em 2014, a conjuntura política no Brasil foi marcada por severas violações aos direitos fundamentais das comunidades indígenas, agravadas pelo aumento do poder político dos ruralistas nas decisões sobre demarcações de terras pelo governo brasileiro. Segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas do CIMI (2015), o ano de 2014 ficou caracterizado pelo aprofundamento das violências e violações, com os Três Poderes associados na implementação de ações sistemáticas contra os povos indígenas, refletindo a lógica do acúmulo e a tentativa de retirar dos indígenas a condição de sujeitos de direitos. No Legislativo, propostas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 emergiram como vetores centrais das violações, buscando bloquear o acesso dos povos indígenas a direitos fundamentais, como a terra tradicional e o ambiente protegido e equilibrado. Esse contexto reflete uma diretriz fundante que

	guiou o processo, destacando a resistência intensa dos povos indígenas diante dessas ameaças (CIMI, 2015). Em meio a uma eleição presidencial, o movimento indígena realizou uma significativa ação ao redigir a "Carta pública aos candidatos e candidatas à presidência da república". Nesse documento, foram apresentadas as reivindicações dos povos indígenas aos candidatos presidenciais. Segundo a APIB (2024), as demandas incluíam a exigência pela demarcação de todas as terras indígenas, bem como a proteção, fiscalização e desintrusão dessas áreas. Além disso, o movimento demandou a inviabilização de todas as iniciativas anti-indígenas que buscavam reverter ou suprimir os direitos constitucionais dos povos indígenas no Congresso Nacional. Essa ação destacou a importância do engajamento político do movimento indígena em um contexto eleitoral, evidenciando a necessidade de atenção e compromisso dos candidatos em relação às questões fundamentais para as comunidades indígenas no Brasil (APIB, 2024).
ATL 2015	
● Demarcação imediata de terras indígenas. ● Publicação de portarias declaratórias e relatórios de terras. ● Oposição a projetos de lei que ameacem direitos indígenas. ● Defesa contra propostas de mineração em terras indígenas. ● Resistência à PEC 215/2000 transferindo demarcações ao Congresso. ● Atuação no Judiciário para evitar retrocessos em decisões. ● Nomeação efetiva do presidente da Funai	A conjuntura política do Brasil, conforme a citação, revela um agravamento das ameaças e violências contra os povos indígenas, fortalecidos pelo ruralismo, por financiamentos substanciais, tanto públicos quanto por doações milionárias de grandes corporações, saindo reforçado das eleições de 2014. Segundo o CIMI (2016), os ruralistas intensificaram a pressão e os ataques aos direitos dos povos indígenas em todos os níveis. Antes mesmo do início da nova legislatura, os ruralistas buscaram retomar a tramitação de legislações prejudiciais aos povos indígenas no Congresso Nacional. A negociação entre a Frente Parlamentar da Agropecuária e Eduardo Cunha, eleito presidente da Câmara dos Deputados em 2015, resultou na criação de uma nova Comissão Especial para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que, em outubro de 2015, aprovou uma versão ainda mais prejudicial. Essa PEC inviabiliza demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e legaliza a invasão e exploração de terras já demarcadas (CIMI, 2016).

ATL 2016	
Carta pública ao governo interno de Michel Temer: não admitiremos nenhum retrocesso nos nossos direitos	O ano de 2016 foi caracterizado por uma atmosfera tumultuada no governo de Temer e pela influência significativa da bancada ruralista, os direitos dos povos indígenas sofreram ataques contundentes. Segundo Alexandre (2013), nessa conjuntura política, a aliança entre o governo e a bancada ruralista buscou aprovar projetos de lei que representaram retrocessos severos nos direitos constitucionais dessas comunidades, quase configurando um verdadeiro ataque aos povos indígenas. Essas ações marcaram um significativo recuo no reconhecimento e na proteção dos direitos dessas populações tradicionais, intensificando ainda mais a resistência e a luta desses povos em defesa de suas terras e de suas culturas diante do crescente desafio político e legislativo (ALEXANDRE, 2023)
ATL 2017	
• Demarcação e Gestão Territorial • Proteção do Patrimônio Sociocultural • Revogação de Medidas de Michel Temer • Repúdio a Propostas Legislativas Anti-Indígenas • Oposição a Decisões Judiciais Prejudiciais • Enfrentamento ao Racismo Institucional e Criminalização • Justiça e Reparação	A conjuntura política do Brasil, em 2017, sob a liderança de Michel Temer, refletiu uma acentuada impunidade em relação aos agressores dos povos indígenas. Segundo o Relatório de Violência Contra Povos Indígenas do CIMI (2018), o governo de Temer proporcionou uma sensação de segurança aos agressores, resultando em crimes contra os indivíduos e o patrimônio indígena. Ainda segundo o relatório, a invasão e esbulho possessório se disseminaram nos territórios indígenas, ameaçando a sobrevivência de muitos grupos, inclusive os isolados; denúncias foram negligenciadas pelas autoridades federais, que se omitiram em suas responsabilidades; o estrangulamento financeiro e a instrumentalização política da Funai por forças reacionárias se intensificaram, comprometendo a demarcação e proteção das terras indígenas; o fechamento de bases de proteção a povos isolados na Amazônia sugeriu a reabertura de tempos sombrios de eliminação de comunidades inteiras; massacres foram noticiados, mas o governo não confirmou nem desmentiu. A mídia empresarial foi usada para desqualificar demarcações, visando legitimar ataques aos direitos indígenas (CIMI, 2018).
ATL 2018	

● Revogação do Parecer 001/2017 da AGU ● Revogação da Emenda Constitucional 95 ● Operações para retirada de invasores de terras demarcadas ● Demarcação e proteção de todas as terras indígenas ● Fortalecimento da FUNAI ● Recursos para implementação da PNGATI e outros programas sociais ● Garantia de atendimento à saúde pela SESAI ● Políticas educacionais diferenciadas e qualidade no ensino ● Arquivamento de iniciativas legislativas prejudiciais ● Defesa dos direitos indígenas pelo Judiciário ● Fim da violência e criminalização contra povos indígenas ● Aplicabilidade de tratados internacionais, especialmente a Convenção 169 da OIT.	Neste ano, destaca-se pelo simbolismo dos 518 anos de invasão das terras brasileiras, ressaltando a resistência contínua dos povos indígenas. Segundo Alexandre (2023) o foco principal desse encontro está na oposição ao desmonte deliberado do Estado brasileiro, notadamente a partir da Emenda Constitucional nº 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos nas áreas de saúde e educação. Essa medida resultou no sucateamento desses setores essenciais, impactando diretamente a qualidade de vida e a oferta de serviços básicos à população. A mobilização dos povos indígenas destaca a preocupação com o comprometimento do Estado em garantir direitos fundamentais, enquanto enfrentam as consequências de políticas que priorizam restrições orçamentárias em detrimento do bem-estar social (ALEXANDRE, 2023).
ATL 2019	
● Demarcação ● Mudanças na MP 870/19 ● Povos Isolados ● Revogação do Parecer 001/2017 da AGU ● Manutenção do SUS e fortalecimento da SESAI ● Política de educação escolar indígena diferenciada e com qualidade ● Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) ● Restituição e funcionamento regular do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e demais espaços de participação indígena ● Fim da violência, da criminalização e discriminação contra os povos e lideranças ● Arquivamento de todas as iniciativas legislativas anti-indígenas ● Aplicabilidade dos tratados internacionais assinados pelo Brasil ● Cumprimento, pelo Estado brasileiro, das recomendações da ONU para os povos indígenas ● Garantia do direito Originário à terra pelo STF	Em 2019, o cenário político brasileiro foi marcado pelo Acampamento Terra Livre, que reuniu aproximadamente quatro mil indígenas de diversas etnias em Brasília (APIB, 2024). O evento visava buscar objetivos em prol das comunidades indígenas em todo o território nacional. A demarcação de terras emergiu como uma pauta crucial em todos os documentos finais do Acampamento Terra Livre, reconhecendo a importância desses espaços para a preservação das culturas e tradições dos povos indígenas. De acordo com Alexandre (2023), a revogação do Parecer 001/2007 da Advocacia Geral da União (AGU) e a oposição ao marco temporal por parte do Supremo Tribunal Federal foram demandas destacadas. Apesar das declarações do governo Bolsonaro de resistência à demarcação de terras indígenas, o momento foi caracterizado pela persistência e resistência na luta pelos direitos indígenas, evidenciando a determinação das comunidades em face das políticas adversas (ALEXANDRE, 2023). Além disso, alguns espaços de participação indígena foram extintos juntamente com outras instâncias de participação popular e controle social, pelo Decreto 9.759/19.

ATL 2020	
• Demarcação, regularização, fiscalização e proteção de todas as terras indígenas • A revogação do Parecer 001/17 da Advocacia Geral da União • A retirada de todos os invasores de terras indígenas – garimpeiros, grileiros, madeireiros, fazendeiros • Medidas de restrição de acesso à terras indígenas • Infraestrutura sanitária e saneamento básico nas comunidades • Soberania e segurança alimentar • Ações de prevenção e proteção à pandemia • Infraestrutura e logística para equipes de saúde • Acesso a hospitais de referência em tratamento de COVID-19 para além das comunidades • Recursos Financeiros para a aquisição de materiais de higiene • Capacitação dos agentes de saúde, agentes sanitários e ambientais que atuam nas comunidades • Contratação de profissionais da saúde • Realização de exames e aquisição de testes de COVID-19 • Garantia de que o Boletim Epidemiológico da Covid-19 inclua todos os casos de contaminação e óbitos de todos os indígenas • "A formação de um Comitê de Crise Interinstitucional, com assentos assegurados para os povos indígenas, nomeados pela APIB, para definição das estratégias de proteção dos povos indígenas, visando o monitoramento conjunto de ações de proteção territorial, segurança alimentar, auxílios e benefícios, insumos e protocolos contra transmissão, para todos os povos indígenas" • Que a FUNAI e a SESAI, assim como as Coordenações Regionais da Funai (CDRs) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) sejam incorporados	O ATL deste ano aconteceu na modalidade virtual devido ao contexto pandêmico e também somado à conjuntura do governo Bolsonaro. Como já apontamos no capítulo 3, o ano de 2020 foi a expressão de novas formas de ações coletivas, que mesmo em meio ao isolamento social, povos indígenas lutaram incessantemente pelos seus territórios. De acordo com Sodré (2022), essa edição do ATL contou com mais de 300 mil visualizações, com participações indígenas e não indígenas. Ainda segundo a autora, esse momento aponta para uma potencialidade do movimento indígena na internet, pois, embora o contexto seja de emergência à defesa das vidas e dos territórios, o uso das redes sociais permite o encontro de várias aldeias/comunidades para dialogar através do ciberespaço.

nos Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública em níveis nacional, estaduais e municipais • Arquivamento pelo Congresso Nacional das iniciativas legislativas que visam restringir ou suprimir os direitos originários • Que o Judiciário suspenda todas as proposições de reintegração de posse apresentadas por invasores, supostos proprietários ou empreendedores, contra povos indígenas que tomaram a determinação de retomar as suas terras tradicionais • Que o Supremo Tribunal Federal julgue na maior brevidade a Recurso Extraordinário – RE nº 1017365, com caráter de Repercussão Geral, a fim de consagrar, definitiva e cabalmente, o Indigenato, o direito originário, nato, congênito de ocupação tradicional das nossas terras e territórios, a fim de corrigir a trajetória de agressão aos povos indígenas do Brasil • Que o governo Bolsonaro suspenda a execução de quaisquer obras de infraestrutura (hidrelétricas, estradas etc.) ou agroindustriais que podem impactar os territórios indígenas • Revogação da Instrução Normativa 09, de 16 de abril de 2020, publicada pelo presidente da FUNAI, na edição de 22 de abril do Diário Oficial da União (DOU).	
ATL 2021	
• Ancestralidade, história e cultura indígena • Comunicação e etnocomunicação • Mudanças climáticas • Sustentabilidade e gestão territorial • Frente Parlamentar • Indígenas LGBTQIA+	Neste ano, o tema do ATL foi: "Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus". Assim como no ano anterior, em 2021 o ATL aconteceu na modalidade online. Segundo Alexandre (2023), o ATL online reafirma sua importância como espaço de articulação, visibilidade e reivindicação dos direitos indígenas, abordando não apenas as pautas fundamentais, mas também questões como o reconhecimento da juventude indígena e demandas LGBTQIA +, ressaltando a inclusão de todas as identidades. Diante dos desafios, destaca-se a importância da organização, articulação dos movimentos indígenas e a união entre diferentes povos para enfrentar os crescentes ataques aos

	direitos indígenas, a criminalização de lideranças e a violência nos territórios. A construção de alianças e o fortalecimento dos laços de solidariedade são apontados como imperativos para proteger os direitos dos povos indígenas (ALEXANDRE, 2023).
ATL 2022	
• Juventude indígena • Indígenas LGBTQIA+ • Educação indígena • Indígenas na política • Indígenas Mulheres • Indígenas no direito	Esta foi a primeira edição do ATL na modalidade presencial após a pandemia. A conjuntura política das eleições presidenciais do Brasil em 2022 reflete as demandas expressas pelo movimento indígena durante o Acampamento Terra Livre (ATL), que ocorreu presencialmente pela primeira vez após a pandemia. O ATL abordou pautas fundamentais para as comunidades indígenas. A emergência indígena destacou a necessidade de ações imediatas para enfrentar desafios decorrentes da pandemia e outros contextos adversos. O alerta ao Congresso sinalizou a importância de engajamento político e advocacia para assegurar direitos indígenas perante o poder legislativo. A ênfase na juventude indígena e nas identidades LGBTQIA + reflete uma abordagem inclusiva, enquanto a campanha indígena evidencia a mobilização política em vista das eleições. A educação indígena reforça a importância do acesso a uma educação culturalmente relevante e respeitosa. A luta pela vida destaca a necessidade de proteção dos territórios indígenas e da biodiversidade, enquanto a advocacia indígena e o destaque às mulheres indígenas reforçam a importância da representatividade e dos direitos específicos desses grupos. Essas pautas, emergidas no ATL, provavelmente terão impacto na arena política eleitoral, influenciando as discussões e as decisões dos eleitores em relação aos candidatos e suas plataformas.
ATL 2023	
• Parentes LGBT+ • Campanha Indígena • Mulheres indígenas • Indígenas no movimento e no governo	Na primeira edição do Acampamento Terra Livre (ATL) pós-governo Bolsonaro, durante a transição para o governo Lula em 2023, observa-se uma mudança significativa na conjuntura política,

● Saúde Indígena ● Educação escolar indígena ● Gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas ● Mudanças climáticas ● Juventude indígena ● Povos isolados ● Marco Temporal	refletindo a expectativa de uma abordagem mais favorável aos direitos indígenas. O movimento indígena concentrou-se em diversas pautas, evidenciando uma ampla gama de preocupações. As demandas incluíram a visibilidade e apoio aos parentes LGBTQ+, a continuação da Campanha Indígena para garantir representação e direitos específicos, e o fortalecimento dos direitos e protagonismo das mulheres indígenas. A presença de indígenas no movimento e no governo, na bancada do cocar e no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), destaca a importância da participação política e da representatividade nas esferas de poder. As pautas abordaram ainda a saúde indígena, a educação escolar indígena, a gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas, a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas, e a atenção aos desafios enfrentados pela juventude indígena. A questão dos povos isolados, em conjunto com a discussão sobre o Marco Temporal, reflete a preocupação contínua com a proteção dos territórios e a preservação das culturas indígenas. Nesse novo cenário político, as pautas do ATL contribuem para moldar as políticas e a agenda nacional, representando uma esperança renovada para a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas no Brasil.
Fonte das pautas: APIB/Org.: Bruna Gonçalves Costa	

O Acampamento Terra Livre representa o maior encontro nacional das nações indígenas, que acampam todos os anos na capital brasileira. Reunidos em Brasília, que varia de 4 a 10 dias de mobilizações, o acampamento é organizado espacialmente na reprodução das territorialidades de cada povo. É moldado por um caráter cosmopolítico (STENGERS, 2018) e diplomático, que representa o encontro de diferentes realidades que tangenciam desde as múltiplas vivências com os biomas, o idioma, a cultura, a cosmovisão e também as violências.

Embora o ATL seja em primeira perspectiva um acampamento, outras ações são parte constituintes da mobilização. Ao analisar essas informações que são fornecidas pela própria APIB (Quadro 4), principal organizadora do ATL, é possível observar que as pautas e o caráter territorial estão presentes, de modo expressivo, em todas as edições ação. O ATL pode ser entendido como uma ação de grande escala, o acampamento, onde uma tradição de marchas, plenárias, rituais, mesas de debate, tendas regionais com atividades próprias, prática de medicina tradicional são realizadas durante o período de mobilização.

Mas em outra interpretação, o ATL também pode ser entendido como um grande movimento, onde estão contidos muitos outros movimentos, pois contém pautas recorrentes, uma agenda de lutas planejada, periodicidade na realização das ações coletivas (anualmente), um nome, uma bandeira e demais características que constituem um movimento socioterritorial, sendo seu território fluxo (FERNANDES, 2009), material e imaterial (FERNANDES, 2009; SAQUET, 2009), ao mesmo tempo em que é um espaço de convergência (ROUTLEDGE, 2013; SOBREIRO FILHO, 2016) no qual se expressam os confrontos políticos (TARROW, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016).

Com problemas de infraestrutura, o acampamento também expressa o descaso com as políticas de governo direcionadas aos povos indígenas. Marcada com um caráter de tensão e de defesa territorial, o ATL de 2022 foi a primeira edição realizada presencialmente após o isolamento social, desencadeado pela pandemia do Coronavírus.

Embora não completamente as diversas questões apresentadas pela ampla gama de participantes indígenas no ATL, as mencionadas anteriormente (Quadro 4) ilustram alguns aspectos do movimento indígena em âmbito nacional ao longo das últimas duas décadas. A instabilidade política do país teve impacto direto na agenda da política indigenista brasileira, resultando, inclusive, em retrocessos durante o governo de Jair Bolsonaro.

O ATL de 2022 foi o primeiro trabalho de campo realizado para a construção desta pesquisa. Essa também foi a primeira edição do acampamento que aconteceu após o isolamento social do contexto pandêmico. Esta edição ainda com restrições por questões de segurança sanitária, como a sugestão do uso de máscaras. Mesmo diante das restrições, o ambiente foi permeado pela cooperação e troca de experiências e relatos sobre os diferentes contextos vivenciados durante a pandemia, evidenciando a importância dos encontros presenciais para fortalecer os laços comunitários e impulsionar iniciativas de resistência e convergência. A adaptação às novas medidas de segurança não apenas ressaltou a capacidade de adaptação do grupo, mas também realçou a necessidade de encontrar formas criativas e inclusivas de continuar promovendo o diálogo e a ação coletiva em meio aos desafios impostos pela pandemia. Nesse cenário, o ATL de 2022 não apenas marcou o início desta pesquisa, mas também representou um marco simbólico na jornada de superação e resiliência das comunidades indígenas em face das adversidades contemporâneas.

A leitura espacial constitui-se como outro ponto fundamental para compreendermos as contentious politics, sendo elas, de um lado, por conta das condições espaciais desiguais (econômica, cultural, etc.) (NICHOLLS, 2007, 2009) e, do outro a luta para conquistar e resistir. No contexto da leitura geográfica sobre contentious politics, a escala é compreendida como elementar [...] novas escalas são construídas articulando as demais como forma de amplificar as lutas. No entanto, as articulações em diferentes

escalas também demandam negociações intra-organizacional e entre os grupos envolvidos, alterando assim a espacialidade do poder e da autoridade tal como podemos observar em redes (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 85)

A escala é vista como um elemento fundamental nesse contexto, pois permite a construção de legitimidade e desafio às relações de poder estabelecidas. O autor sugere que, ao operar em diferentes escalas - local, nacional, global -, grupos podem amplificar suas lutas ao conectar e articular diferentes contextos. No entanto, essa ampliação para diferentes escalas não ocorre sem desafios, uma vez que requer negociações tanto dentro das organizações quanto entre os grupos envolvidos. Essas negociações modificam a dinâmica do poder e da autoridade espacialmente, influenciando a forma como o poder é exercido e autoridade é reconhecida, especialmente em contextos de redes de movimentos sociais. Essencialmente, a citação destaca a complexidade das articulações em diferentes escalas e como elas moldam as relações de poder no espaço contencioso. Embora não haja um consenso, o próprio ATL pode ser interpretado como um movimento socioterritorial, que possui agenda com periodicidade de realização das ações coletivas, planejamento prévio, pautas, conflitos, aliados.

Dentre todas essas ponderações, durante acampamento Terra Livre há uma agenda de encontros e eventos realizados. O próprio acampamento é descrito pela APIB enquanto a maior assembleia de povos indígenas do Brasil³⁶. As assembleias (Figura 33) são, historicamente, uma das principais ações coletivas do movimento indígena. Desde a ditadura militar, as primeiras articulações entre lideranças indígenas aconteceram por meio de assembleias.

Figura 34 - Assembleia no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
09 de abr de 2022 - Brasília/DF

³⁶ O Acampamento Terra Livre (ATL), a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, acontece desde 2004, por regra todo mês abril e em Brasília – DF (APIB, 2023).

Figura 35 - Assembleia no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
09 de abr de 2022 - Brasília/DF

Figura 36 - Assembleia no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
09 de abr de 2022 - Brasília/DF

No estudo desenvolvido por Silva et al (2020), destaca-se que as assembleias são fundamentais para a construção da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá. Durante esses eventos, ocorre um debate intenso sobre diversas pautas, sendo as assembleias entendidas como "um espaço de encontro, de troca de experiências e de debate sobre as diferentes conjunturas políticas vigentes no período de realização do evento" (SILVA et al, 2020, p. 203).

Quando perguntada sobre a importância do ATL, a indígena do povo Terena explica que:

A importância disso, Bruna, é ganhar força, dizer que nós estamos aqui, lutando pelo nosso território, lutando pelo nosso direito, nosso território, é, na educação, na saúde, buscando as melhorias para nossas comunidades, né, buscando melhorias para o nosso território. Esse modo de movimento faz com que as... todas as etnias, a Nação Indígena, se unem em um só objetivo, né? Então é de suma importância, esses Movimentos Indígenas, como estudantil, o ATL para fortalecer a luta, tanto na luta acadêmica, tanto na luta em geral, que é o ATL, né? Onde tem várias pauta, várias assembleias, né? Que trata de vários assuntos relacionados ao indígena. Várias assembleias de vários assuntos, mas a pauta geral é o direito indígena. Então, esse movimento surge para fortalecer a luta indígena, tanto na aldeia, tanto em contexto Urbano, porém a luta é uma só, na educação, política ou saúde (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO TERENA, 23 de maio de 2023)

Em entrevista concedida por uma indígena do povo Terena destaca a importância dos movimentos indígenas na articulação e fortalecimento das comunidades em busca de seus direitos territoriais, que incluem educacionais, de saúde e políticos. A indígena ressalta o papel dos Movimentos Indígenas, como o Acampamento Terra Livre (ATL), como instrumentos de unificação das diversas etnias e nações indígenas em torno de objetivos comuns. A entrevista destaca como esses movimentos não apenas promovem a conscientização e a defesa dos direitos indígenas, mas também proporcionam espaços de discussão e ação coletiva, como o ATL, onde questões cruciais para os povos indígenas são abordadas e encaminhadas. Essa perspectiva enfatiza a importância da organização comunitária na luta contínua pelos direitos e pela dignidade dos povos indígenas, tanto em contextos urbanos quanto nas aldeias, demonstrando que a luta por justiça e equidade é uma só, independentemente do contexto ou das questões específicas abordadas.

Como o grafismo que trouxemos enquanto identidade visual desta dissertação, o ATL representa a união dos povos. São muitos povos indígenas, que constituem todas as tipologias de movimentos socioterritoriais indígenas³⁷: Movimento indígena de territórios-aldeias; Movimento indígena em contexto urbano; Movimento de mulheres indígenas; Movimento de indígenas com deficiência, Movimento de indígenas LGBTQIA+, Movimento da juventude indígena; Movimentos pluriétnicos multiescalares).

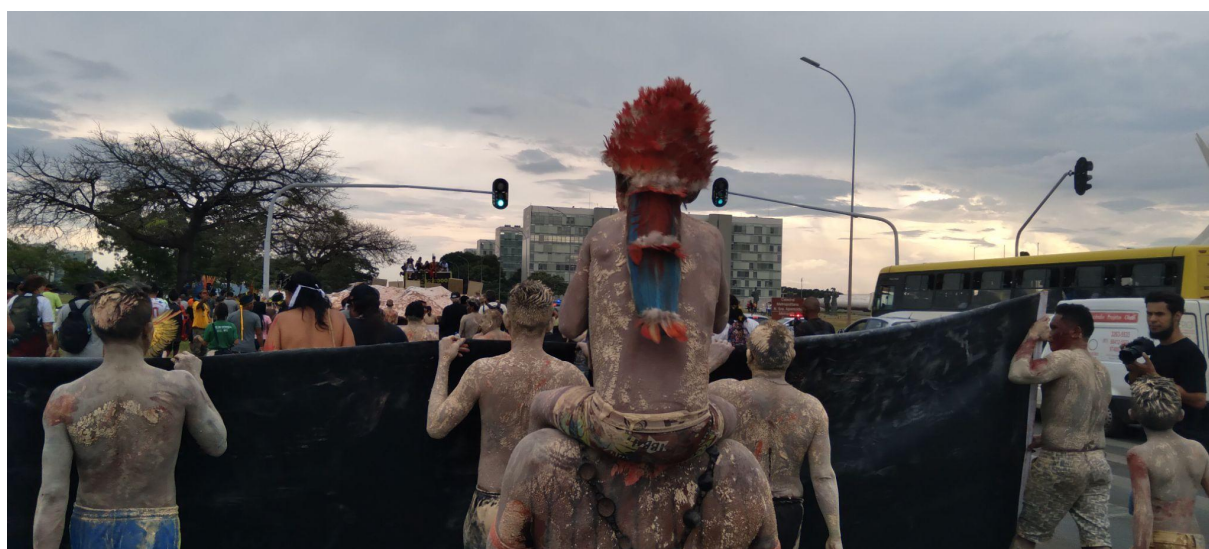
³⁷ Ver Capítulo 2

O caráter geracional na luta é expressivo. O ATL também é um espaço de transmissão de conhecimento entre todas as idades, na qual a participação das crianças indígenas nas agendas de ações são recorrentes, pois as crianças são inseridas na luta (Figuras 36 e 37). De acordo com Krenak (2022)

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. Esse é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra (KRENAK, 2022, p. 60)

As crianças indígenas são fundamentais porque representam o futuro das comunidades e a continuidade dos modos de vida tradicionais. Ao serem orientadas em vez de simplesmente educadas, elas internalizam valores como partilha, coletivismo e respeito ao meio ambiente desde tenra idade. Esses valores são essenciais para a preservação da identidade cultural e para a sustentabilidade das práticas ancestrais das comunidades indígenas. Além disso, as crianças indígenas desempenham um papel vital na transmissão desses valores para as gerações futuras, garantindo a continuidade e o fortalecimento do movimento indígena. Elas são consideradas portadoras do legado cultural e do conhecimento tradicional, e sua formação integral é vista como uma maneira de preservar e promover a autonomia e a resistência das comunidades indígenas diante das pressões e desafios enfrentados. Portanto, investir na educação e no bem-estar das crianças indígenas é fundamental para o fortalecimento do movimento indígena e para a preservação das culturas e territórios indígenas.

Figura 37 - Criança Munduruku em marcha no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
11 de abr de 2022 - Brasília/DF

Figura 38 - Mãe Munduruku carregando criança em marcha no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
11 de abr de 2022 - Brasília/DF

Quando perguntada sobre o que mudou entre o contexto do ATL de 2022 e 2023, a indígena do povo Suruí explica que

A gente agora tem um ministérios dos povos originários, a gente tem uma presidenta indígena na Funai, a gente tem uma bancada do cocar representada pela Célia Xakriabá. Então a gente tem uma postura diferente vindo do Governo federal, né? Porque antes do que de fato a gente tinha não só uma omissão, a gente tinha um incentivo mesmo pra invasão dos nossos territórios. A gente tinha um incentivo para a ameaça das nossas vidas e essa postura hoje é diferente. Mas não é tudo que mudo, porque a gente sabe que a gente tem um caminho muito longo pela frente, para percorrer. E é por isso que apesar das mudanças feitas, eu continuo cobrando, porque para governo nenhum a floresta e os povos indígenas vão ser prioridade. Então eu sempre questionarei: Cadê as promessas feitas em relação aos nossos territórios demarcados se a gente tá falando de fato de democracia? Porque um dia pode ser pouco para quem tá aqui em Brasília, mas um dia é muito para quem é ameaçado todo dia (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO SURUÍ, 25 de abril de 2023)

A fala da indígena reflete a complexidade e os desafios enfrentados pelo movimento indígena no Brasil, mesmo diante de mudanças significativas, como a criação do Ministério dos

Povos Indígenas e a nomeação de uma presidenta indígena na Funai. Embora essas mudanças representem um avanço em relação à omissão e à hostilidade históricas do governo federal em relação aos povos indígenas, elas também evidenciam a necessidade contínua de vigilância e cobrança por parte das comunidades indígenas.

A presença de uma bancada do cocar, representada por líderes indígenas como Célia Xakriabá, na esfera política é fundamental para dar voz e visibilidade aos interesses e demandas dos povos indígenas. No entanto, como destacado pela Suruí, ainda há um longo caminho a percorrer em termos de garantir os direitos territoriais, culturais e humanos das comunidades indígenas.

É importante reconhecer que as promessas feitas em relação à demarcação e proteção dos territórios indígenas muitas vezes não são cumpridas, e que as ameaças à vida e ao meio ambiente continuam sendo uma realidade diária para muitas comunidades. Portanto, a continuidade da luta e da pressão por parte do movimento indígena é essencial para garantir que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos sejam respeitados. A importância da democracia é evidenciado pela indígena como um princípio fundamental para garantir a justiça e a equidade para todos os cidadãos, incluindo os povos indígenas.

Durante o ATL de 2023, em coletiva de imprensa que presenciamos durante a nossa participação no evento, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, ao ser perguntada por jornalistas sobre a importância do evento para os povos indígenas, respondeu:

É tanto em avançar as leis que nós queremos que avancem, quanto para evitar aquelas que nós não queremos que sejam aprovadas. Como por exemplo o Marco temporal, a questão do projeto da grilagem, o projeto que autoriza a exploração de minério em terra indígena nenhum desses queremos que avancem. Mas queremos que haja um avanços para que os povos indígenas sejam cada vez mais respeitados, que haja um processo de inclusão produtiva respeitoso com a cultura, com a espiritualidade... e afirmar o ministério dos povos indígenas, que a partir do ano que vem vai estar no PPA. Com o orçamento, que o Congresso Nacional aprove inclusive os recursos e a proposta de gestão da questão indígena dentro do Ministério dos povos indígenas (MARINA SILVA, COLETIVA DE IMPRENSA NO ATL, 25 DE ABRIL DE 2023)

A ministra destaca a importância do Acampamento Terra Livre (ATL) para os povos indígenas, destacando que o evento serve como um momento crucial para avançar nas demandas e direitos dos povos originários, bem como para resistir a propostas legislativas prejudiciais. Ela menciona que o ATL é uma oportunidade não apenas para promover avanços nas leis que beneficiam os povos indígenas, mas também para evitar a aprovação de leis que

possam prejudicá-los. Um exemplo citado é o Marco Temporal, uma proposta que poderia restringir os direitos territoriais dos povos indígenas ao estabelecer uma data limite para a demarcação de suas terras.

Além disso, Marina ressaltou a oposição a projetos que visam legalizar a grilagem de terras e autorizar a exploração de minérios em terras indígenas, destacando a necessidade de proteger os territórios e os modos de vida dos povos indígenas. Ela enfatiza a importância de promover avanços para garantir que os povos indígenas sejam cada vez mais respeitados, e que haja um processo de inclusão produtiva que respeite sua cultura e espiritualidade.

4.2.1 - OS DESLOCAMENTOS COLETIVOS: A GEOGRAFIA POR DETRÁS DAS MARCHAS

A partir de uma série de reflexões sobre as ações matrizes e as derivadas, a partir de debates realizados semanalmente pelo DATALUTA Floresta, a equipe chegou a um consenso de tratar de deslocamentos coletivos quando tratarmos de caminhadas, marchas, carreatas, motociatas, entre outros. Deslocar-se coletivamente em espaços estratégicos é uma das ações mais realizadas pelos movimentos socioterritoriais, com suas diferentes pautas, sejam constituídos ou não.

Geralmente o envio de caravanas e/ou delegações diplomáticas é uma das etapas do processo de se deslocar coletivamente. No entanto, o deslocamento coletivo aqui evidenciado é sobre as marchas que acontecem no ATL, sendo uma das principais programações do evento durante a semana. Em geral, são realizadas três marchas por edição do evento.

Os regionalismos são evidenciados durante as marchas por meio da organização em blocos. Como é possível observar na Figura 38, o povo Munduruku esteve à frente da mobilização devido à denúncia emergente contra o garimpo e contra os assédios das empresas de mineração, a exemplo da Anglo American.

Na Figura 39 podemos observar a concentração das caravanas vindas da Amazônia, com uma divisão simbólica marcada pela bandeira da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). A organização das marchas marcadas pelos regionalismos expressa também a espacialização das pautas locais, dotada de uma leitura geográfica que reflete a inteligência e uma racionalidade estratégica pautada na luta territorial, mas também pelos bioma

Figura 39 - Marcha do ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
11 de abr de 2022 - Brasília/DF

Figura 40 - COIAB em marcha no ATL - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
11 de abr de 2022 - Brasília/DF

As ruas são ocupadas pela diversidade de povos. Os idiomas, as vestimentas, as pinturas corporais feitas com urucum e/ou genipapo. O corpo pintado de preto, para alguns, representa o luto ou a guerra, assim como o vermelho, que além da guerra pode representar o sangue derramado ou a proteção. Cada povo marcha segundo suas cosmovisões e organizações

internas. As mulheres carregam consigo seus filhos pequenos, enquanto os maiores já acompanham seus povos e ganham a experiência do confronto político.

As marchas são a espacialização de pessoas em um deslocamento conjunto de protesto, mas diferente das caminhadas, possuem um cunho ostensivo, com ritmo e gritos de guerra. Durante a marcha, os participantes frequentemente carregam cartazes, faixas, banners ou placas com mensagens escritas que expressam suas opiniões, reivindicações ou demandas. Essas mensagens podem conter slogans, citações, imagens e símbolos que representam a causa do protesto.

Se compararmos as marchas de 2022 (Figuras 30 e 31) e a marcha de 2023 (figura 32), é possível observar o simbolismo das pautas principais levantadas pelo movimento em cada ano. Enquanto uma das artes principais, que puxa a marcha na frente, o ano de 2022 traz representações do garimpo ilegal, do sangue indígena derramado pelas violências do capital. Já no ano de 2023, a principal visualização artística presente na marcha era um planeta, com uma faixa que decretou o lançamento da pauta “Emergência Climática”, com críticas ao congresso, ao atraso na demarcação de terras e pela sobrevivência dos biomas.

Figura 41 - Marcha do ATL - 2023



Fotografia: Maria Luiza Araújo Lopes
26 de abr de 2023 - Brasília/DF

4.3 – O ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS (ENEI)

O ENEI aborda questões que são especialmente importantes para os estudantes indígenas, como políticas de inclusão nas universidades, respeito à sua cultura e identidade, e a necessidade de espaços acadêmicos que reconheçam e valorizem suas perspectivas únicas.

Além de questões específicas relacionadas à vida acadêmica, o ENEI também se preocupa com questões mais amplas relacionadas à preservação e fortalecimento da vida e dos direitos dos povos indígenas em geral. Isso pode incluir questões como preservação ambiental, demarcação de terras indígenas, saúde, entre outros.

Para Barcelos Doebber e Domingos (2018), o encontro

vêm se consolidando como espaço de organização e re-existência dos indígenas universitários brasileiros através da discussão e intercâmbio de experiências, criando um espaço profícuo para o debate e formulação de propostas sobre temas que lhes são caros, especialmente nas políticas de ocupação indígena do espaço universitário, mas também de aspectos concernentes à manutenção da vida dos povos indígenas de modo geral (BARCELOS DOEBBER; DOMINGOS; SILVA, 2018, p. 213)

O ENEI é descrito pelas autoras como um espaço onde os estudantes indígenas podem se organizar e expressar sua identidade, cultura e desafios únicos como indígenas universitários (Figuras 33 e 34). O encontro proporciona uma oportunidade para os estudantes indígenas compartilharem suas experiências, desafios e sucessos na academia. Esse intercâmbio de experiências é valioso para construir solidariedade entre os estudantes indígenas e para informar estratégias para enfrentar os desafios comuns.

Figura 42 - Desfile indígena no ENEI - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
28 de jul de 2022 – Campinas/SP

Figura 43 - Desfile Indígena no ENEI - 2022



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
28 de jul de 2022 – Campinas/SP

Durante o ENEI, os estudantes indígenas têm a oportunidade de debater questões importantes e formular propostas sobre temas que são significativos para eles. Isso pode incluir questões relacionadas às políticas de inclusão e ocupação indígena nos espaços universitários, bem como questões mais amplas relacionadas à preservação da cultura e dos direitos dos povos indígenas.

O IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas teve como tema "Ancestralidade e contemporaneidade" e aconteceu entre os dias 26 a 29 de julho de 2022. O ENEI é um espaço importante onde os estudantes indígenas têm a oportunidade de discutir questões relevantes para suas comunidades e formular propostas relacionadas à inclusão e ocupação indígena nas universidades, bem como à preservação da cultura e dos direitos dos povos indígenas. Essa iniciativa visa emancipar da imposição de saberes ocidentalizados, podendo os estudantes promover a visibilidade e a valorização das suas perspectivas e conhecimentos.

Como destaca o indígena do povo Baré:

meu avô fala bem assim, já veio milhões de pesquisadores pesquisar o povo Baré. Mas eles nunca vão levar o segredo que foi contado. Por exemplo para mim e para os meus irmão, né? E aí a partir disso, né? A Essência da nossa ciência ainda tá lá, né? Então assim a gente não dependente de um antropólogo se propor morar cinco seis anos e ele não vai trazer nunca nenhum segredo nosso que é nosso, né da nossa essência. Então assim, se a gente não pensar uma universidade desde a Reitoria, até os grupos de pesquisa, né? Os professores indígenas, a gente não chega próximo, mas claro que a gente tem uma perspectiva bom porque isso já aconteceu no Canadá, né? A Nova Zelândia, né? Que a partir da Universidade criaram a universidades indígenas hoje, eles atuam e o estado do Respeita, né? A ciência eles te constrói. Isso é junto com o estado é? Tô vendo eu diria é ações sociais a partir da nossa da nossa presença dele, esse é um sonho de dizer para o estado que existe uma outra lógica e

essa lógica (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO BARÉ, EM 25 DE JULHO DE 2023)

A fala do seu avô ressalta a importância da autonomia e do protagonismo das comunidades indígenas na preservação e transmissão dos seus conhecimentos ancestrais. Ele destaca que, apesar das pesquisas realizadas por antropólogos e pesquisadores externos, muitas vezes esses conhecimentos não são plenamente compreendidos ou respeitados, e é fundamental que as próprias comunidades tenham controle sobre a narrativa e a preservação dos seus segredos e tradições.

Nesse contexto, a proposta de uma universidade que considere e valorize a perspectiva indígena desde a sua estruturação é essencial. Essa universidade idealizada pelo seu avô seria um espaço onde os conhecimentos e saberes indígenas seriam reconhecidos e integrados ao currículo acadêmico, onde haveria a presença de professores indígenas e a promoção de grupos de pesquisa que abordassem as questões pertinentes às comunidades indígenas.

Essa visão se alinha com a proposta de universidades indígenas presentes em outros países, como Canadá e Nova Zelândia, onde essas instituições são centros de conhecimento construídos e liderados pelas próprias comunidades indígenas, em parceria com o Estado. Essas universidades promovem uma abordagem respeitosa e inclusiva dos saberes indígenas, contribuindo para a afirmação e preservação das identidades culturais.

Portanto, a relação entre o ENEI e essa proposta de universidade é evidente, já que ambos buscam fortalecer a presença e os direitos dos estudantes indígenas, reconhecendo e valorizando suas identidades e conhecimentos ancestrais. Essa união entre movimentos estudantis e a proposta de uma universidade inclusiva e respeitosa representa um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4.4 - MOBILIZAÇÕES CONTRA O MARCO TEMPORAL: A LUTA INDÍGENA CONTRA O GENOCÍDIO LEGISLADO.

O marco temporal é uma proposta controversa que busca restringir os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil, limitando o reconhecimento de suas terras apenas àquelas que estavam ocupadas até a data da promulgação da Constituição Federal em 1988. Essa medida, se aprovada, teria graves consequências ao impossibilitar a demarcação de terras indígenas que foram ocupadas após essa data ou que tiveram suas ocupações interrompidas por ações de violência, invasão e exploração por terceiros.

Além de ser incompatível com as demandas indígenas, o marco temporal é considerado injusto perante o direito inalienável dos povos originários, ignorando completamente o contexto

histórico de violência e expropriação territorial que permeia séculos de colonização e ocupação do Brasil. Ao sugerir que a história dos povos indígenas começa em um ponto específico, essa proposta desconsidera as injustiças enfrentadas desde a chegada dos colonizadores europeus ao continente americano (Abya Yala), e em menor escala, em Pindorama, como é conhecido pelos povos originários.

Além disso, o marco temporal viola as disposições da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelecem as normas para a consulta prévia, informada e livre dos povos indígenas sobre as decisões que afetam suas vidas e territórios. Essa proposta representa, portanto, uma séria ameaça aos direitos fundamentais dos povos indígenas e à sua capacidade de preservar suas terras, culturas e modos de vida tradicionais.

A proposta do Marco Temporal foi apresentada em 2007 pelo deputado Homero Pereira – PSD (MT), um debate iniciado a partir de um conflito com o povo Xokleng, no Estado de Santa Catarina. Em 2013, o STF decidiu que o caso de Raposa Serra do Sol não era vinculante, mas durante o governo Temer a pauta ressurge e se intensifica com o Governo Bolsonaro.

Para Santos [Pataxó] (2020) explica que a tese do marco temporal impacta diretamente os direitos territoriais indígenas, fragilizando a segurança dos povos originários, uma vez que se aumentam os ataques às terras ainda não demarcadas, assim como se contesta a tradicionalidade e a ancestralidade da ocupação da terra reivindicada. Amado [Terena] (2020), evidenciou em sua pesquisa os impactos da proposta do marco temporal para o seu povo Terena, cujos processos de demarcação foram paralisados antes mesmo de sua aprovação, apenas como resultado da influência exercida pela referida proposta. Luciano Baniwa (2022), diz que o marco temporal legitima as violências sofridas pelos povos indígenas desde a chegada dos colonizadores, que foi intensificada durante a ditadura militar, sendo a proposta um retrocesso às poucas garantias obtidas com a constituição de 1988.

O termo "genocídio legislado" foi cunhado pelas lideranças indígenas em resposta aos recentes eventos políticos, e serve como uma expressão contundente para descrever a forma como o Estado tem sistematicamente organizado as perdas e violências infligidas aos povos indígenas. Essa expressão também reflete a maneira pela qual o Estado tem facilitado a espoliação dos territórios indígenas, fornecendo um respaldo legal para o que equivale a um processo de extermínio dos territórios e das próprias comunidades indígenas.

Inúmeros povos indígenas já foram expulsos de seus territórios ancestrais, forçados a migrar para outros biomas como resultado de um longo histórico de violência e opressão. O uso da legislação para legitimar essas ações é visto como uma estratégia que legaliza a expropriação dos territórios indígenas, perpetuando assim um ciclo de deslocamento, perda cultural e

desintegração social para essas comunidades. Genocídio legislado ressalta a gravidade da situação enfrentada pelos povos indígenas e destaca a urgência de se reconhecer e enfrentar as injustiças históricas e contemporâneas que continuam a ameaçar sua sobrevivência e dignidade.

Em 2023, com os vários agendamentos para que o Marco Temporal fosse votado, os movimentos indígenas em todo o Brasil chamaram por mobilizações, nas mais diversas escalas. Esse foi um dos momentos em que a pauta territorial foi uma das mais tensas na escala nacional, desde 2020, pois no dia 30 de maio de 2023, poucos dias após a realização do ATL, a Câmara dos deputados aprovou o projeto de lei do Marco temporal. A partir de então, marchas e acampamentos foram organizadas, assim como o lançamento de notas, cartas e demais ações comunicativas.

Figura 44 - Mobilização contra o Marco Temporal - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
30 de ago de 2023 - Brasília/DF

Figura 45 - Mobilização contra o Marco Temporal - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
30 de ago de 2023 - Brasília/DF

Os rituais eram constantes (Figuras 43 e 44) e corpo era nitidamente um território (Figura 45). Os rituais eram constantes, manifestando a espiritualidade e a resistência cultural dos povos indígenas diante da iminente ameaça às suas terras ancestrais. As figuras 35 e 36 retratavam esses momentos de conexão com suas tradições e com a natureza, reforçando a importância da terra para suas identidades e modos de vida. O corpo (Figura 45), por sua vez, tornava-se um território de luta e de afirmação, marcado por pinturas, adornos e gestos simbólicos que expressavam a união e a determinação dos povos originários na defesa de seus direitos e de seus territórios. A mobilização indígena em escala nacional evidenciou a força e a resiliência dessas comunidades frente aos desafios impostos pelo poder político e econômico dominante.

Figura 46 - Marcha - Acampamento contra o Marco Temporal - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
6 de jul de 2023 - Brasília/DF

4.5 - A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

A primeira Marcha das Mulheres Indígenas aconteceu no ano de 2019, em Brasília, com o lema: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. A marcha é organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Desde a sua primeira edição, o evento já traz como principal pauta o território, sob as diferentes cosmovisões que se entendem enquanto partes do território, estendendo a compreensão de território até seus corpos, contribuindo para que possamos dialogar enquanto um exemplo da tipologia de territórios proposta por Fernandes, que considera o fixo, mas também os territórios fluxos, na sua multiescalaridade (FERNANDES, 2009). Em entrevista concedida por indígena do povo Tukano, durante a III Marcha das Mulheres indígenas, é possível identificarmos a cosmovisão da mulher indígena, aliada a uma estratégia de luta interseccional e multidimensional:

Estamos aqui na terceira marcha das mulheres indígenas. Para mim a marcha das mulheres indígenas é um momento de um fortalecimento enorme para todos os povos, né? No começo, quando se formou o movimento indígena de maneira Nacional, a primeira geração era mais os homens. Agora nós estamos numa geração que as

*mulheres estão marchando lado a lado, junto com os homens e também uma geração de muitas e grandes lideranças femininas, né? É, temos a nossa ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, a primeira pessoa indígena na presidência da FUNAI que a Joana Wapichana, e também uma série de representantes ali nas coordenações da SESAI, né? do DSEI, vocês da CRs, né? Um momento em que os povos indígenas, as pessoas indígenas estão finalmente chegando num lugar estratégico para a gestão, né e implementação das políticas indigenistas no país. Então isso representa uma ruptura, uma transformação diante de décadas de uma gestão mais paternalista, conduzida por pessoas brancas, não indígenas, né? E mostra também esse momento de um fortalecimento profissional, acadêmico, né? Essas pessoas que estão nesses cargos de poder, nesses cargos de gestão, além de serem indígenas, não estão ali apenas por serem indígenas, mas também por serem pesquisadores, especialistas, né? Pessoas de várias áreas. Então temos muitos e muitas advogadas, professoras, né? Nossas antropólogas, nossas psicólogas, né? E que trazem dentro do saber feminino também, uma sabedoria da organização. Porque tem uma coisa também, nas aldeias mesmo, nas comunidades. As mulheres, elas são grandes grandes gestoras, né? Quem organiza assim as demandas mais práticas da comunidade no final das contas são as mulheres, né? É do tipo, quem que sabe quanto que tem para comer, né? Quanto que tá na roça. Qual o trabalho que uma roça dá. Preparar esse alimento. Como está a saúde das crianças, né? Essa coisa que é de uma natureza, dentro das nossas tradições, que é muito feminina, né? Claro que os homens também acompanham isso, né? Mas eu acho que tem um pouco dessa coisa da gestão da dona de casa, né? Que também é dona. **Que também é filha e mãe desse território. Então a marcha das mulheres indígenas traz essa força. Desde a primeira marcha quando veio com esse molde, né? Nosso corpo é nosso território, né? Nossa terra, nosso corpo, nosso espírito, né?***

*E aqui também sempre trazendo nos seus moldes uma reflexão para junto com a sociedade que traz a essência, né? O fundamento das cosmovisões, dos pensamentos indígenas, que a própria relação com a natureza como uma mãe. A natureza, e a terra, e o território como um corpo feminino também. E como um corpo que, por ser feminino, talvez né, lamentavelmente sofre das mesmas violências, né? Sofre desses abusos. Desse estupro da terra que representa a mineração, que representa o impacto do agronegócio, que representa o genocídio de nossos povos. Então são mulheres que marcham trazendo também essa experiência dos seus próprios corpos. É também um espaço muito fundamental da gente falar da violência que é cometida contra as mulheres, e contra mulheres indígenas, né? É a gente sabe por exemplo que no mundo, dentro dos relatórios de direitos humanos, uma a cada cinco mulheres no mundo é estuprada. **No caso das mulheres indígenas os indícios de violência também são gigantes. Uma de cada três mulheres indígenas, em média, é abusada também. Então aqui nós estamos falando de uma reunião de mulheres que tem que lidar com todo tipo de violência, e que trazem as suas histórias. Que são de muita dor, mas que nesse encontro essa dor também se transforma num fortalecimento, né?** Eu fico muito emocionada, por exemplo, quando eu vejo "Iandeci" Guarani Kaiowá, que vem do Mato Grosso do Sul, né? As rezadeiras, essas avós que são quem mantêm o rezo na frente das retomadas, no meio dos tiroteios, no meio dos ataques, dos incêndios, que cuidam desses netinhos, e que são representantes do pensamento Kaiowá, do pensamento Guarani que resiste nesses territórios. E essas mulheres também estão entre as mais perseguidas politicamente, né? No Mato Grosso do Sul existe uma caça, né? As "Iandeci" Guarani- Kaiowá. Então é importante trazer essas histórias até para poder lembrar. São histórias, mas elas são histórias do presente, né? Elas são questões atuais. E ao mesmo tempo são questões contínuas dentro da história do Brasil, né? Da colonização, né? Então fazer esse exercício de reunir mulheres, eu acho que fortalece a todos nós né? Fortalece as nossas gerações, até porque essas mulheres não vêm sozinhas, né? A Marcha das mulheres indígenas... todo acampamento indígena é cheio de criança, né? Mas eu acho que a marcha das mulheres também é essa característica, né? Um acampamento de crianças também, dessas nossas crianças que crescem na luta, né? Que já desde pequenos precisam entrar nessa escola da resistência e isso é um exercício pedagógico para junto com a sociedade brasileira, né? É um exercício pedagógico de como se constrói democracia, né? De como se abraça a diversidade. No Brasil nós somos mais de 305*

povos indígenas. Aqui, eu acho que não vão estar os 300, mas com certeza tem mais de 100 povos representados aqui, por tantas delegações que se reúnem aqui, na capital do país, no planalto central, mais vindo de todos os cantos do Brasil. Desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Rondônia, Roraima. Eu estou acompanhando a delegação do Amazonas, né? Então... nossa tem até umas parentas que desceram de tão longe, da Cabeceira do Rio. Tem outras que vieram de tão longe, da das favelas, das grandes cidades, da zona da grande São Paulo, né? Também a própria população indígena do DF, que nós também nos sentimos muito fortalecidos, né? Cada vez que podemos ter a oportunidade de receber esses encontros. Esse tem sido um ano de muita luta, também diante da discussão do sobre o Marco temporal no STF, o andamento de projetos de lei no Congresso Nacional, né? Do que foi a PAC, as PACS do do agronegócio, né? As PACS do genocídio. Essa tentativa de se legislar sobre o Marco Temporal em todas as casas, e ao mesmo tempo num contexto de um governo que assume dentro do seu discurso principal a defesa dos direitos indígenas, né? Então é um momento de muitos desafios, né? Essas nossas mulheres, nossas lideranças que estão no poder hoje nessas instituições, elas também precisam dessa força da base, e ao mesmo tempo a base também precisa estar aqui para poder tá presente nesses diálogos, né? Então nesses encontros, além de ser uma grande assembleia onde nós trocamos experiências, é também é o momento de aproveitar para continuar discutindo essas pautas junto às instituições do Estado, né? Então aqui o pessoal vem, vai para as reuniões, para o Congresso Nacional, pra SESAI, pra FUNAI, para o Ministério dos Povos Indígenas e outros Ministérios para trazer as suas demandas (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO TUKANO, MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2023).

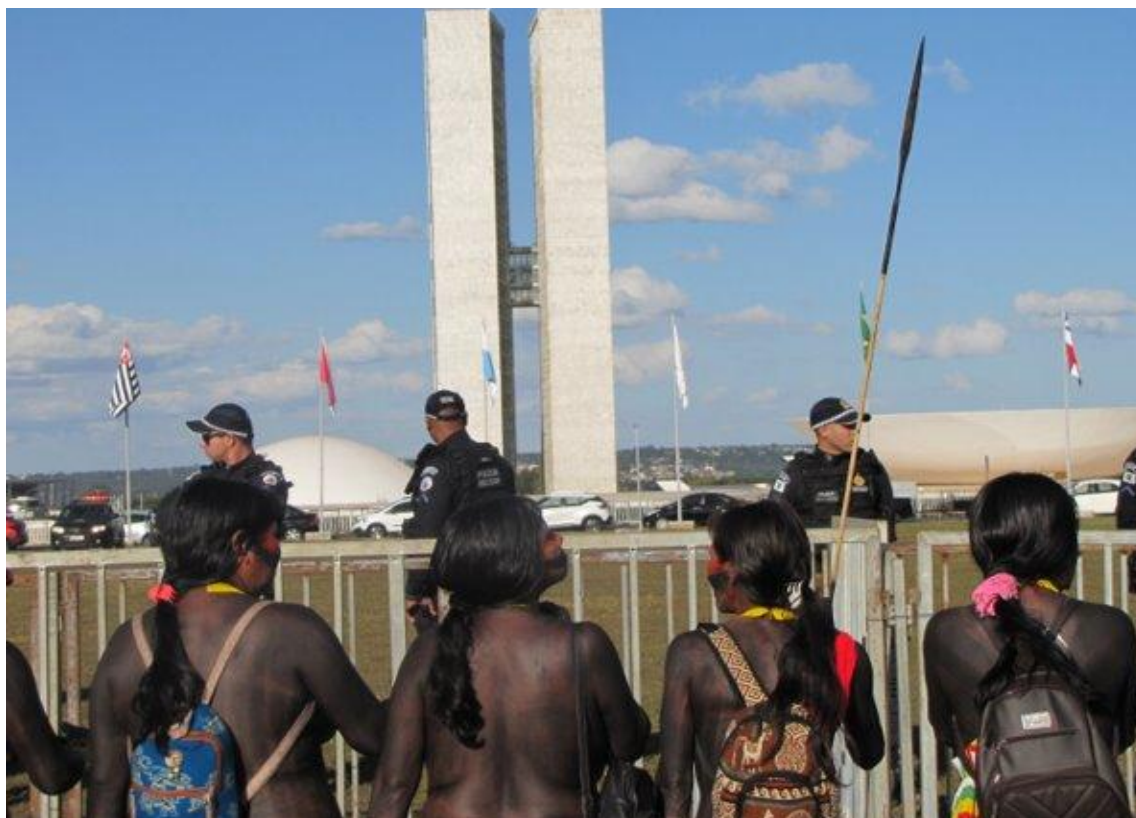
Essa entrevista aborda o contexto da Marcha das Mulheres Indígenas, destacando a importância desse movimento como um momento de fortalecimento para os povos indígenas, especialmente para as mulheres. A entrevistada ressalta a evolução do movimento indígena ao longo do tempo, passando de uma predominância masculina para uma participação mais igualitária entre homens e mulheres, inclusive com o surgimento de lideranças femininas destacadas, como a ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, e outras representantes em diversas instituições.

Um ponto crucial abordado é a questão do território, tanto físico quanto corporal. As mulheres indígenas são descritas como gestoras e guardiãs dos territórios, não apenas no sentido geográfico, mas também no aspecto simbólico, relacionando a terra ao corpo feminino e destacando a importância da preservação e proteção desses espaços. A Tukano discute as múltiplas violências enfrentadas pelas mulheres indígenas, tanto no âmbito físico quanto no social e político, o que reflete uma disputa pelo território imaterial..

A Marcha das Mulheres Indígenas é vista como um espaço de resistência e convergência (Figura 46), onde essas mulheres compartilham suas histórias, fortalecem-se mutuamente e lutam por seus direitos. Também é destacada a presença de crianças nesse contexto, evidenciando a transmissão intergeracional da luta e a importância da educação para a resistência e a construção democrática. A entrevistada ainda menciona os desafios enfrentados pelos povos indígenas no contexto político atual, como a discussão sobre o Marco Temporal no

Supremo Tribunal Federal e projetos de lei no Congresso Nacional que afetam diretamente seus direitos territoriais. Ela ressalta a importância da participação ativa das comunidades indígenas nessas discussões e o papel das lideranças em articular e defender suas demandas junto às instituições do Estado.

Figura 47 - Marcha das mulheres indígenas - 2023



Fotografia: Bruna Gonçalves Costa
23 de set de 2023 - Brasília/DF

A III Marcha das mulheres indígenas (Figura 42) foi marcada também pela convergência de uma conjuntura política em que as pessoas que ocupam alguns dos cargos mais importantes no governo para tratar dos direitos indígenas, são mulheres indígenas. Em vista disso, a entrevistada afirma, ainda sob o contexto de votação do Marco Temporal:

*Essa tentativa de se legislar sobre o **Marco Temporal** em todas as casas, e ao mesmo tempo num contexto de um governo que assume dentro do seu discurso principal a defesa dos direitos indígenas, né? Então é um momento de muitos desafios, né? Essas nossas mulheres nossas lideranças que estão no poder hoje nessas instituições, elas também precisam dessa força da base, e ao mesmo tempo a base também precisa (ENTREVISTA CONCEDIDA POR INDÍGENA DO POVO TUKANO, MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2023).*

Essas mulheres, líderes indígenas, que ocupam cargos importantes dentro das instituições enfrentam desafios complexos, pois suas lutas não se limitam apenas à defesa dos direitos indígenas, mas também envolvem questões interseccionais de raça, gênero e etnia. Ao

mesmo tempo em que representam um avanço na representatividade e no reconhecimento das mulheres indígenas na esfera política, elas também carregam o peso das expectativas e demandas de suas comunidades e da base social.

Figura 48 - Marcha das Mulheres Indígenas - 2023



Fonte: ANMIGA, 2024

A interseccionalidade das lutas das mulheres indígenas significa que elas enfrentam múltiplas formas de opressão e discriminação, que se entrelaçam e se potencializam. Além das questões relacionadas à terra, à cultura e aos direitos coletivos dos povos indígenas, as mulheres indígenas também enfrentam desafios específicos relacionados à violência de gênero, à falta de acesso à saúde reprodutiva, à discriminação racial e à marginalização social.

Nesse sentido, a necessidade de fortalecer a base social e comunitária dos povos indígenas torna-se crucial para apoiar não apenas as lideranças indígenas que estão dentro das instituições, mas também para garantir que as demandas e as lutas das mulheres indígenas sejam devidamente representadas e atendidas. A resistência e luta organizada é essencial para manter viva a luta pelos direitos indígenas e para garantir que as vozes das mulheres indígenas sejam ouvidas e respeitadas em todos os níveis de tomada de decisão política e social.

4.7 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO TERRITORIAL DA LUTA INDÍGENA

O ATL de 2022 representou um marco histórico para o movimento indígena brasileiro. Ao mesmo tempo que ultrapassou intensamente as fronteiras brasileiras na difusão de suas pautas, também lutou para ocupar espaços dentro das tomadas de decisões. Em um encontro realizado entre o até então candidato à presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, os indígenas reunidos no ATL, por meio da APIB, entregaram publicamente uma carta a Lula.

A carta foi uma declaração da APIB e suas organizações regionais, endereçada ao candidato Lula, expressando apoio à sua pré-candidatura à Presidência da República. Ela destaca as preocupações dos povos indígenas com relação à preservação de seus territórios, direitos e meio ambiente, e delineia uma série de compromissos políticos que buscam garantir a demarcação e proteção das terras indígenas, a participação e controle social indígenas, a reconstrução de políticas e instituições indígenas, a interrupção da agenda anti-indígena no Congresso Federal, e uma agenda ambiental comprometida com a sustentabilidade e o reconhecimento da contribuição dos povos indígenas para a preservação da biodiversidade brasileira. Durante a assinatura da carta aberta, na qual o candidato se comprometia a honrar seus compromissos para com os povos indígenas, foi acordado publicamente a criação de um Ministério específico para os povos originários.

No caso do movimento indígena, não houve um processo de institucionalização para partidos ou sindicatos, possibilidades apontadas por Torres (2020). No caso ocorrido no Brasil, o movimento indígena negociou desde o processo eleitoral para um espaço no âmbito governamental, criando assim o Ministério dos Povos Indígenas. Nesse sentido, o ATL se caracterizou enquanto uma grande ação de um território que se emancipa, pois ali se decretou um ministério enquanto um projeto de movimento, não necessariamente de governo, sendo muitas das pautas territoriais do movimento evidenciadas na fala da deputada indígena Célia Xacriabá, durante a cerimônia de posse da Ministra Sônia Guajajara:

A luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas. Quem não conhece essa fala de Sônia Guajajara? A ministra e a mãe do Brasil é indígena! Nós, povos indígenas, sofremos o primeiro golpe em 1500. Somos povos, sementes e fermento da luta, da continuação da vida e da terra. Somos os que retomam a terra roubada, porque nós sabemos que direito é aquilo que se arranca quando não se tem mais escolha. E agora nós temos escolha! Foi no chamado da Terra para o mundo que a voz dessa mulher água ecoa a aqueles que não querem permanecer surdos.

De um projeto político enfermo, chegamos com a nossa herança que é a cura, chegamos ocupando um lugar que sempre foi nosso que é o Brasil. Com a parentíssima ministra, a ancestralidade toma posse com a ministríssima guerreiríssima Sônia e Anielle, o turbante e o cocar tomam posse. Falar de Sônia Guajajara é falar dos últimos anos de luta e resistência

*do Brasil. É falar da nossa cultura, da força da mulher indígena. Sônia é mulher bioma, Sônia é Amazônia, mas Sônia também é Cerrado, Sônia é Mata Atlântica, Sônia é Caatinga, Sônia é Pantanal, Sônia é Pampa. Sônia é o retrato da nossa conquista histórica em 2022, a **bancada do cocar**, que segue no congresso nacional, mas agora também segue com o presidente Lula.*

Esse ministério é novo, mas na verdade esse ministério é ancestral.** E é essa conquista da luta, de tantas vezes que estivemos junto com o povo, do lado de fora aqui em Brasília clamando por direito. **Quantas vezes, Sônia, estivemos aqui do lado de fora levando spray de pimenta, bala de borracha no ano de 2021?! Isso aconteceu na segunda marcha das mulheres indígenas. Foi nós que sustentamos para não invadir o STF no julgamento do Marco Temporal. E hoje estamos aqui do lado de dentro, pra reflorestar, pra indigenizar e pra enegrecer esse espaço.

O ministério dos povos indígenas poderia ser também e é também o ministério da floresta, da terra. O ministério dos povos indígenas bem que podia ser chamado e confundido com o ministério da vida. Esse é o tamanho da responsabilidade que estamos escrevendo hoje na história.

Ao tomar posse, as pessoas sempre agradecem os ex-ministros ou ex-ministras. Infelizmente não temos ex-ministério dos povos indígenas. Mas temos que agradecer aqui a ministra terra, a ministra água, a ministra floresta, a ministra pajé, que foi sempre quem cuidaram de nós nesses 523 anos. Sônia atravessou muitos palcos, mas hoje aqui no planalto nós subimos nesse palco aqui pra dizer que o palco mais alto que nós temos Sônia, é o chão da luta. Que vai ser aqui do planalto para o planeta [...]

(TRECHO DO DISCURSO DE CÉLIA XAKRIABÁ NA POSSE DE SÔNIA GUAJAJARA COMO MINISTRA AO PRIMEIRO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, PROFERIDO NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, EM BRASÍLIA, DF)

Novamente, há uma forte ênfase na luta pela terra, e compreendemos também o território, para os povos indígenas. Destaca-se a luta pela demarcação e proteção de terras ancestrais contra invasões e destruição por atividades como mineração, agronegócio, e outros empreendimentos. A nomeação de Sônia Guajajara como ministra dos povos indígenas é celebrada como um marco histórico de conquista e reconhecimento da ancestralidade indígena, simbolizando uma presença indígena significativa no governo.

"Pisa ligeiro! Pisa ligeiro! Quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro!". Foi com esse grito de guerra, entoado por indígenas de diversas etnias, que Sônia Guajajara subiu ao palco do Planalto na cerimônia de posse do Ministério dos Povos Indígenas, no dia 11 de janeiro de 2023, em Brasília. A cerimônia que deveria ter acontecido no dia anterior, foi adiada devido aos ataques terroristas de bolsonaristas aos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023, numa tentativa sem escrúpulos de golpear a democracia brasileira¹.

O ministério para a ser mais um espaço de convergência do movimento indígena, sendo Sônia Guajajara ex-diretora executiva da APIB. Sabemos que movimento e governo são coisas diferentes. Mas a virada histórica que o movimento indígena lançou nesse período ainda está acontecendo, sendo identificado tanto as pautas quanto os mesmos sujeitos ocupando espaços diferentes.

A estrutura do ministério acompanha a luta histórica dos povos indígenas no Brasil, e possui 1) Departamento de mediação e conciliação de conflitos indígenas; 2) Secretaria executiva; 3) Secretaria de direitos ambientais e territoriais indígenas; 4) Departamento de demarcação territorial; 5) Departamento de Proteção Territorial e povos indígenas isolados e de recente contato; 6) Secretaria de gestão ambiental e territorial indígena; 7) Departamento de gestão ambiental territorial e promoção ao bem viver; 8) Departamento de Justiça climática; 9) Secretaria de Articulação e promoção dos direitos indígenas; 10) Departamento de promoção da política indigenista; 11) Departamento de línguas e memórias indígenas.

O Ministério dos Povos Indígenas representa um grande avanço para a defesa, promoção e gestão dos direitos territoriais dos povos indígenas no contexto nacional. Cada estrutura dentro deste ministério desempenha um papel específico no qual podemos identificar a expressividade da demanda territorial dos povos. A demarcação territorial, por exemplo, é uma das funções primordiais do ministério, realizada pelo Departamento de Demarcação Territorial. O Departamento de Proteção Territorial e Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato desempenha um papel fundamental na preservação da integridade desses territórios, protegendo-os de invasões e assegurando a segurança das comunidades que neles habitam, especialmente aquelas em situação de isolamento voluntário ou recente contato.

Além disso, a gestão ambiental e territorial, conduzida pela Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena e pelo Departamento de Gestão Ambiental Territorial e Promoção ao Bem Viver, visa não apenas preservar a natureza, mas também promover políticas públicas que respeitem os conhecimentos tradicionais e as necessidades das comunidades. Essas estruturas trabalham não só para garantir a implementação de políticas voltadas para os povos indígenas, mas também para articular a participação dessas comunidades nos processos de tomada de decisão que afetam seus territórios e modos de vida. O resgate e preservação das línguas e memórias indígenas, conduzidos pelo Departamento de Línguas e Memórias Indígenas, representam uma dimensão fundamental na valorização e reconhecimento da identidade cultural desses povos, intrinsecamente ligada aos seus territórios ancestrais.

Em conjunto, essas estruturas do Ministério dos Povos Indígenas formam uma rede complexa e interconectada de ações e políticas que visam assegurar os territórios e a autonomia das comunidades indígenas, promovendo o respeito aos seus direitos históricos, culturais e ambientais.

Analisar essa conquista do movimento indígena reforça nossa hipótese de que a defesa territorial dos povos originários emerge como uma das características mais marcantes desses movimentos, os quais adaptam suas estratégias de luta de acordo com as conjunturas políticas,

buscando não apenas a garantia de territórios fixos, mas também produzindo, por meio de seus protestos, territórios em fluxo, caracterizando-os enquanto movimentos socioterritoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse momento não se trata de um encerramento. A complexidade da luta indígena nos demanda um compromisso a longo prazo, que ultrapassa páginas escritas e se relaciona diretamente com a luta organizada pelos territórios materiais e imateriais. Assim, tivemos como intuito nessas páginas que se passaram apresentar um panorama do que foi acompanhado pela equipe do DATALUTA Floresta durante esses últimos anos, trazendo reflexões coletivas, de vivência nas ações, de acompanhamento diários de notícias e também das lideranças dos movimentos.

Demonstramos ao longo do texto uma série de debates indígenas que já são tratados enquanto territórios, sob as perspectivas dos próprios movimentos, como o corpo, o idioma, a cultura e a espiritualidade. Aos auspícios do debate científico, também propomos um leque de possibilidades de diálogo junto aos conceitos e teorias geográficas, desde a tipologia de territórios (FERNANDES, 2009), os territórios imateriais (FERNANDES, 2008; SAQUET, 2009), desde as ações enquanto territórios fluxos (FERNANDES, 2005, SOBREIRO FILHO, 2016), das ações de escala nacional enquanto espaços de convergências (ROUTLEDGE, 2003; SOBREIRO FILHO, 2016), até às políticas contenciosas (SOBREIRO FILHO, 2016; TARROW, 2009) e mobilização coletiva (PEDON, 2016).

O que todas tem em comum é que são imprescindíveis das questões territoriais, tendo por finalidade desde a reivindicação de territórios, a proteção e as propositivas para os territórios. Atrelado a isso, o território para o movimento indígena também é aquele que os forma, pois se há um movimento que se afirme enquanto território, que tenha consciência de si enquanto um território, que entenda seus corpos enquanto extensão dos territórios, é o movimento indígena. É por isso que seguimos reafirmando que o movimento indígena tem todas os elementos para que seja reconhecido enquanto um movimento socioterritorial, desde a ótica geográfica. Pois o território é seu trunfo, sua principal pauta e formador.

Seguimos decolonizando as mentes, seguimos na pesquisa militante junto aos movimentos. Os avanços conquistados pelos indígenas nos últimos anos são a expressão de que o Brasil vive uma nova trajetória com relação aos seus povos originários! Após a conjuntura pandêmica e de governo Bolsonaro, o conceito de “territórios de esperança” (FERNANDES, 2022) voltam a fazer sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Danilo Ferreira. Ideologia e política ambiental: análise comparativa de governos da Amazônia Legal. 2023. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

ALDEIA SAWRÉ MUYBU. (2014). **Carta da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi**. Aldeia Sawré Muybu – Itaituba/PA, 17 de novembro de 2014. Disponível em: <https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2014/11/18/carta-da-auto-demarcacao/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

ALKMIN, Fábio. **Plantando palavras, colhendo autonomias**: os protocolos de consulta na defesa dos territórios indígenas amazônicos. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 12, n. 01, p. e121235, 28 fev. 2023.

AMPARO, Sandoval. Questão indígena como questão urbana: notas para a construção de uma problemática geográfica. *Ensaio de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 32-58, 2013.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Poké'exa Ûti**: o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – Mato Grosso do Sul. 2014

BELFORT, Lucia Fernanda Inácio. A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2006.

BENITES, Eliel. A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas. 2021.

BENSUSAN, Nurit. O presente é uma máquina de fazer futuros. In: KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano (orgs.). *Desnaturada: cultura e natureza*/Organização de Ailton Krenak e Fabiano Piúba. Fortaleza: Secult/Ce, 2022

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Baniwa, G. L. (2014). Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. *Tellus*, (12), 127–146.

BONILLA SANDOVAL, Victor Daniel et al. Causa popular, ciencia popular. Una metodología del conocimiento científico a través de la acción. Bogotá: Rosca, 1972.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

BRASIL. Ministério do Interior. Relatório do Procurador Jader Figueiredo. Brasília, 1968. Ministério Público Federal. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf> Acesso em 15 nov. 2023.

BRIGHENTI, Clovis Antonio (Org.); HECK, Egon Dionisio (Org.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CAMPOS VINHA, J. F. de S.; MANÇANO FERNANDES, B. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 163–189, 2019.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Os involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. In: Séries intempestiva. Rio de Janeiro: Edições Chão de Feira, 2017.

CAVALCANTE, T. L. V.. "Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. História (São Paulo), v. 35, 2016.

DUER, M.; VEGLIÒ, S. (2019). Descolonizando los territorios inmateriales: Entrevista con Bernardo Mançano Fernandes. Journal of Latin American Geography, 18(3), 165–175. doi:10.1353/lag.2019.0051

DUPRAT, D. & TERENA, E. O GENOCÍDIO INDÍGENA ATUAL. Guarimã –Revista de Antropologia & Política, ISSN 2675-9802, Vol. 2, N 1, Janeiro -Julho de 2021

FREIRE, Paulo. Um diálogo com Paulo Freire sobre educação indígena. In: ASSEMBLEIA DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 8., 1982, Cuiabá. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/um-dialogo-com-paulo-freire-sobre-educacao-indigena> . Acesso em: 15 dez. 2023

DAMBRÓS, C. Contexto histórico e institucional na demarcação de Terras Indígenas no Brasil. REVISTA NERA, [S. l.], n. 48, p. 174–189, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FAO; FILAC. 2021. Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago. FAO. <https://doi.org/10.4060/cb2953es>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017

FERNANDES, B. M. . **O todo e a parte e a parte e o todo**: a interação espaço-sujeito. Revista de Geografia (São Paulo) , v. 10, p. 31-38, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos **sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: [s.n.], 2013. 2 v. + memorial. Tese (Livre-Docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Org.). Teorias nas Geografia: Outros mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Coletivo de pensamento Rede DATALUTA. In: CAMPOS, Janaina Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FLECK, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx**: Materialismo e Natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GAMBINI, Roberto. **Espelho de Índio**. Brasil: Editora Axis Mundi, 2000

GOETTERT, J. D.; MOTA, Juliana. G. B. **Gentes/Terras**: O Ouvir Mútuo Das Geografias Indígenas. Revista Nera, [S. l.], v. 23, n. 54, p. 9-34, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v23i54.7913. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7913>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Decolonialismo Indígena**. São Paulo: Matrioska Editora, 2022.

GOMES, Maria José da Silva. Comunidades indígenas: histórias silenciosas na ditadura militar (1964-1985). Cajazeiras, 2017. 61f.: il. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2017.

GROSFOGUEL, R.. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan. 2016.

GRUBER, Jussara Gomes (Org.). **O Livro das Árvores**. Benjamin Constant (AM): Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues, 1997

GUERRA, E. F.; ARRUIZZO, R. C. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. *Revista Nera*, [S. l.], v. 23, n. 54, p. 115–136, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v23i54.7914.

HAESBAERT, Rogério. **Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS**. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, n. 28, 2012.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HECKENBERGER, M. J.; KUIKURO, A.; KUIKURO, U. T.; RUSSELL, J. C.; SCHMIDT, M.; FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? *Science*, [S.l.], v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, 2003.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Racismo e Indiferença no Brasil: Ação e Sentimento Anti-indígena. In: IORIS, Antônio Augusto Rossotto; SERAGUZA, Lauriene; LADEIA, Elaine da Silva (org.). *Mulheres Guarani e Kaiowá: Modos de Existir e Produzir Territórios*. Editora Appris, 2023.

JOCA MARTINS, Martha Priscylla Monteiro; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Entre retomadas e autodemarcações** – Lutas indígenas por recursos naturais, territórios e direitos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos*, v. 14, n. 3, set./dez. 2019.

KETTLE, W. O. **“Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial**: Ciência e natureza no tempo das demarcações (1750-1799). *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. v.7, n.1, jan.-abr. 2018, p. 58-83

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988

LIMA, Emilly Firmino Oliveira de. Guerras híbridas: os caminhos entre as redes sociais, a imprensa e a disputa de territórios na América Latina. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), 2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Pensamento selvagem. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LEGROUX, J. (2021). **A lógica urbana fragmentária**: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. Caminhos de Geografia, Uberlândia-MG, 22(81), 235–248.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. "Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar" : experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Sobre el colonialismo. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

MAPA DE CONFLITOS. AM – Povos indígenas Kaxarari, sob constante pressão, reivindicam parte importante do território tradicional. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-povos-indigenas-kaxarari-sob-constante-pressao-reivindicam-parte-importante-do-territorio-tradicional/#fontes>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. Caderno. Prudentino de Geografia, v.1, n.19-20, 1997

MBEMBE, A. (2016). Necropolítica. Arte & Ensaios, (32), 123-151

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. *Política e Sociedade*, v. 7, n. 13, 2008.

MILANEZ, F. et al.. **Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas**. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 3, p. 2161–2181, jul. 2019.

MILLÁN, Moira. 2021. “Resistencia es nuestra lucha contra el terricidio”, entrevista de Luz Ailín Báez. *Marcha*, 24 de mayo. <https://rebellion.org/resistencia-es-nuestra-lucha-contra-el-terricidio/>

MOLINA, Luísa Pontes. **Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença**. 2017. 191 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MOTA, J. G. B. (2013). Movimento étnico-socioterritorial guarani e kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo tekoha-tekoharã. *Revista Nera*, (21), 114–134.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo, Paulinas, 2012.

NARBY, Jeremy. **A serpente cósmica: o DNA e as origens do saber**. Rio de Janeiro: Dantes, 2018.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. **Guerras Indígenas na Região das Tupinambaranas: Mura x Munduruku (1768-1795)**. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

ONU. O futuro que queremos. 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/index.html> Acesso em: 11 de jan de 2024

ONU. Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice. 2017. "Local communities and indigenous peoples platform: proposals on operationalization based on the open multistakeholder dialogue and submissions". Disponível em: <https://unfccc.int/gcse?q=indigenas#:~:text=Meu%20nome%20%C3%A9%20...-FCCC/sbsta/2017/6,-unfccc.int%20%E2%80%BA%20recurso> . Acesso em: 11 de jan de 2024

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Resgatando memórias que são sementes. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Org.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

ORNELAS, Gabriel Matos. (2021) Se há lgbtfobia não há agroecologia: coletivos de juventudes lgbtqiap+ e processos educativos sobre diversidade afetiva, sexual e de gênero. ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação, Marabá-PA, v. 3, n. 2, p. 92-102, jul.-dez.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2009.

PEDON, Nelson Rodrigo. Geografia dos Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Ricardo Neves Romcy. Comunidade Canafé: História indígena e etnogênese no Médio Rio Negro. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROSA, Luís Carlos Dalla. **Bem viver e terra sem males:** a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. Educação. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 298-307, maio 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822019000200298&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jan. 2024. Epub 21-Jan-2020. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.2.27652>.

ROSA, Marlise. “Isso é uma emergência!”: panorama da mobilização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para o enfrentamento da Covid-19. In: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lucia de Moura (orgs.). A gente precisa lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Maíra Taquiguthi. **Para Além do Território:** A categoria Ró do povo A'uwẽ Xavante no centro da disputa territorial na Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2023.

SANT'ANNA, André Luis de Oliveira de. **Práticas Disciplinares Implicadas no Relatório Figueiredo:** Perspectivas Psicológicas no Controle Étnico-Social de Índios durante a Ditadura Militar. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Gilberto Vieira dos. (2020). Governo Bolsonaro: O retorno da velha política genocida indígena. Revista da ANPEGE, 16(29), 2020, 426-457.

SANTOS, Gilberto Vieira dos. Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo. Dissertação – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) – Unesp: Presidente Prudente, 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. Espaço e Método. 5a. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Samara Carvalho. **A Judicialização da Questão Territorial Indígena**: Uma análise dos argumentos do Supremo Tribunal Federal e seus impactos na (des)demarcação de terras indígenas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração "Direito, Estado e Constituição", Brasília, 2020.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SAQUET, M. A. **Uma Geografia (I)Material Voltada Para A Práxis Territorial Popular E Descolonial**. REVISTA NERA, [S. l.], n. 57, p. 54–78, 2021.

SAQUET, M. **Territoriologia Na/Da Práxis?**. Mercator (Fortaleza), v. 21, 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **É possível produzir geografias críticas com imersão e cooperação territorial?**. Revista de Geografia, [S. l.], v. 40, n. 4 (Especial), p. 4–30, 2023.

SERPA, A. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, Sandra Procópio da. **Reza-canto-dança (nhembo'e), retomada e roça (kokuê)**: geografias das insurgências Kaiowá e Guaraní. 2022. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022.

SILVA, Érika Cristina Nesta. **Reconstituição Geomorfológica do Relevo Tecnogênico em Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente: [s.n.], 2017. 246 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2017

SODRÉ, Josely de Sousa. Demarcação de telas: Acampamento Terra Livre e Apropriação do Ciberespaço.. 2022. 101 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016

SPOSITO, E. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Maíra Taquiguthi. Para além do território: a categoria Ró do povo A'uwẽ Xavante no centro da disputa territorial na Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp).

RIBEIRO, Tereza Cristina. Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da Silva (2003-2006). 2014. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROUTLEDGE, Paul. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. Royal geographical Society, p. 333-349. 2003.

UNIC; UNESCO. **Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas**: perguntas e respostas. 2.ed. Rio de Janeiro: UNIC; Brasília: UNESCO, 2009.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009

TERENA, L. M.; BAIRRÃO, J. F. M. H.. Etnia e nomeação: ancestralidades em disputa e recomposições. Psicologia USP, v. 34, p. e220066, 2023.

TILLY, C. **Social Movements**, 1768-2004. Boulder, CO: Paradigm, 2004.

TILLY, C. Acción colectiva. Apuntes de Investigación del CECYP, n. 6, p. 9-32, 2000

THOMAZ JÚNIOR, A. **Trabalho de campo**: o laboratório por excelência do geógrafo. In: Geografia passo a passo - Ensaio crítico dos anos 1990. Presidente Prudente/SP: Centelha, 2005

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Tradução de Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Editora Âyiné, 2021.

VERA, Beatriz. Espaço, árvores e plantas na reserva indígena Pirajuí: entre memórias e lugares de agora. 2020. 182 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

WALKER, W.S. et al. **The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas**. Proceedings of

the National Academy of Sciences of the United States of America, v. 117, 2020, p. 3015-3025

Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Promulgado pelo Decreto Nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: [data de acesso].